

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

**Armazém da Memória da Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos  
Índios – SPI**

Ione Helena Pereira Couto

2009

IONE HELENA PEREIRA COUTO

Armazém da memória da Seção de Estudos do  
Serviço de Proteção aos Índios – SPI

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, como parte dos requisitos à obtenção do título de Doutor em Memória Social.

Orientador (a): Profa. Dra. Regina Abreu

Rio de Janeiro  
2009

C871d

Couto, Ione Helena Pereira.

Armazém da Memória da Seção de Estudos do  
Serviço de Proteção aos Índios - SPI / Ione Helena  
Pereira Couto. - Rio de Janeiro: [s.n.], 2009.  
279f. il.

Tese (Doutorado em Memória Social) -  
Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

1. Seção de Estudos 2. SPI 3. Museu do Índio 4.  
Darcy Ribeiro 5. Coleção I. Título

Armazém da memória da Seção de Estudos do  
Serviço de Proteção aos Índios – SPI

Ione Helena Pereira Couto

Banca Examinadora:

-----  
Professora orientadora Dra. Regina Abreu (UNIRIO)

-----  
Professor Dr. Mário de Souza Chagas (UNIRIO)

-----  
Professor Dr. José Ribamar Bessa Freire (UNIRIO)

-----  
Professor Dr. Antonio Carlos de Souza Lima (PPGAS-UFRJ)

-----  
Professor Dr. Carlos Augusto da Rocha Freire (Museu do Índio)

-----  
Professor Dr. Ivan Coelho de Sá (UNIRIO) - suplente

Rio de Janeiro  
2009

Ao meu pai que mesmo não estando mais presente, continua vivo em minha memória.

## AGRADECIMENTOS

Certa vez o Prof. Bessa Freire me disse que uma tese é monogâmica e ele estava coberto de razão. Não que durante a sua elaboração não compartilhemos nosso tempo como pessoas e atividades não relacionada a pesquisa, mas o peso na consciência que estes “desvios” nos causa é tão grande que muitas vezes desistimos de tudo que é “extra” tese. Mas mesmo que a redação de qualquer texto seja feito, na maioria das vezes, quando estamos “sozinhos”, sempre tem alguém nos envolvendo, nos acompanhando, nos observando, nos ajudando, muitas vezes sem saber. São pessoas que nos entendem ou por terem já trilhado o mesmo caminho ou por terem conosco laços afetivos, em ambos os casos aceitam o casamento compulsório que assumimos com a pesquisa e se mantêm fieis mesmo diante da nova condição. Cada uma delas se faz presente, de modo diferente, cada uma do seu jeito, e para elas presto meus agradecimentos.

A José Carlos Levinho, diretor do Museu do Índio, pelo apoio e interesse na proposta de tese e pelo esforço em obter junto a Fundação Nacional do Índio, órgão ao qual o Museu do Índio se encontra vinculado, a minha licença de quatro anos para me dedicar a esta pesquisa. A Denise Portugal, responsável do Serviço de Registro Audiovisual, pelo atendimento as minhas demandas por imagens e pela atenção aos meus “lamentos” e também ao seu “fiel escudeiro”, Cristiano Pelosi Pellegrini, pelas reproduções fotográficas. A Lídia Lúcia Zelesco, responsável pela biblioteca do Museu do Índio, pela liberação de um volume significativo de títulos que pude consultar em minha casa. A Rejane Beatriz Schneider, na época então responsável do Serviço de Arquivo e ao Francisco Luiz de Carvalho, que com ela trabalhava, ambos pela boa “prosa” e pelo acesso a documentação primária, cujos microfilmes estavam inteligíveis. A Sônia Coqueiro, responsável do Serviço de Estudos e Pesquisa, pelo constante interesse por este trabalho. Ao Márcio Ferreira, companheiro de profissão, pelas fotografias dos objetos do acervo etnográfico do Museu do Índio.

Agradeço a minha orientadora, Regina Abreu, pela oportunidade de participar do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e pelo

acompanhamento que deu a este trabalho. Aos integrantes da Banca, os professores José Ribamar Bessa Freire, Antonio Carlos de Souza Lima, Mario de Souza Chagas, Carlos Augusto da Rocha Freire, por terem atendido ao convite e por seu tempo precioso, dedicado à leitura de mais esta tese de doutorado, e principalmente ao Prof. Ivan Coelho de Sá, não só pela boa vontade em atender ao convite para unir-se aos demais e assim compartilhar da leitura deste trabalho, mas também por franqueado o acervo pertencente ao Núcleo de Memória da Escola de Museologia da UNIRIO.

À minha mãe, agradeço por não ter deixado eu me esquecer, como se fosse possível, da redação da tese quando perguntava diariamente: “minha filha já terminou seu trabalho?” Ao meu marido, Gilberto, que sendo engenheiro mecânico teve toda a paciência do mundo em ouvir meus intermináveis assuntos sobre política indigenista, antropologia, coleções e museus, e a meus filhos, Pilar e Bento, herdeiros de nossas memórias e nosso maior patrimônio, por, digamos, aceitar que lhes fosse subtraído do nosso tempo de convívio o tempo de dedicação à tese. E a Deus porque eu acredito nele.

Couto, Ione Helena Pereira. **Armazém da Memória da Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios – SPI**. 2009. 281f. Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro.

## **RESUMO**

O presente trabalho recupera a trajetória das atividades da Seção de Estudos, um dos núcleos que compunha a estrutura administrativa do Serviço de Proteção aos Índios - SPI, responsável, entre outras atividades, pela promoção do inventário cultural das populações indígenas tuteladas pelo SPI e pela implantação, em sua sede, de uma unidade museológica. Para tanto foi estabelecido um recorte temporal que vai de 1942, ano de sua criação, até 1953, quando ali foi concluído e inaugurado o Museu do Índio. Neste período, na Seção de Estudos foi organizada uma série de expedições etnográficas com base na “pesquisa de campo”, conforme estabelecia a recém institucionalizada antropologia social, cujos resultados foram traduzidos em textos, imagens e principalmente em objetos etnográficos. A recuperação da trajetória institucional da Seção de Estudos não só trouxe à luz os motivos que orientaram estas expedições e identificou as redes sociais que foram formadas entre Estado e cientistas sociais, como também revelou o processo de criação de uma instituição de memória.

## **ABSTRACT**

This work was done to recover the path tracked by one division that composed the organizational structure of 1910 founded Brazilian agency for indigenous affairs, Serviço de Proteção aos Índios – SPI, the “Seção de Estudos” (Section of Studies), through one of its activities: the planning and execution of the inventory of cultural asset of Brazilian natives and the conclusion of other of its missions : the creation of a museum with the ethnological material collected by its teams during their work all over the country. This field work was molded on the most modern anthropological concepts, for that time, the period between 1942, year of creation of Seção de Estudos, and 1953, the year that Museu do Índio (the Native’s Museum) was opened. The result for this totally new approach was translated through very rich set of texts, images, and ethnological objects. Recovering this trajectory not only brought into light the motivation that guided all the expeditions but also helped to identify the social networks created among its scientists and the Administration and, at last but not least, revealed the creation process of an institution of memory.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- 1 - Reprodução fotográfica do Cel. Antonio Estigarribia que integra a publicação “Serviço de Proteção aos Índios”, vol. III, número 3, 1943. Pag. 32.
- 2 – Reprodução fotográfica de Harald Schultz registrada por Heinz Foerthamann em 1942. Serviço de Registro Audiovisual do Museu do Índio. Pag. 42.
- 3 – Reprodução fotográfica de Heinz Foerthamann registrada por Nilo Velloso em 1944. Serviço de Registro Audiovisual do Museu do Índio. Pag. 43.
- 4 – Reprodução fotográfica de Nilo Velloso registrada por Heinz Foerthamann em 1945. Serviço de Registro Audiovisual do Museu do Índio. Pag. 44.
- 5 - Reprodução fotográfica do Cel. Vicente de Paulo Vasconcelos que integra a publicação “Serviço de Proteção aos Índios”, vol. III, número 3, 1943. Pag. 52.
- 6 – Reprodução fotográfica do Mostruário de objetos etnográficos exibidos no corredor da sede do Serviço Nacional de Proteção aos Índios em 1942, que integra a publicação “Serviço de Proteção aos Índios”, vol. III, número 3, 1943. Pag. 67.
- 7 - Reprodução fotográfica do Mostruário de objetos etnográficos exibidos na sede da 1º Inspeção Regional do Amazonas – IR1, que integra o Relatório Anual da Inspeção Regional do Amazonas de 1949. Pag. 68.
- 8 – Reprodução fotográfica do Mostruário de objetos etnográficos exibidos na sede da 9º Inspeção Regional – IR9, que integra o processo de identificação de uma cerâmica arqueológica, 1947. Pag. 69.
- 9 – Reprodução fotográfica da Equipe Etnográfica seguindo em direção do Posto Indígena Taunay, registrada por Harald Schultz em 1942. Serviço de Registro Audiovisual do Museu do Índio. Pag. 76.
- 10 - Reprodução fotográfica da Equipe etnográfica atuando no Posto Indígena Taunay, registrada por Heinz Foerthamann em 1942. Serviço de Registro de Audiovisual do Museu do Índio. Pag. 76.
- 11 - Reprodução fotográfica do Posto Indígena de Bananal registrado por Harald Schultz em 1942. Serviço de Registro de Audiovisual do Museu do Índio. Pag. 78.
- 12 – Fotografia da estrada de rodagem do Posto Indígena de Cachoeirinha, registrada por Harald Schultz em 1942. Serviço de Registro Audiovisual do Museu do Índio. Pag. 78.

13 - Reprodução fotográfica da rede elétrica do Posto Indígena de Cachoeirinha, registrada por Harald Schultz em 1942. Serviço de Registro Audiovisual do Museu do Índio. Pag. 79.

14 – Reprodução fotográfica da estrada de rodagem do Posto Indígena Francisco Horta registrada por Harald Schultz em 1942. Serviço de Registro Audiovisual do Museu do Índio. Pag. 79.

15 – Reprodução fotográfica da Igreja católica (posto não identificado) com um grupo de índios Terena assistindo missa, registrada por Harald Schultz em 1942. Serviço de Registro Audiovisual do Museu do Índio. Pag. 81.

16 – Reprodução fotográfica da Igreja protestante do Posto Indígena de Bananal registrada por Harald Schultz em 1942. Serviço de Registro Audiovisual do Museu do Índio. Pag. 81.

17 - Reprodução fotográfica da placa da escola evangélica do Posto Indígena de Bananal registrada por Harald Schultz em 1942. Serviço de Registro Audiovisual do Museu do Índio. Pag. 82.

18 – Reprodução fotográfica do aspecto da escola do Posto Indígena de Presidente Alves de Barro registrada por Harald Schultz em 1942. Serviço de Registro Audiovisual do Museu do Índio. Pag. 82.

19 – Reprodução fotográfica de Harald Schultz ao lado de índia Kadiwéu no Posto Indígena Alves de Barro, registrado por Heinz Foerthmann em 1942. Serviço de Registro Audiovisual do Museu do Índio. Pag. 89.

20 – Reprodução fotográfica de índio Kadiwéu em trabalho artesanal no Posto Indígena Alves de Barro registrado por Heinz Foerthmann em 1942. Serviço de Registro Audiovisual do Museu do Índio. Pag. 89.

21 – Fotografia da dança “Bate-Pau” dos índios Terena registrada por Heinz Foerthmann em 1942. Serviço de Registro Audiovisual do Museu do Índio. Pag. 89.

22 - Reprodução fotográfica de Índia Guarani-Kaiwá do Posto indígena Francisco Horta registrada por Heinz Foerthmann em 1942. Serviço de Registro Audiovisual do Museu do Índio. Pag. 90

23 – Reprodução fotográfica de Índio Guarani-Kaiwá do Posto indígena Francisco Horta registrada por Heinz Foerthmann em 1942. Serviço de Registro Audiovisual do Museu do Índio. Pag. 90.

24 – Reprodução fotográfica de Curt Nimuendajú em 1943, ministrando o curso de etnologia indígena no Museu Nacional. Imagem retirada do livro *Etnologia e Indigenismo*, 1993. Pag. 94.

25 – Reprodução fotográfica da imagem do par de braçadeiras emplumada dos índios Umutina, de Harald Schultz de 1943. Serviço de Registro Audiovisual do Museu do Índio. Pag. 100.

26 – Fotografia de braçadeiras emplumadas dos índios Umutina pertencente ao acervo etnográfico do Museu do Índio e recolhidas por Harald Schultz. Foto Márcio Ferreira, 2009. Pag. 100.

27 - Reprodução fotográfica da imagem do diadema vertical dos índios Umutina, de Harald Schultz em 1943. Serviço de Registro Audiovisual do Museu do Índio. Pag. 101.

28 - Reprodução fotográfica de diadema vertical dos índios Umutina pertencente ao acervo etnográfico do Museu do Índio e recolhidas por Harald Schultz. Foto de Márcio Ferreira, 2009. Pag. 101.

29 – Reprodução fotográfica da imagem do machado de pedra dos índios Umutina, de Harald Schultz em 1943. Serviço de Registro Audiovisual do Museu do Índio. Pag. 101.

30 - Reprodução fotográfica de machado de pedra dos índios Umutina pertencente ao acervo etnográfico do Museu do Índio e recolhidas por Harald Schultz. Foto Márcio Ferreira, 2009. Pag. 101.

31 - Reprodução fotográfica da imagem do trompete de casco de boi dos índios Umutina, de Harald Schultz em 1943. Serviço de Registro Audiovisual do Museu do Índio. Pag. 102.

32 - Fotografia de trompete de casco de boi índios Umutina pertencente ao acervo etnográfico do Museu do Índio e recolhidas por Harald Schultz. Foto Márcio Ferreira, 2009. Pag. 102.

33 - Reprodução fotográfica do Índio Dilipé, registrada por Heinz Foerthmann, 1943. Serviço de Registro Audiovisual do Museu do Índio. Pag. 105.

34 - Reprodução fotográfica do Índio Bakairi registrado por Heinz Foerthmann, 1943. Serviço de Registro Audiovisual do Museu do Índio. Pag. 105.

35 – Reprodução fotográfica do Posto Indígena Fraternidade Indígena registrado por Heinz Foerthmann em 1943. Serviço de Registro Audiovisual do Museu do Índio. Pag. 111.

36 - Reprodução fotográfica do Índio Umutina registrado por Harald Schultz em 1944. Serviço de Registro Audiovisual do Museu do Índio. Pag. 112.

37 – Reprodução fotográfica da “Equipe Etnográfica” transportando o material fotográfico e fílmico no rio Curusêvo, registrada por Heinz Foerthmann em 1944. Serviço de Registro Audiovisual do Museu do Índio. Pag.113.

38 – Reprodução fotográfica da “Equipe Etnográfica” no rio Curusêvo registrada por Heinz Foerthmann em 1944. Serviço de Registro Audiovisual do Museu do Índio. Pag. 113.

39 – Reprodução fotográfica das imagens das Pás de virar beiju recolhidas por Nilo Velloso em 1944. Serviço de Registro Audiovisual do Museu do Índio. Pag. 113.

40 – Reprodução fotográfica das imagens dos Paus de Cavucos recolhidas por Nilo Velloso em 1944. Serviço Registro Audiovisual do Museu do Índio. Pag. 113.

41 - Reprodução fotográfica do Dr. José Maria de Paula que integra a publicação “Serviço de Proteção aos Índios”, Ano VI, vol. III, nº 3. 1943. Pag. 118.

42 - Reprodução fotográfica retirada do relatório da exumação dos restos mortais de João Barbosa de Faria, antigo etnólogo da Comissão Rondon, 1946. Serviço de Arquivo do Museu do Índio. Pag. 133.

43- Reprodução fotográfica da lista dos objetos etnográficos recolhidos pelo cinegrafista da Seção de Estudos Nilo Velloso em 1943, entre os índios Bororo. Serviço de Arquivo do Museu do Índio. Pag. 150.

44 – Reprodução fotográfica de Nilo Velloso distribuindo presentes entre os índios Guarani-Kaiwá registrado por Harald Schultz em 1942. Serviço de Registro Audiovisual do Museu do Índio. Pag. 152.

45 – Reprodução fotográfica da exposição etnográfica organizada para a comemoração da “Semana do Índio” de 1945 – Relatório das Comemorações. Serviço de Arquivo do Museu do Índio. Pag. 162.

46 - Reprodução fotográfica da exposição etnográfica organizada para a comemoração da “Semana do Índio” de 1945 - Relatório das Comemorações. Serviço de Arquivo do Museu do Índio. Pag. 162.

47 - Reprodução fotográfica da planta baixa do primeiro pavimento da “Casa do Índio. Serviço de Arquivo do Museu do Índio. Pag. 177.

48 – Reprodução fotográfica de Modesto Donatini Dias da Cruz, registrado por Domingos Lamônica em 1948. Serviço de Registro Audiovisual do Museu do Índio. Pag. 182.

49 – Reprodução fotográfica da abertura da exposição etnográfica no Museu Paulista durante as comemorações do Dia do Índio de 1947. Da direita para

esquerda, Sergio Buarque de Holanda; Modesto Donatini e Hebert Baldus. Serviço de Registro Audiovisual do Museu do Índio. Pag. 189.

59 – Reprodução fotográfica de Modesto Donatini durante a abertura da exposição etnográfica no Museu Paulista para as comemorações do Dia do Índio de 1947. Pag. 189.

51 – Reprodução fotográfica das vitrines etnográficas do Museu Paulista inaugura em 1947 para as comemorações do Dia do Índio de 1947. Serviço de Registro Audiovisual do Museu do Índio. Pag. 189.

52 – Reprodução fotográfica da abertura oficial da exposição etnográfica do Museu Paulista para as comemorações do Dia do Índio. Pag. 189.

53 – Reprodução fotográfica de Darcy Ribeiro entre os índios Kadiwéu, sem registro de autoria. Serviço de Registro Audiovisual do Museu do Índio. Pag. 196.

54 - Reprodução fotográfica de Max Boudin, Darcy Ribeiro e Heinz Foerthmann durante pesquisa aos índios Kaapor, retirada do Livro “Diários Índios” de autoria de Darcy Ribeiro, p. 211.

55 – Reprodução fotográfica da construção do Estádio Mario Filho, no Maracanã, tendo ao fundo o prédio da rua Mata Machado. R763-20. Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro. Pag. 224.

56 – Reprodução fotográfica do terreno que servia para manobra dos tanques de guerra do exército. 1942. R763-22. Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro. Pag. 225.

57 – Reprodução fotográfica de Dulce Rebello. Arquivo da Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Pag. 229.

58 – Reprodução fotográfica de Geraldo Pitaguary. Arquivo da Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Pag. 229.

59 – Reprodução fotográfica de um grupo de estudantes de filosofia colombianos em visita a Seção de Estudos do SPI em 1951 que integra o Relatório Anual do CNPI de 1951. Serviço de Arquivo do Museu do Índio. Pag.250

60 - Reprodução fotográfica do corredor da diretoria do SPI em 1950 que integra o Relatório Anual do SPI de 1953. Serviço de Biblioteca do Museu do Índio. Pag. 251.

61 - Reprodução fotográfica do corredor da diretoria do SPI em 1951 que integra o Relatório Anual do SPI de 1953. Serviço de Biblioteca do Museu do Índio. Pag. 252.

62 – Reprodução fotográfica do esquema da proposta museográfica do Museu do Índio elaborada pelo arquiteto Aldary Toledo, retirado do Relatório Anual do SPI de 1953. Serviço de Biblioteca do Museu do Índio. Pag. 264.

63 - Reprodução fotográfica do esquema da proposta museográfica do Museu do Índio elaborada pelo arquiteto Aldary Toledo, retirado do Relatório Anual do SPI de 1953. Serviço de Biblioteca do Museu do Índio. Pag. 264.

64 – Reprodução fotográfica da exposição etnográfica do Museu do Homem, Paris, integrante da publicação “Le goût des autres de l’exposition coloniale aux arts premiers” de L’ESTOILE Benoit. Pag. 265.

65 - Reprodução fotográfica da exposição do Museu do Índio em 1953 pertencente ao acervo do Serviço de Registro Áudio-Visual do Museu do Índio. Pag. 266.

66 – Reprodução fotográfica da exposição do Museu do Índio em 1953 pertencente ao acervo do Serviço de Registro Áudio-Visual do Museu do Índio. Pag. 266.

67 - Reprodução fotográfica da exposição do Museu do Índio em 1953 publicada na Revista Cruzeiro daquele ano. Arquivo da Fundação Darcy Ribeiro. Pag. 267.

68 - Fotografia da exposição do Museu do Índio em 1953 publicada na Revista Cruzeiro daquele ano. Arquivo da Fundação Darcy Ribeiro. Pag. 267.

## **Lista de siglas e abreviaturas**

**ABI** – Associação Brasileira de Imprensa

**CNPI** – Conselho Nacional de Proteção aos Índios

**CLTEMGA** – Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso a Amazônia

**DASP** – Departamento Administrativo do Serviço Público

**FUNAI** – Fundação Nacional de Proteção aos Índios

**IBC** – Instituto Benjamin Constant

**IBECC** – Instituto Brasileiro de Estudos Ciência e Cultura

**III** – Instituto Indigenista Interamericano

**IR** – Inspetoria Regional

**MA** – Ministério da Agricultura

**MAIC** – Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio

**PI** – Posto Indígena

**SA** – Seção de Administração

**SE** – Seção de Estudos

**SESP** – Serviço Especial de Saúde Pública

**SOA** – Seção de Orientação e Assistência

**SOF** – Seção de Orientação e Fiscalização

**SNA** – Sociedade Nacional de Agricultura

**SNPA** - Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas

**SPILTN** – Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhador Nacional

**SPI** – Serviço de Proteção aos Índios

**MF** - Microfilme

**FG** - Fotograma

**UNESCO** - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

## SUMÁRIO

Introdução.....	16
<b>1. Antecedentes históricos da Seção de Estudos</b>	
1.1. O Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e o SPI .....	22
1.2. O Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais e Rondon .....	25
1.3. As ligações entre o SPI e a Comissão Rondon .....	27
1.4. A embrionária Seção de Estudos: o Serviço Etnográfico .....	30
<b>2. Por uma Política de Preservação do Patrimônio e da Memória Indígena</b>	
2.1. A Seção de Estudos .....	48
2.2. A primeira ação para a supressão da Seção de Estudos pelo SPI.....	51
2.3. A segunda ação para a supressão da Seção de Estudos pelo CNPI .....	53
<b>3. A Seção de Estudos e “vários aspectos da vida indígena”</b>	
3.1. A primeira expedição etnográfica .....	70
3.2. A segunda expedição etnográfica .....	91
3.3. A terceira expedição etnográfica .....	106
<b>4. A difusão da Memória e do Patrimônio Indígena</b>	
4.1. Uma Seção em expansão e um acervo em exibição .....	116
4.2. A Seção de Estudos e o “Dia do Índio” .....	122
4.3. Arrumando a casa: a organização dos acervos da Seção de Estudos.	131
4.4. A Seção de Estudos e a expedição compartilhada .....	141
<b>5. Enfim uma nova fase</b>	
5.1. A queda do Estado Novo e seus reflexos na Seção de Estudos .....	169
5.2. Uma Seção Científica .....	178
5.3. As pesquisas científicas da Seção de Estudos .....	195
5.4. Os financiamentos da Seção de Estudos .....	212



5.5. O novo ambiente da Seção de Estudos: o prédio da Mata Machado ...	219
5.6. A Seção de Estudos e a organização do acervo etnográfico .....	227

## **6. Um museu em construção e uma idéia em ação**

6.1. As primeiras iniciativas da Seção de Estudos para a organização de uma instituição museológica.....	248
6.2. Darcy Ribeiro, os objetos etnográficos e os museus.....	253
6.3. A museografia de Darcy Ribeiro .....	258

<b>Notas Finais</b> .....	269.
---------------------------	------

<b>Bibliografia</b> .....	271
---------------------------	-----

## **Introdução:**

### **Sobre o tema e a metodologia.**

O homem sempre se interessou por sua trajetória histórica. Esta curiosidade ultrapassa os poucos milênios da história da humanidade para cujo conhecimento dispomos do legado da palavra escrita. Parte desta “escrita” se encontra preservada em arquivos constituindo um rico e diferenciado acervo a espera de pesquisa que venha informar sobre a história do homem. Os interessados em examinar essa massa documental devem ter claro que estarão lidando com situações, muitas vezes, imponderáveis visto que nem sempre a informação que se procura será achada, que muitos documentos ainda não foram totalmente classificados, que haverá sempre impedimentos para sua reprodução e, independente dos documentos pertencerem ou não a instituições públicas, o acesso a eles nem sempre será tranquila, mas a pesquisa em arquivo, respeitando as devidas proporções, além de pouco glamorosa lembra muito uma pesquisa etnográfica, visto que o pesquisador deve cumprir os deveres básicos exigidos do etnólogo, ou seja, buscar informações pouco familiares e, posteriormente, tornar-las acessíveis à sociedade por meio um estilo literário singular. A pesquisa que proponho, ou o “estar lá”, como dito por Clifford Geertz<sup>1</sup>, será por meio de uma “viagem” por arquivos, bibliotecas, centros de pesquisa à cata de informações sobre a criação e desenvolvimento da Seção de Estudos (SE), ou SE como ficou conhecida.

A Seção de Estudos foi criada em 1942 dentro da estrutura do Serviço de Proteção aos Índios - SPI (1910 - 1967)<sup>2</sup>, órgão destinado a aplicar a política do Estado em relação aos povos indígenas no Brasil. O interesse em informar sobre a criação da Seção de Estudos estar tanto em mostrar como uma agencia assistencialista como SPI se envolveu na formação, organização e difusão do

---

<sup>1</sup> GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1978.

<sup>2</sup> Sobre este serviço ver: GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a república*, 1989; LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz*, 1995.

patrimônio cultural indígena, questão até então descolada de seu universo, quanto em me instrumentalizar para documentar o acervo do Museu do Índio, instituição a qual pertença.

Sobre o primeiro objetivo tenho a informar que a Seção de Estudos fez parte de um contexto político e cultural que via na preservação do patrimônio cultural e na construção da memória nacional o caminho para a formação da identidade da nação brasileira, onde o índio era parte constitutiva.

Sobre o segundo objetivo, ou seja, informar sobre a formação do acervo que permitiu a abertura do Museu do Índio em 1953, tenho a dizer que o interesse surgiu de minha experiência profissional. Como museóloga do Museu do Índio, respondo, desde 1987, pela documentação, exibição, conservação e acondicionamento da coleção etnográfica; atividades que me colocaram diariamente em contato com os objetos daquele acervo institucional, onde recuperar a trajetória da Seção de Estudos significava recuperar a história de formação dos acervos, principalmente o etnográfico.

Parte deste interesse teve início em 1996 devido a um projeto institucional onde o então Setor de Museologia, transformado em Serviço, deu início a montagem do banco de dados do acervo etnográfico. Para tanto foi indispensável realizar um levantamento mais qualitativo de informações sobre os objetos etnográficos. Era preciso recuperar datas e conteúdos das coleções, informações que o Livro de Registro, aberto em 1949, não continha.

Devido a estudos correlatos sobre o Museu do Índio<sup>11</sup> e na literatura de Darcy Ribeiro, entre outros, já era sabido que desde 1943 um conjunto significativo de objetos foi coletado pelo SPI, via Seção de Estudos, embora todo o seu registro partisse do ano de abertura do supracitado Livro.

Com objetivo de corrigir estes dados e disponibilizá-los com referências documentais existentes tanto no Serviço de Arquivo quanto na biblioteca, ambos institucionais, aprofundei minha pesquisa na documentação primária que foi acompanhada de um levantamento bibliográfico sobre a criação do Museu do Índio. Neste levantamento foram consultados os documentos administrativos do SPI, como relatórios, boletins informativos, correspondências e correlatos.

Recuperar a memória institucional da Seção de Estudos não era uma ideia definida, a única intenção clara naquele momento era a de recuperar a memória das coleções etnográficas recolhidas antes da abertura do Museu do Índio. A motivação surgiu após eu reunir um volume significativo de documentos e associá-lo à bibliografia disponível sobre a Instituição, o que me fez constatar a dispersão na narrativa da trajetória da Seção de Estudos.

Diante deste fato, procurei manter a ideia inicial, mas utilizando como viés para a condução daquela questão as atividades desenvolvidas pela Seção de Estudos durante seus primeiros onze anos de funcionamento, ou seja, até a criação do Museu do Índio, já que a partir da inauguração do Museu as atividades da Seção de Estudos acabaram se confundindo com as do novo núcleo criado, situação decorrente da utilização do mesmo espaço físico tanto para sede da Seção de Estudos quanto para do Museu do Índio, devido a problemas conjunturais que serão abordados no corpo deste trabalho.

A utilização da trajetória da Seção de Estudos como viés para descrever o recolhimento e a organização do acervo etnográfico era oportuno porque tanto me mantinha próxima ao meu objeto de trabalho - o acervo etnográfico - quanto viabilizava acessar outros acervos institucionais como o imagético, que forneceria suporte para ilustrar as atividades e personagens que atuaram na SE, quanto o acervo arquivístico e bibliográfico institucional.

Definido o tema deste trabalho e a sua relevância para o entendimento da formação do patrimônio cultural dos povos indígenas no Brasil e para a formação dos acervos que serviram de base para criação do Museu do Índio, resta informar as fontes consultadas. A base deste trabalho se encontra nas fontes primárias pertencentes ao arquivo textual do Museu do Índio, que inclui relatórios, memorandos, circulares, correspondências e boletins informativos do Serviço de Proteção aos Índios (SPI); relatórios, atas de reunião e correspondências do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI). Em busca de mais informações sobre o tema, outros arquivos foram acionados, como o da Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR); da Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); do Instituto

Estadual de Patrimônio Cultural (INEPAC) e da Casa de Cultura Heloisa Alberto Torres.

Às informações fornecidas por esta documentação foram associadas a outras fontes bibliográficas, especialmente aquelas que abordavam o Ministério da Agricultura, o SPI, o CNPI e o Museu do Índio. Além destas foi necessária a leitura de uma bibliografia sobre a formação do campo intelectual em Ciências Sociais no Brasil, com ênfase na formação da comunidade antropológica. O objetivo era o entendimento de algumas atividades desenvolvidas pela Seção de Estudos e das pesquisas realizadas por seus agentes. Foram investigadas ainda outras fontes bibliográficas referentes a coleções, memória e patrimônio, que me auxiliariam no entendimento das relações entre indivíduos, objetos e instituições.

É sobre esta Seção e suas atividades que redundaram na formação de acervos como na abertura pública do Museu do Índio em 19 de abril de 1953, que trata ***Armazém de Memória***, título que busca uma analogia entre a Seção de Estudos e um celeiro, um depósito rico de informações sobre as atividades administrativas do SPI e sobre as populações indígenas, registradas a partir de 1910 e organizadas, de modo mais sistemático, com a criação da Seção de Estudos cujo principal papel era a sistematização dos arquivos imagético, textual e etnográfico.

O primeiro capítulo, **Antecedentes históricos da Seção de Estudos**, foi agrupado em quatro seções. Nas duas primeiras apresento o histórico da criação do Serviço de Proteção aos Índios, dentro da estrutura administrativa do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, em 1910, recuperando os fatos que apontam para a criação de um núcleo na estrutura daquele Serviço voltada para reunir seu conhecimento tutelar. Ao final destas narrativas tem início a terceira seção, onde recupero as ligações do SPI com as atividades desenvolvidas pela Comissão Rondon. A partir das informações organizadas nas três primeiras seções, foi possível descrever a criação do Serviço Etnográfico, núcleo embrionário da Seção de Estudos, e o responsável pela contratação de agentes encarregados das pesquisas etnográficas e da captação

de coleções etnográficas e imagéticas.

O segundo capítulo, **Por uma Política de Preservação do Patrimônio e da Memória Indígena**, teve seu teor subdividido em três seções. A primeira dedicada a informar sobre a criação da Seção de Estudos, sua base legal, atribuições e as justificativas fornecidas sobre sua criação dadas pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), e pelos agentes que atuavam no SPI. As duas seções subsequentes concentram as informações sobre as ações organizadas pelo SPI e pelo CNPI em relação à supressão da Seção de Estudos, apontando os objetivos que estiveram na base daquelas ações.

O terceiro capítulo, **A Seção de Estudos e “vários aspectos da vida indígena”**, concentrou suas informações em três seções, todas de conteúdo mais analítico que os dos capítulos anteriores. Nesta quadra do texto foram descritas as primeiras expedições etnográficas desenvolvidas pela Seção de Estudos, apontando os motivos que orientaram a escolha das comunidades indígenas eleitas e os acervos que foram organizados durante sua promoção, assim como o uso que lhes foi dado. Ainda neste capítulo, aponto o crescimento organizacional da Seção de Estudos, devido a necessidade de estruturar a massa documental acumulada.

O capítulo quatro, **A Difusão da Memória e do Patrimônio Indígena**, teve seu conteúdo distribuído em quatro seções. Cada uma apresenta as variadas atividades da Seção de Estudos, que envolveram não só a difusão dos seus acervos, principalmente o etnográfico devido a institucionalização do “Dia do Índio”, mas também o início de medidas voltadas para a sua documentação, que resultou em sua mudança de “status” no interior da Agência.

O quinto capítulo, **Enfim uma nova fase** reuniu informações sobre a queda do Estado Novo e seus reflexos no SPI, traduzido pela mudança nos seus cargos de comando; medida que viabilizou a Seção de Estudos a promover a contratação de agentes especializados em antropologia e em museologia. Os primeiros responsáveis pelas primeiras pesquisas etnográficas que resultaram

na aproximação do SPI, via Seção de Estudos, com novos agentes sociais envolvidos com a temática indígena e a concessão de financiamento a agentes externos a Seção de Estudos. Ações que se converteram no aumento de coleções etnográficas.

A descrição da memória institucional da Seção de Estudos foi exposta no sexto capítulo, **Um museu em construção e uma ideia em ação**. Neste capítulo foram expostas as bases ideológicas que sustentaram o projeto de criação do Museu do Índio. Assim sendo, foi elencado os agentes que estiveram envolvidos com o seu projeto e as peças etnográficas selecionadas para sustentarem suas ideias.

A **Nota Final** apresenta uma análise das situações expostas nos capítulos supracitados, demonstrando como um sistema corporativo, como foi a Seção de Estudos, auxiliou seus integrantes a conhecerem a vida e a história de sociedades distintas, e, partir desta experiência, pôde narrá-las e difundi-las com o apoio dos textos, imagens e objetos. Na posição de “narradores” tanto reforçaram a ideologia que imperava naquele ambiente quanto foram “dissidentes”, atitude que resultou em mudanças ideológicas marcadas claramente nos discursos de criação do Museu do Índio. Nesta parte final do texto, condensei as informações sobre a construção de uma instituição de memória como base em um patrimônio cultural que não foi produzido pela sociedade que a idealizou, mas que buscava inscrever seus indivíduos na história e na memória de nossa sociedade por meio de seu aparato material. Instituição gestada durante onze anos dentro da Seção de Estudos, que nasceu em 19 de abril de 1953, batizada de Museu do Índio.

Em 5 de dezembro de 1967 o SPI foi extinto após a constatação de uma série de irregularidades administrativas em sua gestão e de um incêndio em sua sede, em Brasília. Em seu lugar foi criada a Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Da extinta instituição ficou o Museu do Índio, importante tanto para a guarda da memória do extinto Serviço quanto para a cultura indígena devido ao acervo que detém constituído, devido ao trabalho desenvolvido pela Seção de Estudos.

## **1. Antecedentes históricos da Seção de Estudos**

### **1.1. O Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.**

Ao tratar do processo que possibilitou a criação da Seção de Estudos e a formação dos acervos que serviram de base para o futuro Museu do Índio é necessário fazer uma digressão, isto é, contextualizar inicialmente a agência responsável pela sua criação. Isso porque tanto os acervos, quanto o Museu do Índio, devem ser entendidos dentro de uma hierarquia institucional, como resultado de um processo pelo qual vinha passando o Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Somente a partir de 1942, com a instituição da Seção de Estudos em sua estrutura administrativa, o Serviço começou a ter uma política de recolhimento de materiais etnográficos, visual e sonoro, que viriam a compor o futuro museu, entendido como uma “subseção” da Seção de Estudos. Assim sendo, creio ser necessário apresentar, de modo resumido, como e porque aquele Serviço foi criado. A partir destas informações poderemos observar, gradativamente, os fatos que levaram à criação da Seção de Estudos e, conseqüentemente, do Museu do Índio.

Para abordar o desenvolvimento dos processos de implantação da Primeira República no Brasil (1910-30), no que tange a sua estrutura burocrático-administrativa, é necessário ter-se em vista os interesses econômicos e políticos presentes naquele contexto. O Brasil havia se tornado uma República, mas continuava a existir um rei: o café. Razões não faltavam para que o café fosse associado à figura de um rei. Por exemplo, em 1905, só no Estado de São Paulo havia 689 milhões de cafeeiros, o que o tornou responsável pela comercialização da metade do café mundial.

Em torno da economia do café existia uma grande euforia comercial que vinha desde o período do Império, se estendendo até os primeiros anos da República. Aqueles que mais tinham a lucrar com a monocultura cafeeira eram principalmente os plantadores, comerciantes e banqueiros que investiam uma quantidade sempre maior de recursos em transações comerciais e financeiras, o



que lhes possibilitava, também, participar das decisões do Governo. Mas qual era, por exemplo, a situação daqueles agricultores que não produziam café? Lima<sup>3</sup> responde esta pergunta ao recuperar a história da criação do SPI.

Para o autor, os fatos não corroboravam a versão oficial, que confere à criação do Serviço de Proteção ao Índio a atribuição de uma resposta do Estado para solucionar os constantes conflitos que envolviam terras no sul do país habitadas por índios, em sua maioria Kaingang e Xokleng. Terras estas que vinham sendo destinadas à implantação de colônias de imigrantes alemães e italianos e, ainda, às ações do Estado para construção de linhas férreas. O resultado destes episódios era traduzido em morte e extermínio daquelas populações, que teriam sido defendidas pelo então diretor do Museu Paulista, Hermann von Ihering. A situação provocou, a partir de 1908, na imprensa da época, principalmente pelo *Jornal do Comércio*, um debate público que envolveu autoridades políticas e civis.

Para Lima, tais fatos, mesmo que relevantes para a época, não teriam tido força o suficiente para que o Estado tomasse para si o destino dos índios, criando assim um núcleo estatal, como foi o Serviço de Proteção aos Índios, para proteger e defender os interesses das populações indígenas. Para Lima, a criação de um núcleo daquela natureza esteve relacionada aos objetivos políticos e econômicos de um seguimento agrário não relacionado com a agricultura do café, distribuído pelo território nacional e que, além de formadores de opinião, detinham um capital político significativo devido às alianças que mantinham com alguns opositores do então governo.

Este grupo, segundo Mendonça,<sup>4</sup> congregou seus interesses já em 1897, ao fundar a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), com o objetivo de reorganizar a agricultura do país, em bases científicas, depois do abalo que sofrera durante o Império em decorrência da perda do trabalho escravo. A proposta da SNA era diversificar a produção agrícola por meio da introdução de ensino técnico e da mecanização, e assim poder fixar a mão-de-obra no campo.

---

<sup>3</sup> LIMA. Antônio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz*, 1995.

<sup>4</sup> Sobre o assunto ver: MENDONÇA, Sônia Regina de. *Ruralismo, agricultura, poder e Estado na primeira República*, 1990.

O governo, a fim de cooptar aliados que se encontravam à sua margem, entre eles os membros da SNA, acenou com a criação de um aparelho estatal de menor peso político que outros ministérios, como o da Fazenda, responsável pelo gerenciamento da economia do café. Entre outras atribuições, este núcleo ficaria incumbido da fixação de mão-de-obra em pequenos lotes de terra e atuaria importando a tradição norte-americana, onde agricultura, ciência e Estado caminhavam juntos. Cabendo ao último efetivar, através de mecanismos organizacionais, a política científica para a área agrícola: criando metas, concedendo financiamento e gerando infraestrutura para o desenvolvimento científico. Em contrapartida, a ciência ali produzida serviria para dar legitimidade ao Estado, ao converter a política em uma técnica e numa engenharia social, fomentando a ideia de um Estado racional.

Para os integrantes da SNA, a criação de um núcleo daquela natureza vinha em resposta a um apelo que começou a ser manifestado 1901, por ocasião do I Congresso Nacional de Agricultura. Contudo, devido a manobras políticas e mudanças presidenciais, a proposta para criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), apresentada a Câmara em 1902 e aprovada em 1906, só foi efetivamente implantada em 1909, durante o governo de Nilo Peçanha, pelo Decreto nº 7.727 de nove de dezembro daquele ano, cujo conteúdo já previa um núcleo destinado à “catequese dos índios”.

O primeiro ministro foi Antonio Cândido Rodrigues, engenheiro paulista e cafeicultor que, devido a suas ligações políticas com o então governador de São Paulo, opositor ferrenho de Nilo Peçanha, foi afastado do cargo, sendo substituído por Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda. Segundo Lima, foi Miranda o responsável pela implantação do então Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), em 20 de junho de 1910, pelo Decreto nº 8.072. A partir de 1918, passou a se chamar somente Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Daí retirar do suposto “debate”, que envolveu o diretor do Museu Paulista, Hermann von Ihering, e grupos sociais ligados à questão indígena, o fator decisivo para a criação do então SPILTN; pois uma ação política voltada para aquelas sociedades já se encontrava em andamento em período anterior.

## **1.2. O Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais e Rondon**

Seguindo ainda as informações fornecidas por Lima, foi Miranda o responsável pela entrada em cena do então tenente coronel Cândido Rondon, que ficaria à frente do SPI e cuja atuação já era reconhecida devido a sua atividade à frente da implantação de linhas telegráficas na região centro oeste do país.

A entrada de Rondon neste cenário serve como exemplo de como se formam as “redes sociais”, que acabam por aproximar agências e agentes dotados de uma inserção determinada na estrutura social, sustentados por canais específicos que atendem aos interesses do Estado. A escolha de Rondon como candidato à direção do Serviço teria partido de Sérgio de Carvalho, na ocasião ex-professor de Antropologia, Etnologia e Arqueologia do Museu Nacional, membro da Sociedade Nacional de Agricultura e consultor técnico do gabinete do Ministro da Agricultura para assuntos relacionados ao ensino agrícola.

Para Lima, a sugestão do nome de Rondon surgiu durante uma visita que Miranda fez, em fevereiro de 1910, ao Museu Nacional, órgão pertencente ao MAIC, na busca de informações sobre a “catequese de índios” e a reabilitação do trabalhador nacional. Após esta visita, Miranda teria encaminhado uma carta, datada de março de 1910, convidando o tenente Coronel Rondon a assumir a direção do Serviço. A indicação ganhou força por sua experiência no contato com os povos indígenas, adquirida durante as atividades à frente da implantação de postos e linhas telegráficas, que teve início em 1890, e, ainda, pelas relações que Rondon mantinha com o Museu Nacional. Some-se a estes fatos, a notoriedade que seu nome já havia alcançado na imprensa da época, o que o colocava como formador de opinião.

O Museu Nacional vinha participando desde 1910 – representado por naturalistas, zoólogos e etnólogos – de algumas Comissões de Implantação de Linhas Telegráficas chefiadas por Rondon, recolhendo material para ser classificado e, posteriormente, divulgado na comunidade científica da época. Esta parceria rendeu ao Museu Nacional coleções etnográficas significativas, objetos

recolhidos durante as Comissões. Sobre este assunto, Rondon deu seu depoimento na Ata da 15<sup>o</sup> Seção do CNPI, em 1946:

*A lendária Comissão Telegráfica cumprindo as instruções do Ministério da Viação Doutor Miguel Calmon do Pin e Almeida, sintetizadas na decisiva ordem: 'Estudar os recursos naturais da região percorrida', requisitou do Museu Nacional, isto é, do seu preclaro Diretor Batista de Lacerda, os naturalistas indispensáveis para completar o pessoal militar da Comissão encarregada de penetrar os sertões do Noroeste de Mato Grosso e galgar os do Oeste do Amazonas até alcançar o Acre, e nessas regiões assentar a Linha Telegráfica que as ligasse à Capital da República. Assim foi que a referida Comissão partiu para o Grande Reconhecimento, acompanhada de provectoros Naturalista, que pesquisaram em Zoologia, Geologia, Botânica e Etnologia (...). Pois, a Comissão Telegráfica auxiliada pelos seus íntegros Naturalistas, coligiu material, estudou-os e publicou o resultado desses estudos em Relatórios e Conferências, satisfazendo assim a maior aspiração de seu devotado Diretor.<sup>5</sup>*

De encontro às indicações técnicas vinham as de cunho pessoal, isto é, os laços de amizade que ligavam Rondon aos irmãos Horta Barbosa, primos de Mário Barbosa Carneiro, diretor geral de contabilidade do MAIC durante toda a primeira República. O primeiro dos irmãos, Júlio Caetano, ao se graduar engenheiro militar, em 1908, entrou para a Comissão Rondon, participou dos trabalhos de administração, exploração e construção de postos e linhas telegráficas, ficando ao lado de Rondon durante quinze anos.

Nicolau Bueno, ainda como alferes, participou de trabalhos na Comissão, desde sua implantação em 1900, até 1910, ficando responsável pelo escritório central da Comissão. Francisco Bueno participou da construção da linha no sul de Mato Grosso aonde veio a falecer. E o último dos Horta Barbosa, Luís Bueno, integrou o grupo que estruturou o Serviço, sendo seu diretor de 1918 até 1921. Todos estiveram vinculados à Comissão e, como Rondon, participavam do apostolado positivista.

As redes sociais não terminavam aí, Rondon também era ligado a Hermes da Fonseca, pois durante sua formação militar serviu como mediador entre o Exército e a Marinha no período da Proclamação da República, se afastando mais

---

<sup>5</sup> Relatório Anual do CNPI de 1946, Ata da 15<sup>o</sup> Seção, documento original. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

tarde do “poder” em lealdade à sua formação como militar, que determinava o não envolvimento da classe na vida pública; conforme estabeleceu o exército após sua reformulação baseada nos moldes da Missão Francesa. Foram as atividades exercidas por Rondon, somadas às relações pessoais que mantinha, as responsáveis pela indicação de seu nome à frente do futuro SPI.

Lima também informou que Rondon respondeu como diretor do Serviço por apenas sete meses, mas continuou a figurar como tal até 1930, por coincidência, mesmo ano da extinção oficial da “Comissão Rondon”. Claro está que ele não poderia atuar em duas frentes.

### **1.3. As ligações entre o SPI e a Comissão Rondon**

Após a desativação da Comissão Rondon, em 1915, apenas os trabalhos de manutenção dos postos telegráficos e de execução de mapas cartográficos foram mantidos. De 1915 a 1930, com o apoio da infraestrutura montada para as comissões de linhas telegráficas – salas de desenho e laboratórios de montagem e revelação de filmes e fotos –, Rondon organizou várias expedições geográficas chefiadas por seus correligionários. A intenção era criar novos levantamentos topográficos da região centro oeste, a fim de corrigir alguns dados e publicar uma carta geográfica da região. Os desenhos eram executados nas salas situadas na rua das Laranjeiras, nº 232, e as imagens, tanto fotográficas quanto fílmicas, nos laboratórios localizados em algumas salas do térreo do Instituto Benjamin Constant, no bairro da Urca. Os produtos materiais recolhidos durante aqueles eventos, assim como os recolhidos durante o período de funcionamento das Comissões, eram encaminhados para o Museu Nacional. De 1910 até 1930, através das atividades realizadas por Rondon à frente das Comissões de implantação de linhas telegráficas, e também das expedições geográficas, foram encaminhadas para o Museu Nacional 3.380 peças indígenas, 5.676 espécimes animais e 8.837 espécimes vegetais, relacionadas por Lima<sup>6</sup> e Mendes<sup>7</sup>. Sobre o assunto, Rondon deixaria um depoimento em Ata da reunião do Conselho de 1944.

---

<sup>6</sup> LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Os museus de história natural e a construção do indigenismo*, p. 45.

*Quando a Comissão Rondon fechou para os sertões, nós brasileiros, éramos exatamente os que tinham menos autoridade para dizer dos indígenas de Mato Grosso, a respeito das quais pouco ou quase nada sabíamos de conhecimento próprio, os únicos estudos etnográficos em que havia noções sobre esses silvícolas eram subscritos por estrangeiros, entre os quais os Dr. Karl von den Stein, Poul Ehrenreich e Max Schmidt. O nosso descaso por estes estudos era agravado pela indigência dos nossos museus, sobretudo o Museu Nacional, onde foi a coleção Guido, da tribo Bororo, doada por Maria do Carmo de Melo Rego, só se encontrava um ou outro artefato de alguma tribo, ao passo que as amostras dos museus estrangeiros, particularmente os da Alemanha, exibiam ternos completos de ornamentos, de objetos domésticos e de indumentária das tribos do alto Xingu, do Bakairi, dos Pareci, dos Bororo e outros. É, de fato, ele reivindica para os museus estrangeiros essa proveniência, que hoje, cabe, sem dúvida, ao nosso Museu Nacional, e fá-lo a golpes de sobre-humano esforços, arrecadando e recolhendo a este estabelecimento, a todo preço e sem medir sacrifícios, os objetos indígenas de todos estes que obtivessem, pessoalmente, ou por intermédio de seus auxiliares. É assim que, no dizer de conspícuo professor do Museu Nacional, o General Rondon, durante sua peregrinação pelos sertões, supriu este estabelecimento de mais material etnográfico de que todas as suas aquisições de um século.<sup>8</sup>*

O que se percebe é que Rondon assume oficialmente a direção do SPI, mas não deixa de exercer as atividades ligadas ao reconhecimento topográfico da região centro oeste. Simultaneamente controla, por meio de seus correligionários, o Serviço de Proteção aos Índios e as expedições geográficas, aparentemente distintas, mas que se combinava em interesse e tema. À medida que promovia as expedições de caráter técnico-administrativo, voltadas para a manutenção de redes telegráficas, aproveitava para implantar e administrar postos indígenas, de caráter assistencialista, que eram entregues aos seus correligionários militares. O produto material das expedições era encaminhado para o Museu Nacional, como uma espécie de “pagamento” pela cessão de técnicos, que por sua vez também acabariam reforçando a importância daquelas iniciativas por meio da elaboração e divulgação de artigos, cuja circulação atingiria a elite intelectual da época envolvida com a questão indígena.

---

<sup>7</sup> MENDES, Marcos de Souza. *Heinz Foerthmann*, p. 52.

<sup>8</sup> Relatório Anual do CNPI, de 1944, documento original, Ata da reunião de 4/10/1944. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

Estando também à frente do SPI, o círculo se fechava, pois o domínio sobre o território, e as ações sobre aqueles povos, atingiriam um duplo objetivo: político e social. Político porque evitaria os conflitos entre índios e segmentos da sociedade nacional, atraindo e pacificando. Social porque estava civilizando aquela parcela da população por meio de técnicas que incluíam a educação, o aprendizado do português, o ensino de técnicas agrícolas e pecuárias e regularizando a situação de suas terras. O *lócus* principal destas ações eram os Postos Indígenas, que por sua vez eram derivados dos postos militares implantados pelas Comissões. Neste ambiente, considerado uma “unidade de ação”, o índio era agremiado e tutelado pelos agentes do SPI, liberando, deste modo, seu antigo território para o aproveitamento tanto pelo Estado quanto para a iniciativa privada. Naquele novo ambiente os índios eram induzidos a abandonar suas práticas tradicionais, principalmente as agrícolas, substituídas por novas práticas orientadas pelo conhecimento científico, que a médio e longo prazo os transformariam em trabalhadores nacionais, autossuficientes economicamente.

Toda esta “engenharia” carregava uma ideia subjacente, ou seja, o índio, como uma categoria social e étnica, era passível de evoluir e atingir a civilização, sendo para isso necessário implantar uma *proteção fraternal*, com base no ideal positivista e por meio de uma disciplina militar, que Lima denominou de “cerco de paz”, onde um só um aparelho do Estado era capaz de conduzir, ou seja, o SPI.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Foge ao escopo deste trabalho detalhar os debates e polêmicas ocorridos no início do século XX sobre a questão indígena, que culminou na criação do SPI em 1910. Esteve envolvido com aquele tema o Apostolado Positivista do Brasil, agentes sociais reunidos em entidades tais como: Sociedade de Etnografia e Civilização dos Índios, Associação de Proteção e Auxílio aos Silvícolas do Brasil, Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas, Comissão Protetora da Defesa e Civilização dos Índios e a igreja católica. As ideias sobre como melhor conduzir ou resolver o problema indígena foi veiculado, principalmente, pelos jornais como: *Jornal do Comércio* (RJ), *O Paiz* (RJ), *Jornal do Brasil* (RJ) e *Jornal do Comércio de São Paulo* (SP). Entre as ideias propagadas sobre os conflitos envolvendo os povos indígenas, dentro do quadro político da época, três tendências ganharam relevo: os que defendiam o extermínio dos índios por verem neles um impeditivo para o avanço econômico defendido por uma oligarquia conservadora; os que defendiam a permanência da Igreja na condução da incorporação dos índios por meio da catequese, representada pelo Clero; e aqueles que defendiam a intervenção do Estado na proteção dos povos indígenas orientado por princípios leigos. Sendo esta última corrente, a que saiu vencedora. Primeiro, devido ao próprio momento político em que Estado e Igreja foram separados como determina a orientação republicana e, segundo, por ter sido os positivistas os líderes do movimento que culminou na proclamação da República, leia-se os militares, grupo onde o positivismo de August Comte encontrou maior aceitação no Brasil. A doutrina de Comte era baseada na teoria dos três estados, onde o conhecimento humano estaria sujeito a passar, inevitavelmente, por sucessivos estados na sua evolução: o teológico, o metafísico e o positivo. Assim, as sociedades mais primitivas e os povos mais civilizados se encontravam em estados diferentes dessa evolução. (Sobre a implantação do SPI e sua

#### 1.4. A embrionária Seção de Estudos: o Serviço Etnográfico

Após sua criação em 1910, o SPI permaneceu no âmbito do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, tendo simbolicamente Rondon como Diretor. Em 1930, após a Revolução, o SPI foi retirado daquela estrutura administrativa e passou a fazer parte da estrutura do recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio permanecendo neste ambiente até 1934, quando foi transferido para o Ministério da Guerra onde permaneceu até 1939, retornando para o então reestruturado Ministério da Agricultura, mas operando com regimento provisório datado de 1934, quando pertenceu ao Ministério da Guerra. Aquele regimento lhe organizava com uma diretoria e duas seções, denominadas simplesmente de 1º e 2º Seções. A 1º Seção era responsável pela atividade administrativa do SPI, ou seja: “a contabilidade e escrituração dos bens pertencentes ao patrimônio nacional e ao dos índios, em todos os estabelecimentos deste Serviço”.<sup>10</sup> À 2º cabia a orientação dos trabalhos de assistência aos índios e sua fiscalização, estrutura que foi instalada nas salas do quarto andar do “Edifício Deodoro”, localizado na Avenida Graça Aranha, nº 81.

Em dezembro de 1941 o SPI recebeu verbas para efetivar um “Serviço Etnográfico” que ficou responsável pelo desenvolvimento da pesquisa etnográfica do SPI. O novo “serviço” tinha por objetivo o registro das comunidades indígenas por meio de fotos e filmes, e ficou sob a responsabilidade da 2º Seção, a cargo do então engenheiro militar Antonio Estigarribia, local e agente aonde o conhecimento tutelar do órgão vinha sendo depositado.

Como as verbas só chegaram em dezembro de 1941, sua aplicação ocorreu no ano seguinte, pois era necessário organizar os meios para a efetivação daquela atividade, devido a mesma não ser familiar às ações do Serviço. Em abril de 1942, Estigarribia encaminhou um parecer técnico à direção do órgão, explicitando as finalidades do novo serviço e defendendo os motivos de sua organização. Neste documento ficaram mais claras a que se destinava a promoção de pesquisas

---

operacionalidade ver respectivamente: **GAGLIARDI**. *O indígena e a República*. 1989 e **LIMA**, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz*. 1992.

<sup>10</sup> Relatório do SPI de 1942. MF. 387, S/FG. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.



etnográficas por parte do SPI. O documento insinua também que a implantação do Serviço Etnográfico era uma medida experimental do SPI, já que se tratava de núcleo que ainda estava em estudo, a ser incluído no novo Regimento Interno da agência que vinha sendo organizada pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP); como podemos verificar no trecho:

*Em assunto de etnografia, e estudos correlatos, das nossas tribos indígenas, o SPI não teve até 1941, por falta de recurso, nenhuma iniciativa. Os recursos de que este serviço dispôs não deram nunca nem mesmo para acudir aos índios nas suas mais prementes e imediatas necessidades. Os dispositivos regulamentares em que entrou o SPI a partir, seguramente, de 1940 era natural que tais estudos fossem levados em consideração, sem demora, porque para serem completos e suficientes, é preciso observar o índio mais próximo possível do seu estado primitivo. E essa observação irá se tornando mais difícil a proporção que as tribos, em virtude dos auxílios, ensinamentos e convivência que o SPI lhes oferece, e elas espontaneamente aceitam, se vão infiltrando de ideia, costumes e instituições alienígenas que dentro em pouco desfigurarão todo o quadro do seu viver primitivo, cujo conhecimento pode trazer muita luz a detalhes das grandes leis da evolução humana. E poucas são já as tribos facilmente acessíveis, onde se possa encontrar intato algo de primitivo. O que caracteriza bem essa tendência atual do SPI a completar-se, instituindo essa Seção de estudos em sua organização, é a existência da letra d) no art. 1º do seu projeto de regimento, ainda em preparo, assim concebida: “proceder ao estudo e investigação das origens, línguas, ritos, tradições, hábitos e tendências do índio brasileiro, bem como efetuar o levantamento da estatística geral das populações indígenas, como declaração dos elementos citados e as suas profissões e situação geral”. É ao cumprimento desse dispositivo que corresponde a nova Seção etnográfica, cuja organização esta sendo procedida.<sup>11</sup>*

---

<sup>11</sup> Informação nº 18. MF. 335, FG. 584. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.



O Dr. Antonio Estigarribia, chefe da Secção de Orientação e Fiscalização do S. P. I., em sua mesa de trabalho 12

Nas palavras de Estigarribia estão inclusas uma série de preocupações dos agentes do SPI em um plano mais amplo da conjuntura política e cultural do país, do qual o SPI não se encontrava alheio. Para melhor compreendermos as várias questões imbricadas no seu texto, se faz necessário dividi-lo em parágrafos, e examiná-los separadamente.

No primeiro parágrafo Estigarribia se refere aos estudos etnográficos dentro da esfera do SPI:

*Em assunto de etnografia, e estudos correlatos, das nossas tribos indígenas, o SPI não teve, até 1941, por falta de recurso, nenhuma iniciativa. Os recursos de que este serviço dispôs não deram nunca nem mesmo para acudir aos índios nas suas mais prementes e imediatas necessidades.*<sup>13</sup>

<sup>12</sup> Foto 1: Cel. Antonio Estigarribia. Reprodução fotográfica retirada da publicação “Serviço de Proteção aos Índios”, ano VI, vol. III, nº 3, 1943.

<sup>13</sup> Informação nº 18. MF. 335, FG. 584. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

Sobre este assunto, Lima<sup>14</sup> informou que já fazia parte das intenções do SPI, desde sua organização no Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, criar um núcleo para organizar o “Saber Tutelar”. Esta necessidade, segundo o autor, esteve relacionada a um problema estrutural do SPI. Qual seja: o poder dos inspetores regionais, responsáveis diretos pela tutela dos índios nos postos e aldeias indígenas e pela representatividade do Serviço junto aos governos locais.

Como a maioria daqueles agentes eram servidores civis recrutados entre a população não índia local, suas ações necessitavam de constante vigilância por parte da direção do órgão, pois eram percebidos como agentes fáceis de serem cooptados tanto pelos políticos locais, quanto por agentes do segmento agrário ou extrativista, contrários às ações tutelares do SPI. Este problema obrigava a direção do SPI a manter permanente vigilância sobre eles, efetivada, principalmente, pela 2º Seção.

O SPI acreditava que a solução do problema estaria na criação de um núcleo responsável pela sistematização de todo o conhecimento adquirido da experiência tutelar, isto poderia gerar a base dos procedimentos a serem adotados pelo Serviço que seriam absorvidas a seu favor. Posteriormente, o material seria então repassado para os inspetores, qualificando-os no trato com os índios e na aplicação de medidas que acelerassem a integração.

Supunha-se que o melhor entendimento sobre aquelas comunidades, e sobre o trabalho do SPI, acabaria por evitar o aliciamento dos inspetores contrários às causas do SPI. Como medida intermediária, o Serviço vinha há anos promovendo alianças com algumas agências responsáveis pela produção cultural das populações indígenas. Mas, devido a própria característica dos estudos etnográficos do período, desenvolvidos dentro do paradigma evolucionista, a questão ainda não havia sido resolvida. As análises promovidas por Lima responderam em parte aos interesses que estiveram em jogo para a criação de um núcleo que promovesse e organizasse o conhecimento sobre os povos tutelados pelo SPI.

---

<sup>14</sup> LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz*, pp. 208-10.

Outra questão levantada por Estigarribia encontra-se no segundo parágrafo de sua fala e está relacionada à reestruturação do SPI no âmbito do Ministério da Agricultura:

*Os dispositivos regulamentares em que entrou o SPI a partir, seguramente, de 1940, era natural que tais estudos fossem levados em consideração, sem demora, porque para serem completos e suficientes, é preciso observar o índio mais próximo possível do seu estado primitivo.*<sup>15</sup>

As constantes mudanças pelas quais passou o Serviço de Proteção aos Índios de 1930 até 1939, brevemente citadas no início deste capítulo, estão relacionadas a uma série de questões que envolveram tanto o domínio e o reconhecimento dos territórios onde os povos indígenas se encontravam, quanto a economia agrícola do país.

Para Lima<sup>16</sup> os motivos que levaram o SPI a fazer parte da estrutura do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), estão relacionados à questão fundiária, ou seja, o povoamento das áreas rurais e seu controle por parte do estado. Lima apontou que a política social daquele ministério esteve principalmente direcionada para os trabalhadores das áreas urbanas, sendo que as áreas rurais, espaço territorial onde as populações indígenas se concentravam, eram tratados pelo Ministério através do Departamento Nacional do Povoamento, cuja ênfase estava na organização cooperativista e no controle de estrangeiros. Neste ambiente, o SPI ficou reduzido a uma seção dentro daquele Departamento. Esta posição significava o fim de sua autonomia financeira e do tipo de ação que imprimia. Diante da dificuldade imposta por sua hierarquia dentro do MTIC, os agentes do SPI articularam sua transferência para o âmbito do Ministério da Guerra, ambiente institucional do qual a maioria dos integrantes do SPI eram oriundos e cuja política, voltada para a defesa das fronteiras territoriais, era desenvolvida. A mudança ocorreu em 1934, sob alegação que o tipo de ação que o SPI praticava estava mais próxima aos ideais daquele Ministério.<sup>17</sup>

---

<sup>15</sup> Informação nº 18. MF. 335, FG. 584. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>16</sup> LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz*, p. 201.

<sup>17</sup> Idem. p. 203.

A passagem de um ministério para outro indica que o problema indígena ainda não havia encontrado nicho próprio, mas a literatura oficial aponta como fator da reorganização do SPI – primeiro no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e, posteriormente, no Ministério da Guerra –, as reformas administrativas promovidas por Vargas durante seu governo provisório.

Em 1937, com a implantação do Estado Novo, uma nova mudança substancial ocorreu na organização administrativa já estabelecida, marcada principalmente pela criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em 1939. A partir da nova estrutura organizada pelo DASP é que podemos melhor compreender a reorganização do SPI no Ministério da Agricultura, visto que aquele ambiente, e a política agrícola e fundiária que visava aplicar, era o que melhor apresentava as condições de criar políticas públicas voltadas para as populações indígenas.

O Ministério da Agricultura, desde o primeiro governo de Vargas, ficou responsável pela organização da economia agrária do país e, após o golpe de 1937, passou por uma nova organização. Apolônio Sales em *O Ministério da Agricultura no Governo Vargas (1930-1944)*, informou que:

*(...) de tal reforma (de 1938), se avolumaram os encargos do Ministério da Agricultura, que nova estruturação foi necessária. Destarte, todos os encargos relativos a economia agrária (...). O então Serviço de Irrigação, Reflorestamento e Colonização foi inteiramente reestruturado. (...) a Seção de Colonização foi transformada na Divisão de Terras e Colonização, do Departamento Nacional da Produção Vegetal<sup>18</sup>.*

Ou seja, a Seção de Colonização ganhou mais importância dentro da estrutura do Ministério. Com a criação daquela Divisão, o Ministério procurou desenvolver políticas de fixação da mão-de-obra no campo, associada à criação de colônias agrícolas com infraestrutura que viabilizasse o treinamento no manejo do solo ou nas atividades extrativistas e, também, incrementou as pesquisas e estudos sobre as condições socioeconômicas do trabalhador das zonas rurais. Independente do status jurídico que ocupava a população indígena no Código Civil brasileiro, esta foi, desde a criação do SPI, uma categoria para a qual as políticas

---

<sup>18</sup> SALES, Apolônio. *O Ministério da Agricultura no Governo Vargas (1930-1944)*, p. 8.

públicas estiveram voltadas na tentativa de enquadrá-los como “trabalhadores nacionais”, devido não só a sua localização geográfica, mas também por apresentarem um elevado contingente populacional. Mas a aplicação desta política sobre as comunidades indígenas encontrava um entrave: a mobilidade dos grupos associada ao seu modelo de organização social e econômica que tanto dificultava sua fixação em pequenos lotes de terra, quanto impedia sua transição para a categoria de trabalhador nacional.

É dentro deste espírito que devemos entender a reestruturação do SPI dentro do Ministério da Agricultura. O tipo de política que o Ministério estava adotando para as populações rurais, com a criação de Colônias Agrícolas, era passível de ser estendida à população indígena. Mas, para a eficácia daquelas ações, era necessário criar condições de fixação daqueles grupos em áreas específicas e conhecer seu *modus operandis*. O SPI já possuía um capital acumulado em ambas as esferas, faltando-lhe a criação de um núcleo específico para reuni-lo. Oportunidade aberta com sua inclusão naquele Ministério, cujos objetivos direcionados para as comunidades indígenas envolviam qualificação de sua mão-de-obra por meio de ações pedagógicas. Para tanto, era necessário o mapeamento daquelas comunidades para identificação daquelas que estariam mais aptas a receberem, com menos resistência, tais medidas. Objetivo que requeria o levantamento de sua situação sociocultural.

Para atingir tal objetivo não bastava apenas reorganizar o SPI nos quadros daquele Ministério, era necessário criar mecanismos que viabilizassem a política de integração, levando-se em consideração as singularidades de cada povo; objetivo que só seria alcançado mediante a observação, *in loco*, de seu funcionamento. Com meta tão pragmática, era o SPI que estava habilitado a procedê-la, necessitando apenas dos meios necessários para a sua execução. Associada a esta ideia, estava outra, que fugia ao escopo do Ministério, mas estava entre as preocupações sociais e culturais da época levantadas por um grupo de intelectuais. Na esfera mais abrangente havia a preocupação com a formação dos patrimônios culturais e, na mais específica, representada pelos envolvidos com a questão indígena, estava a necessidade de inventariar o

patrimônio cultural dos povos indígenas.<sup>19</sup> Ou seja, em ambos os casos era preciso documentar o que até aquele momento havia sido recolhido e o que ainda restava de tradicional daquelas culturas.

É dentro desta preocupação que o terceiro parágrafo do discurso de Estigarribia se enquadra:

*E essa observação irá se tornando mais difícil à proporção que as tribus, em virtude dos auxílios, ensinamentos e convivência que o SPI lhes oferece, e elas espontaneamente aceitam, se vão infiltrando de ideia, costumes e instituições alienígenas que dentro em pouco desfigurarão todo o quadro do seu viver primitivo, cujo conhecimento pode trazer muita luz a detalhes das grandes leis da evolução humana. E pouca são já as tribus facilmente acessíveis, onde se possa encontrar intato algo de primitivo<sup>20</sup>*

Para Schwartzman,<sup>21</sup> a ciência e a educação não estavam entre as maiores prioridades do governo Vargas, mas uma orientação nesse sentido era um meio de aglutinar apoio e, também, contribuir para o projeto de modernização do país. Ciência e educação geravam conhecimento, e a falta deste era vista pelos tecnocratas de Vargas como empecilho para o desenvolvimento do país. Segundo o mesmo autor foi a necessidade de conhecimento associado ao programa desenvolvimentista que levou Vargas a tomar medidas e desenvolver ações voltadas para o problema. Estas necessidades teriam conduzido o governo a criar e remodelar uma série de faculdades e institutos de pesquisas.<sup>22</sup>

Outra característica do período Vargas, apontada por Wahrlich<sup>23</sup>, era o modelo orgânico de funcionamento das instituições. Havia uma coordenação de ações entre os vários núcleos que compunham a estrutura administrativa, o que possibilitava que departamentos distintos viessem a realizar atividades comuns, desde que trabalhassem de modo harmônico e cooperativo, visando que a experiência de um aproveitasse a do outro, e as questões comuns fossem

<sup>19</sup> Sobre a questão do discurso sobre o patrimônio cultural nacional ver: **GONÇALVES**, José Reginaldo. *A retórica da perda*, 2002; **FONSECA**, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*, 2005; **INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL**. *Ideólogos do patrimônio cultural*, 1991. Sobre patrimônio cultural indígena ver: **GRUPIONI**, Luis Donisete Benzi. *Coleções e expedições vigiadas*, 1998.

<sup>20</sup> Informação nº 18. MF. 335, FG. 584. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>21</sup> **SCHWARTZMAN**, Simon. *Um espaço para a ciência*, cap. V, p. 9, 1979.

<sup>22</sup> Refiro-me à criação da Universidade do Brasil em 1937 e à reorganização do Instituto de Biofísica e de Química durante o Estado Novo.

<sup>23</sup> **WAHRLICH**, Beatriz M. de Souza. *Reforma administrativa na era de Vargas*, p. 8.

resolvidas com o concurso dos interessados. Assim sendo, a geração de conhecimento sobre as populações indígenas não ficaria restrita às faculdades de ciências sociais e aos museus de ciências naturais. Mas poderia se estender a núcleos como o SPI, afinal, único órgão oficial da política indigenista, cujo conhecimento sobre aquelas populações vinha sendo acumulado desde 1910; característica que fica clara nas palavras que encerram o texto de Estigarribia.

*O que caracteriza bem essa tendência atual do SPI a completar-se, instituindo essa Secção de estudos em sua organização, é a existência da letra d) no art. 1º do seu projeto de regimento, ainda em preparo, assim concebida: “proceder ao estudo e investigação das origens, línguas, ritos, tradições, hábitos e **tendências do índio brasileiro**, bem como efetuar o levantamento da estatística geral das populações indígenas, **como declaração dos elementos citados e as suas profissões e situação geral**”. É ao cumprimento desse dispositivo que corresponde a nova Secção etnográfica, cuja organização esta sendo procedida (grifo do autor).<sup>24</sup>*

Ou seja, cabia ao recém implantando Serviço Etnográfico promover o inventário cultural das populações e seu levantamento estatístico, objetivos que, conjugados, forneceriam um quadro geral de como se encontravam aquelas populações, medida que viabilizava identificar não apenas o seu *modus operandis*, mas também o número de mão de obra disponível, o grau de habilidade de seus indivíduos para o exercício de uma atividade econômica, e sua situação geral, traduzida pelo levantamento do seu percentual de “assimilação” à sociedade nacional. No entanto, a maneira como aquelas atribuições foram colocadas por Estigarribia e os termos por ele utilizados faziam com que as atividades também se prestassem a atender aos objetivos dos envolvidos com a questão indígena, que além de estarem promovendo levantamentos daquela natureza também vinham insistindo para que a agência estatal contribuísse com informações.

Em abril de 1942 oito novos funcionários foram contratados para atuarem no “Serviço Etnográfico”, apenas quatro nos interessam, pois os demais

---

<sup>24</sup> Informação N° 18. MF. 335, FG. 584. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.



desempenharam tarefas administrativas servindo como elemento de apoio para as atividades técnicas desenvolvidas pelos primeiros. Foram eles: Harald Schultz, Heinz Foerthmann, Charlotte Sophie Rosenbaum e Nilo de Oliveira Velloso. Em comum, tinham as experiências profissionais em fotografia e cinematografia, o que em certa medida contrariava o discurso sobre a finalidade do Serviço Etnográfico, que visava promover pesquisas e estudos etnográficos, atividade que exigia conhecimento específico para sua prática. No entanto, os contratados não apresentavam experiência no assunto.

Harald Schultz foi designado para chefiar o Serviço Etnográfico, na época estava com 33 anos e sua experiência advinha de trabalhos desempenhados como técnico do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), durante cinco anos, no Governo Vargas. Segundo Mendes,<sup>25</sup> Schultz ingressou no SPI a convite do próprio Vargas, por ser filho de um cirurgião alemão que teria prestado serviço ao seu pai em sua especialidade.

Observa-se que o DIP foi criado, em 1939, da fusão de três Departamentos: o Departamento Oficial de Publicidade (DOP), em 1931. Este foi substituído, em 1934, pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), que veio a se transformar em 1938 em Departamento Nacional de Propaganda (DNP), e, finalmente, deu lugar ao DIP.<sup>26</sup> Se levarmos em consideração a experiência de cinco anos de Schultz naquele Departamento, concluímos que ele passou por parte do processo que lhe deu origem e, durante aquele período, foi treinado na realização de programas oficiais que buscavam sempre dar ênfase às atividades do governo, visto que as ações do DIP estavam orientadas para a construção da imagem do Estado a nível nacional.

Uma segunda observação relacionada ao período em que Schultz esteve em atividade no DIP é sobre a sua organização. Os antigos Departamentos que lhe deram origem faziam parte da estrutura administrativa do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Com a criação do DIP, sua organização ficou subordinada ao

---

<sup>25</sup> MENDES, Marcos de Souza. *Heinz Foerthmann*, p. 60.

<sup>26</sup> Sobre o assunto ver: CAPELATO, Maria Helena. *Propaganda política e controle dos meios de comunicação*, 1999; CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-45)*, 1997.

gabinete da presidência, ambiente que de certo aproximou Schultz de Vargas; considerando-se ainda os laços de amizade entre o pai de ambos.

Inserir Schultz em uma empreitada etnográfica, organizada pela agência oficial do governo, cuja pesquisa contava com a geração de imagens, era oportuno para Vargas, por dois aspectos: Schultz estava familiarizado com o tipo de mensagem que o governo buscava veicular, o que significava garantia de imagens dentro de um formato já reconhecido pelo Estado; e, ainda, porque sua presença fortalecia os laços de solidariedade entre Estado e seus agentes, prática que vinha sendo adotada pelo governo Vargas. Some-se a estas questões a necessidade do Estado em divulgar o projeto de desenvolvimento, integração e nacionalização do centro oeste, traduzido pela campanha “Marcha para o Oeste”.<sup>27</sup> Espaço geográfico que, segundo Mendonza,<sup>28</sup> era no imaginário nacional o local que apresentava um vasto potencial econômico, e onde repousava a ideia de “brasilidade”, por concentrar um modelo de vida sertaneja e variadas populações indígenas. Espaço e ideia que conjugados ofereciam ao Estado a ampliação da economia e o auxiliava em sua política nacionalista, em que as imagens, e com ela as mensagens sobre as ações que o governo vinha implementando naquela região, em especial sobre as populações indígenas, eram convenientes para atrair empresários e atenuar os conflitos entre os grupos locais e os índios.

Algumas ações já haviam sido tomadas por Vargas logo após o anúncio do Programa, quando visitou, em agosto de 1940, aquela região, aproveitando a ocasião para conhecer os índios Karajá, localizados no estado de Goiás. Segundo Garfield,<sup>29</sup> aquela viagem, e em especial a visita que Vargas fez aos Karajá, teve como objetivo tanto popularizar o seu projeto quanto construir uma imagem para o índio dentro do cenário nacional. Para tanto, Vargas foi acompanhado de um cinegrafista do DIP encarregado de filmar e fotografar a sua empreitada. Segundo Garfield, as imagens produzidas procuraram mostrar o “tradicional” das comunidades indígenas, evidenciando o vigor daquela população e dando ênfase

---

<sup>27</sup> A campanha “Marcha para o Oeste”, fez parte da política agrária de Vargas, lançada em 1938, objetivando ampliar as fronteiras agrícolas, empurrando-as para a região central do país.

<sup>28</sup> MENDOZA, Carlos Alberto C. *Nos olhos do outro*, pp. 123-5.

<sup>29</sup> GARFIELD, Seth. *As raízes de uma planta que hoje é o Brasil*, p. 15.

à força inata dos índios brasileiros. Ainda de acordo com a interpretação do autor, a reportagem apresentava a camaradagem entre índios e brancos, a bonomia do presidente – epítome do homem cordial brasileiro – e o longo braço do Estado estendendo-se ao sertão para dar-lhe assistência. Ou seja, a visita de Vargas ao centro oeste não tinha só o objetivo de divulgar a sua política desenvolvimentista, mas também a social, exibindo-a como extensiva às populações indígenas.

Pacificar era então a palavra que melhor expressava a ideia para que o projeto econômico e social do Estado viesse a ter êxito, já que era necessário “pacificar” tanto as possíveis resistências agrárias que viessem a surgir, quanto as relações entre os grandes proprietários de terra e as populações indígenas. Ações que envolviam o concurso do SPI como o único órgão oficial cujos agentes se encontravam treinados no convívio com as populações indígenas, e nas negociações com o sistema político local.

É emblemático que um ano após o lançamento da campanha “Marcha para o Oeste”, o SPI tenha sido reestruturado no âmbito do Ministério da Agricultura. E um ano depois da visita que Vargas fez ao centro oeste, mesmo sem Regimento Interno, o órgão recebesse verbas para implantar um Serviço Etnográfico com o propósito de registrar, por meio de imagens e fotos, suas atividades assistencialistas. Além do fato de ter sido contratado para chefiar aquele Serviço, por indicação de Vargas, um ex-funcionário do DIP, visto que a equipe etnográfica escolhida foi designada pela agência como: Equipe de Documentação Cine fotográfica, não estando vinculada ao seu título trabalhos de pesquisas. Estes seriam realizados como uma atividade subjacente à principal, de interesse do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), como veremos adiante.



30

Heinz Foerthamann foi contratado, aos 27 anos, por indicação de Schultz, de quem sua irmã era cunhada, e, assim como ele, Heinz era natural do Rio Grande do Sul. Sua experiência profissional era em desenho publicitário, *layout* e fotografia, conhecimento que lhe rendeu a contratação em um estúdio fotográfico, em 1939, quando desembarcou na capital federal. E no ano de sua contratação no SPI, ele teria sido convidado por Rubens Porto, então diretor da Imprensa Nacional, para ser desenhista-chefe naquela casa, mas recusou o convite para aceitar o cargo no Serviço Etnográfico.<sup>31</sup>

---

<sup>30</sup> Foto 2 - Harald Schultz em 1942. Foto de Hainz Foerthamann.

<sup>31</sup> MENDES, Marcos de Souza. *Heinz Forthmann*, p. 41.



32

A contratação de Charlotte Sophie esteve relacionada aos onze anos em que trabalhou na Comissão Rondon, quando foi admitida em primeiro de agosto de 1930, como extranumerário mensalista do Ministério da Guerra, para atuar na elaboração da Carta de Mato Grosso, exercendo a função de fotógrafa e auxiliar de cinema. Em seu currículo constavam noções de cartografia, geografia, conhecimento em fotografia, cinema e projeção<sup>33</sup>.

Nilo Velloso, último dos técnicos contratados para exercer a função de segundo cinematografista, estava então com 33 anos e 14 de experiência na firma cinematográfica A. Botelho Filmes, com sede na cidade do Rio de Janeiro. Era o único cujos laços sociais não estavam estabelecidos anteriormente, como indicou a documentação.<sup>34</sup>

---

<sup>32</sup> Foto 3 - Heinz Foerthmann em 1944. Foto de Nilo Velloso.

<sup>33</sup> Relação do pessoal a ser admitido na seção de cinematografia e fotografia do Serviço Nacional de Proteção aos Índios. MF. 335, FG. 579. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>34</sup> Idem.



35

Como chefe da equipe etnográfica, Schultz estabeleceu os planos de trabalho a serem desenvolvidos pelo Serviço Etnográfico, esquematizando as atividades que a equipe desenvolveria. Por seu plano de trabalho, as fotografias e filmes etnográficos foram divididos em dois grupos: o primeiro de cunho científico e o segundo de cunho jornalístico. Para o primeiro ficou definido que as imagens apreenderiam vistas gerais e parciais de casas indígenas, aldeias, plantações, dos índios – plano individual e em família, grupos de trabalho, de atividades sociais e rituais – e dos objetos por eles fabricados; além da fauna e flora locais. Para o segundo, as imagens deveriam registrar, além da vida cotidiana, as benfeitorias do SPI, máquinas e equipamentos e tipos característicos de índios “destacando-se por seu aspecto interessante e às vezes sensacional, despertando a curiosidade pública”.<sup>36</sup>

Para os filmes etnográficos, foi estabelecido que eles iriam reter imagens do cotidiano indígena com ênfase nos aspectos mais tradicionais, visto que eram

<sup>35</sup> Foto 4 - Nilo Veloso em 1945 entre os índios do Xingu. Foto de Heinz Foerthmann.

<sup>36</sup> Resumo dos planos de trabalho para a seção de cinematografia e fotografia do Serviço Nacional de Proteção aos Índios. MF. 335, FG. 581. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

voltados para os “estudiosos”. Sobre eles Schultz se expressaria: “destinados aos estudiosos em etnografia, carecerão de um cunho puramente artístico, devido a necessidade de se ter que entrar em detalhes prolongados, às vezes desinteressantes ao grande público”.<sup>37</sup> Quanto aos filmes comerciais, destinados ao grande público, deveriam reter imagens mais artísticas, que cativassem o espectador a ponto de sensibilizá-lo: “obedecendo estes a uma orientação artística, tanto na própria filmagem durante a expedição, como após nos trabalhos de confecção nos laboratórios. Estes filmes, porém, não poderão carecer de um conteúdo educativo e cultural”.<sup>38</sup>

Cabe ressaltar que os cinco anos de experiência de Schultz como técnico do DIP lhe renderam algum conhecimento a respeito da linguagem jornalística voltada para a propaganda das atividades governamentais, especialidade daquele departamento, mas, quanto ao registro etnográfico, Schultz não apresentava nenhuma experiência. Provavelmente, esta foi passada em conversas com Rondon e com os agentes do SPI, cuja experiência naquela área estava calcada em uma etnografia com base evolucionista e humanista, já então considerada ultrapassada, mas cujos novos construtos ainda não haviam sido sedimentados.

As orientações dadas a Schultz por aqueles agentes foram baseadas no conhecimento e na experiência que eles possuíam sobre documentação etnográfica, construída pela observação que faziam de empreendimentos daquela natureza praticados por agentes externos às agências que eles representavam. Contudo, estes agentes leia-se os naturalistas do Museu Nacional, eram orientados por uma agência que desde sua criação esteve voltada para a promoção de conhecimento técnico e não científico, conforme esclareceu Lima, baseado no discurso de sua criação, nas ações que promoveu e na estrutura administrativa na qual se encontrava alocada;<sup>39</sup> onde o conhecimento etnográfico por ela organizado tinha como propósito instrumentar o Estado em suas ações voltadas para aquelas comunidades.

---

<sup>37</sup> Idem: MF. 335, FG. 582. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>38</sup> Resumo dos planos de trabalho para a seção de cinematografia e fotografia do Serviço Nacional de Proteção aos Índios. MF. 335, FG. 582. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>39</sup> LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Os museus de historia natural e a construção do indigenismo*, p. 38-43.

Associado a estes fatos, e os reforçando, esteve o conteúdo do plano de trabalho apresentado por Schultz para a efetivação das atividades do Serviço Etnográfico. A captura das imagens “etnográficas” foi delineada dentro de um plano comum ao tipo de imagem que era produzida para o estabelecimento do conhecimento em antropologia física, ou seja, retratos de frente e perfil, que buscavam realçar as diferenças tipológicas dos grupos analisados, modelo utilizado tanto por Rondon em seus registros “etnográficos” quanto na maioria dos trabalhos que tinham a imagem por documento. Pelo conjunto de informações oferecidas podemos supor que o registro imagético rotulado de “etnográfico” por Schultz foi o resultado de um modelo a ele transmitido pelos agentes tanto do SPI quanto do CNPI, já sedimentado naquelas empresas pela presença de agentes comuns atuando em ambas, apreendido pelas suas observações no trato com aquela modalidade de registro e pela sedimentação daquele modelo de registro para os estudos tipológicos; o mesmo não ocorrendo com os registros “publicitários” já que estes eram a especialidade de Schultz.

Ficou também estabelecido que a Equipe Etnográfica promoveria gravações de ruído de animais, de cantos rituais e da fala dos índios para sonorizar os filmes. O plano também previu o recolhimento de objetos etnográficos destinados à “Casa do Índio”, projeto arquitetônico que vinha sendo desenvolvido pelo CNPI, no qual se previa a instalação de um museu em seu conjunto. Este item foi colocado no plano de trabalho de Schultz como uma atividade secundária, que poderia ser executada pela Equipe, mas não era obrigatório.

*A expedição cinematográfica **poderá** ser encarregada com a coleção de objetos indígenas, bem como de pequenos animais, plantas, etc. destinados à futura “Casa do Índio” (grifo do autor).<sup>40</sup>*

O que demonstra que naquele momento o recolhimento de objetos etnográficos não fazia parte das prioridades do Serviço Etnográfico, estando estas basicamente calcadas no registro imagético. Fato é que entre a contratação da Equipe e a organização da primeira expedição etnográfica, foi publicado, em

---

<sup>40</sup> Resumo dos planos de trabalho para a seção de cinematografia e fotografia do Serviço Nacional de Proteção aos Índios. MF. 335, FG. 582. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.



outubro de 1942, o novo Regimento Interno do SPI que em seu conjunto criou a Seção de Estudos (SE), que por sua vez acabou incorporando as atribuições do Serviço Etnográfico.

## **2. Por uma Política de Preservação do Patrimônio e da Memória Indígena**

### **2.1. A Seção de Estudos**

O novo Regimento Interno do SPI alterava substancialmente a estrutura administrativa do Serviço, que até então contava com uma presidência assessorada por duas seções. Além de lhe redefinir as atribuições, o novo Regimento também aumentava o número de seções, a fim de lhes oferecer suporte para o desenvolvimento de atividades relacionadas a “estudos” e “pesquisas”.

As 1º e 2º seções foram mantidas e receberam os nomes de: Seção de Administração (SA) – responsável pelo protocolo, arquivo de pessoal, contratos, rádio e linhas aéreas; e Seção de Orientação e Fiscalização (SOF) – responsável pelo planejamento econômico, patrimônio indígena, cadastro de terras, curadoria, serviço médico, controle escolar e boletim do SPI. A 3º Seção criada foi a de Estudos (SE) – responsável pela pesquisa etnográfica, arquivo cinematográfico, biblioteca, divulgação e intercâmbio, censo indígena e museu; cuja orientação não foi definida.

A partir desta nova estrutura administrativa do SPI, nomeadamente do Capítulo III, Art. 8º, foram definidas as competências da Seção de Estudos. Formalizando a necessidade de “estudos” e “pesquisas” para “registros” e “inventários” das manifestações culturais das populações indígenas, e da criação de um Museu na sede do Serviço e mostruários em suas inspetorias. Conhecida e identificada no âmbito do SPI como SE, esta acabou por se tornar o local de produção de conhecimento científico do órgão, traduzido em textos, imagens e objetos etnográficos, e uma das instâncias de negociação dos assuntos sobre o destino das populações indígenas brasileiras.

A justificação de motivos apresentada pelo DASP<sup>41</sup> ao Presidente da República, para aprovação do Regimento Interno do SPI, informa que as atribuições concernentes ao inventário cultural das populações indígenas era uma

---

<sup>41</sup> O DASP e o SPI. Boletim Interno nº 11, de 31/10/1942. MF. 287. S/FG. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

atividade que vinha sendo desenvolvida, mas que não estava devidamente organizada, sendo assim o novo regimento teve como propósito organizá-la convenientemente.

*Como são, porém, nitidamente destacáveis as atividades do órgão em apreço, tornou-se indispensável grupá-las, segundo sua natureza, em 3 seções distintas de Estudos, de Orientação e Fiscalização e de Administração, que integram na Capital, o referido Serviço”<sup>42</sup>*

A explicação do DASP colocava a criação da Seção de Estudos como um desmembramento do “Serviço Etnográfico”, instituído em 1941, e como parte das atividades da 2ª Seção. Já Darcy Ribeiro atribuiu à criação da Seção de Estudos, a retomada de uma das tradições das Comissões das Linhas Telegráficas de Rondon, qual seja:

*a de contribuir para a cultura nacional naquele campo em que melhor poderia fazê-lo: no estudo aprofundado das culturas indígenas que lhe cabe assistir.<sup>43</sup>*

As palavras de Darcy Ribeiro, associando a criação da Seção de Estudos à recuperação das atividades de pesquisa executadas pela Comissão Rondon, deixam entrever que, das atividades executadas por aquele órgão, foram as pesquisas etnográficas sua maior contribuição. Como deixou claro também que o SPI era uma espécie de “desdobramento” da Comissão, sendo assim era o local propício para o desenvolvimento de pesquisas naquela natureza.

Contudo, o próprio Darcy Ribeiro, um ano antes daquela declaração, datada de 1951, em uma carta enviada ao seu ex-professor Hebert Baldus, em preparativo para a sua segunda visita aos Estados Unidos da América, recomenda a Baldus uma visita à seção de documentação dos índios do Novo México e do Arizona, assim se expressando:

---

<sup>42</sup> O DASP e o SPI. Boletim Interno nº 11, de 31/10/1942. MF. 287. S/FG. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>43</sup> Atividade científica da Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios. MF. 380, FG. 961. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

*Por favor, dê uma olhada na Seção de Documentação deles, foi visitando-a que Simões Lopes pensou em sugerir ao General a criação da SE<sup>44</sup>.*

Ou seja, Darcy Ribeiro, nesta correspondência, atribuiu a criação da Seção de Estudos a dois fatores: a Rondon, em 1939, e a sugestão de Luiz Simões Lopes, então presidente do DASP. Ambas as declarações têm fundamento.

A primeira estava calcada nas intenções do CNPI, representado por Rondon, em criar no Conselho uma Seção com as mesmas características da Seção de Estudos. Visto que as negociações que estavam em curso, mediadas pelo DASP, sobre os regimentos de ambas as agências, previam a inclusão de estudos e pesquisas tanto no SPI quanto no CNPI. Mas no que tangia o SPI estas fariam parte das atribuições gerais do Serviço e ficariam a cargo da 2ª Seção, como era o Serviço Etnográfico. Já para o CNPI, a documentação aponta que as negociações entre o Conselho e o DASP estiveram baseadas na criação de um núcleo específico para o desenvolvimento de estudos e pesquisas etnográficas, atividade que daria suporte às ações do Conselho.

A segunda declaração de Darcy Ribeiro, a de ter sido a Seção de Estudos criada por sugestão de Simões Lopes, também não deve ser descartada, pois Lopes esteve de fato nos Estados Unidos da América em 1939 acompanhando a comitiva do então Ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha. Segundo Hilton,<sup>45</sup> a “Missão Aranha”, como ficou conhecida, entrou em contato com empresários, sindicalistas, artistas e religiosos. No entanto, não foi localizada na bibliografia, nem sobre Simões Lopes nem sobre Oswaldo Aranha, qualquer referência sobre uma possível visita da Missão, ou de Lopes, à Seção de Documentação dos índios do Novo México e Arizona. Mas o argumento de Darcy Ribeiro encontra ressonância na ligação entre Lopes e Rondon, observada pela presença do primeiro nos eventos promovidos por ambas as agências – SPI e

---

<sup>44</sup> Arquivo Darcy Ribeiro, correspondência geral, sub-série correspondentes Hebert Baldus. Carta datada de 24 de fevereiro de 1950.

<sup>45</sup> Sobre o assunto ver: **HILTON**, Stanley. Oswaldo Aranha, 1994.

CNPI – e pelos vários encontros que tiveram para tratarem do estabelecimento dos Regimentos tanto do SPI, quanto do CNPI. E ainda pela correspondência trocada entre ambos, cujo conteúdo versava sobre o ponto de vista de Rondon em relação à organização e à estrutura que o Conselho deveria apresentar. Tais indicativos, reunidos, sugerem que uma conversa daquela natureza poderia ter ocorrido.<sup>46</sup>

Independente da justificativa dada pelo DASP, e das declarações de Darcy Ribeiro, no intuito de explicar a criação da Seção de Estudos no âmbito do SPI, esta ocorreu de modo a não satisfazer nem as intenções da agência que a comportava, nem as do CNPI.

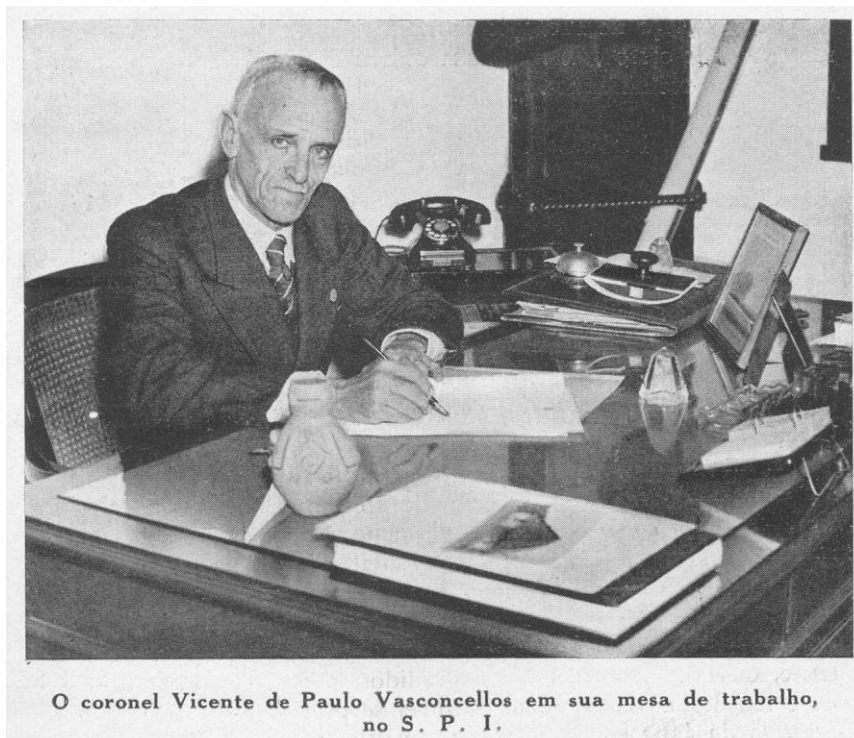
## 2.2. A primeira ação para a supressão da Seção de Estudos pelo SPI

Em 23 de novembro de 1942, ou seja, um mês após entrar em vigor o Regimento do SPI, e com ele a instituição da Seção de Estudos, o então diretor do Serviço, Cel. Vasconcelos, encaminhou ao diretor do DASP, Simões Lopes, um ofício solicitando a transferência de algumas atribuições relativas à Seção de Estudos para a esfera do CNPI:

*Prezado amigo Dr. Simões Lopes.  
Segundo combinação firmada em um dos nossos entendimentos – (Do General Rondon, vosso e meu), toda a parte referente à etnografia e estudos com ela relacionados, na organização do SPI, passaria para o CNP. Índios.  
Essa parte, com mais algumas atribuições, constitui a Seção de Estudos (SE) do Regimento que acaba de ser aprovado.  
Com essa passagem o dito Regimento terá que ser alterado, ficando sem essa Seção (SE) que passará ao do Conselho, permanecendo o SPI com as restantes.  
No entanto para que não se desintegre este Serviço, as atribuições da SE, referidas nos itens e, f, g, h, e m do artigo 8º deverão passar para a Seção do artigo 9º do atual Regimento.<sup>47</sup>*

<sup>46</sup> Reprodução da correspondência enviada pelo Gal. Rondon a Simões Lopes contida no Relatório Anual do CNPI de 1942. MF. 279, FG. 113 – 117. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>47</sup> Relatório do SPI, de 1942. MF. 387, S/FG. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.



48

Das atribuições da Seção de Estudos que permaneceriam a cargo do SPI só restaria “manter um museu na sede e mostruários na Inspetoria”, mas como atribuição da Seção de Orientação e Fiscalização (SOF). Para a esfera do CNPI passariam as atribuições relativas ao estudo, do ponto de visto geográfico, econômico, de origem, das línguas, dos ritos, das tradições, dos hábitos e dos costumes dos povos indígenas, que deveriam ser realizados por meio de trabalhos fotográficos, cinematográficos, gravações de disco, e aqueles que determinavam o registro impresso contariam com a cooperação do Museu Nacional. Ou seja, a Seção de Estudos seria suprimida da organização do SPI e suas atribuições seriam distribuídas entre ambas as agências, sendo que aquelas a cargo do SPI, como a criação do museu, seriam executadas pela SOF.

---

<sup>48</sup> Foto 5 - Cel. Vicente de Paulo Vasconcelos, reprodução fotográfica retirada da publicação “Serviço de Proteção aos Índios”, ano VI, vol. III, nº 3, 1943.

A “carta” encaminhada por Vasconcelos foi acompanhada de uma minuta<sup>49</sup> com as modificações sugeridas por ele para o Regimento do SPI, na qual se observa que das competências da SOF não constava a criação de um museu. O que nos leva a crer que a criação de uma instituição museológica não fazia parte dos planos do SPI, ou era um aspecto pouco significativo para o Serviço. Contudo, a transferência das atribuições concernentes à Seção de Estudos era conveniente para ambas às agências.

### **2.3. A segunda ação para supressão da Seção de Estudos pelo CNPI**

Para o melhor entendimento desta questão, ou seja, da ação do Conselho Nacional de Proteção aos Índios pela supressão da Seção de Estudos da organização do SPI, se faz necessário que examinemos o espólio da “Comissão Rondon”, pois, para sua gestão, o CNPI dependia da criação de um núcleo com as características da Seção de Estudos.

A Comissão Rondon foi desativada em 1915, após esta data sua atividade ficou restrita à manutenção dos postos telegráficos e a expedições de caráter geográfico para reconhecimento da região centro oeste com objetivo de elaborar uma carta geográfica que cobrisse toda aquela área. Para tanto as salas que davam suporte técnico à Comissão para a montagem e revelação das fotos e filmes, e aquelas destinadas aos desenhos cartográficos dos terrenos percorridos pela Comissão, foram mantidas e passaram a servir de base para aquelas operações. Nestes espaços estavam reunidos os acervos documentais e fotográficos da Comissão acumulados durante seus anos de funcionamento.

Em 1927, dois anos antes da extinção oficial da Comissão, ocorrida em 1930 como um dos resultados da Revolução, a atividade expedicionária de caráter geográfico foi transferida para o recém-criado Serviço de Inspeção de Fronteiras estabelecido no âmbito do Ministério da Guerra, cuja chefia foi entregue a Rondon e sua sede foi “montada” nas antigas dependências da Comissão, o que significou a manutenção do seu acervo em seu antigo ambiente, e ainda atrelado a Rondon,

---

<sup>49</sup> Relatório do SPI, de 1942. MF. 387, S/FG, anexo 2. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

apenas passando a ser tutelado pelo novo órgão; o que representava que tanto a sua integridade quanto a sua posse por parte de Rondon estava garantida.

O Serviço Especial de Fronteira tinha como finalidade promover o mapeamento e demarcação das fronteiras internacionais do Brasil. Como chefe do Serviço, Rondon foi designado a promover tal levantamento, mas a sua organização continuava a atender tecnicamente a duas finalidades: preservar no interior do Exército os arquivos da “Comissão” – documentos textuais, mapas, fotos –, e viabilizar a conclusão da Carta de Mato Grosso, projeto iniciado por Rondon que ainda estava curso.

Em 1930 Rondon estava no Rio Grande do Sul promovendo o mapeamento da fronteira do Brasil com a Argentina e foi detido pelos agentes revolucionários devido a sua não adesão ao movimento. Esta ação por parte dos envolvidos com a Revolução foi a primeira em represália à posição que assumiu. A tomada do poder por Getúlio Vargas e as mudanças administrativas promovidas pelo governo atingiram de imediato o Serviço de Proteção aos Índios, que desligou-se do Ministério da Agricultura e foi transferido para o recém criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; espaço institucional onde as redes sociais de Rondon não estavam estabelecidas. A medida significava um segundo golpe em sua direção, pois representava a perda de parte do controle que tinha sobre o SPI. O terceiro golpe foi traduzido pelo seu “exílio” forçado, imputado pelo governo ao mantê-lo na atividade de demarcação das fronteiras internacionais do Brasil até 1934.

Em 1934, devido a novos rearranjos políticos, cujos detalhes não cabem no corpo deste trabalho, tanto o Serviço Especial de Fronteira quanto o Serviço de Proteção aos Índios foram afetados. O primeiro foi transformado na Inspetoria Especial de Fronteira e o segundo se tornou um de seus departamentos; ambos organizados no Ministério da Guerra. Consequência daquela “manobra” organizada pelos agentes sociais ligados a Rondon que atrelava o SPI ao Exército, e que, devido ao apoio deste, teve garantida a permanência do acervo da Comissão. Situação confortável tanto para o grupo que orbitava em torno de Rondon, pois garantia a continuação de suas atividades no SPI, quanto assegurava ao Exército a



manutenção do conhecimento fundiário então contido naqueles documentos. Lima fez a seguinte leitura em relação ao fato:

*A leitura do decreto n° 613, de 30 de janeiro de 1936 (Brasil, 1934:77-85), aprovando provisoriamente o regulamento da Inspetoria, demonstra que se tencionava criar um setor capaz de abrigar os trabalhos desenvolvidos por Cândido Rondon e seus correligionários. A hierarquia militar absorveria, assim, um saber "sertanista" formado em suas próprias fileiras, mencionando-se, inclusive (art.39), que a Inspetoria funcionaria como depositária do material da extinta CLTEGMA.<sup>50</sup>*

Aquela medida em parte redimia Rondon, mas não resultou em seu retorno à vida política, pois foi nomeado, ainda naquele ano, para assumir a presidência da Comissão Internacional de Letícia,<sup>51</sup> e enviado para lá, onde permaneceu até 1938 quando o acordo entre o Peru e a Colômbia foi então assinado. As atividades de inspeção e demarcação das fronteiras brasileiras e as de presidente da Comissão de Letícia resultaram no afastamento de Rondon da arena política, por um período de onze anos.<sup>52</sup> Período que correspondeu a mudanças significativas no cenário político, social e cultural do país, que tiveram início com a Revolução de 1930 e, mais tarde, com o golpe de Estado de Vargas que instituiu o Estado Novo em 1937. Ao retornar de Letícia, em 1938, Rondon foi então convidado a assumir a presidência do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI).

<sup>50</sup> LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz*, pp. 227-8.

<sup>51</sup> A missão outorgada a Rondon era a de atuar junto aos governos peruano e colombiano caso houvesse violação do acordo sobre o Porto de Letícia, localizado entre os Rios Putumaio e Solimões que vinha sendo motivo de conflito entre a Colômbia e o Peru, devido a assinatura de um tratado de limites ocorrido em 1922, que transferiu aquela região à Colômbia.

<sup>52</sup> Mesmo estando fora do escopo deste trabalho é necessário colocar que a postura de Rondon, seguidor dos ensinamentos da Missão Francesa, que determinava que o Exército tivesse como missão a defesa externa da nação, ficando alheio ao jogo político interno, fazia dele um partidário da regularidade burocrática. Essa sua postura lhe causou transtornos políticos nos episódios revolucionários promovidos pelo Exército, como o de 1924 e 1930. No primeiro foi afastado de suas atividades de demarcação e inspeção das fronteiras brasileira para combater os soldados rebeldes que se insurgiram contra o governo no estado de São Paulo e Rio Grande do Sul, onde parte daquele grupo formaria, em 1925, a coluna Prestes. Em 1930 foi preso no Rio Grande do Sul por se posicionar contra o exército revolucionário de Vargas. Entre os revoltosos, tanto de 1924 quanto de 1930, estava Juarez Távora que com a chegada de Vargas ao poder, naquele ano, foi nomeado ministro da Agricultura do governo provisório e, além de condenar a postura de Rondon diante dos movimentos revolucionários de 1924 e 1930, também desclassificou os trabalhos realizados por ele à frente da Comissão de Linhas Telegráficas. Coincidentemente, naquele mesmo ano, a Comissão Rondon foi extinta oficialmente e os trabalhos que ela vinha realizando, de manutenção das linhas telegráficas e organização da carta topográfica de Mato Grosso, foram suspensos. A recusa de Rondon em colaborar com os atos revolucionários do Exército fez com que ele ficasse afastado da vida pública entre os anos de 1927 a 1938. Sobre o assunto ver: LASMAR, Denise Portugal. *Estoque de informações*, 2002.

Ao assumir a presidência do CNPI, uma de suas primeiras preocupações foi atrelar aquele órgão ao Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso, depositário “do que se salvou do acervo e arquivos das várias repartições, denominadas vulgarmente: ‘Comissões-Rondon’”.<sup>53</sup> Em 20 de Abril de 1941, durante a 5ª Sessão do Conselho, Rondon informou aos seus membros que fez uma consulta ao Ministro da Guerra sobre o destino que seria dado ao conjunto documental da Comissão Rondon. Foi comunicado que aquele material não era de interesse para o Ministério, e seu então ministro lhe sugeriu que encaminhasse um ofício solicitando sua transferência para o Conselho ou para o SPI. A partir daquela sugestão, acatada por Rondon, iniciou-se o processo de transferência, iniciativa que envolveu o concurso do Ministério da Guerra, da Agricultura e do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), representado por Simões Lopes.

Sobre este assunto Rondon deixou registrado no Relatório Anual do CNPI de 1944 que naquela ocasião, além de sua presença e de Simões Lopes, esteve presente no DASP, local onde os acordos vinham sendo feitos, o Cel. Jaguaribe de Matos, chefe da Seção de Desenho da Comissão Rondon e então responsável pela elaboração da Carta de Mato Grosso, e o presidente do SPI, Cel. Vicente de Paula Teixeira, visto que não estavam negociando apenas a transferência do acervo da Comissão, mas também as atribuições das agências que eles representavam.

A posse do acervo da Comissão era estratégica, pois sua transferência para o Conselho significava a possibilidade de extrair daquele conjunto documental informações para a consecução das atividades do Conselho, tanto voltadas para a área política quanto cultural. Para a primeira a possibilidade aberta por aqueles documentos estava em extrair deles informações fundiárias necessárias para a demarcação de terras indígenas, medida fundamental para qualquer ação “protecionista” sobre aquelas comunidades; a segunda, pela possibilidade de reedição de alguns relatórios da Comissão e edição de outros tantos que se

---

<sup>53</sup> Conforme ofício assinado por Rondon, encaminhado ao presidente do DASP, datado de 1943. MF. F1/CNPI, S/FG. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

encontravam inéditos. Entre eles o da Carta de Mato Grosso, produto que seria convertido numa atividade da Comissão e, também, do Conselho. Contudo, a transferência do acervo da Comissão só veio a ocorrer, por meio de um Ato Ministerial assinado por Vargas em 18 de novembro de 1942, um mês após entrar em vigor o regimento do SPI, no qual constava a criação da Seção de Estudos.

Diante daquele fato eram necessárias algumas ações do Conselho no sentido de endossar o pedido encaminhado pelo diretor do SPI ao DASP solicitando a supressão da Seção de Estudos de sua estrutura administrativa e sua transferência para a esfera do CNPI, ou incrementar iniciativas que viessem a resultar na criação de uma seção com aquelas características na esfera do Conselho. E em cumprimento ao Ato Ministerial assinado por Vargas, não só foi transferido para o Conselho, por meio do Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso, o acervo da Comissão Rondon, mas também todo o pessoal e as instalações nas quais eles se encontravam instalados.<sup>54</sup>

*O Exmo. Sr. Presidente da República, por despacho de 12/XI/42, autorizou a transferência de todo o acervo das antigas "Comissões-Rondon", a cargo do atual "Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso" para o Ministério da Agricultura (...) e alterou a (...) do Conselho (...) de modo a serem aproveitados todos os servidores que já há tempo vinham colaborando, tanto nos trabalhos técnicos da mencionada Comissão, como na guarda e conservação daqueles Acervo e Arquivos.<sup>55</sup>*

Com aquele objetivo em mente, Rondon convocou o Conselho em três de dezembro de 1942, ou seja, quinze dias após a assinatura do Ato Presidencial, e menos de um mês da entrada em vigor do Regimento do SPI, com o objetivo de comunicar aos membros do Conselho sobre suas ideias com relação ao melhor aproveitamento daquele acervo. De imediato solicitou ao grupo que providenciasse, com urgência, um novo anteprojeto do regimento para ser encaminhado ao DASP, antes que o projeto anterior, enviado em abril de 1941, fosse assinado pelo presidente da República. Pediu ainda, em caráter provisório,

---

<sup>54</sup> A relação de servidores solicitados por Rondon para fazerem parte do quadro do CNPI encontra-se relacionada no MF. F1/CNPI, FG. 1999 e 2000. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>55</sup> Relatório Anual do CNPI, 1942. MF. 279, FG. 114-115. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

que os membros passassem a exercer função administrativa, até a publicação do Regimento do CNPI. Solicitação que apontava para duas direções: primeira, que o ante-projeto encaminhado em 1941 foi organizado de modo a não contar com uma seção voltada para “estudos” e “pesquisa”, aquela necessidade surgiu após a possibilidade aberta pela transferência do acervo da Comissão que passaria a exigir a gestão daqueles documentos; segundo, demonstrava um Rondon confiante em sua “manobra” traduzida em uma mudança de redação do ante projeto, alterado por um novo que atendesse à nova realidade do CNPI, ou seja, um Conselho provido de documentação, pessoal e instalações.

A ideia de Rondon era fazer constar na estrutura do Regimento Interno do CNPI duas seções. Uma destinada aos estudos etnográficos e a outra para a promoção de pesquisas geográficas, sendo que ambas ficariam sob a responsabilidade do Cel. Jaguaribe de Matos, então encarregado pelo Ministério da Guerra da conclusão da Carta de Mato Grosso. Medida conveniente, pois a estrutura para a operação daquelas ações já se encontrava montada e era necessário apenas normatizar sua inclusão no Conselho. Para a primeira Seção Rondon tinha a intenção de organizar um núcleo:

*de estudos científicos, condizentes ao aproveitamento dos elementos de investigação que os Postos Indígenas do SPI, já instalados nos nossos sertões, proporcionariam, com preciosa colaboração administrativa, assim como facilitar, de outro lado, novas instalações do mesmo gênero, pelas pesquisas sertanejas que aquele departamento pudesse incrementar nas regiões desconhecidas ou pouco conhecidas do País.*<sup>56</sup>

Já para a segunda Seção, a ideia era criar um núcleo de atividades geográficas para promover o mapeamento de terrenos, objetivando a elaboração de mapas. A execução desta atividade, conseqüentemente, localizaria outros grupos indígenas e, a partir das “descobertas”, o SPI implantaria novos postos indígenas e organizaria a demarcação destes territórios, com base no artigo 154 da Constituição da época.<sup>57</sup>

---

<sup>56</sup> Ata da 13ª Sessão do CNPI de 3/12/1942. Documento original. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>57</sup> Art. 154 - Será respeitada aos silvícolas a posse das terras em que se achem localizados em caráter permanente, sendo-lhes, porém, vedada a alienação das mesmas.

As intenções de Rondon eram convenientes para o SPI, porque enfatizavam o pedido de supressão da Seção de Estudos de sua hierarquia institucional, e o acervo transferido para o CNPI reforçava os esforços de Rondon naquela direção. O Serviço não tinha “experiência” no desempenho de atividades de pesquisa e, diante das prerrogativas difundidas pelos estudiosos de etnologia indígena naquele período – segundo a qual tais políticas deveriam ser precedidas de estudos, objetivando uma melhor compreensão das sociedades indígenas–,<sup>58</sup> cabia ao Conselho criar a política indigenista que seria aplicada pelo SPI. Além disto, já se encontrava previsto no estatuto do Conselho a cooperação do Museu Nacional, local cujos agentes se encontravam treinados no desenvolvimento de pesquisa daquela natureza.

Com base em tais argumentos, Rondon encaminhou um novo projeto de Regimento do CNPI, defendendo a supressão da Seção de Estudos da estrutura do SPI e sua transferência para o âmbito do CNPI, acrescentando a criação de uma seção geográfica. A justificativa para tal medida foi baseada no fato do Conselho já se encontrar munido de um farto material etnográfico oriundo da Comissão Rondon, além de já possuir material humano experiente na montagem e gerência de expedições daquela natureza, e infraestrutura física, decorrentes da transferência da Carta de Mato Grosso. Subjacente a esta ideia estava a vontade, não claramente expressa pelos agentes sociais, que participaram das Comissões e que atuavam no SPI, de sistematizarem o conhecimento que vinha sendo acumulado no trato com os índios, constituídos pelas atividades das Comissões e pelo SPI; e

---

<sup>58</sup> É conveniente colocar que durante o período do governo de Vargas houve uma associação entre Geografia e Antropologia observada nos currículos das matérias oferecidas no curso de Geografia, onde o ensino de antropologia, etnografia e etnografia figuravam como disciplinas em seus primeiros três anos. Já no curso de Ciências Sociais somente no terceiro ano eram oferecidas as disciplinas de antropologia e etnografia. Castro Faria (1984) esclarece que na naquele período a geografia alcançou uma posição de hegemonia no campo intelectual, desfrutando de um indiscutível prestígio acadêmico como forma privilegiada de dominação. Pela característica das Seções que Rondon procurou estabelecer na estrutura do CNPI, fica claro que sua intenção estava concatenada como o tipo de fazer antropológico da época, ou seja, a prática profissional do etnógrafo ancorada em uma tradição que tomava os espaços como lugares das manifestações concretas das variações raciais e culturais. Não é de se estranhar que o conhecimento de Rondon no mapeamento de terrenos, associado ao tipo de fazer antropológico que via nos espaços geográficos os locais privilegiados para a descrição das manifestações culturais e raciais, o colocava como sujeito apto a praticar tais investigações. Estando à frente do CNPI, já provido de infraestrutura material e humana, qualificada em estudos geográficos e topográficos, restava-lhe o amparo legal que seria dado pela inclusão em seu regimento daquele tipo de atribuição. Sobre este assunto ver: **CASTRO FARIA**, Luiz. *A antropologia no Brasil*, 1984.

ainda não organizado por falta de instrumentos que viessem a dar conta daquela matéria.

Uma observação do Cel. Francisco Jaguaribe Gomes de Matos, responsável pela Carta de Mato Grosso, no Relatório anual do CNPI de 1942, não deixa dúvidas sobre o assunto:

*O SPI, com sua organização atual, não tem amplitude suficiente para orientar um serviço de explorações sertanejas que é, por sua natureza, muito complexo, abrangendo vários setores de atividade científica estranhas ao quadro daquele Serviço. (...) mostra também que é sobretudo no CNPI ou em outro organismo criado para a superintendência geral dos índios que devam agrupar os órgãos técnicos essenciais para tratar de tais assuntos. (...) Ninguém mais autorizado do que V. Ex. (Rondon) para tratar do assunto, apesar de estar sempre em causa, por isso que não seria possível, dispensar a orientação de quem passou mais de meio século em campanhas sertanejas e conserva vivazes luzes da sua experiência.<sup>59</sup>*

De acordo com o colocado, é possível extrair a “engenharia” de Rondon. Ao criar duas seções no CNPI, o SPI, mesmo ficando privado de uma de suas seções, seria compensado, pois a implantação daquelas medidas garantiria ao SPI a ampliação de sua área de atuação. Isto é, à medida que as expedições, principalmente as geográficas, avançassem, novos núcleos indígenas seriam localizados, obrigando o SPI a criar novos posto de atendimento e, conseqüentemente, aumentar sua esfera administrativa,

*quer com as descobertas que as expedições de reconhecimento efetuassem, de aldeamentos de índios ainda arredios ou desconhecidos, de tribos naturalmente existentes na Mesopotâmia do Amazonas, território do Acre, Pará, Mato Grosso e Goiás, quer, talvez nalguns rincões pouco conhecidos de outros Estados da Federação.<sup>60</sup>*

A criação de uma Seção de Estudos no CNPI, e a supressão da já existente no SPI, também era conveniente para o Serviço, em outro aspecto: não lhe obrigaria a incluir no seu corpo profissional novos elementos que a aquela

<sup>59</sup> Relatório anual do CNP, de 1945. MF. 1C/CNPI, FG. 2440. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>60</sup> Ata da 13ª Sessão do CNPI de 3/12/1942. Documento original. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

“atribuição” lhe conferia. Visto que além de fugir à sua proposta assistencialista, significava incluir em sua esfera administrativa servidores “estranhos” ao Serviço. O que de fato não agradava aos integrantes do SPI, que durante anos procuraram manter um corpo funcional treinado e familiarizado com os procedimentos militares, convertido em táticas de abordagem e controle de terreno, ações similares às usadas pelo Exército em combates, onde a ocorrência assistencialista era implantada com base em uma disciplina militar; característica que vinha desde a época de criação do SPI (1910)<sup>61</sup>. Ficando as atividades de pesquisa a cargo do CNPI, todos estes “problemas” estariam resolvidos, já que a equipe de Rondon, formada por servidores civis, militares e pesquisadores, principalmente do Museu Nacional, estavam familiarizados com os procedimentos adotados pelo Serviço.

A implantação de uma estrutura administrativa dentro do CNPI, também possibilitaria ao SPI resolver outro antigo problema, ou seja, manter longe de suas áreas de atuação pesquisadores oriundos de instituições tanto nacionais quanto estrangeiras. Tendo o CNPI como promotor de expedições científica, auxiliado pelo Museu Nacional, o SPI justificaria suas constantes negativas dadas aos pedidos de pesquisa etnográfica, principalmente os encaminhados pelo Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil<sup>62</sup>, informando que estas estariam sendo realizadas pelo Conselho, com apoio de Museu Nacional, agências oficiais sintonizadas com os procedimentos adotados pelo Serviço. Desse modo, o monopólio das pesquisas etnográficas ficaria garantido.

É necessário ressaltar que desde a criação do SPI se procurou impedir o contato de índios com outros indivíduos não índios, não fosse o próprio pessoal do SPI, treinado durante décadas para aquela atividade. As justificativas para evitar a entrada nas áreas indígenas, principalmente de “expedições”, iam desde a salvaguarda da integridade dos índios aos riscos que tais expedições incorriam, principalmente as estrangeiras, ao penetrarem em território desconhecido. Apelavam ainda para o fato da existência de institutos nacionais capacitados para executarem aquelas pesquisas, e, por fim, declaravam que as expedições

---

<sup>61</sup> Sobre o assunto ver; **LIMA**, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cervo de paz*, 1992.

<sup>62</sup> Sobre o assunto ver **GRUPIONE**, Luís Donisete Benzi. *Coleções e Expedições vigiadas*. p. 111.

científicas tinham como única finalidade recolher objetos etnográficos e encaminhá-los aos museus estrangeiros. A preocupação com o “tráfico” de objetos indígenas era de tal ordem que os Boletins Internos expedidos pelo SPI a todas as Inspetorias e Postos Indígenas continham constantes apelos naquele sentido, como podemos ver abaixo:

*XV – Traficância de artesanato e material etnográfico indígena*

*Devendo o SPI, em cumprimento de dispositivos de lei 5484/928 e do Decreto 736/936, velar pelo patrimônio dos Índios, recomendo aos Srs. Chefes de Inspetoria que determinem aos seus auxiliares a maior vigilância sobre a coleta por parte de estrangeiros ou nacionais, leigos ou religiosos, de artefatos e material etnográfico indígena:*

*– tratando-se de artefato, facilmente substituível, essa vigilância se referirá simplesmente a parte comercial das operações, evitando que o índio entregue ao “coletor” objeto por “um” que pela originalidade, trabalho e valor artístico, valha “mil”, como está acontecendo. Só após a verificação de que o índio não foi ludibriado no troca, poderá o “civilizado” de posse do consentimento escrito do serventuário do SPI, utilizar-se dentro da Inspetoria do artefato que obteve ou exportá-lo para fora da mesma Inspetoria, sem nenhuma oposição por parte dela;*

*b) – tratando-se de material de valor etnográfico ou cultural a transação deverá ser proibida; e, quando efetuada à revelia do SPI, o material correspondente será apreendido e enviado a esta Diretoria para constituição do Museu de assuntos indígenas que está sendo organizado.”<sup>63</sup>*

Corroborava este tipo de instrução, outra que procurava controlar a entrada de “estranhos” nos Postos Indígenas. Era item obrigatório dos avisos mensais encaminhados à Diretoria do órgão pelas Inspetorias, que coletava, nos Postos Indígenas, informações sobre os “visitantes”. Em cada aviso mensal, neste item respectivo, eram relacionadas às pessoas que estiveram, por diversos motivos, nos postos indígenas. Nem mesmo médicos e interventores eram poupados de serem relacionados. A diretoria do SPI dava tanta importância a este procedimento que, por várias vezes, o Boletim Interno, era distribuído contendo apelos dirigidos à matéria, como apresentado a seguir:

---

<sup>63</sup> Boletim Informativo do SPI, número 8, de julho de 1942. MF. 287, FG. 6461. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.



### *III – Permanência de pessoas estranhas nos Postos e Aldeias Indígenas*

*Ultimamente, a pretexto de estudos ou de simples curiosidade, muitas pessoas se têm apresentado nos Postos Indígenas permanecendo dias aí, no caráter de hóspede, em virtude de pedidos ou recomendações. Muitos desses indivíduos são estrangeiros, cujas intenções nem sempre será possível conhecer.*

*O contato de pessoas de moralidade e saúde desconhecida pode ter as inconveniências previstas no Regulamento do SPI. Mas, além disso, a prática tem demonstrado que, leviana ou maldosamente e, sobretudo, por desconhecerem o problema indígena no Brasil e os métodos e recursos do SPI para resolvê-lo, tais hóspedes se intrometem muitas vezes, a condenar, junto aos índios ou dos empregados dos Postos, o modo pelo qual o serviço é feito. Uns convencem aos índios que a proteção que lhes é dada pela I.R é incompleta, uma vez que o Governo dispõe de amplos recursos para fornecer-lhes gratuitamente e à vontade deles todo quando desejam (...). Tais visitas, que se apresentam como devotados, sábios e pessoas importantes, dado o acolhimento que desfrutam, não podem deixar de impressioná-los, tanto mais quando se tem verificado que muitos deles se dão como autoridade e fiscais de como os trabalhos do SPI estão sendo feitos”<sup>64</sup>.*

Este conjunto de argumentos tinha como finalidade, de fato, impedir que “estranhos” ao Serviço viessem ter acesso ao sertão. O SPI argumentava que tais medidas visavam “proteger” o índio do contato com elementos estranhos ao grupo, por serem prejudiciais a sua organização social e por alterarem hábitos e costumes tradicionais. Na realidade, o receio centrava-se na perda do monopólio sobre o índio e sobre suas terras. Ambos, índio e terra, eram para o Estado, via SPI, fonte de recursos. O índio, como força de trabalho na abertura de estradas de rodagem, que avançavam, progressivamente, para o interior do país e como mão de obra excedente nas atividades agrícolas das regiões em torno das aldeias e dos postos indígenas; e a terra, devido a seus recursos naturais, que ainda não estavam completamente mapeados e devidamente explorados.

A transferência do acervo da Comissão para o CNPI não só auxiliava o discurso de Rondon, da necessidade de transformar o CNPI em um órgão com uma estrutura administrativa para gerenciar aquele material, como também possibilitou ao órgão aumentar suas instalações. Dois núcleos passaram a compor sua estrutura: as salas do Quartel General do Exército, localizado na Praça da

---

<sup>64</sup> Boletim Informativo do SPI, número 14, de 31 de janeiro de 1943. MF. 287, FG. 9121. Serviço de Arquivo do Museu do Índio

República, onde os trabalhos cartográficos eram executados e onde mapotecas eram mantidas; e as salas onde funcionavam os laboratórios para revelação de fotos e montagens dos filmes e de sua projeção, situadas no pavimento térreo do Instituto Benjamim Constant, na Avenida Pasteur número 350. Ou seja, as mesmas salas que abrigaram, no passado, ora algumas seções da Comissão Rondon, ora, como em 1927, o Serviço Especial de Fronteira e, posteriormente, a Inspetoria Especial de Fronteira.

Manter como atribuição do SPI a criação de um museu em sua sede, a cargo da SOF, também era conveniente para o CNPI, visto que a documentação aponta que o Conselho tinha um projeto mais ambicioso de museu, que não estava voltado exclusivamente para a temática indígena. Ou seja, esta temática estaria subjacente ao tema principal a ser exposto: a Comissão Rondon. Ao que tudo indica o projeto de museu do CNPI procuraria dar ênfase à Comissão e seus feitos. E os objetos etnográficos serviriam apenas como elemento ilustrativo do alcance da Comissão, fazendo parte de um conjunto composto por fotografias, mapas e objetos históricos que vinham sendo adquiridos pelo Conselho. No orçamento do CNPI, assim como nos seus relatórios anuais, observamos que o Conselho vinha usando uma de suas rubricas para comprar objetos históricos, tais como cartas geográficas e topográficas antigas e telas com temas indígenas, principalmente as executadas pelo artista plástico José Boscagli, amigo de Rondon, que transferiu para seus óleos imagens registradas nas fotografias da Comissão.

*Ao ser apresentada a proposta orçamentária do CNPI para 1944, foi pedida uma dotação de Cr\$ 5.0000,00, destinada a aquisição de várias cartas topográficas e geográficas antigas, de alto valor documental e histórico. No aludido ano, porém, foi empregada a dotação na compra de vários telas que, do mesmo modo que as telas adquiridas no exercício vigente (1945) – com autorização do Sr. Ministro da Agricultura - se destinam a formação de um conjunto para a coleção do museu que este Conselho tem em organização.<sup>65</sup>*

Cabe acrescentar que desde 1943 o Conselho vinha recebendo verba para aquela finalidade. De 1943 a 1945 o valor se manteve o mesmo, ou seja, Cr\$

---

<sup>65</sup> Relatório Anual do CNPI de 1945. MF.1C, FG. 2330. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

5.000,00, já no ano de 1946, passaram para Cr\$ 25.000,00. No Relatório Anual do Conselho de 1946 encontramos as justificativas para a manutenção daquela quantia para o plano orçamentário de 1947: “as cartas geográficas e topográficas antigas eram inéditas e dignas de figurarem em museus especializados.”<sup>66</sup> Em 1947 a verba destinada para aquela finalidade foi cortada, o que fez com que o Conselho solicitasse ao DASP o remanejamento da verba destinada às publicações, para a aquisição de objetos históricos; o que foi negado por aquele Departamento.

*Pede-se a manutenção da dotação de Cr\$ 25.000,00 concedida para este ano, afim de que este Conselho esteja habilitado, no curso de 1947, a adquirir objetos históricos e obras de arte que inesperadamente possa ser oferecidos e que convenha ser anexada a coleção que o CNPI está formando para o conveniente aparelhamento de seu museu.*<sup>67</sup>

Quanto a criação de um museu para o SPI em sua sede e mostruários nas Inspetorias, como estabelecia o Regimento, era apenas a formalização de uma situação já existente. O corredor do andar onde o SPI funcionava possuía vitrines denominadas “mostruários”, com objetos indígenas, assim como as sedes das Inspetorias; algumas organizadas a ponto de serem registrados nos relatórios anuais do SPI e do CNPI. O Relatório Anual do CNPI de 1946 contém algumas observações de Rondon a respeito do “Museu” da Inspetoria de Mato Grosso, local onde se hospedava ao retornar de sua cidade natal, Mimoso, durante as férias.

*Nesta excursão, tive a felicidade de visitar alguns estabelecimentos do SPI (...). Em Campo Grande visitei, como nos anos anteriores, o mostruário que a Inspetoria de São Paulo e Sul de Mato Grosso têm muito bem instalado em sua sede. Desses objetos que eu observei, chamaram a minha atenção os desenhos especializados dos índios Cadiuéu estampados em diversos objetos, em cestos, em vasos de barro e até em peles curtidas de animais, como por exemplo de veado. Este desenhos rivalizam como as da cerâmica marajoara e são interessantes, porque deles se encarregam as índias velhas. É aconselhável aumentar quanto possível a preciosa coleção cultural*

---

<sup>66</sup> Relatório Anual do CNPI de 1946. MF.1C, FG. 2344. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

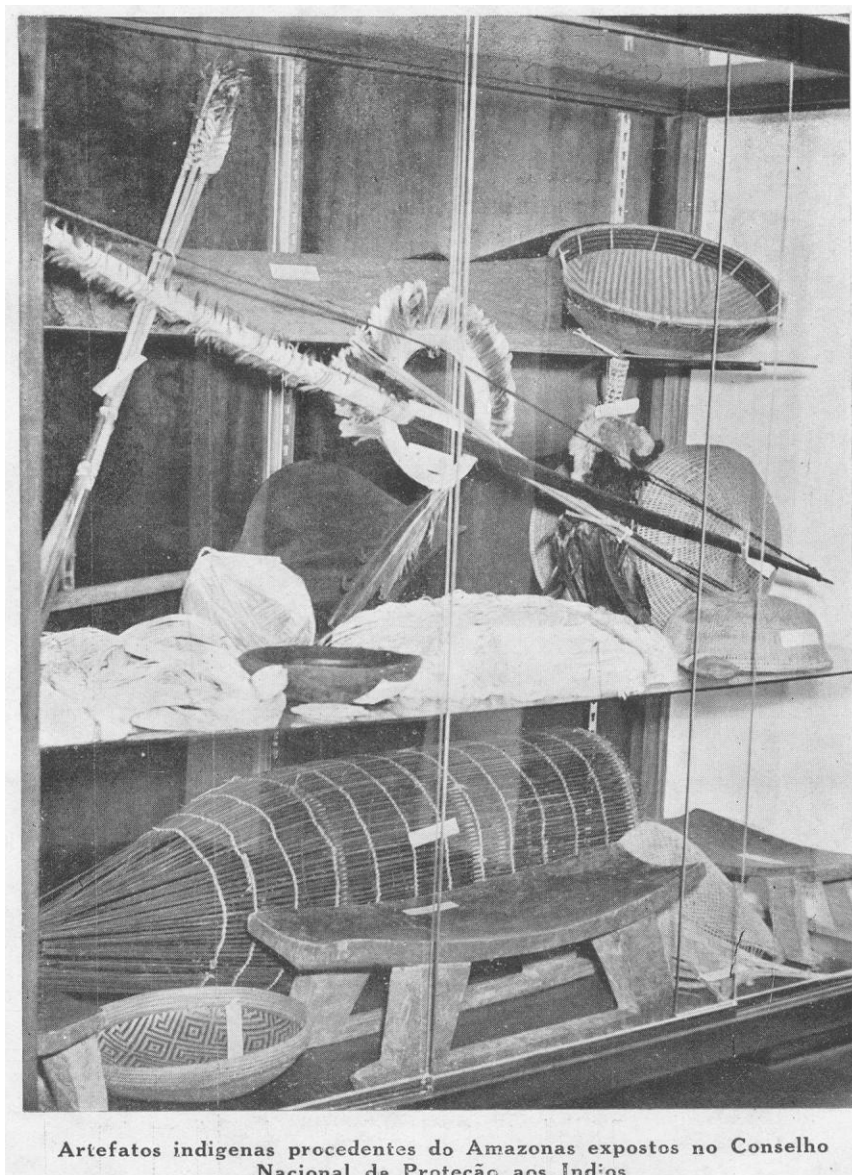
<sup>67</sup> Relatório Anual do CNPI de 1946. MF.1C, FG. 2343. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

*desses desenhos, no mostruário de Inspetorias com sede em Campo Grande, pois que eles são dignos de admiração.*<sup>68</sup>

A manutenção no Regimento Interno do SPI para criação de um museu também não oferecia grandes problemas. Sua efetivação envolvia pouco recurso já que o material etnográfico se apresentava acabado e sua organização dependia apenas de remessas que seriam solicitadas pela diretoria do Serviço ou recolhidas pelo chefe da Seção de Orientação em suas inspeções pelas Inspetorias e Postos indígenas; ou, ainda, encaminhados pelo CNPI como produto de suas expedições etnográficas e geográficas. Porque respeitando a solicitação feita pelo diretor do SPI de alteração no Regimento Interno daquela agência, o futuro museu estaria vinculado à Seção de Orientação e Assistência, responsável pelas auditorias nos Postos e aldeias indígenas, o que lhe facilitava o recolhimento de objetos etnográficos. Este material, após recolhido, seria organizado nos mostruários já existentes no corredor do andar onde o SPI funcionava, ou em outras salas que seriam destinadas a exibi-los.

---

<sup>68</sup> Relatório Anual do CNPI de 1946. MF.1C, FG. 2761. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.



Artefatos indígenas procedentes do Amazonas expostos no Conselho Nacional de Proteção aos Índios

69

<sup>69</sup> Foto 6 - Mostruário existente no corredor onde funcionava o SPI e o CNPI. Imagem retirada publicação "Serviço de Proteção aos Índios", ano VI, vol. III, nº 3. 1943.



<sup>70</sup> Foto 7 – Mostruário de material etnográfico da 1ª Inspeção Regional do Amazonas – IR1, foto que integra o Relatório Anual da Inspeção Regional do Amazonas de 1949. MF. 342, FG. 336.



71

<sup>71</sup> Foto 8 - Mostruário de material etnográfico da 9ª Inspetoria Regional – IR9, foto que integra o processo de identificação de uma cerâmica arqueológica, 1947. MF. 380, FG. 196.

### 3. A Seção de Estudos e “vários aspectos da vida indígena”<sup>72</sup>

#### 3.1. A primeira expedição etnográfica

Como colocado, houve por parte do SPI e do CNPI uma série de iniciativas que buscavam suprimir a Seção de Estudos do primeiro e transferi-la para o segundo. Mas como resultado concreto, obtido até o final de 1942, o CNPI alcançou a posse do acervo da Comissão Rondon e a transferência extraoficial dos trabalhos de estudos e pesquisas etnográficas, e com ele do grupo de funcionários contratados pelo SPI para os promoverem. Medidas ocorridas antes da publicação do seu Regimento Interno, sendo que a última sinalizava que as ações tomadas por ambos os órgãos em certa medida haviam surtido efeito, necessitando apenas de regulamentação, que ocorreria com a publicação daquele Regimento.

*Neste exercício começou o cumprimento do acordo entre o DASP, o SPI e esse Ministério para que o Conselho tomasse a si em caráter transitório a orientação e direção dos estudos e trabalhos da Equipe de Documentação foto-cinematográfica, muda, sonora e por vezes colorida, das zonas indígenas e seus habitantes, permanecendo com o SPI os encargos de providenciar os recursos e a legalização dos documentos de sua aplicação. Passaram assim virtualmente a jurisdição do Conselho, embora em caráter oficioso, a Equipe de documentação etnográfica e sertaneja, onde tinha sido admitidos pelo SPI, 9 bons elementos técnicos e auxiliares com salários estabelecidos pelo Ministério e segundo a relação aprovada pelo Presidente da República.<sup>73</sup>*

Provido de quadro para dar início às pesquisas etnográficas, o SPI inicia aquela atividade utilizando a infraestrutura física do CNPI, salas e equipamentos da antiga Comissão que haviam sido transferidos para o Conselho, e o conhecimento técnico e científico, principalmente de Rondon, para a efetivação daquela atividade. Naqueles ambientes foi instalada a “Equipe” do SPI que para dar início aos estudos

---

<sup>72</sup> Parte da alínea I do Art. 8º, da Competência da Seção de Estudos. Decreto nº 10.652 de 16 de outubro de 1942. FM. 338, FG. 2434. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>73</sup> Relatório Anual do CNPI de 1942. MF. 279, FG. 139 e 140. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.



e pesquisas etnográficas somou, aos antigos, novos equipamentos adquiridos com verbas do SPI.

O relatório anual do SPI,<sup>74</sup> encaminhado ao Ministro da Agricultura pelo então diretor do SPI, Cel. Vasconcelos, correspondente ao ano de 1942, informou que a ideia inicial para as atividades etnográficas era partir para o estado do Mato Grosso em direção a Inspetoria Regional 6 (IR6), que atendia aos índios Bororo, localizados no rio São Lourenço, e aos índios Umutina, localizados no município de Barra dos Bugres. O projeto atendia plenamente às intenções do SPI e do CNPI, pois aquela inspetoria além de ser considerada “modelo” da administração do SPI, e assim se prestando a publicidade do órgão, também atendia plenamente às intenções do CNPI, já que tanto Rondon quanto a sua rede social, que vinham atuando em ambas as agências, no início de suas carreiras haviam palmilhado aquela região e conheciam amplamente os povos indígenas que nela habitavam.

No entanto, os levantamentos topográficos e humanos que promoveram não foram concluídos. E dentro da oportunidade aberta pela inclusão de estudos e pesquisas na esfera de ambas as agências, associada à política econômica do Estado e ao desenvolvimento cultural do país, tais levantamentos foram então favorecidos, pois tiveram suas reinserções no cenário cultural e político após alguns anos de “anonimato” em ambas as esferas.<sup>75</sup> Mas devido aos percalços burocráticos, que envolveram a contratação da Equipe, a elaboração dos planos de trabalho e sua instalação, a expedição foi impedida de partir na data prevista por ter coincidido com o período de chuvas naquela região. Obrigando a uma alteração do plano inicial que substituiu a IR6 pela IR5, também situada no mesmo estado, mas que atendia aos índios Kadiwéu, Terena e Kaiwá.

Independente dos problemas que inviabilizaram a ida à IR-6, a nova Inspetoria selecionada além de estar situada no centro oeste, como a primeira, era reconhecida como um núcleo “modelo” da administração do SPI. Ou seja, a

---

<sup>74</sup> Relatório Anual do SPI, de 1942. MF. 387, s/fotograma. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>75</sup> A escolha da Inspetoria Regional 6 para promoção da primeira pesquisa etnográfica por parte do SPI e CNPI fica clara a partir da leitura dos artigos de Amilcar Botelho de Magalhães publicados na Revista América Indígena de 1947, onde ele forneceu os motivos que orientou tal escolha, o nome dos participantes e seus respectivos roteiros de viagem quando estiveram em atividade na Comissão Rondon na região dos formadores do rio Xingu. **AMILCAR**, Botelho de Magalhães. *Revista América Indígena*, V. VII, números I e III, pp.77-89 e 261-8.

substituição de uma inspetoria pela outra pouco alterava os planos do SPI, no entanto, não atendia completamente ao objetivo do Conselho que vinha reunindo esforços para documentar os povos indígenas que habitavam o centro de Mato Grosso, alguns deles atendidos pela IR6, cujas informações complementariam o projeto de reedição das publicações da Comissão Rondon, que vinha sendo organizado sob o título “Índios do Brasil”<sup>76</sup>.

A organização do SPI após o novo Regimento de 1942 compreendia, além da diretoria e das três seções, oito inspetorias regionais. Arelado a cada Inspetoria estava um determinado número de postos indígenas que recebia uma designação compatível com o tipo de atividade que exercia.<sup>77</sup> A Inspetoria que possuía o maior número de Postos era a do Amazonas (IR1), com sede em Manaus, que cobria o estado do Amazonas e o território do Acre, tendo sob sua jurisdição 21 Postos Indígenas, sendo nove de atração, sete de fronteira e vigilância e cinco de nacionalização. Portanto, a maioria dos postos indígenas administrados por aquela inspetoria estavam voltados para a “atração” de índios ou assistindo índios não completamente “assimilados” que funcionavam como agentes de vigilância de fronteira.

Ao contrário do Estado do Amazonas e território do Acre, que contava com apenas uma Inspetoria, os estados do centro oeste eram atendidos por duas Inspetorias – IR5 e IR6 –, cujos postos indígenas somados contavam 26 unidades. Apenas a IR6 contava com postos de atração (quatro), que atuavam na área do rio Xingu buscando “atrair” os índios Xavante e Kuikuro, os demais atendiam índios classificados como “assimilados”, ou em elevado estágio de integração com a sociedade nacional devido as variadas atividades econômicas que praticavam.

A preocupação em expor este quadro está em demonstrar que não era a intenção do SPI promover estudos e pesquisas visando formular uma nova orientação para a prática que vinha desenvolvendo. Caso fosse, eram os postos

---

<sup>76</sup> O primeiro volume de “Índios do Brasil” foi publicado em 1947 e abrangia as populações indígenas do noroeste, centro e sul do estado de Mato Grosso.

<sup>77</sup> Postos de Atração (PIA); de Assistência, Nacionalização e Educação (PIN); de Fronteira e Vigilância (PIF); de Alfabetização e Tratamento (PIT), e de Criação (PIC). Informação contida na publicação *Serviço de Proteção aos Índios*, ano VI, Volume III, nº 3, setembro de 1943.

localizados na região amazônica os que apresentavam as melhores condições para a promoção daquela atividade, pois a maioria das etnias atendidas pelas unidades do SPI naquela região estava passando pela primeira fase caracterizada pelo “contato”, ainda não envolvidos no processo de assimilação, que conseqüentemente os levaria à integração com a sociedade envolvente.

Onde a maioria das comunidades indígenas ainda apresentava íntegras suas organizações originais, era possível observar seu modelo de funcionamento mais tradicional, medida que viabilizaria políticas que não sacrificassem aqueles valores. O que já não era possível entre as comunidades indígenas atendidas pelas IR5 e IR6, que já haviam passado por um processo de integração, numa situação que os caracterizava, pelo SPI, como “assimilados”, inserindo-os na fase final de todo o processo, ou seja, eram considerados “aculturados”.

A opção por parte do SPI em promover estudos e pesquisas junto aos índios localizados no centro oeste, demonstrou claramente que com aquela atividade o SPI, em parceria com o CNPI, atingiria um triplo propósito.

Primeiro, os postos indígenas localizados naquela região eram aqueles que apresentavam as melhores estruturas montadas pelo SPI, sendo assim, se prestavam à publicidade do órgão como “modelo” do serviço prestado pelo Estado às comunidades indígenas; segundo, atenderia aos interesses do CNPI na revisão e complemento das informações etnográficas que a Comissão Rondon já possuía e viabilizaria publicações que tanto elevariam o nome do Conselho quanto reforçariam as “realizações” da Comissão; terceiro, em um plano mais abrangente, atenderia parte da demanda da classe antropológica que naquele período estava interessada nos processos de aculturação. Contudo, este propósito contrariava as justificativas dadas pela agência sobre os objetivos de implantação de atividades daquela natureza, ao dizer que intencionava registrar o mais tradicional das populações indígenas.

Sobre o local escolhido para o início das atividades de pesquisa da “Equipe” do SPI, o Relatório Anual da agência de 1942 informou:

*o chefe da Seção em suas inspeções às IR-5 e IR-6 teve o conforto de encontrar trabalhos e resultados acima de suas expectativas no*

*sentido da assistência geral aos índios, de sua educação e independência econômica, como se verá do seu relatório anexo a este.*<sup>78</sup>

A IR-5 era chefiada, desde a década de 1920, pelo Cel. Nicolau Bueno Horta Barbosa, ex-integrante da Comissão Rondon e responsável pelas primeiras demarcações de terra para os índios Terena e Guarani. O Relatório Anual de 1942 da Seção de Orientação e Fiscalização trouxe a seguinte informação sobre sua administração:

*Mui felizmente continua a frente dessa importante Inspetoria o Sr. Coronel Nicolau Bueno Horta Barbosa de cujo devotamento nossos índios vêm, desde o tempo em que era simples Tenente ao Serviço da Comissão Rondon, gozando os maiores benefícios. Trata-se de uma existência inteira dedicada com inexcedível ardor à causa do índio brasileiro, desde a atração, que foi gravemente ferido até a assistência para que não mede fadigas nem sacrifícios. Confiada a semelhante serventário a direção dessa Inspetoria, os trabalhos respectivos marcharam da melhor maneira possível, tanto em organização como em execução. Isso foi verificado na inspeção procedida nos Postos de São Paulo em maio de 1941 pelo Chefe da 2ª Seção.*<sup>79</sup>

Levando em consideração o quadro apresentado, podemos inferir que a escolha do local para onde a Equipe foi encaminhada para promover sua documentação foi orientada de acordo com o espaço geográfico. Tratava-se, portanto, da região cuja política desenvolvimentista do governo Vargas vinha sendo direcionada, onde se concentrava o legado político e simbólico da Comissão Rondon e abrigava as “melhores” Inspetorias, que “sobreviveram” independente das diminutas verbas recebidas pelo SPI, durante os anos de 1930 a 1939, devido à renda proveniente do trabalho indígena. Tais unidades foram poupadas dos infortúnios financeiros pelos quais passou o SPI, justamente pelo patrimônio indígena que viabilizou o seu funcionamento. A escolha de outras Inspetorias para as atividades de pesquisa só ocorreria a partir de 1947, ou seja, após o governo Vargas.

<sup>78</sup> Relatório Anual do SPI de 1942. MF. 387, S/FG, p. 6. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>79</sup> Relatório Anual da 2ª Seção do SPI em 1942. MF. 340, FG. 192. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

O Relatório Anual do CNPI<sup>80</sup> informou que durante a permanência da Equipe no Rio de Janeiro, no aguardo de soluções dos problemas administrativos, foi então instalado o laboratório fotográfico, bem como o museu etnográfico, na antiga sala do serviço cine-fotográfico do CNPI, localizados no Instituto Benjamin Constant. Esta informação foi a primeira sobre a organização e exibição do acervo etnográfico então existente no SPI, evidenciando que a agência possuía, além do material exposto nos “mostruários” localizados no corredor de sua sede, excedentes que foram encaminhados e organizados naquele novo ambiente. O documento também informou que a partir de novas normas prometidas pelo DASP, em colaboração com o Ministério da Fazenda e da Agricultura, esperava-se que no ano seguinte a Equipe pudesse permanecer em “campo” por um período correspondente a oito meses. Informação que expressou o modelo de pesquisa que as agências procurariam imprimir, comum as atividades expedicionárias praticadas pela Comissão e que se ajustavam a nova orientação antropológica.

A equipe partiu do Rio de Janeiro em outubro de 1942, com destino ao sul de Mato Grosso, objetivando atingir inicialmente os postos indígenas de Bananal e Cachoeirinha, classificados como postos de nacionalização. Agindo dentro do estabelecido, foram inicialmente para a cidade de Aquidauna levando com eles o material fotográfico e artigos para “presente” dos índios.

---

<sup>80</sup> Relatório Anual do CNPI, de 1942. MF. 278, FG. 140. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.



81



82

Visitaram nessa primeira viagem três grupos indígenas, a começar pelos índios Terena, localizados no Posto Indígena do Bananal e Cachoeirinha. O Posto Bananal estava situado próximo à Estação ferroviária de Taunay, pertencente a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (EFNOB), distante 140 Km a oeste de Campo Grande. Já o Posto Cachoeirinha estava distante 25 Km do Posto Bananal,

<sup>81</sup> Foto 9 - Equipe etnográfica em direção ao posto indígena Taunay, 1942. Foto de Harald Schultz.

<sup>82</sup> Foto 10 - Harald Schultz e Nilo Velloso filmando no posto Taunay, 1942. Foto de Heinz Foerthmann.

localizado no Município de Miranda, perto da Estação Duque Estrada da mesma estrada de ferro.

A documentação sobre a IR-5 informou que o acesso aos Postos de Bananal e Cachoeirinha era fácil, devido a pouca distancia em que se encontravam das estações da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Além dos postos distarem poucos quilômetros daquelas estações, as estradas que lhes davam acesso haviam sido ampliadas pelos índios, sendo possível o transporte por automóvel. Os postos também eram providos de energia elétrica e havia projeto para colocação de rede telefônica. O único “desconforto”, na opinião do chefe daquela Inspetoria, Cel. Nicolau Bueno Horta Barbosa, era que a agência dos correios ainda não havia sido instalada em Duque Estrada, obrigando ambos os Postos a utilizarem a agência de Miranda, que ficava mais distante. Ou seja, aqueles postos estavam providos de uma infraestrutura que a maioria dos postos indígenas sob a jurisdição de outras Inspetorias não possuía.

Em dezembro, a equipe visitou os Kadiwéu, localizados na Serra da Bodoquena, concentrados no Posto Indígena Presidente Alves de Barros, no Município de Dourados, a 280 Km de Campo Grande. Segundo a documentação, aquele posto não estava ainda completamente organizado e, devido a sua localização, estava desprovido dos benefícios de Cachoeirinha e Bananal. Já o Posto Francisco Horta, onde se concentrava os Kaiwá, era comparado aos de Cachoeirinha e Bananal, e seu acesso era por meio de uma estrada de rodagem aberta pelos índios.

Entre os Terena, Schultz e Velloso realizaram um filme de curta-metragem em 35 mm, sob o título “Dança do Bate-Pau”. Foerthmann ficou incumbido do registro fotográfico, concebido dentro do programa idealizado por Schultz.



83



84

---

<sup>83</sup> Foto 11 - Posto Indígena de Bananal, 1942. Harald Schultz.

<sup>84</sup> Foto 12 - Estrada principal do Posto Indígena de Cachoeirinha, 1942. Foto de Harald Schultz.





85



86

Sobre os dois primeiros Postos visitados pela Equipe em sua primeira viagem – Bananal e Cachoeirinha –, núcleos onde residiam os índios Terena, Oliveira<sup>87</sup> forneceu, dez anos depois daquela visita, suas impressões sobre o grupo e sobre o modo como os agentes do SPI agiam sobre ele. Observou que entre os índios Terena havia presença missionária de católicos e protestantes que gerava

<sup>85</sup> Foto 13 - Fios elétricos do Posto Indígena de Cachoeirinha, 1942. Foto de Harald Schultz,

<sup>86</sup> Foto 14 - Estrada principal de acesso ao Posto Indígena Francisco Horta, 1942. Foto de Harald Schultz.

<sup>87</sup> OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Os diários e suas margens*, 2002.

conflito entre o grupo. Informação que relativizava a proteção leiga tão enfaticamente defendida pelo SPI. Outro problema apontado por Oliveira foi o grande número de casamentos entre Terena e brancos, medida que vinha sendo adotada pelo SPI tanto para o “embranquecimento” da população indígena, quanto para a “assimilação” de hábitos culturais e sociais da nossa sociedade. Já sobre o SPI, a IR-5 e os Postos, as observações de Oliveira recaíram sobre a falta de infraestrutura para a assistência à saúde dos índios e, principalmente, pela utilização por parte dos agentes do SPI de índios Terena como “instrumento civilizador”, ou seja, pela transferência de famílias Terena para territórios ocupados por outras etnias, principalmente Guarani e Kaingang, com objetivo de utilizá-los como instrutores de técnicas agrícolas, devido à fama que tinham no manejo do campo. O mesmo autor informou ainda que aquela situação vinha de longa data, descrita em inúmeros relatórios expedidos pela IR-5 aos agentes do SPI.

O relatório sobre a primeira viagem organizado pela Equipe não apontou os problemas levantados por Oliveira, mas, pelas fotos, as questões levantadas por Oliveira persistiam. As informações do relatório da “Equipe Etnográfica” se concentraram na “excelência” das escolas, da merenda escolar, das construções administrativas e das casas dos índios. Fizeram também referência às festas assistidas entre os índios Terena e Kadiwéu e sobre as lendas a elas associadas. Observando o acervo imagético daquela viagem, constatamos que o maior número de fotos é dos índios Terenas, cujas imagens se concentram nos trabalhos realizados por eles na agricultura, na construção de casas e escolas, no carreamento do gado, na produção de telhas e tijolos e no beneficiamento de madeira. Em menor quantidade estão as fotos dos Kaiwá e Kadiwéu. Ao final do relatório da Equipe, ficamos sabendo que ao retornarem ao Rio de Janeiro deram início aos trabalhos de revelação das fotos, interrompidos em decorrência de Schultz ter sido acometido por tifo, tendo sido internado no Hospital São Sebastião, no Caju.



88



89

---

<sup>88</sup> Foto 15 - Igreja católica (posto não identificado) com um grupo de índios Terena assistindo missa, 1942. Foto de Harald Schultz.

<sup>89</sup> Foto 16 - Igreja protestante do Posto Indígena de Bananal, 1942. Foto de Harald Schultz.



90



91

O que se percebe pelo relatório da Equipe são os resultados do desconhecimento da metodologia etnográfica e da orientação que receberam, o que fez com que suas escritas ficassem concentradas nas atividades econômicas exógenas à cultura tradicional dos povos indígenas, deixando de lado o registro dos aspectos mais relevantes ou mais tradicionais das sociedades visitadas. Outra característica observada no relatório da Equipe era o seu curto tempo de

---

<sup>90</sup> Foto 17 – Placa da escola evangélica do Posto Indígena de Bananal, 1942. Foto de Harald Schultz.

<sup>91</sup> Foto 18 – Aspecto da escola do Posto Indígena de Presidente Alves de Barro, 1942. Foto de Harald Schultz.

permanência nos Postos, o que impossibilitava a observação do cotidiano das comunidades assistidas. Acrescenta-se a estas características o fato de que o local onde as atividades da Equipe se realizavam eram os Postos Indígenas e não as aldeias. Ambientes geograficamente distintos, cuja diferença refletia no modo como os índios se organizavam, impedindo que aspectos mais tradicionais da vida indígena fossem revelados.

Outra observação que podemos retirar daquele documento e das fotos capturadas pela Equipe é sobre o entendimento que tinham sobre os registros etnográficos. Estes se resumiam ao registro imagético dos tipos indígenas, das festas, das habitações tradicionais e dos objetos etnográficos e do registro textual das lendas e do vocabulário dos índios, relegando os conflitos pelos quais os índios estavam passando em decorrência da maneira como era organizado o SPI.

A documentação etnográfica da primeira viagem efetuada pela Equipe foi exibida ao Ministro da Agricultura, que visitou o local onde a Equipe se encontrava instalada. Acompanharam aquela visita, além do diretor do SPI e do CNPI, alguns membros do Conselho. A Ata da 14<sup>o</sup> Sessão do Relatório Anual do CNPI, de 1943, registrou informações sobre aquela ocasião. Seu conteúdo é elucidativo:

*o Sr. Ministro da Agricultura visitará aquela dependência do Serviço de Proteção aos Índios, a fim de conhecer os trabalhos realizados pela primeira expedição de coleta de documentação sobre os estabelecimento do SPI, dos índios neles assistidos e dos trabalhos executados, bem como dos artefatos e costumes das respectivas populações indígenas (grifo original).<sup>92</sup>*

O conteúdo é claro porque explicita a que tipo de atividade a Equipe estava voltada; mostra o interesse do Ministério por aquele evento, a ponto de fazer com que o próprio ministro se deslocasse ao local para onde se encontrava a “Equipe” para conhecer as instalações do SPI nos postos indígenas e os trabalhos que os índios vinham executando; e revela que o material etnográfico recolhido naquela viagem, somado aos que já vinham sendo expostos, começou a ser exibido a partir de 1943.

---

<sup>92</sup> Ata da 14<sup>a</sup> Sessão, 1943. Documento original, p.97. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

Já a Ata da Seção subsequente do Conselho, ou seja, a 15ª Seção, registrou que Rondon, como idealizador e gerente do projeto de registro etnográfico, concluiu que os trabalhos realizados pela Equipe Etnográfica ficaram aquém de sua expectativa:

*A primeira expedição conseguiu realizar um serviço, que embora **precário**, apresenta resultados apreciáveis. Filmes cinematográficos, fotografias e discos sonoros foram apanhados entre os Caiwá, Terena, do sul de Mato Grosso, e dos Caingangues e Guaraní, do noroeste de São Paulo, não obstante o tardio da partida da expedição e apesar da estação chuvosa em que tiveram que trabalhar os expedicionários. Essa documentação de filmes, fotografias, discos e artefatos foi vista pelo Sr. Ministro da Agricultura, que a propósito dos discos de registro das palavras sugeriu fossem eles apanhados sempre que possível não só em vozes de homens como de mulher por isso que a linguagem era apanágio sobretudo do sexo feminino. O Sr. Ministro dando notícias do que viu e ouviu num artigo publicado num matutino se declara satisfeito pelo que lhe foi dado observar já quanto ao bom emprego dos recursos fornecidos ao SPI para aquisição da aparelhagem cinematográfica, de máquina de gravação de som (...) Acrescenta o Sr. General Presidente acreditar que a Segunda expedição possa ser mais feliz que a primeira com a pequena experiência já adquirida pelos seus ocupantes e pelas instruções gerais recebidas da crítica construtiva que lhe fizeram dos trabalhos da primeira expedição, dos seus chefes do SPI, do Presidente do Conselho e do etnógrafo Kurt Nimuendajú que viera do Pará, sob os bons ofícios do Museu Goeldi, para colaborar conosco na organização dos serviços etnográficos. Infelizmente seu estado de saúde não lhe permite fazer vida sertaneja como seria mister a um concurso pleno da sua parte (grifo do autor).<sup>93</sup>*

Deste texto três observações merecem destaque, além daquela que classificou os trabalhos da Equipe como “precários”. Primeiro, que as expedições foram organizadas para atender tanto aos propósitos do SPI quanto aos do CNPI, sendo que o último devido a experiência profissional do chefe da Equipe, calcada na documentação jornalística, não atingiu os objetivos “científicos” desejado pelo presidente do Conselho. Segundo, refere-se à aprovação por parte do Ministério dos gastos empreendidos com a expedição, o que garantiria nova concessão de verbas para projetos futuros e, terceiro, e mais significativo, se refere à entrada em

---

<sup>93</sup> Relatório anual do CNPI de 1939 a 1943, Ata da 15ª Seção. Documento original, Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

cena de Curt Nimuendajú,<sup>94</sup> que para a segunda expedição foi convidado por Rondon a fim de “treinar” a equipe que vinha se preparando para a sua segunda “viagem ao sertão”.

Da documentação colhida nesta primeira viagem, as fotos serviram para ilustrar o relatório anual da diretoria do SPI encaminhado ao Ministro da Agricultura, que foi acompanhado de:

*dois volumes de fotografias, umas comprobatórias dos trabalhos do SPI em 1942, outras referentes a tipos de índios e paisagens das diversas regiões onde se acham estabelecidos os postos indígenas.*<sup>95</sup>

Informação referendada no relatório do Ministério da Agricultura daquele ano, ao colocar que o programa executado pela Equipe resultou em “excelentes” fotografias dos tipos indígenas e dos trabalhos realizados pelo SPI junto aos postos indígenas visitados.<sup>96</sup> Comentários que reforça qual era de fato o interesse do Ministério.

Já as informações sobre o material etnográfico ficaram restritas aquelas sobre a sua exibição em algum dos ambientes que compunham os laboratórios, suprimindo-se o número de peças recolhidas e suas respectivas etnias, conteúdo do qual também não consta no Livro de Tombo aberto pela Seção de Estudos em 1949. Se por um lado o relatório anual do SPI não trouxe maiores informações sobre os objetos etnográficos, ele informou que o recolhimento de elementos daquela natureza não estava restrito às expedições etnográficas, já que o acervo etnográfico continuou crescendo independente daquelas ações.

---

<sup>94</sup> Nome adotado pelo etnólogo alemão, Curt Unkel, após contato com os índios Apopokuva-Guarani. Nimuendajú era natural de Jena, Alemanha, e sua história como etnólogo se inicia em 1905 quando foi contratado como cozinheiro da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo. Esta atividade lhe deu a oportunidade de entrar em contato com vários grupos indígenas. Em 1910, quando da criação do SPILT, é convidado por Rondon para integrar aquele Serviço, onde participa da pacificação dos Kaingang de São Paulo e da reunião dos Guarani que até aquele momento se encontravam dispersos. No início da primeira Guerra Mundial é demitido daquele Serviço por ter nacionalidade alemã. Retorna ao órgão em 1921 e dois anos mais tarde é novamente demitido. Após este período inicia pesquisas em vários grupos indígenas financiadas por instituições nacionais e estrangeiras. Fruto destes trabalhos são as coleções etnográficas que compôs tanto para Museus brasileiros quanto Europeus. Morreu em 1944, entre os índios Tikuna.

<sup>95</sup> Relatório anual do SPI, 1942. MF. 387, S/ FG. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>96</sup> Relatório anual do Ministério da Agricultura do ano de 1942, p. 156.

Em novembro daquele mesmo ano, o chefe da Seção de Orientação e Fiscalização, Antonio Estigarribia, viajou para Mato Grosso a fim de inspecionar as duas Inspetorias instaladas naquela região. Desta viagem trouxe para compor o “mostruário do SPI”<sup>97</sup> objetos dos índios Bororo, Umutina e Pareci. A relação de peças recebidas por Estigarribia que consta em seu relatório de viagem não compreendia a totalidade da cultura material daqueles grupos e foram parcialmente por ele descritas naquele documento.<sup>98</sup> Estigarribia informou que o material lhe foi dado como presente pelos índios para aumentar o volume de objetos destinado ao “mostruário” do SPI. Modalidade de troca que inscreve aqueles objetos na categoria de “mercadoria”, que tanto viabilizava a manutenção das relações sociais entre agentes do SPI e os índios, quanto viabilizava aos índios receberem bens comuns a nossa sociedade.

Douglas e Isherwood<sup>99</sup> fizeram uma análise sobre o mundo dos bens mostrando que os bens materiais, além de servirem para fornecer comida e abrigo, também atendem a finalidades sociais. Nesta posição, os objetos funcionam como mercadoria e têm como propósito o estabelecimento e manutenção de relações sociais e políticas entre os envolvidos.

Appadurai<sup>100</sup> ao analisar a “transferência” de objetos de uma sociedade para outra, sem o concurso de uma referência monetária, também os classificou como mercadorias, cuja “troca” além de viabilizar os laços sociais e políticos, referendando as colocações de Douglas e Isherwood, também possibilita recuperar sua vida “social” a partir da análise do meio do qual se encontra inserido.

Gordon<sup>101</sup> foi outro autor que tratou das trocas entre duas sociedades não simétricas cultural e economicamente, tomando como base as trocas promovidas entre os índios Xikrin e agentes do nosso sistema social. Em suas análises, classificou que os objetos Xikrin funcionam, naquele sistema, como mercadoria, tanto aos olhos dos Xikrin quanto do agente envolvido naquela operação. Mas suas observações vão além, não ficando restritas a confirmar os laços sociais que estas

---

<sup>97</sup> Relatório anual do SPI, 1942. MF. 387, S/FG. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>98</sup> Relatório de inspeção do chefe da SOF, 1942. MF. 387; S/ FG. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>99</sup> DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens*, p. 105.

<sup>100</sup> APPADURAI, Arjun. *La vida Social de Las Cosas*, 1991.

<sup>101</sup> GORDON, Cesar. *Folhas pálidas*, 2003.



trocas promovem e às mudanças de padrão que elas provocam. Elas também apontam para o lado positivo daquela operação dizendo que, entre os Xikrin, a troca de objetos os auxilia na manutenção de seus objetos rituais, já que em seu sistema mítico o conjunto material de bens que o compõe são vindos de “fora”, tendo sido dado aos Xikrin por entidades exógenas ao grupo.

Não havia pesquisas semelhantes à de Gordon, promovidas sobre outras famílias linguísticas que procurassem estabelecer como objetos de “fora” são absorvidos e incorporados ao sistema cultural indígena, e em que proporção causam danos ou auxiliam na manutenção de alguns de seus aspectos tradicionais. Por isso, suas colocações muito auxiliaram na compreensão do sistema dos objetos, esclarecendo que eles não funcionam de modo unilateral. Ao contrário do que apontava a maioria das pesquisas sobre troca de objetos entre as sociedades indígenas, ao informarem que objetos exógenos àquelas culturas acabam por desestabilizarem a produção de seu conjunto material, tornado-se objeto de “desejo” e constituindo um forte estímulo para a aproximação daquelas comunidades com a sociedade produtora daqueles bens. Ou, então, são interpretados como elemento que reforça a resistência cultural pela recusa dos membros do grupo em não assimilá-los, procurando, em certa medida, manter seus objetos tradicionais.

Transferindo aquelas ideias para o contexto que possibilitou Estigarribia adquirir os objetos etnográficos para os “mostruários” do SPI, é possível verificar que o processo de formação da coleção etnográfica da Seção de Estudos também se fundou na troca de objetos onde estes funcionaram como mercadoria. Os objetos doados pelos índios aos agentes do SPI tanto funcionavam como elementos para o estabelecimento de relações sociais e políticas, quanto buscavam assegurar sua manutenção, mas também serviam como meio de obtenção de bens industrializados, compreendidos pelos índios como difíceis e importantes.<sup>102</sup> A documentação apontou que algumas coleções foram formadas pela Seção de Estudos com base na troca de mercadorias industrializadas por

---

<sup>102</sup> Esta assertiva foi baseada em um estudo promovido por Egon Schaden, de 1969, contido na publicação *Aculturação Indígena*, cap. VI, “Aculturação no plano tecnológico e da cultura material”.

coleções para comporem o acervo etnográfico do SPI. O que gerou coleções não intencionais, feitas sem planejamento prévio e aleatórias. Mas caso tivessem sido documentadas, ofereceriam uma visão do índio sobre a hierarquia de sua parafernália material, informando o tipo de entendimento que tinham sobre o que era importante dentro de sua organização cultural, para ser preservado como representativo de sua comunidade.

Deixando de lado esta questão, a atitude dos agentes do SPI em organizar coleções com base na troca de elementos da nossa cultura por elementos materiais das comunidades indígenas, em certa medida relativizava o discurso do SPI em promover expedições de caráter “científico”, com objetivo de recolher documentação que viesse a sistematizar o conhecimento que se tinha sobre os povos que tutelava e de organizar um arquivo documental reflexivo para a compreensão de determinados aspectos daquelas sociedades, onde os objetos eram parte integrante.

*O telegrama junto, prende-se ao pedido que os índios Bororo, Bento Burebai e Jerônimo Liotodau, fizeram a esta Inspeção, de duas espingardas, em pagamento de artesanatos indígenas fornecidos.*<sup>103</sup>

Dos fatos expostos podemos levantar a hipótese de que o SPI não estava interessado em formar coleções orgânicas e documentadas. O objetivo dos recolhimentos efetuados tanto pela Equipe, quanto por Estigarribia, como aqueles formados por agentes do SPI atuando em suas sucursais, visavam de certo modo ilustrar a produção de cultura material dos povos atendidos pelo SPI. No caso especial das coleções formadas por objetos oriundos do Mato Grosso, sua organização, por parte do SPI, tinha como objetivo oferecer um panorama da produção cultural dos índios daquela região que viabilizasse uma exibição mais orgânica do conjunto daquelas etnias, como também o de aumentar o volume de material etnográfico nas dependências do SPI, até então escasso no órgão. Estes,

---

<sup>103</sup> Ofício encaminhado pela Inspeção IR-6, à direção do SPI em 23 de novembro de 1946. MF. 254, FG. 18. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

passaram, então, a formar a base de todas as operações de divulgação das atividades da agência, como veremos nos capítulos subsequentes.



104



---

<sup>104</sup> Fotos 19, 20 e 21 - Posto indígena Alves de Barros. No sentido horário: Harald Schultz e índia Kadiwéu; índio Kadiwéu em trabalho artesanal e vista da dança Bate-Pau Terena, 1942. Fotos de Heinz Foerthmann.



105



106

---

<sup>105</sup> Fotos 22 - Índia Guarani-Kaiwá do Posto indígena Francisco Horta, 1942. Fotos de Heinz Foerthmann. Serviço de Registro Audiovisual do Museu do Índio.

<sup>106</sup> Foto 23 - Índio Guarani-Kaiwá do Posto Indígena Francisco Horta, 1942. Foto de Heinz Foerthmann. Serviço de Registro Audiovisual do Museu do Índio.

### 3.2. A segunda expedição

No início de 1943, Rondon canalizou esforços para trazer Curt Nimuendajú para integrar e treinar a Equipe em preparativo para a segunda viagem.

Nimuendajú era um velho amigo de Rondon e naquele período já gozava de alta reputação como etnólogo: profundo conhecedor de uma série de sociedades indígenas e com vários artigos publicados. Muito do conhecimento adquirido por Nimuendajú se devia a sua atuação como funcionário do SPI. Em 1910, quando Rondon assumiu a direção do recém-criado SPI, Nimuendajú foi contratado para atuar junto aos índios Kaingang e Guarani, localizados nos estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso. Em 1911 Nimuendajú pacificou aqueles povos e em 1912, os reuniu no Posto Indígena Araribá. Um ano depois atuou entre os Ofaié, Guarani e Kaiguá, localizados no sul de Mato Grosso, quando então foi transferido para o Rio de Janeiro para prestar serviços ao Ministério da Agricultura. Mais tarde, foi enviado para o Pará onde acabou fixando residência. Entre 1914 e 1915, concentrou suas atividades entre os índios Tembé, Timbiras e Urubu, ficando responsável pela pacificação do último. Mas antes de concluir o trabalho, foi demitido do SPI em decorrência do início da Primeira Guerra Mundial. Em 1921 foi novamente contratado pelo SPI, permanecendo como seu servidor até 1923. Neste curto período entrou em contato com os Mura, Pirahã, Tora e Matanawí, e pacificou os índios Parintintin. Atividades que fazia de Nimuendajú um elemento “não estranho” ao Serviço.

No primeiro semestre de 1943, Nimuendajú estava no Pará, no Museu Goeldi, ministrando um curso sobre etnologia americana, ao mesmo tempo em que se ocupava da elaboração de uma nova versão do *Mapa Etno-Histórico* e das providências necessárias à publicação de seus artigos no *Handbook of South American Indians*, quando foi convidado por Rondon a se deslocar até o Rio de Janeiro para iniciar os entendimentos com vistas a sua possível participação na segunda expedição da equipe etnográfica. A expedição vinha sendo planejada pelo CNPI e pelo SPI, e teria, a princípio, uma duração de seis meses, com possibilidade de desdobramento em uma segunda etapa, na qual estaria em foco

outras comunidades indígenas, localizadas na região do rio Xingu, cujos grupos vinham sendo “atraídos” ao contato social.

A ideia era que Nimuendajú coordenasse os trabalhos que seriam executados por Schultz e sua equipe. A este respeito Grupione<sup>107</sup> informou que a ideia do convite a Nimuendajú já deveria estar sendo gestada no Conselho desde o início de 1943, pois um telegrama enviado ao diretor do Museu Goeldi, Carlos Estevão, pelo Cel. Jaguaribe Mattos, responsável pela Carta de Mato Grosso, solicitava informações a respeito das relações profissionais mantidas por Nimuendajú com aquela Instituição. Nota-se que 1942 foi o ano em que o Brasil se alinhou aos Aliados, e 1943 ficou marcado pelo incremento das perseguições por parte do Estado aos indivíduos de nacionalidade alemã. Nimuendajú, mesmo naturalizado, não ficou livre de tais iniciativas e vinha sendo controlado pelas autoridades brasileiras<sup>108</sup>.

A resposta de Estevão teria sido sucinta, confirmando a função de Nimuendajú na instituição, além de relacionar as Instituições, tanto nacionais quanto estrangeiras, com as quais Nimuendajú vinha trabalhando. Entre elas, o Museu Nacional e a Universidade da Califórnia, na figura de Robert Lowie. Dizia ainda que Nimuendajú tinha residência fixa naquela cidade, mas que seus recursos financeiros eram irregulares.

A Ata da 11<sup>o</sup> Sessão do Conselho<sup>109</sup> informou que a expedição partiria em julho ou agosto daquele ano e que seria “controlada” pelo Conselho e teria como “técnico etnográfico” Nimuendajú, escolhido após várias consultas feitas à diretora do Museu Nacional e membro do Conselho, Heloísa Alberto Torres, à Sociedade Americanista, através de seus boletins e ao Museu Goeldi, na figura de seu diretor Carlos Estevão. Diante da aprovação do nome de Nimuendajú, Rondon o convida para uma visita às instalações do CNPI a fim de discutir sua participação na próxima pesquisa etnográfica a ser executada pela equipe técnica da Seção de Estudos.

---

<sup>107</sup> GRUPIONE, Luis Donisete Benzi. *Coleções e expedições vigiadas*, pp. 229-30.

<sup>108</sup> Sobre o assunto ver: **WELPER**, Elena Monteiro. *Curt Unckel Nimuendajú*, p. 57.

<sup>109</sup> Livro Ata, n<sup>o</sup> 1, 1939. Documento Original. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

Ninuendajú chegou ao Rio de Janeiro em 30 de julho de 1943, onde foi recebido, já no aeroporto, por Rondon, Heloisa Alberto Torres, Cel. Jaguaribe e por Schultz, entre outros. Ao dar início às primeiras reuniões para o acerto de sua participação na segunda expedição, Nimuendajú, mesmo entusiasmado com a viagem, impressionado com o resultado dos trabalhos fotográficos realizados por Schultz no curto espaço de tempo em que passou entre os índios e reconhecendo a qualidade do material técnico empregado, não aceitou o convite. Alegou que não poderia proceder a um trabalho daquela natureza acompanhado de uma equipe tão extensa.

Para Nimuendajú, a realização de uma pesquisa etnográfica necessitava de um “certo” recolhimento, um tempo para o pesquisador se aclimatar no interior do grupo. Tempo necessário que a expedição não teria para executar sua tarefa.

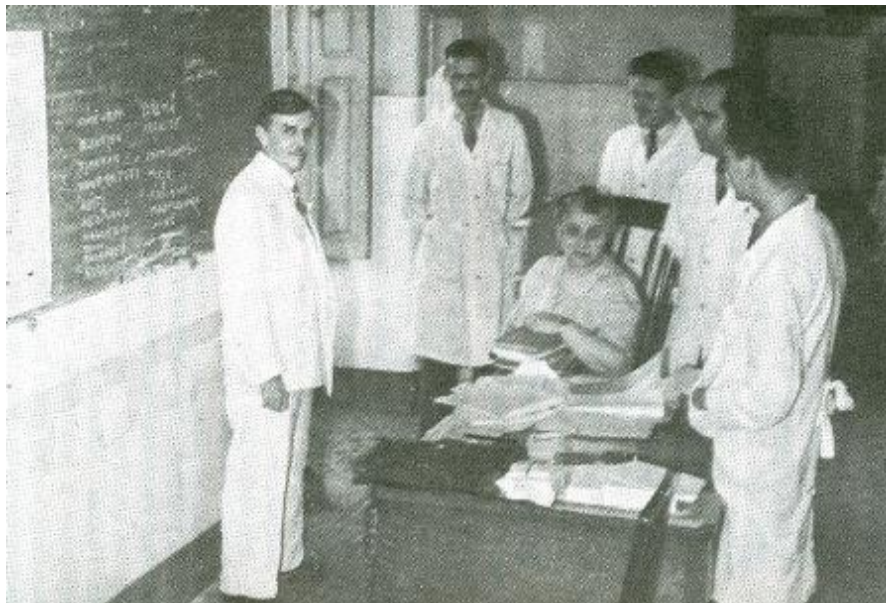
*Chegando com semelhante acompanhamento num núcleo de índios nada absolutamente poderei fazer no campo das minhas investigações. Só poderia trabalhar antes ou depois da estada da turma do Schultz que por sua vez tão pouco poderia esperar até eu ter me convertido à religião dos Bororo, por exemplo.<sup>110</sup>*

Mas a estadia de Nimuendajú no CNPI não seria totalmente em vão. Sua “contribuição” seria prestada de outra maneira. Acometido de um glaucoma, que quase o deixaria cego de uma das vistas, aproveitou o período para o seu restabelecimento, que se estendeu por cerca de dois meses, para ministrar um curso no Museu Nacional a pedido de Heloisa Alberto Torres, então sua diretora, onde Schultz participou visando seu treinamento em assuntos “etnográficos” e conseqüentemente, de sua equipe, como também auxiliou o Cel. Jaguaribe de Matos na elaboração da Carta de Mato Grosso.

Sobre o curso organizado no Museu Nacional, a Ata da 11ª Sessão do Conselho informou que ele contava com três alunos das agências, dois funcionários do Conselho e um do SPI, sem, no entanto, os nomear, mas esclarecendo que, a partir dos resultados obtidos, o programa seria ampliado.

---

<sup>110</sup> GRUPIONE, Luis Donisete Benzi. *Coleções e expedições vigiadas*. p. 23.



111

Concomitantemente ao treinamento da Equipe, a Seção de Estudos vinha procedendo aos preparativos para a segunda viagem, mesmo que ainda fosse denominada de “Serviço Etnográfico” pelo SPI e pelo CNPI em seus documentos administrativos. Este fato aparentemente insignificante levanta a hipótese de que a Seção de Estudos ainda não havia sido absorvida pelo Serviço, estava aguardando a resposta do DASP para a sua supressão, conforme havia sido solicitado pelo diretor da Agência.

Com a recusa de Nimuendajú em participar da segunda expedição houve novas mudanças em sua organização de modo que a expedição foi projetada a dividir o grupo em duas turmas: uma chefiada por Schultz e a outra por Velloso. Ou seja, a chefiada por Schultz atenderia ao CNPI e, a por Velloso, aos objetivos do SPI. O relatório de Schultz de 15 de Fevereiro de 1944 informou:

*Tendo terminado a direção dos trabalhos de documentação cinematográfica, fotográfica, de gravação lingüística e do canto indígena no Posto Indígena Fraternidade Indígena, executados pela equipe*

<sup>111</sup> Foto 24 - Curt Nimuendajú, em 1943, ministrando o curso de etnologia indígena no Museu Nacional. Destaca-se a presença de Heloisa Alberto Torres (sentada) e Castro Faria (segundo da direita para esquerda). Reprodução fotográfica retirada do livro *Etnologia e Indigenismo*. São Paulo: Ed. Unicamp, 1993.



*técnica deste Serviço Etnográfico, este foi dividido em duas turmas, de acordo com as instruções recebidas por S. Excia. e Senhor General Cândido Mariano da Silva Rondon. A primeira turma, composta pelo chefe Sr. Harald Schultz e o capataz da equipe Sr. Carlos Barreto de Souza, era incumbida do estudo científico dos índios Umutina, e suas malocas, situadas algumas léguas distantes do referido Posto Indígena. A segunda turma, chefiada pelo cinematografista Nilo Oliveira Velloso e os demais membros, Srs. Heins Foorthann, encarregado das gravações sonoras e fotográficas e João de Souza Veríssimo Júnior, eletricitista, dirigir-se-ão para o rio São Lourenço, em trabalho de documentação cine-fotográfica e sonora dos índios Bororo, obedecendo no percurso dos trabalhos às ordens que seriam expedidas por S. Excia. o Senhor General Rondon.*<sup>112</sup>

Para a segunda viagem o destino foi novamente o centro oeste. Esta nova empreitada correspondia ao primeiro planejamento feito para a Equipe no ano de 1942, inviabilizada devido a problemas de ordem burocrática que se estenderam atingindo o período de chuva naquelas regiões. Esta primeira “frustração”, contudo, não impediu que a ideia fosse colocada em prática. A Inspetoria Regional 6 (IR-6), localizada na cidade de Cuiabá, tinha sob sua jurisdição os índios Umutina, Bororo e Paresi, etnias cujos primeiros contatos se deram por meio da Comissão Rondon.

Além de registrar os Postos Indígenas onde aqueles povos se encontravam reunidos, a viagem tinha por objetivo promover um levantamento linguístico dos índios, a fim de atualizar antigas informações incluídas no acervo da Comissão; entre as quais o material linguístico sobre o vocabulário dos índios Umutina recolhido durante o período em que Rondon esteve à frente das Comissões.<sup>113</sup> Os novos recolhimentos linguísticos significavam um aumento quantitativo e qualitativo do material com informações a respeito da língua daquele povo. Medida necessária pois o assunto era de interesse do CNPI em suas publicações.

*Nesse conjunto este Conselho procurou dar o conveniente realce aos estudos lingüísticos. Deste modo além de publicar a interessante conferencia realizada pelo Sr. Prof. Nelson de Senna, da Universidade de Minas Gerais, sob o título “A influencia do índio na Linguagem Brasileira”, já promoveu a publicação dos seguinte trabalhos que tive o ensejo de preparar com a valiosa colaboração*

<sup>112</sup> Relatório de viagem de Harald Schultz de 1944. MF. SPI-1A, fg. 2347. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>113</sup> Boletim do Museu do Índio. Documentação, número 2, agosto de 1982.

*do doutorando João Barbosa de Faria, saudoso companheiro de uma das fases mais produtivas da "Comissão" que chefeei.*<sup>114</sup>

Leite e Franchetto<sup>115</sup> informaram que a linguística entrou como mais um elemento de investigação dentro dos estudos etnográficos no século XIX, deixando o campo da lógica e das descrições gramaticais, para se voltar para as classificações linguísticas, buscando explicar, dentro de um paradigma evolucionista, como uma língua ancestral comum evoluiu, possibilitando a diversidade de línguas da atualidade. A metodologia utilizada nos primeiros tempos para proceder a tais classificações era o método histórico-comparativo, que possibilitava uma classificação e agrupamento em bases genéticas e diacrônicas de línguas bastante diferenciadas. Este tipo de procedimento metodológico, informa as autoras, era útil principalmente para as nações demonstrarem que cada língua era um organismo com características próprias não compartilhadas por outra língua. Informam ainda que no Brasil, até a segunda metade do século XX,

*a produção sobre línguas indígenas estava praticamente entregue a missionários, zoólogos, botânicos, médicos, geógrafos de origem europeia, sem formação específica para a documentação, descrição e análise de línguas ágrafas.*<sup>116</sup>

Segundo as autoras, nos anos trinta, José Oiticica se manifestou sobre aquela situação criticando tanto o modo como os estudos das línguas indígenas vinham sendo conduzidos quanto sugerindo a criação de um programa integrado de pesquisa e documentação, não só das línguas brasileiras, mas também para as da América do Sul.<sup>117</sup> Ainda naquela década foi criada na Universidade de São Paulo a cadeira de Etnografia Brasileira e Língua Tupi-Guarani, regida por Plínio Ayrosa. Para Corrêa<sup>118</sup> a criação daquela cadeira marca a institucionalização da Antropologia naquele centro e reforça uma tendência estabelecida desde o final do século XIX do estudo das línguas tupi.

<sup>114</sup> Carta do presidente do CNPI, Candido Mariano da Silva Rondon a Othon Xavier de Brito Machado, datada de 16 de março de 1950. MF. 1C-CNPI, FG. 353. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>115</sup> LEITE, Yonne; FRANCHETTO, Bruna. *500 anos de língua indígena do Brasil*. 2006.

<sup>116</sup> Idem. p. 33.

<sup>117</sup> Idem, ibidem.

<sup>118</sup> CORRÊA, Marisa. *A antropologia no Brasil (1960-1980)*, p. 53.

A atenção ao conhecimento e organização de listas vocabulares, de certa forma, está relacionada à própria mudança nos paradigmas teóricos da antropologia. Isto teria ocorrido na virada do século XIX para o XX, período marcado, na Antropologia, pelo início do abandono das análises de gabinete, em detrimento das pesquisas de campo, como as realizadas por Malinowski e Boas. A necessidade de rigor e precisão na coleta e descrição de fatos observados acabou gerando a necessidade de conhecimento da língua da cultura observada, fato que colocou Boas como precursor da transformação estrutural no método e nos pressupostos linguísticos americanos.<sup>119</sup> Em sua visão era necessário, para a melhor compreensão das sociedades estudadas, o domínio de suas línguas. Partindo deste pressuposto, Boas procurou promover e incentivar os interessados em descrever outras culturas, a fazê-lo na própria língua do grupo pesquisado.

No Brasil, segundo Bessa Freire,<sup>120</sup> foi Couto Magalhães o primeiro a concluir que era necessário o domínio, pelo menos da língua geral, ou *nheengatu*, para o registro fidedigno das culturas indígenas, já na segunda metade do século XIX. Seu interesse em registrar os deslocamentos e os mitos indígenas o levou ao aprendizado da língua geral falada por índios e mestiços, cujo domínio o possibilitou criticar textos traduzidos no passado pelos jesuítas. Após Couto Magalhães, outros trabalhos contendo compilações do vocabulário indígena foram efetuados por “naturalistas” tais como: Karl Von den Steinen, Ehrenreich, Max Schmidt, Nimuendajú e pela Comissão Rondon; buscando registrar os termos utilizados pelos grupos indígenas e a partir deles criar uma classificação das famílias linguísticas.

No cômputo geral, os recolhimentos efetivados pela Comissão não se afastam muito da tradição de pesquisa em línguas indígenas da época, A metodologia de registro era composta de um vocabulário básico, com inclusão de termos correntes como: partes do corpo, elementos da natureza e nomes dos objetos de cultura material. O conjunto da documentação produzida pela Comissão englobava, além dos vocabulários básicos, esboços gramaticais, lendas, histórias e

---

<sup>119</sup> **BOAS**, Franz. *A formação da antropologia americana*, p. 193.

<sup>120</sup> **BESSA FEIRE**, José Ribamar. *Rio babel*, cap. III.

dicionários. E um número razoável de vocabulários recolhidos por outros pesquisadores não integrantes da Comissão, tais como Nimuendajú, Coudreau e Stradelli, que eram copiados e incorporados ao acervo linguístico da Comissão.<sup>121</sup>

É bom lembrar, como já mencionado, o interregno de tempo entre a criação das primeiras Comissões – que datam do final do século XIX se estendendo até a segunda década do século XX, quando foram extintas – e o novo momento caracterizado pela criação do CNPI. O material linguístico recolhido pela Comissão, à disposição do CNPI, estava desatualizado, se comparado com os estudos linguísticos e antropológicos que vinham sendo desenvolvidos; pois ambos haviam passado por mudanças conceituais e metodológicas. O material linguístico disponibilizado para o CNPI no acervo da Comissão Rondon havia se tornado impróprio para publicação no seu formato original. As listas vocabulares que vinham sendo recolhidas e organizadas nas pesquisas antropológicas da década de 1940 estavam voltadas para identificar as mudanças ou perdas vocabulares das línguas indígenas, objetivo que orientava a maioria dos estudos antropológicos naquele momento, cuja ênfase estava nas mudanças culturais ou nos processos de aculturação pelos quais estavam passando as populações indígenas. Dentro dessa tendência, as listas vocabulares recolhidas e organizadas pela Comissão só ofereceriam interesse, caso apontassem naquela direção. Enfim, para atender as novas demandas eram necessários novos registros.

Esta necessidade vinha sendo apontada pelos membros “científicos” do Conselho, ou seja, Heloisa Torres e Roquete Pinto, que insistiam em novos recolhimentos linguísticos, com objetivo de propiciar comparações entre os antigos vocabulários e os novos. Com esta orientação em mente Rondon reúne o Conselho ,em 15 de julho de 1943, para solicitar à Heloisa Torres e a Roquete Pinto uma avaliação dos vocabulários Bororo e Paresi, recolhidos por João Barbosa Faria, antigo etnógrafo de Comissão Rondon já falecido, mas cujo espólio havia sido legado ao Conselho. Rondon pretendia publicar aquele trabalho por dois

---

<sup>121</sup> Catálogo do material linguístico da Comissão Rondon. Boletim do Museu do Índio número 2, agosto de 1982.

motivos: primeiro devido a uma dívida afetiva que tinha com aquele antigo comissionário. Segundo, por ter sido atribuído ao Conselho a:

*missão de estudar as línguas, costumes e hábitos dos nossos índios, missão anteriormente confiada ao SPI pelo respectivo regimento, mas que por consideração de ordem administrativa foi transferida, temporariamente, a este Conselho*<sup>122</sup>.

Imbuído daquele objetivo, Rondon criou duas comissões. A primeira presidida por Heloisa Torres e a segunda por Roquete Pinto, para emitir pareceres sobre o conteúdo “científico” do trabalho de Barbosa Faria. Nessa ocasião, tanto Torres quanto Roquete Pinto concordaram que o material apresentava um conteúdo científico, mas entendiam que o mesmo deveria vir acompanhado de outros recolhimentos mais recentes, o que possibilitaria promover comparações e assinalar as alterações ocorridas no vocabulário daqueles grupos. Sugeriram também que o conteúdo da obra não fosse alterado, como era a intenção de Rondon, visto que se tratava de uma publicação póstuma. A partir destas sugestões Rondon passaria a dar mais ênfase a novos recolhimentos linguísticos, principalmente entre os grupos indígenas anteriormente contatados por suas Comissões.

Como chefe da primeira turma, Schultz seguiu para Mato Grosso para promover pesquisas junto aos índios Umutina, mas suas atividades não ficariam restritas ao Posto indígena onde aqueles índios se encontravam reunidos, nesta nova viagem, Schultz também promoveria pesquisas nas aldeias. Com mais experiência naquela atividade, devidamente treinado por Nimuendajú, e de posse do programa estabelecido por Rondon, partiu novamente para o centro oeste nos primeiros dias de outubro de 1943. A princípio sua estadia foi planejada para durar até fevereiro de 1944, tempo suficiente para recolher informações mais sistematizadas sobre a língua umutina, como parte do projeto de atualização do vocabulário daquele grupo dentro da proposta do CNPI. Ainda como parte daquela proposta, aproveitaria a ocasião para proceder ao levantamento sobre a organização social do grupo, suas habitações, manifestações religiosas, processos

---

<sup>122</sup> Ata da 11ª Sessão do CNPI, de 1943. Documento original, p. 90. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

de fabricação de seus objetos e matérias-primas que eram empregadas em sua confecção; aproveitando assim para organizar uma coleção para o “museu etnográfico”. Já especificamente para o SPI, o programa de trabalho de Schultz visava organizar informações sobre o estado sanitário das aldeias e do posto indígena.

Naquela viagem, Schultz, além de produzir uma série de fotografias sobre os temas estabelecidos no seu plano de trabalho, também organizou uma coleção composta de setenta objetos, somados a um conjunto de brincos que por serem formados por um número não definido de pares de penas, não foram contabilizados pelo coletor. Estes objetos foram encaminhados ao CNPI que os entregou ao SPI, visando sua custódia.



Foto 25 – Braçadeira emplumada, Umutina. Peça recolhida por Harald Schultz em 1943. Foto: SPI05810, Serviço de Audiovisual do Museu do Índio.



Foto 26 – O mesmo objeto. Acervo do Serviço de Museologia., 2009. Foto - Marcio Ferreira



Foto 27 – Diadema Horizontal, Umutina. Peça recolhida por Harald Schultz em 1943. Foto: SPI05816, Serviço de Audiovisual do Museu do Índio.



Foto 28 - O mesmo objeto. Acervo do Serviço de Museologia., 2009. Foto - Marcio Ferreira.



Foto 29 – Machado de pedra, Umutina. Peça recolhida por Harald Schultz em 1943. Foto: SPI05839, Serviço de Audiovisual do Museu do Índio.



Foto 30 - O mesmo objeto. Acervo do Serviço de Museologia., 2009. Foto - Marcio Ferreira

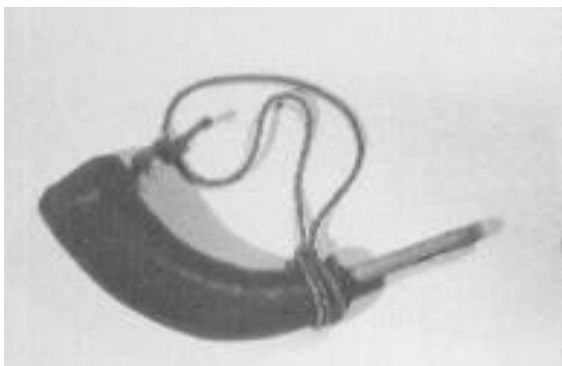


Foto 31 – Trompeta de casco de boi, Umutina. Peça recolhida por Harald Schultz em 1943. Foto: SPI05921, Serviço de Audiovisual do Museu do Índio.



Foto 32 - O mesmo objeto. Acervo do Serviço de Museologia., 2009. Foto - Marcio Ferreira

A segunda equipe, chefiada por Velloso, partiu do Rio de Janeiro em 15 de setembro de 1943, e foi subdividida. Parte dela, composta do chefe da equipe e de um capataz, dirigiu-se aos postos indígenas já visitados na primeira viagem, ou seja, Cachoeirinha, Taunay e Bananal. Pelo conteúdo do relatório de Velloso fica claro que esta segunda visita, principalmente o retorno aos postos de Bananal e de Taunay, tinha como objetivo o registro cinematográfico das benfeitorias do SPI. Isto é, um enfoque mais calcado na publicidade das atividades assistencialistas do SPI, que não havia sido devidamente documentado por aquele meio.

Na ocasião foram filmadas as escolas, os alunos em aula, os prédios administrativos, a plantação destinada à forração dos animais, as máquinas agrícolas e a fabricação de rapadura destinada à comercialização. Com relação ao posto Cachoeirinha, Velloso não pontua as filmagens ali realizadas. Ou seja, fica claro que a primeira equipe, sob liderança de Schuttz, tinha como objetivo produzir material voltado para o CNPI; e a segunda equipe, liderada por Velloso, para o SPI. Daí o empenho de Rondon em qualificar Schultz em pesquisa etnográfica recorrendo a Nimuendajú.

A outra parte da equipe era integrada pelo fotógrafo Foerthamann e um eletricitista. Sob a orientação de Velloso, partiram do Rio de Janeiro em 27 de setembro de 1943 em direção a Campo Grande. Nesta viagem podemos verificar que as atividades da Seção de Estudos começaram a se diversificar. A primeira atividade desenvolvida por Foerthamann compreendeu a montagem de uma



exposição fotográfica, no salão da Rádio Club de Campo Grande, com as imagens colhidas em dezembro de 1942. Segundo Velloso esta mostra foi aberta pelo prefeito da cidade e teve um volume significativo de público. A exibição daquelas imagens era conveniente tanto para o SPI quanto para o CNPI, principalmente porque a abertura da exposição contou com a presença do prefeito da cidade, figura política cuja aproximação era uma questão estratégica para ambas as agências.

A exposição tinha como propósito difundir a imagem de um SPI competente na nacionalização do índio e evidenciar a capacidade de trabalho indígena, necessidade que nos remete ao ano de 1939. Naquele ano, dois decretos foram assinados: o primeiro que subordinaria o SPI ao Ministério da Agricultura, e um segundo, de número 1.886, que organizaria o SPI no âmbito daquele Ministério. O artigo 5º, deste último, versava sobre as terras indígenas, marcando a necessidade de articulação do SPI com os governos estaduais, para cessão de terra às populações indígenas. Como as terras habitadas pelos povos indígenas eram entendidas como “devolutas”, estando sujeito seu uso a uma determinação do governo local, cabia ao SPI negociar com estas instâncias para que as glebas ocupadas pelos índios fossem transferidas para a união, a título definitivo. Neste contexto, tanto o SPI quanto o CNPI, tinham interesse em divulgar suas atividades junto aos índios, buscando destacar o valor de seus trabalhos e assim ganhar respeitabilidade junto aos governos estaduais, responsáveis pela liberação de glebas de terras às populações indígenas. Daí a importância na divulgação dos trabalhos que vinham sendo executados pela Equipe Etnográfica, principalmente aqueles que evidenciavam as benfeitorias e o trabalho indígena desenvolvidos nos Postos Indígenas.

Finda a exposição, Foerthmann se reuniu a Velloso e ambos partiram para Campo Grande em direção a Cuiabá, onde se encontraram com Schultz e sua equipe e seguiram juntos para o Posto Fraternidade Indígena, localizado no Alto Paraguai onde viviam os índios Umutina. A estadia no Posto Fraternidade Indígena contou com uma documentação cinematográfica, fotográfica e sonora, que registrou as atividades administrativas do posto e a gravação do vocabulário

Umutina e dos cantos dos índios Pareci “que ainda vivem como silvícolas”.<sup>123</sup> Após estas primeiras tomadas, Schultz se desligou do grupo para, individualmente, “iniciar na aldeia Umutina estudos sobre aqueles índios. Designados por sua Excia. o senhor General da Divisão Cândido Mariano da Silva Rondon”.<sup>124</sup> Reassumindo a chefia da equipe, Velloso retornou a Cuiabá e deu início à caminhada em direção ao rio São Lourenço, onde viviam índios Bororo.

Nesse novo ambiente, Velloso e sua equipe mais uma vez filmaram as benfeitorias dos postos indígenas realizadas pelo SPI. Durante a realização daquela atividade, a Equipe foi solicitada por Rondon a deixar o posto onde se encontravam para seguirem rumo ao rio Xingu, em direção do Posto Simões Lopes, localizado no rio Paranatinga. Segundo Velloso esta foi uma manobra que não estava prevista nos planos de trabalho da Equipe, mas foi incluída porque havia circulado uma notícia que Vargas faria uma visita àquela região para conhecer as instalações do posto e encontrar Dulipé, índio que presumiam ser neto do Cel. Percy Fawcett,<sup>125</sup> visita que não ocorreu.

Terminada aquela documentação a equipe seguiu para o Posto Indígena de Colisêvo, localizado às margens do rio Batovi. Colisêvo era um posto recém-implantado e destinava-se à atração dos índios ainda não pacificados;<sup>126</sup> filmaram e fotografaram os aspectos do novo posto. Terminado o “registro”, receberam uma nova orientação de Rondon, determinando o retorno da Equipe para o rio São Lourenço, para reencontrarem os índios Bororo. Ali aproveitaram para concluírem os registros das instalações físicas do posto e das atividades que vinham sendo

---

<sup>123</sup> Relatório de viagem de Nilo Velloso, 1943. MF. 381, FG. 485. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>124</sup> *Idem*.

<sup>125</sup> Cel. Percy Fawcett foi guarda da força imperial inglesa que veio ao Brasil em 1925. Chefiou uma expedição em busca das ruínas de uma antiga civilização que estaria encravada nas matas do Brasil Central. Durante a expedição desapareceu, e seu corpo jamais foi encontrado.

<sup>126</sup> O SPI possuía cinco tipos de postos indígenas cujos objetivos eram assim identificados: Posto de Assistência, Nacionalização e Educação (PIN), destinado a dar assistência aos índios já pacificados e com elevado índice de dependência dos produtos e assistência, médica e alimentar do SPI. No entendimento do SPI, destinava-se aos índios já incorporados à civilização, que estavam aprendendo a ler e escrever o Português e ainda estavam sendo treinados para desempenharem atividades agrícolas. Posto de Fronteira e Vigilância (PIF), destinado a policiar as fronteiras brasileiras com objetivo de que os índios não fossem cooptados pelos países limítrofes. Posto de Atração (PIA), destinado a atrair os índios ainda não pacificados. Posto de Alfabetização e Tratamento (PIT), destinado a dar assistência aos grupos indígenas que já mantêm longa convivência com a população envolvente, e Posto de Criação (PIC), implantado dentro das ‘Fazendas Nacionais’, voltado para a criação pecuária.

desenvolvidas pelo SPI, como também realizaram os registros etnográficos, isto é, filmaram e fotografaram as festas que estavam sendo realizados, os cânticos e as roças dos índios; além de providenciarem o recolhimento de 26 peças indígenas<sup>127</sup> destinadas ao “Museu”. Os relatórios destas expedições foram encaminhados ao CNPI, assim como todo material recolhido.



128

---

<sup>127</sup> A relação destas peças se encontra no MF. 339, FG. 757. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>128</sup> Foto 33 - Índio Dilipé, 1943. Foto de Heinz Foerthamann; Foto 34 - Índio Bakairi, 1943. Foto de Heinz Foerthamann.

### 3.3. A terceira expedição

Em agosto de 1944 ocorreu uma nova expedição e, como na segunda, as equipes foram divididas. A primeira, chefiada por Schultz, retornou ao Posto Fraternidade Indígena, a fim de dar continuidade aos registros etnográficos dos Umutinas e a segunda, chefiada por Velloso, deu continuidade aos registros entre os grupos que habitavam a cabeceira do rio Xingu. As duas equipes se encontraram em Cuiabá a fim de firmar as últimas orientações para as expedições, sob responsabilidade de Schultz.

Segundo o Relatório Anual do CNPI,<sup>129</sup> os registros realizados nesta nova viagem já não obedeciam mais aos planos de trabalho definidos por Schultz quando de sua contratação; mas sim os estabelecidos por Nimuendajú. Tais orientações também auxiliaram Rondon a delinear seu programa para aquela nova expedição, principalmente para as atividades que seriam realizadas por Schultz entre os índios Umutina.

O plano estabelecido para Schultz previa sua permanência entre os Umutina por seis meses, iniciando em setembro e finalizando em fevereiro de 1945. Um dos objetivos era a retomada dos registros fotográficos, fílmicos, sonoros e etnográficos iniciados na primeira expedição, obtidos tanto no Posto Indígena quanto nas aldeias Umutina. Mas ao regressar das aldeias, Schultz deveria documentar e recolher materiais arqueológicos, objetivando verificar as migrações do grupo sinalizadas em suas lendas, que haviam sido recolhidas na ocasião da primeira viagem. Contudo, ao chegar ao Posto Fraternidade Indígena, Schultz encontrou os índios Umutina vitimados por uma epidemia de varíola e parte de seu recurso financeiro foi utilizado para a compra de medicamentos para aqueles índios. Esta situação impediu que seus trabalhos se iniciassem na data prevista no seu cronograma de atividades.

*tendo sido todos os índios atacados do mal, gradativamente viu-se obrigado a escolher entre o dilema: a) ou a socorrê-los lançando mão, para isso, de todos os recursos disponíveis, na ânsia de salvá-los,*

---

<sup>129</sup> Relatório Anual do CNPI, de 1944. Documento original p. 36. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

*durante os meses de setembro, outubro e novembro e depois realizar os múltiplos trabalhos planejados. b) abandoná-los (...) e não realizar, por conseguinte, os trabalhos dos quais estava incumbido? Preferiu a primeira das duas alternativas.*<sup>130</sup>

Somado ao atraso imposto pela epidemia, estava a falta de equipamento para geração de disco, que chegou a Cuiabá muito tempo depois do período previsto, tendo ainda que sofrer reparos. Resolvidos aqueles problemas, Schultz, após realizar no Posto as fotos e os filmes previstos para aquele ambiente, partiu para as aldeias Umutina; onde acabou sofrendo um ataque de seu informante, o índio Umutina Cupotonepá, em 11 de janeiro de 1945. O incidente interrompeu o curso de suas atividades, impedindo que recolhesse o material arqueológico e promovesse o levantamento das migrações realizadas pelo grupo em questão. Ele foi então obrigando a retornar ao Posto, onde em seguida foi transferido para Cuiabá a fim de tratar de seus ferimentos. Retornou ao Rio de Janeiro em 28 de março de 1945, entrando de licença médica cujo tempo de duração não foi especificado na documentação existente nos arquivos do Museu do Índio. Como resultado deste acidente, Schultz, além de ter tido a perda de movimento em um dos braços, se desligaria do SPI.

Em 1953, Schultz publicou *Vinte e três índios resistem a civilização*<sup>131</sup>, em que descreve as duas viagens que empreendeu aos Umutina durante sua permanência no SPI. A leitura do texto deixa claro que tanto em sua primeira viagem quanto na segunda, teria “infringido” uma série de regras que faziam parte das crenças dos Umutina. Isto se deu por conta de sua inexperiência no relacionamento com os índios, uma vez que as duas expedições realizadas marcariam o início de sua carreira etnográfica. O desconhecimento das regras sociais teve como consequência o ataque que sofreu. Devido a situação na qual foi exposto, seu relatório de viagem, só pode ser entregue ao CNPI em 16 de novembro de 1945, ou seja, quase um ano após aquela expedição.

<sup>130</sup> Relatório da expedição aos índios Umutina do Alto rio Paraguai, norte de Mato Grosso realizada pelo Sr. Harald Schultz, em 1944. MF. 1C- CNPI, FG. 2481. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>131</sup> SCHULTZ, Harald. *Vinte e três índios resistem à civilização*, 1953.

Dessa viagem aos Umutina, Schultz informou, no aludido relatório, ter produzido mais de 950 fotos em preto e branco, 100 fotografias coloridas, 200 metros de filme de 16mm, 1200 metros de filme de 35mm e 11 discos contendo vocabulário Umutina, lendas, canções e invocações religiosas. Foram coletados ainda 81 objetos, sendo que um grupo de quatro itens não teve suas quantidades especificadas pelo coletor, eram eles: brincos de penas<sup>132</sup>, objetos rituais<sup>133</sup>, conchas fluviais<sup>134</sup> e fechos penianos.

Sobre o material fílmico, afirmou que mesmo tendo produzido um filme de caráter etnográfico, o executou dentro de um modelo artístico, visando sua apresentação ao grande público. O que denota que sua visão ainda tendia para o registro mais de cunho publicitário.

*Foram obtidos resultados científicos, baseados nas instruções e treinamento recebidos do eminente etnólogo sr. Curt Nimundajú e que com os distintos e cultos chefes facilmente poderão verificar, mediante um rápido exame, proporcionam elementos básicos para a elaboração de uma pequena monografia sobre a tribo Umutina, além de outras finalidades que são sugeridas no item do “aproveitamento” deste relatório. Chama, porém, a atenção de que seus trabalhos científicos não puderam ser concluídos como pretendia, em virtude da interrupção ocorrida quando haviam chegado ao apogeu, sustados, a contragosto, pela agressão que sofreu do seu principal auxiliar e intérprete.<sup>135</sup>*

Já com relação aos objetos trazidos para o “Museu etnográfico”, Schultz teceu o seguinte comentário:

*Os artefatos trazidos representam a coleção quase completa de toda a arte manual dos Umutina. São de feitiço primitivo e não traduzem nenhum sentimento artístico. A cerâmica é grosseira e sem ornamentos, lembrando formas antiqüíssimas da humanidade.<sup>136</sup>*

<sup>132</sup> São objetos confeccionados com pares de penas, que reunidos em argolas de tucum, em quantidades variadas, formam um brinco.

<sup>133</sup> Trata-se de objetos trançados com palha de buriti, conformados em forma de peixe, utilizados em ocasiões cerimoniais.

<sup>134</sup> São conchas fluviais, de tamanhos variados, utilizadas como colher para levar o alimento à boca.

<sup>135</sup> Relatório da expedição. MF. 1C - CNPI, FG. 2488. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>136</sup> Relatório da expedição aos índios Umutina do Alto rio Paraguai, norte de Mato Grosso realizada pela Sr. Harald Schultz, em 1944. MF. 1C- CNPI, FG. 2489. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

Schultz, ao rotular os objetos de cultura material Umutina como primitivos, carentes de sentimento artístico e grosseiros, ilumina um conjunto de questões. Para compreendê-las, devemos voltar nossa atenção não para os objetos recolhidos por ele, nem para as pessoas que os produziu, mas para o próprio contexto cultural e social no qual Schultz se encontrava; a fim de verificar os múltiplos mecanismos que lhe serviram para executar aquela classificação.

Para Price<sup>137</sup> o especialista é aquele cujas opiniões estão revestidas, para terceiros, de uma autoridade especial. Estão eles aptos a fazer avaliações e críticas, devido ao seu grau de conhecimento sobre um determinado assunto. Levando em consideração a definição de Price sobre o que seja um “especialista”, Schultz, devido a pouca experiência que tinha em etnografia, não se enquadraria naquela definição. Não sendo um especialista, sua opinião a respeito do conjunto material dos Umutina estava calcado na sua estética pessoal, que em certa medida refletia aquela que permeava a sociedade de então.

A estética do gosto foi um tema no qual Bourdieu<sup>138</sup> realizou algumas análises apresentadas em *La distinction*. Nelas, o quadro geral fornecido por Bourdieu mostra que o gosto é definido por fatores sociais, econômicos, ocupacionais e educativos, ou seja, o gosto é uma construção cultural, um processo sutil que se inicia no âmbito familiar, passa pela sala de aula e pelos ambientes sociais nos quais os indivíduos circulam: “o cultural existe apenas pela sua própria negação enquanto tal, ou seja, como algo que tanto é artificial com artificialmente adquirido.”<sup>139</sup> Levando em consideração as análises de Bourdieu, concluímos que a estética de cada indivíduo é definida pelo meio cultural no qual se encontra inserido, mais do que pela simples apreensão visual.

Assim, os comentários de Schultz a respeito dos objetos Umutina, além de estarem relacionadas ao seu gosto pessoal, construído dentro de um ambiente cultural específico, também, grosso modo, refletia o sentimento da sociedade daquele período, que ainda não via os objetos etnográficos como produto de uma cultura singular, provida de padrões estéticos diferentes dos ocidentais, refletindo

---

<sup>137</sup> PRICE, Sally. *Arte primitiva em centros civilizados*, p. 27.

<sup>138</sup> BOURDIEU, Pierre. *La distinction*, 1999.

<sup>139</sup> Idem. p. 162.

uma determinada identidade grupal. Neste aspecto seus comentários ajudam a iluminar que os estudos etnográficos realizados até então, voltados para a compreensão do funcionamento daqueles grupos, acabavam reforçando as diferenças culturais entre eles e a sociedade majoritária impedindo, deste modo, que houvesse uma melhor compreensão dos seus elementos materiais como signos de uma identidade grupal. Portanto, o julgamento sobre a sua estética tinha que necessariamente levar em consideração a estética do grupo que os produziu e não aquela da sociedade que os envolvia. Os comentários de Schultz também traduziam, em certa medida, a dificuldade que o SPI tinha de lidar com os objetos indígenas. Como elementos de alteridade, entravam em choque com o discurso que vinha sendo difundido pelo SPI, cuja política primava pela diluição daquelas diferenças culturais e, aqueles objetos, ao contrário, as reforçavam visualmente.

A respeito dos objetos recolhidos por Schultz entre os índios Umutina, o Relatório Anual do CNPI de 1944 registrou que eles se destinavam ao “Museu em organização na sede do Serviço Cine-fotográfico,”<sup>140</sup> e que haviam sido obtidos por meio da troca por “úteis presentes”, repetindo os procedimentos dos anos anteriores, ou seja, o sacrifício de um objeto por outro<sup>141</sup>. No entanto no referido documento ficou assinalado que a pesquisa promovida por Schultz entre os Umutina era a primeira a registrar por meio fotográfico as “mais secretas” das manifestações religiosas daqueles índios; além de ter recolhido informações verbais sobre elas.

Os comentários registrados no supracitado documento sobre as manifestações religiosas dos índios Umutina só foram possíveis devido à permanência de Schultz em suas aldeias. Foi a primeira experiência naquela

---

<sup>140</sup> Relatório Anual do CNPI, de 1944. Documento original, p. 37. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>141</sup> Appadurai analisou a troca de coisas entre as sociedades sem o uso do dinheiro como modalidade monetária. Sua análise, além de viabilizar recuperar a “vida social” das coisas, já que a inserção de coisas em novos ambientes possibilita uma nova existência social, também ilustrou que as trocas entre coisas exigem o sacrifício de uma coisa em detrimento da outra, visto que ela se tornou o objeto de desejo de alguém. A análise realizada por Appadurai serve como base teórica para o tipo de troca que ocorria entre os agentes do SPI e os integrantes das comunidades indígenas, pois nestes contextos o uso do dinheiro não prevalecia, sendo este substituído por “coisas”, classificadas de “presentes”. Eram facas, tecidos, painéis de alumínio etc., dos quais os índios ao longo dos anos foram ficando dependentes devido a sistemática desta operação. A contrapartida oferecida pelos índios era seu trabalho, traduzido, muitas vezes, pelos objetos de cultura material. Sobre o assunto ver: **APPADURAI**. *La vida social de las cosas*, 1991.



natureza realizada até então pela Equipe, e possibilitou que Schultz não só registrasse as manifestações religiosas dos índios Umutina, como também capturasse, através de fotos e filmes, o cotidiano daquela população; o que tornou seus registros bem diferentes dos realizados, até então, pela Equipe que vinha produzindo imagens capturadas nos postos indígenas. Nas aldeias, Schultz pôde assistir e registrar as atividades executadas por homens e mulheres Umutina em seu próprio ambiente. Capturou imagens de caça na mata, da pesca com cipó Timbó, dos jogos infantis, das roças e da preparação da farinha, dos objetos cerâmicos e de tecelagem.



142

---

<sup>142</sup> Foto 35 - Posto Indígena Fraternidade Indígena, 1943. Heinz Foerthmann. Serviço de Audiovisual do Museu do Índio, SPI 02471.



143

Quanto a segunda equipe, chefiada por Velloso, assim como a de Schultz, enfrentou grandes dificuldades, decorrentes, sobretudo por obstáculos impostos pelos acidentes geográficos da região, que acabaram por impedir que a equipe alcançasse os grupos indígenas dentro dos prazos previstos, como assinalou Velloso em seu relatório.<sup>144</sup> Aquele documento informou ainda que a equipe visitou os índios Kamayurá, Waurá, Mehinanco e Kuikuro. Desta viagem, que se encerrou em sete de novembro de 1944, foram produzidas duas mil fotos, em preto e branco e coloridas, três mil metros de filme de 35mm, e foram recolhidos para o “museu etnográfico” 42 itens da cultura material daqueles índios. Ao contrário de Schultz, Velloso não emitiu qualquer opinião a respeito dos objetos por ele recolhidos.

---

<sup>143</sup> Foto 36 - Fotografia do Índio Umutina, 1944. Foto de Harald Schultz. Serviço de Registro Audiovisual do Museu do Índio.

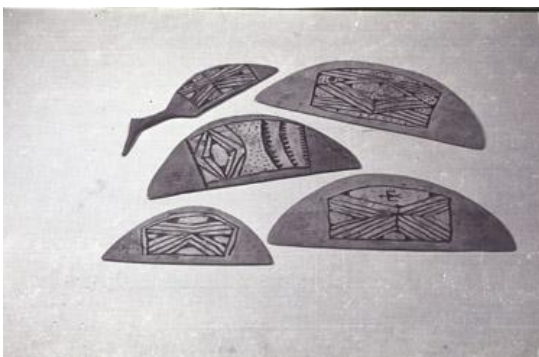
<sup>144</sup> Relatório anual do CNPI, de 1944. MF. 1C - CNPI, FG. 2288 a 2296. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.



145



146



147



148

Observando mais atentamente os relatórios, tanto do CNPI quanto da Equipe Etnográfica, fica evidente que as primeiras idas aos postos indígenas tinham como objetivo o registro das benfeitorias do SPI, de interesse do Serviço, já o retorno aos mesmos postos buscava registrar os aspectos etnográficos de interesse do CNPI. A crítica feita por Rondon sobre o resultado da primeira expedição estava calcada neste fato. Pois, mesmo retornando aos postos indígenas, a equipe não conseguiu realizar um registro etnográfico conforme o entendimento que se tinha sobre aquele assunto. Acabou se ocupando, mais uma

<sup>145</sup> Foto 37 - Equipe Etnográfica transportando o material fotográfico e fílmico no rio Curusêvo, 1944. Foto de Heinz Foerthamann. Serviço de Registro Audiovisual do Museu do Índio.

<sup>146</sup> Foto 38 - Equipe Etnográfica no rio Curusêvo, 1944. Foto de Heinz Foerthamann. Serviço de Registro Audiovisual do Museu do Índio.

<sup>147</sup> Foto 39 - Pás de virar beiju. Recolhidas por Velloso em 1944. Serviço de Registro Audiovisual do Museu do Índio.

<sup>148</sup> Foto 40 - Paus de Cavucos. Recolhidas por Velloso em 1944. Serviço de Registro Audiovisual do Museu do Índio.

vez, com os aspectos de infraestrutura dos Postos; deixando de registrar o que tinha de tradicional na cultura observada naqueles ambientes.

Aquela terceira expedição, com exceção da atividade realizada por Schultz nas aldeias Umutina, manteve a mesma característica das anteriores. No entanto, dois fatos merecem ser ressaltados a partir de alguns comentários feitos por Rondon, no Relatório Anual do CNPI de 1944. As imagens registradas por Schultz dos índios Umutina nas aldeias foram aprovadas por ele, que teceu elogios a respeito daquele trabalho, o que denota que os resultados esperados pelo CNPI começaram a aparecer. Segundo, ainda relacionada à atividade desenvolvida por Schultz e ao ataque que sofreu, acentuava-se a necessidade de atuação de uma pessoa com mais experiência no trato com os índios, para a promoção de uma atividade realizada em um ambiente onde os agentes do SPI não atuavam. Os comentários de Rondon, após uma conversa com Schultz, não deixam dúvidas aquele respeito:

*o que nos arraigou no espírito a convicção de que não havia propriamente culpabilidade de uma e da outra parte (...) prova, com argumento irrefutável dos fatos, quando a altivez inata do índio e a repulsa de qualquer violência contra a sua liberdade de ação, pode deflagrar num conflito das mais trágicas conseqüências, principalmente quando parte do civilizado algum ato impensado ou irrefletido que só pode ser recebido pelo índio como sinal de humilhação pública.<sup>149</sup>*

Independente dos recolhimentos feitos pela Equipe de material etnográfico, como parte de suas atividades etnográficas, o acervo não cessava de crescer. A direção do SPI, através da emissão dos Boletins Informativos, prosseguia na captação de novos objetos etnográficos para compor o “Mostruário do SPI”. Encontramos no Boletim Informativo do órgão recomendações para encaminhamento à Diretoria de elementos daquela natureza.

#### *II – Mostruário do SPI*

*Estando em organização nesta Diretoria um mostruário de arte, utensílios e objetos quaisquer dos índios, que será o ponto de partida para o “Museu Indígena” a ser inaugurado na “Casa do Índio”,*

<sup>149</sup> Relatório anual do CNPI, de 1945. MF. 1C - CNPI, FG. 2335. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

*solicitamos para ela a contribuição de todos os Chefes de Inspetoria e dos demais servidores deste Serviço, para remeterem a esta sede o que aquele respeito puderam obter dos índios, por compra, troca ou dádiva, de acordo com os preceitos regulamentares.*<sup>150</sup>

O retorno do SPI para a esfera do Ministério da Agricultura lhe dotou de maiores verbas a partir de 1941, o que viabilizou a contratação da Equipe. Com a publicação, em 1942, de um novo Regimento, novas atribuições foram impostas, o que exigiu da agência o aumento de seu efetivo humano e de sua esfera administrativa. A junção verba e regimento viabilizou a criação de novas Inspetorias e postos indígenas, visando aumentar a atração e a pacificação dos índios: “atrair o índio e fixá-lo pela cultura sistemática da terra e estabelecimento das indústrias rudimentares mais necessárias”.<sup>151</sup> Viria em socorro ao aumento na demanda administrativa, a contratação de “funcionários ou extranumerários especialmente admitidos para tais funções”.<sup>152</sup> Para se ter uma ideia, o Decreto nº 15.151 de 27 de abril de 1944 criou 86 funções de agentes de índios, 4 de Inspetor, 12 de inspetor auxiliar e 13 de inspetor especializado. A expansão administrativa pela qual passava o SPI também atingiu a Seção de Estudos.

---

<sup>150</sup> Boletim Informativo do SPI, número 16, de 31 de março de 1943. Serviço de Biblioteca do Museu do Índio.

<sup>151</sup> Decreto nº 10.652 de 16 de outubro de 1942. MF. 338, FG. 2432. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>152</sup> Idem. FG. 2434. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

## 4. A difusão da Memória e do Patrimônio Indígena

### 4.1. Uma Seção em expansão e um acervo em exibição

Por motivo de doença, em março de 1944, o então diretor do SPI, Cel. Vicente de Paulo Teixeira Vasconcelos, pediu afastamento do cargo. Entre a saída de Vasconcelos e a entrada de um novo diretor, Rondon manifestou sua preocupação com o futuro da direção do SPI. Em seu entendimento já não estava tão claro que a direção daquele órgão fosse entregue a um de seus indicados. Mesmo receoso Rondon conseguiu efetivar na direção do SPI seu antigo correligionário, e então chefe da Seção de Administração do SPI, o advogado José Maria de Paula, que deu continuidade aos programas que vinham sendo desenvolvidos no SPI pelo seu ex-diretor.

Mesmo mantendo o modelo de administração já estabelecido, José Maria de Paula imprimiu um novo ritmo, principalmente na Seção de Estudos, que até aquele momento estava apenas voltada às expedições e, quando não, sua equipe ocupava-se, no espaço onde se encontrava instalada, das atividades de organização de seus arquivos, fotográfico e filmico, além de proceder à catalogação do material etnográfico e exibi-lo em suas dependências. Uma de suas primeiras medidas, tomada três dias após assumir a direção do SPI, foi promover uma mudança no perfil das atividades que a Seção de Estudos vinha desenvolvendo, traduzida inicialmente pela contratação, em seis de outubro daquele ano, de Hebert Serpa<sup>153</sup> como chefe daquela Seção.

---

<sup>153</sup>Não foi possível recuperar informações sobre a formação acadêmica de Hebert Serpa. Os documentos textuais existentes no Serviço de Arquivo do Museu do Índio não fornecem estes dados. Também não há informações em outros trabalhos consultados sobre o SPI e seus funcionários. É importante ressaltar que Serpa foi contratado inicialmente como comissionado, ou seja, para exercer uma função gratificada não como funcionário do Ministério da Agricultura. Sua contratação definitiva ocorreu em seis de março de 1947, a pedido de Modesto Donatini, então diretor do SPI. A fim de localizar alguns documentos que viessem a esclarecer tanto a formação de Serpa, quanto sua trajetória profissional, foi procedida uma pesquisa nos documentos do Ministério da Agricultura depositados no Arquivo Nacional, mas nada foi localizado. Parte da documentação relativa ao Ministério da Agricultura, hoje, se encontra no Arquivo Nacional que funciona em Brasília, mas devido a problemas pessoais não foi possível o deslocamento da pesquisadora para aquele local. Fica aí a possibilidade de existência de algum tipo de documento localizado naquele acervo que faça referência à formação de Hebert Serpa e aos cargos que ocupou tanto no Ministério, quanto fora dele. Sobre a contratação de Serpa ver: MF. 374, FG. 24. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

O ingresso de Serpa veio acompanhado de uma nova readequação das instalações físicas da Seção de Estudos. Se até então a Seção funcionava em algumas salas no Instituto Benjamin Constant, a contratação de Serpa exigiu a concentração de suas atividades junto à sede, ou seja, foi destinada à chefia da Seção de Estudos uma sala anexa à diretoria do SPI.

*Para a localização da S.E. foi cedida integralmente a sala nº 407, integrante ao 4º andar onde se encontra a sede do SPI, para onde foram removidos móveis e utensílios necessários à instalação provisória dos primeiros serviços.<sup>154</sup>*

Fato relevante, pois sinalizava a efetivação da Seção de Estudos no conjunto de Seções que compunham o SPI, dando a ela uma chefia, até então a cargo de Schultz, responsável técnico pela equipe etnográfica, e não da SE. Esta medida estava relacionada ao redimensionamento de suas atribuições. Se até então as atividades da Seção de Estudos estavam voltadas para as expedições etnográficas, a entrada de Serpa e o conteúdo da circular que José Maria de Paula expediu foram os primeiros sinais de algumas de suas atribuições relacionadas no Regimento Interno, que até aquele momento não haviam ainda sido implantadas, mas começavam a ser organizadas.

---

<sup>154</sup> Relatório anual da SE, de 1944. MF. 335, FG. 673. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.



155

Em três de outubro de 1944, José Maria de Paula fez circular um documento definindo a competência de cada uma das Seções do SPI. Para a Seção de Estudos houve um acréscimo de atividades. A ela caberia, além das incumbências já rotineiras, o planejamento de expedições etnográficas e organização de seus produtos, a responsabilidade pela promoção do censo das populações indígenas.

A circular de Paula visava atender a um encaminhamento feito pelo Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política, vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, que estava promovendo um censo geral, para a nova edição do “Anuário Estatístico do Brasil”, cuja “estatística relativa à catequese indígena”<sup>156</sup> ficou a cargo do SPI.

<sup>155</sup> Foto 41 - Reprodução fotográfica do Dr. José Maria de Paula que integra a publicação *Serviço de Proteção aos Índios*, ano VI, vol. III, nº 3, 1943.

<sup>156</sup> Ofício SMP-22-45-49 de 20 de janeiro de 1945. Neste ofício Heitor Bracet, diretor do Serviço de Estatística, Moral e Política, reitera sua solicitação feita, por meio do ofício SMP-17-44-495, em 24 de novembro de 1944. MF. 335, FG. 635. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.



Paula aproveitou a solicitação para promover um projeto mais ambicioso, incluiu naquele levantamento, além do número de indivíduos, o registro da língua dos grupos tutelados pelo SPI e a localização geográfica de cada aldeia, tanto a nível regional quanto nacional, incluindo aí o número de índios aldeados e dos que viviam nas Inspetorias, seu grau de aculturação, o tipo de sistema social, político, religioso e econômico, com indicação das linhas de parentesco e das formas matrimoniais. Contaria ainda o levantamento engendrado por Paula, com o número de unidades escolares e seus respectivos alunos, sendo que neste item era necessário estabelecer quantos alunos falavam português, seu grau de interesse para a agricultura, a pecuária ou para a “indústria” de artesanato.

As incumbências dirigidas por Paula à Seção de Estudos a obrigava a ficar responsável pelo levantamento dos documentos relativos à propriedade da terra junto às Inspetorias. E caso a Inspetoria não os possuísse, era a Seção de Estudos que deveria proceder aquele levantamento, levando em consideração os limites de caça e pesca de cada grupo e observando, dentro daqueles limites, a presença de “intrusos”, a fim de informar que tipo de relação era por eles estabelecido com os índios.

As “novas” atribuições da Seção de Estudos estavam, até então, a cargo da Seção de Fiscalização e Orientação, da qual Paula havia sido chefe. Portanto, ninguém melhor que ele para saber o quanto era difícil efetivar um projeto daquela natureza. O que se percebe é que Paula procurou regularizar as determinações do Regimento transferindo para a Seção de Estudos aquela atividade, como determinava o documento. Mas sua transferência para a Seção de Estudos também era providencial, pois à medida que a Equipe promovesse suas atividades etnográficas, viabilizaria o levantamento estatístico das populações que visitava, diminuindo o custo daquela operação. Contudo, sua efetivação por parte da Seção de Estudos esbarrava em dois problemas: sua promoção exigiria tanto um grau de conhecimento sobre as populações indígenas quanto um número elevado de servidores para executá-la. Características que a Seção de Estudos não apresentava.

A fim de solucionar o problema, Rondon tomou uma nova iniciativa. Encaminhou a Servulo de Lima, então diretor do Serviço Especial de Saúde Pública,<sup>157</sup> um ofício, em 28 de novembro de 1944, solicitando a liberação do etnólogo americano Charles Wagley, que vinha desde 1939 chefiando a Divisão de Educação Sanitária daquele Serviço, pois para Rondon:

*tudo o que afeta o SPI (...) afeta a minha personalidade, tão integrado estou nesse Serviço, de que fui diretor, de 1910 a 1930, continuando até hoje solidário ininterruptamente, com todos os seus diretores.*<sup>158</sup>

O teor do ofício encaminhado por Rondon deixou claro os objetivos que tinha em vista, ao expôr sua solicitação, baseava-se no artigo 1º, alínea “n”, do Regimento Interno do SPI, que determinava: “proceder ao estudo e investigação das origens, línguas, ritos, tradições, hábitos e costumes do índio brasileiro, bem como efetuar o **levantamento da estatística geral das populações indígenas**” (grifos do autor).<sup>159</sup>

Incluir entre a Equipe Etnográfica um elemento externo com reconhecida capacidade de efetivar levantamento estatístico e mapas de parentesco, significava, além da redução no custo daquela operação o aumento do contingente humano para sua realização. Um grupo específico de indivíduos para a execução daquela medida tanto desoneraria os chefes de postos quanto ofereceria maior garantia de sucesso da operação. Para o CNPI, incluir um etnólogo cuja experiência em estudos etnográficos era reconhecida pela revista *Publications on latin american anthropology*, da Universidade de Harvard Press, abria a

<sup>157</sup> A história do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) e suas políticas de saúde no Brasil entre 1942 e 1960, foram relatadas no livro “*Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas: O Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*”, de VIEIRA, André Luiz Campos que recuperou a história do Serviço e a analisou baseado em documentos históricos. Criado em 1942, no âmbito do Ministério da Educação e Saúde, o SESP foi fruto de um acordo entre os governos brasileiro e norte-americano, mas suas atividades estiveram ligadas a uma parceria com o Instituto de Assuntos Interamericanos (IAIA). O autor informa ainda que o SESP era financiado tanto com recursos nacionais quanto internacionais, possuindo uma completa autonomia jurídica, administrativa e financeira no âmbito daquele Ministério. Coloca ainda que o acordo que lhe deu origem tinha, para os norte-americanos, um objetivo muito específico e imediato: criação de condições sanitárias adequadas nos vales do Amazonas e do Rio Doce que garantissem o provimento de matérias-primas cruciais aos esforços militares dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial.

<sup>158</sup> Relatório Anual do CNPI, de 1944. MF. 1C-CNPI, FG. 2169. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>159</sup> Regimento Interno do Serviço de Proteção aos Índios – SPI, de 1942. MF. 338, FG. 3231. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

oportunidade de um estudo monográfico sobre o grupo visitado, visto que os levantamentos “etnográficos” até então promovidos pela Equipe do SPI ainda não haviam sido traduzidos em publicações daquela natureza, necessários à consecução das atividades culturais do CNPI.

Concomitantemente ao encaminhamento do ofício, Rondon, buscando garantir o sucesso de seu intento, saiu em busca de apoio, recorrendo à Heloisa Alberto Torres, como membro do Conselho, diretora do Museu Nacional e responsável pela vinda e permanência de Wagley no Brasil; o que a tornava o elemento chave no desempenho daquela articulação. Mesmo tendo Heloisa Torres como mediadora de sua iniciativa, ela não logrou êxito, demonstrando que as relações pessoais não estavam acima dos interesses de cada grupo. O relatório anual do CNPI de 1944<sup>160</sup> informou que foram feitos reiterados pedidos, sem sucesso. Mas Rondon manteria “todavia esperanças de contratar os serviços etnográficos e etnológicos que projetamos realizar em 1945, com um especialista a altura de tão importante missão”.<sup>161</sup>

Duas hipóteses podem ser levantadas para que a iniciativa de Rondon não tivesse êxito, e ambas estavam relacionadas ao nome de Heloisa Alberto Torres. Não era do interesse dela, como representante do Museu Nacional, abrir mão de Wagley, que desde 1939 vinha treinando alguns naturalistas daquela Instituição no desenvolvimento de pesquisas etnográficas; como parte do acordo informal estabelecido entre o Museu Nacional e a Universidade de Columbia. Iniciativa tomada por ela que visava a qualificação do corpo técnico do Museu Nacional, esvaziado após a criação, em 1937, da Lei de desacumulação de cargos.<sup>162</sup>

A segunda hipótese é a de que Heloisa Alberto Torres, naquele momento, estava fragilizada pelo enfrentamento de um movimento político liderado por um grupo de técnicos do Museu Nacional que vinham questionando sua direção, exigindo dela um grande esforço pessoal para interromper aquele processo e se manter no cargo. Esta situação teve início com uma obra empreendida por Torres

---

<sup>160</sup> Relatório Anual do CNPI, de 1944. MF. 1C-CNPI, FG. 2083 e 2303. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>161</sup> Idem. FG. 2083.

<sup>162</sup> Sobre o assunto ver: **RIBEIRO**, Adélia Maria Miglievich. *Heloisa Alberto Torres e Marina São Paulo de Vasconcellos*, p. 65.

no prédio da instituição em 1941 e que até aquele ano, 1944, ainda não havia sido concluída; obrigando-a a manter o Museu fechado para visitação pública e impedindo o funcionamento de alguns de seus laboratórios. Situação que se agravou no ano seguinte. Desse modo, a cessão de Wagley significava a ausência no Museu Nacional de uma peça fundamental em seu jogo político, visto que ele “materializava” seus empreendimentos e catalisava ao seu favor, agentes que viessem em sua defesa; já que Wagley se relacionava com uma série de instituições científicas tanto nacionais quanto estrangeiras. Há ainda outro fator relacionado a estas duas hipóteses.

O ano de 1944 também foi o primeiro em que o CNPI promoveu a primeira comemoração oficial do Dia do Índio. Rondon solicitou à Heloisa Alberto Torres, na posição de conselheira do CNPI, a elaboração de uma proposta para a comemoração daquela data. Talvez a ineficiência na condução da proposta por ela apresentada, somada ao momento político pelo qual estava passando no Museu Nacional, também tenham sido motivos que a não fizeram se empenhar muito na cessão de Wagley ao SPI e CNPI.

Para melhor entendimento deste assunto é necessário recuperar a instituição do Dia do Índio e as questões políticas envolvidas em sua comemoração por parte do SPI e do CNPI.

#### **4.2. A Seção de Estudos e o “Dia do Índio”**

Como venho expondo, cabia ao CNPI promover a política indigenista oficial, e dois caminhos foram adotados para a sua consecução, a promoção de atividades “científicas” e “culturais”. A primeira era viabilizada por publicações com o timbre do Conselho e pela promoção, em parceria com SPI, de expedições etnográficas executadas pela Seção de Estudos. A segunda ocorria por meio de eventos convertidos em solenidades que procuravam homenagear figuras históricas e

agentes políticos que estiveram envolvidos com a questão indígena,<sup>163</sup> ações que ocorriam nas dependências do Conselho.

O “Dia do Índio” foi instituído em junho de 1943 pelo governo brasileiro, acatando uma recomendação do I Congresso Indigenista Interamericano, ocorrido em 1940, na cidade de Patzcuaro, México. O Congresso foi um desdobramento de dois eventos anteriores: a VII Conferência Internacional, ocorrida em 1933, na cidade de Montevideu, e a 8º Conferencia Internacional Pan-Americana, ocorrida em Lima, em 1938. Ambas as reuniões deram início às discussões sobre a possível criação de um programa indigenista integrado para o continente americano; ideia que veio a se consolidar a partir da organização daquele Congresso.

Participou daquele evento, como único representante brasileiro e membro do CNPI, o antropólogo do Museu Nacional Edgar Roquete Pinto, então escolhido, juntamente com outros participantes, para integrar o comitê executivo provisório responsável pela preparação das diretrizes que norteariam a criação do Instituto Indigenista Interamericano. Roquete Pinto retornou ao Brasil entusiasmado com o que viu e ouviu, e, munido de um farto material impresso sobre a política indigenista dos países que participaram da reunião, relatou suas impressões sobre o evento ao presidente e aos membros do CNPI. Devidamente informado, Rondon solicitou ao governo brasileiro a sua filiação ao recém-criado Instituto. Mas pelo fato de ser o mexicano Francisco Lombardo Toledano, figura de destaque na organização do Instituto e partidário de uma política marxista, o governo brasileiro decidiu pela sua não filiação naquele momento, fato que só veio a ocorrer em 1952.<sup>164</sup>

A decisão tomada pelo governo brasileiro, no entanto, não impediu que uma relação informal fosse estabelecida, já a partir de 1941, com o Instituto. Relação que se traduziu por meio de intercâmbios que envolveram publicações de artigos escritos por agentes do SPI na revista organizada pelo Instituto<sup>165</sup> e visita do diretor

---

<sup>163</sup> Sobre o assunto ver: **FREIRE**, Carlos Augusto da Rocha. *Indigenismo e antropologia*.

<sup>164</sup> **FREIRE**, Carlos Augusto da Rocha. *Indigenismo e antropologia*. pp. 54 -8.

<sup>165</sup> A revista *América Indígena*, organizada pelo Instituto Interamericano Indigenista, em seu número I, de 1941, publicou um artigo do então diretor do SPI, Cel. Vasconcellos, intitulado “A obra de Proteção ao

do Instituto ao SPI e CNPI,<sup>166</sup> e ainda pela adoção, por parte de ambos, do dia 19 de abril como data para a comemoração do “Dia do Índio”. O primeiro evento na promoção daquela data no Brasil ocorreu em 1943, nas dependências do CNPI, marcada pelo pronunciamento de Rondon exaltando a criação tanto do Instituto quando de um dia específico para se enaltecer a figura do índio. Naquela ocasião foi inaugurada, no corredor de acesso às salas do CNPI, uma galeria de retratos a óleo de personalidades políticas ligadas à criação de ambas as agências, tais como: Getúlio Vargas, Nilo Peçanha, Rodolfo Miranda e Apolônio Salles. Iniciativa que foi acompanhada pela presença de representantes do gabinete do presidente Vargas, do ministro da agricultura, além de Simões Lopes, presidente do DASP, e dos filhos de Rodolfo Miranda, então já falecido.

Dois meses após aquele evento, Vargas, a fim de demonstrar seu interesse em se manter próximo dos ideais do Instituto Indigenista Interamericano, institucionalizou o Dia do Índio por meio do Decreto Lei 5.540, assinado em 20 de junho daquele ano. Em decorrência de o Decreto ter sido assinado após a data estipulada para o Dia do Índio, só foi possível organizar uma atividade de maior volto e projeção no ano seguinte. Em 1944 Rondon projetou um evento de maior envergadura a fim de tornar aquela data um momento político e cultural que projetasse as agências positivamente no cenário social e viabilizasse algumas medidas políticas, entre elas a filiação do Brasil ao Instituto. Seu programa para aquele ano contava com atos cívicos, palestras, exibição de filmes, montagens de exposição fotográfica e etnográfica. Conjunto de ações que tinham como objetivo inculcar, no conjunto da nação, a ideia de que as comunidades indígenas também faziam parte do todo nacional. Atraindo assim uma parcela maior de agentes políticos e sociais para a “causa” indígena, como mostram suas palavras:

*Intimamente, tais manifestações nos sensibilizaram e nos fizeram refletir que o sentimento de nacionalidade domina a orientação social e política do povo brasileiro (...) me permito predizer que esta primeira celebração*

---

Indígena no Brasil”. Em maio de 1944 o CNPI recebeu a visita do então diretor do Instituto, Manuel Gamio. Sobre ambos os assuntos ver. **FREIRE**, Carlos Augusto da Rocha. *Indigenismo e antropologia*, p. 61.

<sup>166</sup> Idem.

*do Brasil do Dia Americano do Índio, produzirá nos corações bem formados emoções capazes de reações benévolas.*<sup>167</sup>

A primeira providência naquele sentido foi tomada já na primeira reunião do Conselho, em 17 de Janeiro de 1944, quando Rondon informou a seus pares da intenção de transformar o Dia do Índio em Semana do Índio. Para tanto solicitou aos membros do Conselho sua cooperação na elaboração do programa oficial que seria implementado pelo Conselho e pelo SPI. A comemoração daquela data visava atingir três objetivos específicos: difundir os trabalhos do CNPI e do SPI; reforçar as relações entre as agências e os dirigentes do Instituto Indigenista Interamericano; e aproximar o governo brasileiro das intenções daquele instituto. Medida que também auxiliava o Estado que vinha canalizando esforços pela construção, no imaginário social, de uma identidade comum da nação, como parte de sua política nacionalista.<sup>168</sup> Objetivos que ficaram registrados no Relatório Anual do CNPI nos seguintes termos:

*Não só pela alta significação desta resolução, como pelas finalidades deste Conselho, o entusiasmo e a satisfação que nos despertou semelhante ato, inspirou a sugestão por mim apresentada ao mesmo conselho logo na primeira sessão de 17/1/44, no sentido de que a primeira comemoração de tão auspicioso fato fosse realizada sob a mais ampla publicidade, durante uma “Semana do Índio”. Imaginamos, a princípio, fixá-la entre 12 e 19 de abril, mas coincidindo isto com as comemorações da data natalina do Exmo. Sr. Presidente Sr. Getúlio Vargas, transferimo-la para a semana seguinte: 19/24.*<sup>169</sup>

Para dar início à organização do evento, Rondon solicitou à conselheira Heloisa Alberto Torres a elaboração de uma proposta para o mesmo. Não só como membro do Conselho, mas principalmente como diretora do Museu Nacional, Heloisa Alberto Torres estava habilitada para organizar eventos daquela natureza e incluir nele ações que viessem a atingir objetivos políticos e culturais. Na seção do Conselho ocorrida em três de fevereiro de 1944, Heloisa Alberto Torres apresentou suas sugestões. Para ela, o evento deveria ter início em 15 de abril e se estender

<sup>167</sup> Relatório anual do CNPI, de 1944. MF. 1C-CNPI, FG. 2044. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>168</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina. *O Estado Novo*, p. 8.

<sup>169</sup> Relatório Anual do CNPI, de 1944. MF. 1C- CNPI, FG. 2041. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

até o dia 19 do mesmo mês. Entre as atividades propostas estavam exposições de filmes, irradiações e exposições, cuja divulgação ocorreria tanto pelo rádio quanto pela imprensa escrita. Heloisa Alberto Torres também sugeriu que os filmes destinados aos escolares fossem acompanhados de explicações dadas pelos membros do Conselho, e os destinados ao grande público deveriam ser projetados no auditório do Ministério da Agricultura, instituição na qual as agências estavam inseridas, e em outras salas de fácil acesso. Sugeriu ainda que a abertura oficial da comemoração fosse feita, via rádio, durante a “Hora do Brasil”, pelo vice-presidente do CNPI e funcionário do Museu Nacional, o antropólogo Roquete Pinto, e nos dias subsequentes, o evento contaria com transmissões de músicas cujas letras ou composições, estivessem baseadas na temática indígena. E, finalizando a semana, no dia 19, um discurso de Rondon encerraria o evento.

Para a exposição etnográfica, Heloisa Torres sugeriu ao CNPI que a organizasse em parceria com o Museu Nacional, que estava projetando uma exposição no mezanino do Ministério da Educação, instância na qual o Museu Nacional se encontrava atrelado, sobre os grupos indígenas de língua Gê. A sugestão de Heloisa Torres deixou claro que a sua intenção era capitalizar, para o Museu Nacional, parte daquela comemoração. Uma iniciativa cuja concretização viria em seu auxílio.

Conforme dito anteriormente, em 1944 começou a se esboçar certa animosidade de alguns técnicos em relação à administração de Heloisa Alberto Torres no Museu Nacional. E passou a ser de interesse dela, reunir a sua volta o maior número possível de aliados. Para Rondon, consciente da situação pela qual estava passando a diretora do Museu Nacional e membro do Conselho, era natural que tomasse medidas que viessem em seu auxílio, aceitando, por exemplo, sua sugestão para que Roquete Pinto abrisse as comemorações via rádio e participando da exposição etnográfica que o Museu Nacional estava organizando.

As sugestões de Heloisa Torres abriam a oportunidade de capitalizar para o Museu Nacional parte daquela comemoração, onde a inclusão dos nomes do CNPI e do SPI, principalmente de Rondon, marcaria mais claramente o apoio daquelas agências a sua administração. E a cessão de peças da Seção de Estudos ao



Museu Nacional incrementaria a exposição que ela estava organizando; medida conveniente visto que a exposição visava colocar à mostra parte do acervo etnográfico daquela Instituição, alvo das críticas que vinha recebendo.

A posição tomada por Rondon, no entanto, deixou claro que os interesses pessoais não estavam acima dos interesses de grupo, visto que Rondon alteraria substancialmente a proposta apresentada por Heloisa Alberto Torres. O seu encaminhamento para a comemoração da Semana do Índio acabou se tornando um “erro estratégico” de sua parte. E nos meses subsequentes aos do evento, quando houve oportunidade, Heloisa Alberto Torres deu sua retribuição à falta de apoio que recebeu, ao não abrir mão do etnólogo americano Charles Wagley, como era de interesse do CNPI. A programação levada a efeito para a comemoração do Dia do Índio de 1944 ficou registrada no Relatório Anual nos termos:

*sobre a 1<sup>o</sup> programação apresentada pela Conselheira D. Heloísa Alberto Torres e depois ligeiramente alterado em alguns pontos nas Sessões subsequentes.*<sup>170</sup>

A programação apresentada por Heloisa Alberto Torres não foi “ligeiramente” alterada por Rondon. Para se ter uma ideia, Rondon, de início, manteve a data inicialmente por ele sugerida durante a primeira seção do Conselho, ou seja, de 19 a 26 de abril. Duas outras alterações significativas ocorreriam: a abertura oficial contou com o seu pronunciamento à nação, via “Hora do Brasil”, e a cooperação com o Museu Nacional, para a montagem da exposição etnográfica, não ocorreu. Rondon optou por exibir parte do acervo fotográfico e etnográfico que a Seção de Estudos vinha reunindo dos povos indígenas do centro oeste, recolhidos desde as primeiras expedições. Para isso contou com a cooperação da equipe etnográfica que montou no *hall* da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) uma exposição etnográfica, ambiente, segundo Rondon,

---

<sup>170</sup> Relatório Anual do CNPI, de 1944. MF. 1C- CNPI, FG. 2041. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

*que, dando seu efetivo apoio às comemorações, ofereceu os salões de sua magnífica sede, onde igualmente foram realizadas conferências e exposições de assuntos sertanejos.*<sup>171</sup>

Essa foi a primeira exposição etnográfica montada pela Equipe fora das dependências do SPI. A respeito desta exposição o mesmo relatório informou:

*Exposição fotográfica dos tipos de índios das diferentes tribos existentes nos sertões brasileiros, bem como de artefatos e produtos da sua indústria de guerra e de paz, foi apresentada no salão do 9º andar da ABI, com esmerado senso artístico – Mereceu do público louvores espontâneos.*<sup>172</sup>

Acompanharam a exibição dos objetos etnográficos, fotos e filmes elaborados pela Equipe com as imagens capturadas entre os índios Umutina, Bororo e de outros povos contatados durante a expedição ao Xingu.

As transmissões, programadas para ocorrerem durante os intervalos da “Hora do Brasil”, tiveram que ser alteradas, obrigando Rondon a fazer um novo rearranjo. Aqueles horários haviam sido reservados para divulgar a programação das comemorações do aniversário de Vargas, imprevisto que não se tornou um obstáculo visto que foi contornado por Rondon que recorreu ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), conseguindo o apoio necessário para a transmissão do conteúdo da programação da comemoração do Dia do Índio pela Rádio Educativa, do Ministério da Educação e Saúde.

A fim de reforçar a divulgação da Semana, Rondon mandou imprimir, pela Imprensa Nacional, dois opúsculos. Um intitulado “Saudação”, texto que aparentemente tinha como objetivo orientar o público sobre o surgimento do Dia do Índio, mas que acabou por esclarecer os objetivos do Instituto Indigenista Interamericano. O segundo intitulado “Semana do Índio”, que além de ter apresentado o conteúdo da programação, continha sua mensagem à nação. Ambos foram distribuídos às agências oficiais, federais e estaduais, localizadas em todo o território nacional.

<sup>171</sup> Relatório Anual do CNPI, de 1944. Documento original, p. 55. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>172</sup> Relatório Anual do CNPI, de 1944. Documento original, p. 57. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

Rondon também providenciou, para o dia 19 de abril, duas solenidades. A primeira ocorreu no início do dia, voltada para o público escolar, com uma homenagem a Cuaugtémoc, líder Asteca, cuja estátua encontra-se localizada no Aterro do Flamengo, que se tornou herói por ter sido martirizado até a morte pelos espanhóis após defender seu povo. A homenagem contou com o apoio da prefeitura, na pessoa do prefeito Henrique Dodsworth, que organizou uma ornamentação formada com as bandeiras das nações americanas, dispostas junto à estátua do herói. A outra iniciativa ocorreu com uma sessão solene nas dependências do Conselho, que foi aberta ao público e contou com a presença de políticos locais e de pessoas relacionadas ao ciclo pessoal de Rondon. Nesta solenidade, Rondon, como presidente do Conselho, deu posse ao novo membro do Conselho e diretor do SPI, José Maria de Paula Machado, como também aproveitou a ocasião para proferir um discurso homenageando Vargas e o congratulando por sua data natalícia, enfatizando a coincidência entre elas.<sup>173</sup>

O conjunto de iniciativas tomadas por Rondon visavam três objetivos específicos: a) estreitar os laços do CNPI e do SPI com o Instituto Indigenista Interamericano, no sentido de demonstrar à intenção de ambas as agências em se

---

<sup>173</sup> O dia 19 de abril como aniversário de Vargas e comemoração do dia do Índio era um dado tanto positivo para “causa” indígena, quanto negativo. Para a primeira auxiliava as agências associarem à figura do índio a do estadista, cuja imagem fora utilizada por ele como símbolo do nacionalismo; a segunda acabava reduzindo o “brilho” das comemorações do dia do Índio visto que todo o país estava voltado para os eventos que ocorriam em torno do aniversário de Vargas; abrindo, informalmente, uma disputa no espaço simbólico no qual a figura do índio acabava reduzida. Duas medidas foram tomadas por Rondon a fim de manter firme seus objetivos de que a coincidência das datas não fossem conflitantes. Primeiro procurou organizar as comemorações do Dia do Índio seguindo o modelo que vinha sendo adotado pelo Estado para as comemorações cívicas, ou seja, ações que duravam uma semana. Esta estratégia auxiliava as agências a manterem seus nomes na imprensa por um período mais longo, segundo, a fim de evitar que as comemorações se sobrepujassem, Rondon organizava a Semana do Índio sempre na semana anterior às comemorações do aniversário de Vargas e a encerrava no dia exato de seu aniversário, nas dependências do Conselho, onde pronunciava um discurso em que ressaltava as iniciativas do Estadista voltadas para as populações indígenas. E prestava a sua homenagem a ele, que era presenciada por convidados ilustres, ou seja, agentes públicos diretamente ligados ao presidente. Não foi localizado nenhum trabalho que tenha focado a institucionalização do Dia do Índio como uma das estratégias de Vargas voltada para o plano político e social, onde no primeiro a associação de sua imagem a da dos índios auxiliaria a promoção da imagem do índio a nível nacional, viabilizando a busca de coesão social. Neste plano, a medida teve mais impacto entre as populações indígenas visto que em todos os Postos e Inspetorias foi organizado ações voltadas para aquela comemoração, buscando “incutir” entre as populações indígenas noções de pertencimento à nação. O mesmo não acontecia no plano nacional, pois a comemoração daquela data ficava “ofuscada” pela comemoração do aniversário de Vargas, impedindo, deste modo, uma ampla promoção da imagem daqueles povos na sociedade nacional. FERREIRA, Andrey Cordeiro esboçou o início de uma análise a este respeito que se encontra em sua tese de doutorado: *Tutela e resistência indígena*, p. 187-191.

ajustarem aos modelos administrativos que estavam em formação no contexto pan-americano; b) promover a aproximação do governo brasileiro dos objetivos do governo mexicano, envolvido que estava em promover o Instituto, tendo para isso enviado várias missões diplomáticas e políticas por todo o continente objetivando tornar real aquele projeto; c) divulgar os empreendimentos das agências relacionados à questão indígena.

As comemorações do Dia do Índio tiveram grande repercussão na imprensa local, o que acabou realçando a imagem das agências indigenistas, e a exposição etnográfica foi amplamente divulgada pela imprensa local:

*Devo igualmente aos dignos colegas do quanto tocou-me a manifestação unânime de todos os jornais desta Capital em comunhão conosco nas solenidades em que empregamos toda a vibração do nosso amor.<sup>174</sup>*

Os objetos e fotos exibidos serviram como testemunho visual não só da imagem do “índio”, e da sua variada capacidade de produção – agrícola, pecuária e manufaturada – mas também dos personagens envolvidos com aquela população. Isto é, o SPI e CNPI, e, conseqüentemente, o próprio Estado; representado na figura do presidente, como agente responsável pela construção, em nível nacional, da imagem daquelas populações. O conjunto de atividades programadas para a Semana do Índio acabou imprimindo na Seção de Estudos uma rotina, pois sua participação, a partir daquele evento, se deu de modo permanente e definitivo. Visto que estava sob sua responsabilidade, a organização e efetivação daquela comemoração, o CNPI, na figura de Rondon, passou a funcionar como elemento de contato entre a Seção de Estudos e as demais agências convidadas a participar da Semana.

---

<sup>174</sup> Relatório anual do CNPI, de 1944. MF. 1C – CNPI, FG. 2044. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

### 4.3. Arrumando a casa: a organização dos acervos da Seção de Estudos

Em 26 de janeiro de 1945 foi publicado um novo Regimento Interno do SPI, pelo Decreto Lei número 17.634, e a respeito de sua redação repousava a esperança dos agentes do SPI e do CNPI da supressão da Seção de Estudos, conforme havia sido solicitado pelo seu ex-diretor o Cel. Vasconcellos em 1942. Pedido enfatizado pelo envio, por parte do CNPI, de uma nova proposta de seu regimento. Contudo, suas sugestões não foram acolhidas, como demonstrou o Regimento daquela agência, publicado em 1943, restava ainda a oportunidade, mesmo que parcial, com aquele novo documento.

Deu-se que as modificações sugeridas pelo SPI não ocorreram. A redação do novo Regimento deixou claro que a Seção de Estudos não só foi mantida como suas atribuições também não foram alteradas. Quando comparado o novo Regimento com o anterior, no que tange à Seção de Estudos, não houve sequer alteração na apresentação de sua redação. As alterações observadas se restringiram às finalidades do SPI, ou seja, em seu Art. 1º, em especial a alínea 'm'. Pelo antigo documento aquela alínea determinava que caberia ao SPI, "proceder ao estudo e investigação das origens, língua, ritos, tradições, hábitos e costumes do índio brasileiro, bem como efetuar o levantamento da estatística geral das populações."<sup>175</sup> Tendo sido alterada para: "efetuar o levantamento da estatística geral das populações indígenas e dar ao Conselho Nacional de Proteção aos Índios cooperação no estudo e investigação das origens, ritos, tradições, hábitos, língua e costumes do índios brasileiro."<sup>176</sup> O Art. 8º, alínea 'b' do antigo regimento, que versava sobre as atribuições da Seção de Estudos, no que se referia à realização de "estudos e investigação sobre as origens, línguas, ritos, tradições, hábitos e costumes do índio, promovendo a divulgação dos resultados obtidos,"<sup>177</sup> foi mantido e sua manutenção representava a sobreposição de competência entre

---

<sup>175</sup> Artigo 1º, alínea n, do Regimento Interno do SPI, de 1942. MF. 338, FG. 2432. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>176</sup> Artigo 1º. Alínea m, do Regimento Interno do SPI, de 1954. MF. 1 A- SPI, FG. 4080. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>177</sup> Artigo 8º, alínea b, do Regimento Interno do SPI, de 1942. MF. 338, FG. 2434. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

o SPI e o CNPI no que tange a promoção de estudos e investigações sobre as comunidades indígenas; o que significava que o novo regimento deixava de resolver um “antigo” problema. A permanência deste dispositivo comprometia, substancialmente, os trabalhos do CNPI, em duas de suas principais missões, ou seja, na promoção de estudos etnográficos e no encaminhamento de soluções para as demandas “mais difíceis” do SPI. Diante da nova realidade, o SPI daria início ao programa das determinações de seu novo estatuto organizacional, principalmente aquelas relativas às atividades da Seção de Estudos.

O primeiro passo naquela direção já havia sido dado no final de 1944, com a contratação de Serpa como chefe da SE, sinalizando sua incorporação ao conjunto de núcleos administrativos do SPI. Corroborando para a redefinição de suas atividades, a saída de Schultz,<sup>178</sup> que após o incidente ocorrido no início de 1945, foi obrigado a se afastar por motivo de saúde, não mais retornando ao SPI, deixando a equipe etnográfica acéfala quanto à coordenação de suas atividades, assumidas pela nova chefia da Seção. Outro indício de que a Seção de Estudos foi definitivamente incorporada à estrutura do Serviço, foi a substituição da sigla “Serviço Etnográfico” até então utilizada na documentação administrativa do SPI, para Seção de Estudos já nos primeiros meses de 1945. Outro indicativo da mudança pela qual estava passando a Seção de Estudos se refere a suas atividades. Se até ao final de 1944 elas estavam restritas às expedições etnográficas e, esporadicamente, à montagem de exposições ou a exibição de filmes, deixando entrever que a execução de outras atividades se encontrava em compasso de “espera”, a partir de 1945 a Seção de Estudos dá início a implantação de procedimentos técnicos até então não observados.

---

<sup>178</sup> Após este acidente, Schultz se desligaria do SPI indo trabalhar como assistente de pesquisa de Hebert Baldus, no Museu Paulista.



179

Esta mudança esteve relacionada principalmente ao aumento no número de funcionários da Seção. A contratação de Serpa veio acompanhada de novas contratações, o que ampliou o quadro funcional, levando-se em consideração a já existente “equipe etnográfica”. Com a saída de Schultz o grupo que compunha a Equipe passou a ser chefiado por Serpa, e Velloso ficou incumbido pela orientação, em campo, dos trabalhos e pelo controle dos laboratórios fotográficos e cinematográficos. Assim, Serpa assumiu os destinos das expedições, ainda que em parceria com CNPI, mas as futuras expedições já não seriam completamente gerenciadas por Rondon, como até então vinha ocorrendo. Serpa como chefe da Seção de Estudos assumiu parte daquela atividade.

A nova equipe de trabalho, a redefinição das responsabilidades do grupo de pesquisa etnográfica e as novas atribuições que José Maria de Paula determinou, via circular, constaram do relatório anual da Seção de Estudos, encaminhado por Serpa à direção do Serviço, em fevereiro de 1945. O documento informou que a Seção de Estudos somou a seu antigo quadro de pessoal, quatro novos servidores, sendo dois auxiliares gerais e dois inspetores que tomaram posse em seis de

<sup>179</sup> Foto 42- Reprodução fotográfica retirada do relatório da exumação dos restos mortais de João Barbosa de Faria, antigo etnólogo da Comissão Rondon, 1946. MF. 2B, FG. 318 - 349. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

dezembro de 1944.<sup>180</sup> No dia 21 do mesmo mês e ano, foi a vez da equipe etnográfica se apresentar à chefia da Seção de Estudos que aproveitou a ocasião para redefinir a posição de cada elemento do grupo, deixando claro que o local onde se encontrava instalado os laboratórios era um dos núcleos técnicos da Seção, não representando a mesma.

O aumento do corpo funcional da Seção de Estudos e suas novas atribuições foi resultado de um trabalho desenvolvido por Serpa no final de 1944. Com objetivo de conhecer a estrutura do SPI e ter claras as atribuições de cada uma de suas Seções, Serpa partiu inicialmente para a leitura do regimento interno do SPI, de 1942, que ainda se encontrava em vigor. A partir desta leitura e de um conjunto de documentos administrativos por ele consultado, procedeu a organização de vários gráficos – financeiro, censitários, educacionais, de saúde –, buscando deixar claro, tanto para si quanto para a diretoria do órgão, a estrutura e o funcionamento do SPI. Acreditava que com aquela medida e com o auxílio daquele método as interfaces entre as várias Seções, e destas com a direção do Serviço, ficavam mais evidentes. Para ele, compreendendo a estrutura do órgão, estava mais apto para colocar em prática as atribuições da Seção de Estudos e estruturar um plano de trabalho mais condizente com as suas finalidades:

*Creio, pois, ter razoavelmente seguido, com o processo organográfico, o mais adequado dos métodos para os fins a que me propusera, nesta iniciação dos trabalhos de organização da Seção de Estudos.*<sup>181</sup>

O resultado de sua iniciativa não apenas o auxiliou na definição de ações para a SE, como acabou por fornecer à diretoria da agência um quadro mais racional de seu desempenho.

---

<sup>180</sup> Foram eles: como auxiliar de escritório na função de datilógrafa, Cecília Thereza R. Coelho; auxiliar geral, Maria Luiza P. Jacobina; inspetores, Alberto Serra e José Braga Filho. Relatório da Seção de Estudos, 1945. MF. 335, FG. 673. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>181</sup> Relatório da Seção de Estudos, 1945. MF. 335, FG. 664. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.



Foi a partir das informações geradas pelos gráficos de Serpa, que a direção do SPI pôde observar com clareza seus maiores problemas e partir para um planejamento de ações que envolverem a fiscalização de suas Inspetorias e Postos Indígenas. Serpa fez acompanhar dos gráficos, um conjunto de modelos de fichas, sugerindo sua adoção pela direção do SPI, para a obtenção de informações, padronizadas, das seções, Inspetorias e Postos Indígenas. Justificou a necessidade de implantação daquela medida em favor da melhoria na circulação de informação entre a direção e suas sucursais. Com aquela iniciativa Serpa acabou dando início a uma atividade que veio a se tornar motivo de grandes “indisposições” entre o SPI e o CNPI, ou seja, tornou a Seção de Estudos um núcleo normativo, dentro do SPI. Os resultados preliminares de sua análise acabaram conferindo à Seção de Estudos a responsabilidade de fornecer o suporte técnico necessário às atividades que seriam implantadas pelo SPI, no equacionamento de seus problemas administrativos.

O levantamento de Serpa além de indicar as oscilações orçamentárias do SPI, fonte de enormes problemas para o planejamento das atividades de assistência aos milhares de índios distribuídos no território nacional, principalmente aqueles que se encontravam “protegidos” vivendo nos Postos Indígenas, acabou revelando que a Seção de Estudos, tinha como um dos seus principais problemas para realizar suas ações:

*espaço exíguo, a lotação diminuta, as dificuldades de integração das equipes em virtude da reduzida remuneração tabelada, além das dificuldades naturais por escassez de técnicos ou mesmo autodidatas destes assuntos.*<sup>182</sup>

Ainda com relação à Seção de Estudos, o resultado das tabulações de Serpa deixou claro que a iniciativa encaminhada pela direção de SPI, para promoção do censo indígena sob responsabilidade daquela Seção, era inviável. A remessa de informações não padronizadas, oriundas dos Postos Indígenas, via Inspetorias, deixava lacunas de informações valiosas para a execução daquela

---

<sup>182</sup> Relatório da Seção de Estudos, 1945. MF. 335, FG. 666. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

medida. Além deste obstáculo administrativo, existiam outros que estavam relacionados à natureza da organização social dos grupos indígenas, ou seja, a constante mobilidade sobre o território que eles ocupavam e o difícil acesso a suas aldeias.

Mesmo constatando tais dificuldades para a implantação de um programa completo de ação, Serpa dá início a alguns procedimentos técnicos que impulsionaria tanto a montagem do Museu quanto a reestruturação das atividades da SE. De imediato organizaria seu protocolo para em seguida recolher para os “três mostruários existentes nos corredores do SPI”,<sup>183</sup> todos os objetos indígenas que estavam acondicionados em caixotes, no depósito do SPI ou distribuídos, como os de plumária, decorando a biblioteca da agência. Ainda como complemento desta medida, Serpa procurou articular o trabalho de restauração de fotos que vinha sendo realizado pela Equipe com os de recuperação de objetos danificados, “iniciando assim os mostruários, primeiro delineamento do futuro museu indígena”.<sup>184</sup>

A atitude de Serpa ao determinar a retirada dos objetos etnográficos dos caixotes e das paredes da biblioteca para reuni-los no “depósito”, e os expor nos “mostruários”, acabou promovendo uma mudança no tratamento dado aquele conjunto documental, até então não assinalado na documentação do SPI. Sua atitude possibilitou que o acervo até então recolhido passasse a posição de documentos e como tal não cabiam estarem “decorando” paredes ou “encaixotados”, o que os colocava em risco de degeneração. Sua ação em recuperar os objetos danificados demonstrou a preocupação com a conservação e, conseqüentemente, com a permanência daqueles objetos. Medida que associada ao registro que procurou promover, apontava a preocupação de Serpa com o controle daquele material. De fato, com tais medidas, Serpa delineou alguns procedimentos básicos adotados para objetos museológicos, visto que a junção “registro”, “guarda” e “conservação” fazem parte do processo de documentação adotados por instituições museológicas; preocupação até então não manifestada

---

<sup>183</sup> Relatório anual da Seção de Estudos, 1945. MF. 335, FG. 676. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>184</sup> Idem.

no corpo das medidas adotadas pelo SPI, conforme podemos observar no registro feito por Serpa no Relatório Anual da Seção de Estudos de 1945:

*É conhecido, por oficialmente relatado, que o acervo de artefatos indígenas da antiga Comissão Rondon foi, por seu chefe, doado ao Museu Nacional; é dos fatos do SPI ter-se consumido nos porões e mudanças por onde peregrinou o SPI, na sua odisséia por vários ministérios, tudo ou quase tudo do material indígena que já figurava em exposições pretéritas. Procurando relacionar e etiquetar quanto foi arrecadado na sede do SPI não foi com surpresa que esta chefia teve de ceder ainda um certo número de artefatos ao CNPI, que fez questão de provar e incorporar aos seus mostruários aquilo que as listas que seus funcionários traziam a esta SE, afim de não extraviarem artefatos que reclamavam. O que sobrou foi recolhido e etiquetado e consta das relações que serão anexadas as que inumaram os artefatos recentemente trazidos pela Equipe Etnográfica e que se encontram no Estúdio, também a espera de ocasião oportuna para oferecer campo de estudo estritamente etnográfico.*<sup>185</sup>

As colocações de Serpa a respeito dos objetos etnográficos além de indicar que o SPI em período pretérito possuía um acervo que foi extraviado no decorrer dos anos, principalmente entre 1930 a 1939 quando fez parte do Ministério do Trabalho e da Guerra, também demonstra que até aquela data o acervo que vinha sendo organizado, principalmente pela Equipe Etnográfica, ainda não havia sido registrado. A falta de controle dos objetos recolhidos pelo SPI durante seus anos de funcionamento reforça a hipótese de que não havia por parte de seus agentes interesse em constituir um espaço, que não os mostruários existentes, para sua exibição. Mesmo constando no Regimento de 1942 a criação de unidade museológica, até 1945 ainda não havia sido tomada nenhuma medida concreta para a sua criação; a não ser o recolhimento de objetos etnográficos, mas sem controle devido a falta de registro.

A documentação apontou também que os objetos recolhidos pelo SPI, ao longo dos seus anos de seu funcionamento, foram utilizados como elemento de intercâmbio por meio de doações ou troca com outras agências ou como meio de propaganda do Serviço através de montagem de exposições tanto institucional,

---

<sup>185</sup> Relatório da Seção de Estudos, 1945. MF. 339, FG. 998. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

quanto organizadas por outras instituições. Nesta última situação, os objetos eram utilizados sem que a instituição responsável por sua exibição fizesse referência a qual instituição eles pertenciam. Nesta condição, a mesma documentação informou que muitos objetos não retornavam ao SPI, que por muitas vezes os solicitavam, sem, no entanto, terem sucesso em sua iniciativa.

Partindo das palavras de Serpa sobre o destino dado aos objetos etnográficos recolhidos pela Comissão Rondon é possível proceder a uma comparação entre eles e os recolhidos pelo SPI, a fim de verificar o porquê da diferença de tratamento dado a um e a outro. Isto é possível porque o ano em que as Comissões passaram a encaminhar objetos etnográficos para o Museu Nacional coincide com o ano de criação do SPI, ou seja, 1910. Ambos os núcleos recolheram objetos etnográficos concomitantemente e, pelo interesse da Comissão em recolher elementos daquela natureza, podemos supor que naquele período, devido ao desenvolvimento científico das ciências naturais e do interesse de museus etnográficos estrangeiros por elementos enquadrados na categoria de “naturais”, havia uma preocupação em recolher aquele tipo de material entendidos como fonte de pesquisa, cujos produtores, acreditavam, que em curto ou médio prazo desapareceriam ou teriam suas culturas transformadas radicalmente. Preocupação da qual os diligentes do SPI não se encontravam alheios; até porque seu primeiro diretor era também o promotor daquelas Comissões.

A diferença no tratamento de ambas as coleções, a princípio, não estava relacionada ao tipo de atividade desenvolvida por aquelas instituições, já que ambas eram empresas públicas de prestação de serviço. A Comissão tinha por finalidade instalar postos telegráficos a fim de promover a comunicação de pontos longínquos com o centro político, a capital, e o SPI visava à assistência às populações indígenas a fim de evitar os conflitos sociais. A diferença de tratamento dado aos objetos por ambas às empresas estava, portanto, no tipo de agente que os recolhia e no local para onde eram encaminhados.

A Comissão, como informa a historiografia, foi acompanhada por naturalistas, principalmente oriundos do Museu Nacional, cuja participação naquela empreitada foi justificada pela oportunidade que a Comissão oferecia, ao palmilhar

áreas até então desconhecidas e habitadas por povos nativos, aos estudos etnográficos. A infraestrutura montada para a implantação de postos telegráficos se prestava a acolher agentes interessados em mapear e descrever os produtos “naturais”, entre eles os índios, cujas informações eram escassas no nosso meio. Estando a Comissão sediada na capital federal e sendo o Museu Nacional, a única instituição voltada para o estudo de ciência natural, foram os seus técnicos os indicados a participarem daquela empreitada. Como não era a finalidade precípua da Comissão recolher objetos etnográficos, este trabalho foi executado por aqueles profissionais “especializados” no respectivo assunto. Os objetos por eles recolhidos eram então encaminhados aquela Instituição e serviam como base para a definição de identidades sociais, ou seja, os objetos eram a base para os “estudos” e “pesquisas” que a instituição promovia. Conjunto material que viabilizava sua classificação como instituição “científica”.

Já os objetos recolhidos pelo SPI em muito se diferenciavam daqueles, primeiro por que não foram recolhidos por agentes “especializados”; segundo, não foram encaminhados a uma agência “científica”. No ambiente em que foram inseridos serviam como “mercadoria” que tanto viabilizava a sua detentora a se relacionar com outras instituições, quanto a auxiliava a divulgar suas ações junto às comunidades indígenas. Nesta posição não eram vistos como documentos que deveriam ser preservados, pois não funcionavam como fonte para pesquisas, posição que exigia sua manutenção e permanência. Por não serem interpretados como “documento” não recebiam registros como também não era encaminhados, no interior da instituição, para um local que garantisse a sua guarda; o que resultou no seu extravio e deterioração. Esta perda real ou estrutural ocorrida ao longo dos anos de funcionamento do SPI deixa claro que para os agentes que atuavam no SPI o controle e a manutenção dos objetos etnográficos não estava relacionado à perda cultural. Como produtos acabados, produzidos pelo seu “sujeito de trabalho”, sua reposição, além de garantida, exigia poucos recursos. À medida que eram “trocados” ou “perdidos”, eram facilmente substituídos, prática que dispensava a sua documentação e ações de preservação e manutenção.

As medidas tomadas por Serpa, além de terem interrompido aquele processo, a partir de iniciativas simples como determinar um espaço para sua guarda e criar mecanismo para seu controle, acabou lhe proporcionando a condição de dar início a uma retórica em prol da contratação de técnicos especializados, a curto e médio prazo, para atuarem na Seção de Estudos; a fim de promoverem a documentação daquele acervo, como lemos: “Há problemas, senão a maioria deles que imporiam em verdadeiras especializações quer nas ciências físicas como nas sociais e morais”.<sup>186</sup> A contratação de profissionais de várias especialidades, para Serpa, possibilitaria a montagem de “equipes de estudos” que atuariam em atividades de cunho científico e técnico, e que, segundo ele, teria a princípio uma incumbência:

*dúplice, embora conjugadas as naturezas das mesmas a finalidades correlatas. Isto, porém de início, porque a se incrementarem as atividades não há como atender a seus fins senão por sucessivos e convenientes desdobramentos.*<sup>187</sup>

Para tanto sugere a montagem de dez equipes, que seriam divididas respeitando determinados critérios.

Equipes	Responsável
1ª	Biblioteca
2ª	Museu e Arquivo
3ª	Estudos etnográficos e cooperação cultural
4ª	Estudos socioeconômicos
5ª	Estudos médicos e educacionais
6ª	Estudos práticos, regionais e etnográficos
7ª	Estudos de terra e econômicos
8ª	Engenharia rural
9ª	Saneamento e assistência médica
10ª	Educação escolar e trabalhos agropecuários

Este quadro ideal jamais foi organizado pelo SPI, mas em médio prazo algumas daquelas “equipes” acabou sendo montadas após o desenvolvimento de

<sup>186</sup> Relatório da Seção de Estudos, 1945. MF. 335, FG. 667. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>187</sup> Idem. FG. 666.

outras atividades, já sedimentadas no SPI, que vinham sendo realizadas pela Seção de Estudos.

#### 4.4. A Seção de Estudos e a expedição compartilhada

Com a efetivação da Seção de Estudos na estrutura do SPI, impostas pelo seu novo regimento foram eliminadas, a princípio, as esperanças do CNPI de transferi-la para o seu âmbito. Mas a inexistência em sua estrutura de um núcleo com as mesmas características da Seção de Estudos inviabilizava a realização de um de seus projetos: a conclusão da carta de Mato Grosso, que ainda estava em curso. Diante da necessidade de concluir a carta e sem infraestrutura administrativa para gerir aquele empreendimento, que exigia a realização de expedições de cunho geográfico, era necessário contornar aquele obstáculo, e a solução encontrada foi recorrer à Seção de Estudos. Como núcleo responsável pela organização de expedições de estudos e pesquisas, e com verba própria para executar aquela atividade, era o ambiente certo para o desenvolvimento daquele projeto. Para tanto foi feito um acordo informal entre as agências que transferiu para o SPI a responsabilidade de organização de uma expedição geográfica, planejada no CNPI, para ser executada pela Seção de Estudos.

A Seção de Estudos ficou responsável pela administração financeira da expedição geográfica, e Rondon por sua logística, já que o efetivo humano que a compunha era de funcionários pertencentes ao quadro do CNPI. Sobre o assunto informou o Relatório Anual do CNPI:

*(...) essa expedição a qual, depois de pronta, entrou nos quadros do SPI, batizada com o nome de Equipe Geográfica e ficou dependente da Seção de Estudos, tendo partido desta capital a 26 do corrente – Seria injusto não destacar a boa vontade do Diretor do SPI e a dos chefes das Seções respectivas, sobretudo a do chefe da Seção de Estudos. Destaque-se mais ainda, a paciência e tolerância de todos eles para persistirem conosco na consecução de um empreendimento iniciado no CNPI na suposição de lhe ser peculiar e, afinal, concluído no SPI, onde estão as verbas e a capacidade administrativa legal para o empreendimento.<sup>188</sup>*

---

<sup>188</sup> Relatório anual do CNPI, de 1945. MF. 1C – CNPI, FG. 2449. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

O SPI, para ajustar em seus quadros uma empreitada de finalidade geográfica, procurou organizar uma expedição de estudo que seguiria para a mesma região da equipe do CNPI. Como a expedição geográfica tinha por finalidade a conclusão da Carta de Mato Grosso, era necessário que a equipe etnográfica também desenvolvesse seus trabalhos naquela região; o que significava retornar mais uma vez ao local onde duas visitas já haviam sido efetuadas. A medida era inevitável, pois o orçamento de trezentos mil cruzeiros, destinados às expedições de estudo, seria “equitativamente” dividido entre ambas as equipes, portanto, a conciliação de roteiro era necessária para justificar uma empreitada geográfica na estrutura do SPI. Devido a um novo rearranjo informal entre ambas as agências, o princípio de equitatividade foi abandonado, onde foi subtraída da “equipe etnográfica” da Seção de Estudos uma parcela daquele orçamento para cobrir as despesas com o deslocamento da “equipe geográfica” até a entrada de Goiás, justificada pelo o número de seus integrantes, ou seja, a expedição geográfica teria o dobro de pessoal da “etnográfica”.

Ambas as equipes partiriam do Rio de Janeiro em agosto de 1945, sendo que a primeira, batizada de “Equipe Geográfica à Mesopotâmia Araguaí-Xingu”, foi chefiada pelo Gal. José Vieira da Rosa, sob orientação do Gal. Jaguaribe de Matos, então chefe da Seção de Desenho do CNPI. A equipe etnográfica também rumou para o rio Xingu, a fim de registrar os grupos indígenas que habitavam junto a dois de seus afluentes, o Curisevu e Culuene. Esta foi a terceira viagem da equipe ao Xingu e a primeira a um povo indígena que vinha sendo atraído ao convívio “social”, os Kuikuro. Velloso foi feito responsável técnico desta expedição, cujo gerenciamento foi executado por Serpa; marcando assim a saída de Rondon de cena neste tipo de ação. Dos resultados obtidos nos restringiremos aos efetuados pela Equipe.<sup>189</sup>

---

<sup>189</sup> Mesmo que a descrição da expedição geográfica não faça parte da proposta deste trabalho, creio ser importante colocar o que consta no Relatório Anual do CNPI de 1947: filme 279, fotograma 1199, informou que todo o material recolhido pelos técnicos do Museu Nacional que dela participaram, compreendendo os objetos etnográficos e os elementos da flora e fauna da região percorrida, foi encaminhado para aquela Instituição em agosto de 1946. O que reforça a ideia de que Rondon procurou manter o mesmo tipo de organização e procedimento adotados para as expedições aos da Comissão Rondon, ou seja, uma equipe formada por militares e cientistas do Museu Nacional, ficando a cargo dos últimos as pesquisas etnográficas.



Em agosto, Veloso solicitou a Serpa uma verba suplementar para envio de cinco caixas que somadas dariam uns 250 quilos. Neste carregamento estavam além dos materiais cine-fotográficos os objetos etnográficos recolhidos pela expedição entre os índios Bakairi, Kuikuro, Yuwalapiti, Trumai. A expedição, após uma série de percalços, chegou ao Rio de Janeiro em 21 de dezembro de 1945. Sobre esta expedição Serpa escreveu em seu relatório anual encaminhado à diretoria do SPI, em fevereiro de 1946:

*Não é demais registrar que esta chefia julga a organização desta equipe, melhor chamada – equipe-cine-foto-etnográfica – como precária, por não participar da mesma um médico, um etnógrafo e um radiotelegrafista, embora os esforços despendidos para aquelas integrações.<sup>190</sup>*

Suas palavras estavam calcadas em três problemas que a Seção de Estudos vinha enfrentando: o fraco desempenho da Equipe em suas atribuições concernentes à pesquisa etnográfica; a educação, e a saúde indígena. Para Serpa, os dois primeiros envolviam o concurso de um profissional qualificado em etnologia indígena.

A carência de um profissional com aquele perfil era vista como o principal motivo do fraco desempenho dos trabalhos da equipe etnográfica e da falta de resultado na área educativa. Sobre a primeira Serpa informou que a Equipe já havia feito quatro viagens a “campo”, no entanto os resultados não foram traduzidos em benefício para o Serviço, ou seja, além de seus registros não terem sido traduzidos em uma monografia que levasse o timbre do SPI, também não continha elementos que orientasse os trabalhos assistencialistas do Serviço, compensando todos os investimentos feitos. Das observações colhidas em campo, com exceção das de Schultz, que teriam sido consideradas relevantes, mas que só foram publicadas em 1953, quando ele não fazia mais parte do corpo funcional do Serviço, as demais viagens ainda não haviam atingido a expectativa desejada.

---

Em troca desta cooperação o Museu Nacional recebia os produtos tanto etnográficos quanto os de espécimes naturais.

<sup>190</sup> Relatório da Seção de Estudos, 1945, MF. 339, FG. 1008. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

A Seção de Estudos vinha buscando atingir aqueles objetivos onde a carência de um etnólogo integrado à equipe era vista como o principal motivo de seu retardamento. Esta situação impedia que o SPI restringisse o acesso às áreas por ele controladas por “técnicos” de outras instituições de pesquisa, como também inviabilizava desenvolver uma política indigenista calcada nas novas orientações da Antropologia, e, ainda, dificultava o SPI de estabelecer relações com instituições de pesquisa, visto que o intercâmbio entre elas era promovido pela troca de publicações.

*Há a levar em conta o escrúpulo com que esta SE pretende publicar os seus trabalhos, que de modo geral, devem ultrapassar os limites da publicidade sensacionalista, como costuma ser quase tudo que se tem publicado sobre índios, nestes últimos tempos de “bandeiras” e “entradas” aventureiras rumo ao oeste. Pensa esta chefia, sem desfalecimento, orientar a publicidade da SE sob duas principais modalidades: científica e de propaganda honesta de fundo educacional. Visa, a primeira, os técnicos e a segunda o público. É que a SE deverá ser mais um ambiente de trabalho científico que apenas uma seção burocrática do SPI.*<sup>191</sup>

A falta de um técnico com aquele perfil também impedia a solução de problemas administrativos, entre eles o da educação indígena, visto que sua eficácia resultaria na maior rapidez da integração dos índios no conjunto nacional. No entendimento de Serpa a solução para ambos os problemas necessitava da intervenção de um técnico especializado, que dominasse a “realidade indígena” para identificar a estrutura organizacional de cada povo tutelado pelo SPI, e propor medidas diferenciadas que seriam adotadas, inclusive, nas várias escolas mantidas pelo Serviço. Em sua opinião os problemas administrativos, entre eles o educativo, se avolumavam devido à precariedade de informações utilizadas para a elaboração das propostas voltadas para as comunidades que o SPI atendia; situação que o próprio CNPI, como agência responsável pelo estudo e planejamento de tais medidas, também não realizava. A base de informações para a área educativa do SPI eram os relatórios organizados pelos chefes das Inspetorias Regionais, encaminhados à direção do Serviço, que os repassava para a Seção de Estudos.

---

<sup>191</sup> Relatório da Seção de Estudos, 1945, MF. 339, FG. 1001. Serviço de Arquivo do Museu do Índio

Seu conteúdo era precário, pois eram elaborados a partir de observações feitas por pessoas não qualificadas naquela matéria. Normalmente eram professoras das escolas, na maioria das vezes esposas dos chefes de posto e que, por falta de capacitação, não faziam nenhuma reflexão sobre os resultados e os métodos empregados nas escolas por elas administradas.

A contratação de um etnólogo para compor a equipe da Seção de Estudos era vista como a solução mais racional tanto para promover o levantamento de dados fidedignos sobre a situação das escolas mantidas pelo SPI, quanto para propor medidas administrativas que agilizassem o processo de socialização dos índios. Um profissional dessa área estaria habilitado, a partir de suas observações sobre a estrutura do grupo, a emitir sugestões mais eficazes sobre o melhor meio de conduzir a política indigenista que envolvia a educação indígena – instrumento eficaz no processo de socialização daqueles povos no conjunto nacional –, amparado em sua visão integrada sobre aquelas comunidades.

Quanto ao comentário de Serpa, sobre a necessidade de um médico na composição da equipe etnográfica, estava relacionado a outro problema que devia ser enfrentado pelo SPI: a saúde indígena. A falta de um serviço de saúde, formado por médicos e enfermeiros pertencentes aos quadros do SPI, era vista como o motivo das constantes endemias e epidemias que assolavam os povos indígenas assistidos pelo Serviço. A inclusão destes profissionais nos quadros do SPI, em postos permanentes ou em atividades itinerantes, poria fim àquela situação, motivo de críticas constantes por parte da imprensa e de agentes envolvidos com a questão. Até aquele momento o SPI vinha contornando a situação, recorrendo ao quadro de médicos e enfermeiros servidores dos estados ou dos municípios, que atendiam a população indígena nos Postos Indígenas que estivessem localizados próximos a suas bases de trabalho. A demora pela contratação desses profissionais não justificava o investimento que vinha sendo feito pelo SPI na construção e instalação de enfermarias em seus Postos Indígenas, que continuavam desprovidas de profissionais que ali atuassem de modo sistemático. Na opinião de Serpa a falta de médicos e enfermeiros impedia que a Seção de Estudos elaborasse e implantasse uma política sanitária, como era

sua prerrogativa. Com base nestas questões, Serpa elaborou sua opinião sobre as pesquisas e a equipe etnográfica.

No mesmo documento, tece comentários sobre os resultados dos trabalhos realizados pela equipe geográfica. E informa que mesmo passando por dificuldades semelhantes às da Equipe do SPI, as informações por ela levantadas foram de mais utilidade para o SPI. O levantamento topográfico que a equipe geográfica promoveu possibilitou a correção da localização de algumas aldeias indígenas, de lagoas e do curso de alguns rios. Ressaltou ainda que as informações colhidas por um de seus “naturalistas” foi de muita serventia para o Serviço.<sup>192</sup>

*comentando fatos científicos, sugerindo questões técnicas e criticando problemas vários que implicam sempre no assunto das programações da Equipe Geográfica, assim como trazem à Diretoria do SPI e a esta SE informações fidedignas de como se exercitam os serviços do SPI na IR 8.*<sup>193</sup>

Dados que não constavam nos relatórios encaminhados pelos integrantes da equipe etnográfica. As observações de Serpa demonstravam que os investimentos financeiros aplicados nas viagens ao sertão continuavam a não dar o retorno desejado, ou seja, prover a Seção de Estudos com dados etnográficos que pudessem orientar o desenvolvimento de um modelo de ação assistencialista voltado para as populações indígenas, como também fornecer subsídios para publicações sobre os grupos indígenas atingidos pelas expedições. Serpa

<sup>192</sup> Serpa se refere principalmente a dois naturalistas, são eles, o Gal. José Vieira Rosa, naturalista e chefe da expedição e o oficial da reserva, Oton Xavier de Brito Machado, médico e botânico incumbido de chefiar o Serviço de História Natural da mesma. Brito Machado durante suas atividades frente à expedição recolheu uma variedade de dados etnográficos sobre os Karajá: língua, organização social, sistema econômico, aspectos da navegação, arte, esporte, medicina, conhecimentos de meteorologia e astronomia e principalmente as lendas do grupo. De posse destes dados elaborou uma monografia sobre aquele grupo que foi entregue ao Cel. Jaguaribe de Matos, responsável pela organização da expedição, que a anexou ao relatório geral da expedição elaborado por Rosa, por sua vez foi encaminhado a Rondon. Este documento na visão de Serpa ofereceu a SE informações mais relevantes que as apresentadas no relatório elaborado pela Equipe. Primeiro porque veio acompanhado de uma monografia sobre os Karajá, e segundo porque continha comentários, críticas e sugestões sobre a atuação do SPI. Fato é que a monografia de Brito Machado acabou sendo publicada pelo CNPI na “Publicação número 107”, como também recebeu o primeiro lugar do Prêmio Ribeiro, outorgado pela Academia Brasileira de Letras, eventos ocorridos em 1947. Sobre o assunto ver MENDOZA, Carlos Alberto Casas. *Nos olhos do outro*, 2005.

<sup>193</sup> Relatório da Seção de Estudos, 1945. MF. 339, fg. 1010. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

esperava que os relatórios da equipe etnográfica viessem acompanhados de comentários, críticas e questões que auxiliassem as atividades promovidas pelo SPI.

A constatação de um fraco desempenho, no entanto, não impediu que a Equipe colocasse em seu plano de trabalho para o ano de 1946 que as atividades expedicionárias continuariam ainda voltadas para o registro fotográfico das benfeitorias e dos trabalhos executados pelos índios nos Postos Indígenas. A carência de um profissional com conhecimento em etnologia indígena obrigava a Seção de Estudos a continuar a levantar informações etnográficas a partir dos relatórios anuais, oriundos dos Postos Indígenas, documento que além de conter relações numéricas de alunos, de rezas, de produtos agrícolas, de doentes e de óbitos, muitas vezes vinham acompanhados de descrições da preparação das roças, das etapas das festas organizadas pela população indígena, da descrição de mitos, de lista de vocabulários e de atividades de cura empregadas pelos pajés. A maioria destes relatórios era ilustrada por fotografias “comprobatórias”, tanto dos trabalhos administrativos, quanto das manifestações culturais indígenas, capturadas pelos chefes das Inspetorias ou de Posto, que, mais tarde, eram retiradas destes documentos para comporem o arquivo imagético da Seção de Estudos. Este conjunto documental além de auxiliar o Serviço em sua política de difusão de informações sobre as atividades que desenvolvia, também era visto como a fonte de informação para se traçar, no futuro, a trajetória administrativa do Serviço.

*Intensificação das pesquisas e registro que uma vez organizados forneceram o material próprio do arquivo para a História do SPI e suas atividades, até a atualidade, para o histórico de cada um dos Postos Indígenas e conseqüente conhecimento do comportamento dos índios controlados pelo órgão, o que equivale dizer, a história administrativa dos Postos Indígenas e das realizações, por um lado, e por outro, os aspectos da aculturação dos índios pelo SPI. Além disso daí derivarão registros e arquivamento fáceis de serem compulsados em qualquer consulta sobre qualquer fim.<sup>194</sup>*

---

<sup>194</sup> Relatório da Seção de Estudos do Serviço, 1945. MF. 339, FG. 1010. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

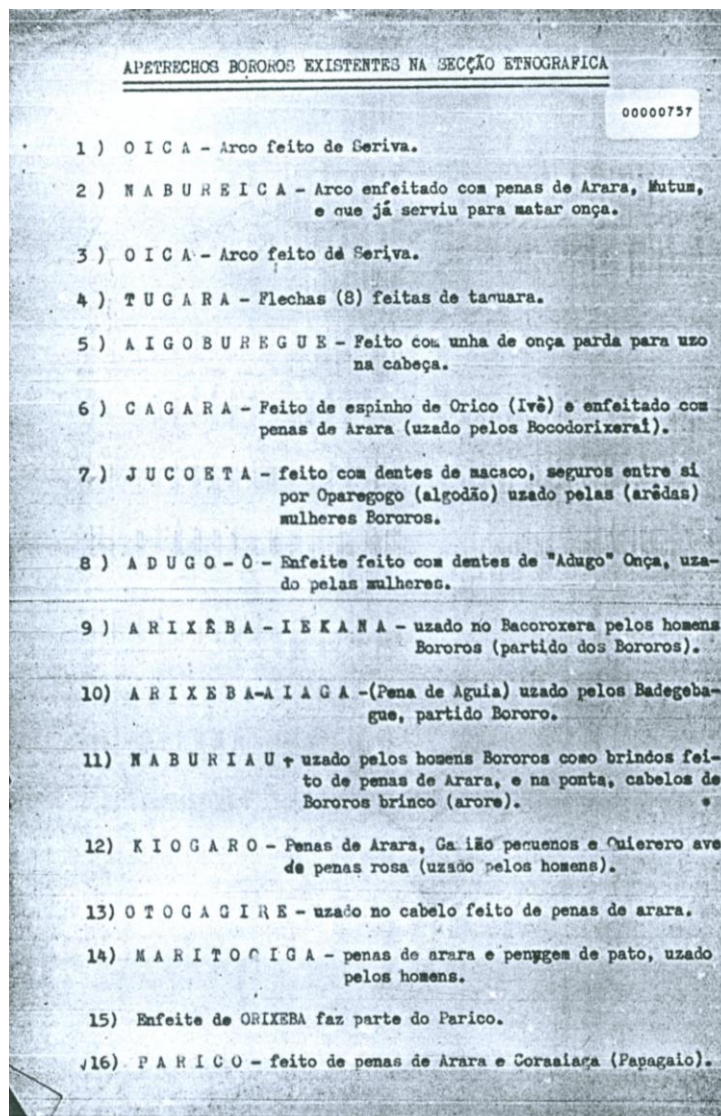
O que assistimos neste momento é que os registros fotográficos e fílmicos eram vistos como elementos chave para publicidade do órgão e serviam também como material de apoio para figurar tanto em documentos internos, quanto para ilustrar pesquisas ou conteúdo didáticos de pesquisadores e professores de outras instituições, entre elas o próprio CNPI. Em 1945 o Conselho solicitou fotos da Inspetoria Regional 8, capturadas pela Equipe Etnográfica para integrarem os álbuns fotográficos que estavam sendo impressos, entendidos pelo Conselho como um de seus produtos “científicos”. No entendimento de Serpa, somente no futuro os filmes e fotos seriam utilizados com finalidade científica pelo SPI, mas este tipo de observação não recaía sobre os objetos etnográficos.

Pelo conteúdo, por mais que os objetos etnográficos configurassem no conjunto da documentação ao lado dos filmes e das fotos, sua inserção era mais problemática. A dificuldade em se trabalhar com os objetos etnográficos estava relacionada à complexidade de informações que eles carregavam. Seu estudo objetivando a sistematização de informações a seu respeito, exigia o conhecimento completo da vida indígena, já que eles faziam parte de várias esferas das relações sociais. Sem esse arcabouço de conhecimento sua inclusão como elemento, tanto para construir a história do Serviço quanto para futuras pesquisas a seu respeito, ficava comprometido. A dificuldade de organizar o conhecimento sobre cada objeto por parte da Seção de Estudos estava relacionada inicialmente a falta de uma metodologia para a sua captação, seu recolhimento era efetivado por agentes distintos e pela falta de um técnico especializado em seu tratamento. Quanto ao primeiro problema, ao contrário das fotos e filmes onde Schultz que criou uma metodologia para sua promoção, para os objetos etnográficos não foi criado qualquer manual que orientasse sobre os critérios a serem adotados para a sua captação, resultando em conjuntos desordenados e não documentados. Associado a esta falta de critério para a captação estava os vários meios utilizados pelo SPI para ampliação da coleção etnográfica. Medidas naquela direção eram tomadas tanto pela Equipe da Seção de Estudos quanto pela diretoria do órgão e pelos agentes que atuavam na Seção de Orientação e Assistência. Estes dois últimos modelos de captação eram ainda mais problemáticos visto que eles deixavam um

vazio informacional maior que o aberto pela Equipe, já que os objetos que chegavam nestas condições vinham desacompanhados de qualquer informação a seu respeito, muitos não apresentavam sequer o nome do povo que lhe deu origem.

A mais problemática das captações era aquela promovida pela direção do Serviço que remetia pedidos de coleta de material etnográfico às sucursais do órgão, via Boletim Interno. Por este tipo de procedimento as peças remetidas eram conjuntos desordenados, que não respeitavam nem o critério de etnias como vinha se orientando a Equipe. A documentação apontou que a maioria dos objetos remetidos nesta situação chegava à sede sem informação, ou porque seus remetentes não as colocavam ou porque sua identificação se perdia no traslado que por vezes demorava meses para chegar ao seu destino final.

O segundo modelo de captação ocorria de forma menos direcionada que o primeiro. Eram conjuntos de peças encaminhados à Seção de Estudos pelos chefes das duas outras Seções que compunham o Serviço, principalmente pela Seção de Orientação e Assistência (SOA), cujo chefe em suas inspeções às Inspetorias e Postos Indígenas recebia objetos etnográficos como “presentes” dados pelos índios. No cômputo geral eram conjuntos também desordenados, mas eram encaminhados à Seção de Estudos com indicações das etnias e, às vezes, com pequenas descrições do seu conteúdo organizado pelo receptor.



195

O terceiro grupo de peças encaminhadas à Seção de Estudos era organizado pela Equipe que promovia seu recolhimento junto os povos que visitava. Este conjunto apresentava informações mais detalhadas e compunham conjuntos mais orgânicos, mas devido a inexperiência da Equipe, formada respectivamente por cinegrafistas e fotógrafos, o conteúdo das informações sobre cada objeto se restringia à etnia, ao nome étnico e, em alguns casos, ao uso que

<sup>195</sup> Foto 43: Reprodução fotográfica da lista dos objetos etnográficos recolhidos pelo cinegrafista da Seção de Estudos Nilo Velloso em 1943, entre os índios Bororo. MF 333, FG. 757. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.



os índios deles faziam. Somada a falta de conhecimento da Equipe estava a falta de conhecimento dos servidores destinados pela Seção de Estudos a sistematizar as informações a respeito daquele conjunto material, que tanto desconheciam os povos que os produziu, quanto o uso e função dos objetos, conseqüentemente, deixando de gerar informações a seu respeito.

Tentando resolver parcialmente este problema, Serpa incumbiu Oto Erneste Mohn de organizar o material etnográfico. Este servidor foi auxiliar de Schultz durante suas atividades etnográficas junto aos índios Umutina, tendo sido transferido da Inspetoria de Cuiabá para trabalhar na Seção de Estudos. A experiência “etnográfica” de Mohn estava baseada nos conhecimentos que adquiriu com Schultz. Como este não se deteve em documentar amplamente os objetos etnográficos realizando um registro sumário de cada peça, a “experiência” de Mohn reproduzia aquele modelo, o que resultou em uma parca informação sobre o acervo etnográfico. A falta de um profissional com conhecimento em museologia além de impedir a sistematização do acervo que a Seção de Estudos vinha organizando, também inviabilizava seu melhor aproveitamento quando exposto ou como fonte de pesquisa.

Em resumo, as “coleções” que a SE vinha organizando, com exceção daquelas recolhidas pela Equipe, não respeitavam qualquer critério de seleção e em todos os casos não eram documentadas a ponto de servirem como fonte de pesquisa. No caso das fotos e filmes, apesar de as imagens falarem por si só, era necessário um empreendimento de maior envergadura, pois, para sua inserção nos meios de comunicação, as imagens capturadas deveriam apresentar boa qualidade técnica, o que demandava o emprego de bons equipamentos e de conhecimento especializado para o manuseio dos equipamentos. O mesmo não se aplicava ao material etnográfico, produto acabado que dependia para a sua obtenção apenas do escambo, ou seja, trocas, por “brindes”, prática comum adotada pelo SPI.



196

Dois documentos deste período revelam com mais clareza os meios de obtenção das coleções. Um “apontamento” sobre a Seção de Estudos, elaborado por Serpa em setembro de 1945, encaminhado a Adalberto Mário Ribeiro, jornalista que vinha produzindo reportagens sobre as atividades desenvolvidas pelas agências do governo, veiculadas na *Revista do Serviço Público*, Neste documento Serpa esclarece:

*Quanto ao Museu e Arquivo Etnográfico, a SE já iniciou a coleta de artefatos das nove inspetorias de onde vão chegando os artefatos indígenas dos cem postos, pelos quais se irradiam os serviços do SPI, que mais tarde, estudados e sistematizados, constituíram o cabedal de valor inestimável do futuro museu etnográfico do SPI.<sup>197</sup>*

O segundo documento é um memorando encaminhado por Serpa ao Chefe da 8ª Inspeção Regional, Cildo Meireles, solicitando artefatos indígenas. Neste documento Serpa alegava a carência daquele tipo de material por parte da Seção de Estudos devido às constantes remessas que deles faziam em atendimentos as solicitações encaminhadas por instituições nacionais e estrangeiras, que viam na agência o espaço institucional oficial para obtenção de elementos daquela

<sup>196</sup> Foto 44 - Fotografia de Nilo Velloso distribuindo presentes entre os índios Guarani Kaiwá. Foto de Harald Schultz, 1942. Serviço de Registro Audiovisual, SPI01781, do Museu do Índio.

<sup>197</sup> Apontamentos sobre a Seção de Estudos, setembro de 1945. FM. 339, FG. 852. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

natureza. Tais instituições tinham por objetivo complementar seus acervos ou dar início a um, visando a criação de instituições museológicas; reforçando o uso que era dado pelo SPI aos objetos etnográficos como elemento de intercâmbio e difusor das atividades do SPI. Ainda no mesmo documento encontramos o pedido de Serpa para localização de possíveis funcionários “que se interessam pelos estudos etnográficos”,<sup>198</sup> o que demonstra com clareza o desejo de Serpa por conteúdos daquela natureza.

O interesse e incentivo pela localização deste tipo de servidor reforça o fraco desempenho da equipe etnográfica em registrar aspectos da cultura indígena, e demonstra o quanto o SPI vinha se esforçando para obter informações etnográficas sobre os povos que assistia, e para transformar estas informações em publicações, a fim de “expor, propagar, publicar e recomendar todo o trabalho cultural” que esses funcionários realizassem.<sup>199</sup> O objetivo era manter com estes agentes uma correspondência mais sistemática, objetivando a troca de informações sobre alguns assuntos relacionados com aquela matéria. Em contrapartida a SE remeteria livros e publicações a fim de auxiliar o interessado na execução de sua atividade, ou seja, promoveria um treinamento a distância.

A dificuldade de reunir o maior número de informações sobre cada objeto etnográfico acabava, por sua vez, inviabilizando a pesquisa. Situação que se agravava quando estavam envolvidas pessoas externas ao Serviço, que desconheciam a diversidade de povos indígenas e o conjunto material por eles produzido. Devido a esta característica, as peças etnográficas, quando não serviam como elemento de intercâmbio, eram utilizadas como material de apoio das imagens ilustrativas das etnias, tanto visitadas pela Equipe quanto atendidas pelo Serviço. As listagens de objetos produzidas pelos agentes do SPI, quando muito, apresentavam uma relação das peças acrescida de pequenas descrições informando a designação étnica, a matéria-prima mais evidente e, em alguns casos, quem as utilizava. Não constava o nome de quem os confeccionou, os grupos de idades, local onde o objeto foi coletado, as diversas matérias-primas

---

<sup>198</sup> SE n° 8 - Circular, 3 de setembro de 1945. MF. 335, FG. 762. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>199</sup> Idem. FG. 763.

empregadas, as distintas etapas do processo de fabricação, em que circunstâncias ou situações eram utilizados, e, tampouco, a descrição mais ampla do contexto social do qual faziam parte. Tais dados deveriam acompanhar cada um dos objetos coletados, pois são fundamentais para qualquer pesquisa desse tipo.

A falta de informação de cada objeto recolhido era compreensível no contexto interno da agência, pois os agentes que estiveram envolvidos com aquela atividade desconheciam os construtos teóricos e metodológicos da disciplina etnográfica, no que tange à relação dos objetos com o todo social. Desconhecimento que acabou impedindo o registro de informações mais consistentes a respeito de cada objeto etnográfico coletado. De certo modo, o próprio momento pelo qual passava a disciplina antropológica também em muito contribuiu para aquela situação, ou seja, naquele momento da história a antropologia já não via nos objetos um dos principais elementos de investigação.

Para Peirano<sup>200</sup> até a década de 1950 a história da disciplina antropológica ficou marcada pela “alteridade radical”, momento onde se procurou estudar os povos radicalmente diferentes da sociedade do observador. Devido a esta formulação, os estudos antropológicos acabaram dando ênfase às análises de diferentes processos de contato, derivados tanto das frentes de expansão econômica quanto de projetos de colonização, dando origem aos estudos de fricção interétnica, que focalizavam o contato com a alteridade. É também o período onde a disciplina antropológica atingiu uma substancial unidade conceitual e metodológica e, de modo geral, foi dominada pela antropologia sociocultural; podendo ser apreendida como uma entidade unitária, cuja caracterização é possível definir a partir de um conjunto unificado de princípios teóricos e metodológicos. Esta convergência teórica e metodológica se sobrepôs às especificidades de cada escola, abrangendo não só a antropologia social britânica, mas, também, a cultural americana e o então recente estruturalismo francês.

Dentro dos novos paradigmas antropológicos daquele período, o estudo sobre o “outro” esteve voltado para as discussões sobre as relações sociais e para

---

<sup>200</sup> PEIRANO, Mariza G. S. *Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada)*, p 226.

os significados destas relações. Gonçalves<sup>201</sup> colocou que nesta circunstância os objetos de cultura material passam a ter valor como meio de demarcação de identidades e de posição social, deixando de serem relevantes como elementos necessários às práticas universais, ou como indicadoras de processos evolutivos e de difusão.

Se no campo antropológico os objetos foram colocados em segundo plano por questões conjunturais da disciplina, quase o oposto estava ocorrendo no campo da memória e do patrimônio, em que os elementos materiais, categoria onde os objetos encontram-se incluídos, assumiram importância expressiva. No Brasil da década de 1930 e 1940, os objetos que traziam algum ou todo um simbolismo nacional, ganharam relevo.

É precisamente a partir do ano de 1931, com a criação do Ministério da Educação e Saúde, que começou o primeiro movimento de valorização dos objetos musicológicos. Francisco Campos, então o primeiro ministro daquele Ministério, promoveu ainda naquele ano uma reforma educativa que viabilizou, no ano seguinte, a implantação do Curso de Museus no interior do Museu Histórico Nacional. A implantação deste curso já sinalizava a preocupação do Estado com a preservação de objetos depositados nos museus e em especial no Museu Histórico Nacional, então referencia para os museus brasileiros.<sup>202</sup> No ano seguinte foi criado, no âmbito do reestruturado Ministério da Agricultura, o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, que segundo Grupioni<sup>203</sup> tinha dois objetivos: organizar a circulação de expedições científicas tanto nacionais quanto estrangeiras no território brasileiro; e disciplinar a saída de bens culturais constituídos de objetos etnográficos e elementos da fauna e flora brasileira.

A criação destes dois núcleos estava relacionada a uma discussão mais ampla que vinha sendo travada pela intelectualidade brasileira, onde inúmeros profissionais com posição ideológica distinta buscavam criar uma identidade para o

---

<sup>201</sup> GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. *Antropologia dos objetos*, p. 19

<sup>202</sup> A respeito da conservação do ideário de 1922, que orientou a criação do Museu Histórico Nacional ver ABREU, Regina. *A fabricação do imortal*. p. 161.

<sup>203</sup> GRUPIONI, Luis Donisete Benzi. *Coleções e expedições vigiadas*, p. 45.

país. Nesta busca, trabalhavam para definir, classificar e elaborar instrumentos jurídicos, critérios e normas para a preservação dos lugares e coisas que constituíssem a imagem do país.<sup>204</sup> Hobsbawm<sup>205</sup> apresenta a busca pela construção de uma identidade nacional como uma característica de governos nacionalistas implantados na Europa; como ocorreu na França e na Alemanha no século XIX. Esta característica esteve presente no governo Vargas, cuja formulação era indispensável a sua legitimação para implantação de uma nova ordem social.

O mesmo autor colocou ainda que as práticas de conservação dos chamados patrimônios culturais tornaram-se, nas modernas sociedades, a representação simbólica da identidade, da memória e da nação. Para constituí-la e preservá-la era necessário conservar, fiscalizar e valorizar elementos culturais concretos. Neste “espírito” foi criado, em 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), no âmbito do Ministério da Educação e Saúde, onde o projeto de preservação do patrimônio cultural brasileiro se solidificou. Mas sua criação não significou que o patrimônio cultural de todos os seguimentos sociais fosse representado, como era a intenção de seu idealizador, Mário de Andrade. Alguns segmentos ficaram sem espaço nitidamente definido para ser exibido à massa populacional, como era o objetivo da vanguarda modernista responsável pelo movimento em favor da preservação do patrimônio nacional.

A presença maciça de agentes caracterizados como pertencentes à vanguarda modernista, vem sendo apontada como a principal corrente ideológica para a formulação de uma política de patrimônio no Brasil. Mas a historiografia aponta que agentes que não faziam parte daquele grupo, mesmo ligados a uma ideologia mais conservadora, também a eles se alinharam, devido a seus interesses pessoais ou pela posição que ocupavam na estrutura pública. Gustavo Barroso e Heloisa Alberto Torres são exemplos destes agentes, cuja trajetória profissional ficou marcada pela preocupação com a política de preservação de

---

<sup>204</sup> CHAGAS, Mário de S.; SEPÚVEDA, Mirian. *A vida social e política dos objetos de um museu*, p. 202.

<sup>205</sup> HOBBSAWM, Eric. *Inventando as tradições*, p. 15.

bens culturais.<sup>206</sup> Devido a sua associação com a temática indígena e sua participação, em 1936, na condição de vice-diretora do Museu Nacional, como membro nato do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, antes de sua criação oficial, Heloisa Alberto Torres se encontra mais relacionada ao tema deste trabalho.

A presença dela no Conselho Consultivo do SPHAN, segundo Ribeiro,<sup>207</sup> estava associada às atividades que desempenhava no Museu Nacional, tanto na definição de normas de proteção aos bens arqueológicos e etnográficos nacionais, quanto na captação de novos acervos para aquela instituição. No período que antecedeu à criação do SPHAN, o projeto de burocratização do patrimônio, apresentado por Mário de Andrade, continha a ideia de retirar do Museu Nacional dois de seus departamentos, o de arqueologia e o de etnologia. A sugestão era de, a partir deles, criar dois museus: um arqueológico e etnográfico e outro de História Natural. A retirada daqueles departamentos do âmbito do Museu Nacional além de significar a retirada das coleções, também representava a perda de uma posição política importante para a instituição. Dentro da concepção de cultura e arte de Mário de Andrade as coleções tinham uma função social, e aquelas do Museu Nacional não cumpriam este objetivo, pois eram entendidas como científicas, o que as afastava de um grande público.

Castro Faria em 1993 reuniu em uma edição algumas de suas palestras e conferência, entre elas a conferência proferida em 1982, preparada para a comemoração do 100º aniversário da Exposição Antropológica Brasileira. Neste artigo fez uma retrospectiva das exposições nacionais das quais o Museu Nacional participou, informando que aquele museu não tinha como objetivo ser um espaço de memória, e sim um produtor de memória, “gerador de saber e não almoxarifado de relíquias”.<sup>208</sup> Ou seja, diferente dos museus históricos e de arte que sacralizavam os objetos, o Museu Nacional não tinha este objetivo, o que em parte

---

<sup>206</sup> Sobre Gustavo Barroso ver: **CHAGAS**, Mário de Souza. *Imaginação museal*, 2003; **SEPÚLVEDA**, Myrian dos Santos. *A escrita do passado em museus históricos*, 2006; **ABREU**, Regina. *A fabricação do imortal*, 1996. Sobre Heloisa Alberto Torres ver: **CORRÊIA**, Mariza. *Antropólogas e Antropologia*, 2003; **RIBEIRO**, Adelia Maria Miglievich. *Heloisa Alberto Torres e Marina São Paulo de Vasconcellos*, 2000.

<sup>207</sup> **RIBEIRO**, Adélia Maria Miglievich. *Heloisa Alberto Torres e Marina São Paulo de Vasconcellos*, p. 111. **RUBINO**, Silvana. *Clubes de pesquisadores*, p. 501.

<sup>208</sup> **CASTRO FARIA**, Luis de. *A antropologia no Brasil*, p. 77.

esclarece o esforço de Mário de Andrade em retirar do Museu Nacional suas coleções de etnologia e criar, com elas, um espaço destinado a exaltação dos objetos etnográficos e arqueológicos, com ênfase na força estética daqueles elementos, qualidades que o Museu Nacional não explorava devido ao seu perfil de instituição de ensino e pesquisa. O tipo de exibição praticada pelo Museu Nacional, por não “sacralizar” os objetos, era, na visão de Mário de Andrade, o motivo do pouco envolvimento da massa populacional com aqueles elementos. O “envolvimento” com os objetos era tido por ele como meio para melhor assimilar a cultura nacional, entre ela a indígena, a fim de com elas o público se identificar.

A proposta de Mário de Andrade não encontrou respaldo junto aos pesquisadores do Museu Nacional, traduzido na posição assumida por Heloisa Alberto Torres que defendeu a permanência daqueles departamentos no Museu Nacional. Ela valeu-se, sobretudo, do momento pelo qual passavam os estudos etnográficos, para argumentar que a transferência daqueles departamentos representaria um prejuízo para a disciplina antropológica. Colocou ainda que o Museu Nacional dispunha de recurso material e humano que garantia o tratamento, classificação e conservação daqueles objetos. Fatos que não foram refutados por Rodrigo Melo Franco, então diretor do SPHAN.<sup>209</sup> A ênfase dada aos estudos etnográficos, defendida por Heloisa Alberto Torres, associada tanto ao encaminhamento de coleções confiscadas pelo Conselho de Fiscalização,<sup>210</sup> quanto ao financiamento que o Museu Nacional recebeu do SPHAN em 1940 para obras de infraestrutura, nos leva a supor que dentro da política de preservação do patrimônio das populações indígenas teria sido o Museu Nacional eleito para ser o palco de sua exibição. Mas sua posição como espaço para produção científica comprometia a imagem do índio como produtor de arte, contribuição que estava menos calcada na vida real indígena. Mantido dentro da esfera organizada pelo Museu Nacional, o índio estava fadado a ser visto como sujeito de investigação.

Partindo do pressuposto que teria sido o Museu Nacional o eleito como palco para a exibição do lugar do índio na cultura brasileira, mas mantido como

---

<sup>209</sup> Sobre o assunto ver: **RIBEIRO**, Adélia Maria Milglievich. Heloisa Alberto Torres e Marina São Paulo de Vasconcelos. p. 109 – 118.; **RUBINO**, Silvana. *Clubes de pesquisadores*, pp. 500-3.

<sup>210</sup> **GRUPIONI**, Luis Donisete Benzi. *Coleções e expedições vigiadas*. p. 65.



sujeito de investigação, e tendo sido a Seção de Estudos criada em um momento posterior, não é de se estranhar que os agentes do SPI e do CNPI não vissem naquela unidade o local por excelência para o arquivamento da memória dos povos indígenas, como produtores de uma cultura singular refletida na sua produção material. Além disso, para os agentes, o Estado já havia estabelecido o local para a exibição da produção cultural daqueles povos.

Esta assertiva se baseia em dois fatos. O modelo adotado pela Expedição Geográfica, organizada pelas agências em 1944, seguiu os moldes das extintas expedições da Comissão Rondon. Ou seja, formada com a participação de naturalistas do Museu Nacional e cujos produtos materiais por ela recolhidos – objetos etnográficos e elementos da fauna e flora – foram encaminhados para aquela instituição. Isto apesar de estar ciente tanto a Equipe do SPI quanto a do CNPI, da necessidade de criação de uma instituição museológica no âmbito do SPI. Era, portanto, necessário o recolhimento de material etnográfico. Além disto, a documentação aponta que o museu que se pretendia criar, no âmbito de ambas as agências, era um museu cuja memória a ser construída era da instituição onde os objetos compareceriam ilustrando a abrangência de sua atuação. Ou seja, o índio era um elemento subjacente, matéria-prima das ações das agências. Soma-se a estes fatos, o direcionamento dos esforços dos agentes do SPI na montagem e preservação do arquivo textual e imagético organizado, ao logo dos anos, com informações e imagens das ações praticadas pelo Serviço, vistos como a principal fonte de estudo da atuação daquele órgão.

*A fonte principal de estudos, é porém os arquivos do SPI, principalmente nos relatórios dos funcionários, onde se registram não só as atividades como os planos de trabalho decorrentes das necessidades supervenientes.<sup>211</sup>*

As imagens e textos registravam com fidelidade os esforços que vinham sendo feitos, ao logo dos anos, para integrar os povos indígenas no conjunto da população, já os objetos etnográficos apontavam direção oposta. A permanência

---

<sup>211</sup> Apontamentos sobre a Seção de Estudos. FM. 339, FG. 850. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

da morfologia dos itens de cultura material era a prova irrefutável de que todos os esforços ainda não haviam sido alcançados, frustrando os resultados esperado. Os objetos eram concretamente elementos da diferença, e, em certa medida, ilustravam a resistência, colocando sob suspeita a eficácia das ações até então aplicadas e contrariando o discurso institucional que insistia em apresentar o índio como “ícone” da pureza ou como “integrado” no conjunto da nação. Neste contexto os objetos eram signos que ainda não haviam encontrado o seu espaço na instituição, já que eles remetiam para uma imagem do índio real, que incomodava a homogeneidade da nação; insistindo em se manter inassimilável. Esta realidade mantinha a coleção etnográfica da Seção de Estudos como meio de intercâmbio e de difusão da Agência, através de exposições.

Como no exemplo do acordo informal entre o SPI e o CNPI, em 1945, que incumbiu à Seção de Estudos a responsabilidade pela organização das comemorações do Dia do Índio.

*Em virtude de termos assumido a chefia da Seção de Estudos, do Serviço de Proteção aos Índios, e por entendimentos, de que fomos parte, havidos entre os diretores do SPI e do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, fomos designados para organizar o programa das comemorações do Dia do Índio – 19 de Abril de 1945. Seria a 2º Semana do Índio a ser comemorada, no Brasil, e, a fim de firmar-se tradição, desde logo ficamos incumbidos de planejar o programa e com ele interessar o CNPI, na pessoa de seu muito ilustre Presidente, General Cândido da Silva Rondon.<sup>212</sup>*

Para tanto foi montada uma exposição etnográfica que teve lugar no *hall* do 9º andar da Associação Brasileira de Imprensa. Contou com três fileiras de mostruários que exibiam objetos coletados durante a expedição etnográfica ao Xingu, realizada em 1944. Havia ainda exibição de fotos e projeções de filmes, além de um grupo de objetos remetidos pela Inspetoria Regional 6, que também atendia índios daquela região.<sup>213</sup> Sua exibição, com base no relatório de Serpa, deixa entrever que foi destinada ao grande público, ao contrário das conferências, voltadas para um grupo mais seletivo, ou seja, formado por “cientistas”. Serpa

<sup>212</sup> Semana do Índio em 1945 - Relatório das Comemorações. MF. 339, FG. 895. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>213</sup> Ofício nº 153. MF. 339, FG. 981. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

justificou a não inclusão da amostra etnográfica no conjunto da programação “científica” por causa da carência de informações de cada objeto, expressando:

*Para as conferências convidaríamos as instituições culturais do Rio de Janeiro, como fizemos e vem relatado nos anexos deste relatório; os filmes cinematográficos seriam os que o Conselho Nacional de Proteção aos Índios conservam, do acervo da Comissão Rondon, além do colhido pela Equipe Cinefoto-etnográfica, que percorreu um dos sub-afluentes do Rio Xingu, e que acabara de regressar ao Rio. Para a exposição etnográfica, resolvemos aproveitar todo o material trazido do Xingu, pela Equipe, dispondo-o, quando possível, de modo acessível ao público, uma vez que a escassez de tempo e a natureza técnica do estudo etnográfico não permitiu uma amostra de estudos e apreciações científicas desse mesmo material.<sup>214</sup>*

O tipo de público para qual foi destinado a exibição de material etnográfico reforça a assertiva que aquele conjunto documental ainda não havia sido devidamente documentado. E as consequências mais imediatas desta carência era evidenciada no momento em que eram expostos, obrigando os agentes da SE a exibí-los para grupos com menos conhecimento etnográfico. Soma-se a este fato, a necessidade que o SPI e o CNPI tinham de explorar politicamente aquelas ocasiões. E o acervo etnográfico era o que melhor se prestava aquele objetivo, pois as peças funcionavam como um “chamariz”, por despertarem interesse na massa populacional, auxiliando a aproximação das pessoas comuns das atividades que eram desenvolvidas pelas agências indigenistas. Ainda dentro deste “espírito” de ganhos políticos, a exibição de peças etnográficas possibilitava a inclusão de outros tipos de objetos no conjunto da exposição. Ao final das “três fileiras de mostruários”,<sup>215</sup> decorados com corbelhas de flores, foram expostos óleos representando ministros de Estado, Rondon e Vargas. Era a oportunidade de associar àquelas figuras a política indigenista do Estado.

---

<sup>214</sup> Semana do Índio em 1945 - Relatório das Comemorações. FM. 339, FG. 896. Serviço de Arquivo do Museu do Índio

<sup>215</sup> Foto 45 - Exposição etnográfica organizada para a comemoração da “Semana do Índio” de 1945 - Relatório das Comemorações. MF. 339, FG. 902. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.



216

---

<sup>216</sup> Foto 45 - Exposição etnográfica organizada para a comemoração da “Semana do Índio” de 1945 - Relatório das Comemorações. MF. 339, FG. 902. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.



217

Mesmo que Serpa não tenha sinalizado com suas palavras o quanto aqueles objetos despertaram o interesse do grande público, fica claro, que, devido ao alvo para o qual foi destinado, eram eles os elementos que mais atraíam a atenção dentro do conjunto dos eventos organizados pelas agências. Isto nos leva a supor o quão apelativos eram aqueles itens, e evidencia a falta de espaço de exibição no meio social que explorasse a estética daqueles elementos, reforçando a suspeita que o Museu Nacional – como única instituição do gênero na capital federal – com suas lições de etnologia, não atraia a massa para as suas exposições etnográficas. Além disto, o conjunto de objetos pertencentes à Seção de Estudos eram itens recolhidos pela Equipe que vinham sendo explorados visualmente.

Ainda sobre o Dia do Índio de 1945, observamos poucas mudanças quando comparado à comemoração do ano anterior. Como em 1944, o Dia do Índio foi

<sup>217</sup> Foto 46 - Exposição etnográfica organizada para a comemoração da “Semana do Índio” de 1945 - Relatório das Comemorações. MF. 339, FG. 902. Serviço de Arquivo do Museu do Índio

transformado em Semana do Índio e, além de contar com a exposição etnográfica, as comemorações contaram também com exibições de filmes acompanhados de conferências. Neste último aspecto é importante ressaltar a presença de Marina Vasconcelos como representante de Arthur Ramos,<sup>218</sup> que proferiu a palestra “Os estudos indinológicos”, única transmitida pela rádio educativa. Sua presença na comemoração do Dia do Índio foi significativa, pois marcou o interesse recíproco entre as agências e as instituições que Arthur Ramos representava. Até porque os interlocutores acadêmicos, com os quais o SPI e o CNPI vinham mantendo contatos sistemáticos eram os do Museu Nacional, representado, respectivamente, por sua diretora, Heloisa Alberto Torres, e um de seus pesquisadores, Roquete Pinto. Marina Vasconcellos, como assistente de Arthur Ramos na disciplina de Antropologia e Etnografia na Faculdade Nacional de Filosofia, e secretária geral da Associação Brasileira de Antropologia e Etnologia, ocupava uma posição relevante no cenário antropológico da época. Merece também destaque naquela

---

<sup>218</sup> A importância que o Museu Nacional tinha no cenário cultural da capital da República, somada a relação que Rondon travou com a instituição desde 1910, até aquela data, justificava o grau de envolvimento entre ele e as agências indigenistas. Relação que ficou claramente expressa na redação dos Regimentos Internos do CNPI e do SPI. Reforçada pela presença de Heloisa Alberto Torres e Roquete Pinto, então pesquisadores daquela Instituição como membros do Conselho, sendo que Heloisa Alberto Torres como diretora do Museu Nacional possuía assento permanente no Conselho, conforme determinava o Regimento. Esta conjuntura fazia com que o Museu Nacional fosse a única agência científica a manter relações com as agências indigenistas. Durante a década de 1930 começaram a ser criadas as faculdades destinadas ao ensino de Ciências Sociais, em São Paulo e no Rio de Janeiro, o que acabou gerando um deslocamento progressivo do ensino de antropologia, até então a cargo do Museu de História Natural. Em 1939 foi criada, na capital federal, a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFI), cujo resultado para o Museu Nacional foi além de sua perda de hegemonia nos ensino da etnologia e etnografia indígena, afetando também seu prestígio político. Esta situação acabou gerando o início de uma disputa, não declarada, entre o Museu e aquela instituição, travada, principalmente, entre Heloisa Alberto Torres e Arthur Ramos, então catedrático da disciplina de Antropologia e Etnografia daquele centro. Somou-se a esta situação o fechamento do Museu Nacional, em 1941, para obras de infraestrutura do prédio, o que acarretou a interrupção das visitas públicas. Situação que se estendeu até 1947, o que representou sua saída do cenário cultural. O convite a Arthur Ramos para participar das comemorações do Dia do Índio, organizado pelas agências indigenistas, demonstrou que elas estavam atentas às mudanças que vinham ocorrendo no cenário cultural, e preocupadas em se manterem próximas as novas agências e agentes envolvidos com as questões sociais, que incluía a indígena. Arthur Ramos era um prestigiado cientista social, devidamente reconhecido pelos trabalhos que vinha desenvolvendo, e não podendo comparecer ao evento organizado pelas agências, procurou marcar sua presença encaminhando, como sua representante, Marina de Vasconcellos, cuja palestra foi a única transmitida pela rádio educativa. A presença de Marina de Vasconcellos sinaliza o interesse de Arthur Ramos em ocupar um espaço dentro das agências indigenista e também o das agências em quebrar o monopólio com o Museu Nacional. Sobre Arthur Ramos ver: **CORREIA**, Mariza. *Antropólogas e Antropologia*, 2003; **RIBEIRO**, Adélia Maria Miglievich. *Heloisa Alberto Torres e Marina de Vasconcellos*, 2000. Sobre o convite a Artur Ramos ver: MF. 339, FG. 972. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

comemoração a quantidade de Serviços governamentais e privados<sup>219</sup> que foram convidados para participarem dos eventos e contribuírem para sua divulgação.

A transferência da organização das comemorações do Dia do Índio para a Seção de Estudos, além de ter possibilitado o aumento de recursos financeiros e humanos, também desonerou o CNPI, principalmente Rondon, para desprender mais tempo e esforços nos contatos pessoais com as instituições convidadas. Rondon, em companhia de Serpa, visitou inúmeras instituições e encaminhou ofícios solicitando préstimos. Da lista, gostaria de destacar, além da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, e da Faculdade de Filosofia, representados por Marina de Vasconcellos, o ofício encaminhado à Associação Paulista de Imprensa, endereçado a seu diretor Willy Aureli,<sup>220</sup> pedindo a divulgação do evento na cidade de São Paulo. Medida que sinalizava o empenho das agências em promover suas atividades fora do âmbito da capital federal, com objetivo de aumentar o seu raio de publicidade.

*É com prazer que comunico a V. Excia. estar esta Associação disposta a colaborar para o maior brilho das comemorações desta data, aguardando o envio de comunicações a respeito, comunicações essas que serão distribuídas e encaminhadas a todos os jornais desta capital.*<sup>221</sup>

Ainda como meio de aumentar a publicidade do Serviço, Serpa produziu um artigo significativo onde procurou dar visibilidade aos trabalhos etnográficos que o

<sup>219</sup> Das entidades convidadas, e que contribuíram para a Semana do Índio, estiveram: Serviço de Documentação do Ministério da Agricultura, Associação Paulista de Imprensa, Escola de Estado Maior, Colégio Pedro II, Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto Brasileiro de História da Arte, Departamento de Administração do Serviço Público, Associação Brasileira de Imprensa, Academia Carioca de Letras, Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e Casa da Moeda. MF. 339, FG. 961 à 976. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>220</sup> Willy Aureli foi jornalista da Folha da Noite, Rio de Janeiro e o fundador da Bandeira Piratininga, empreendimento que organizou motivado pelo plano econômico-político “Marcha para o oeste”. Como expedicionário explorou os rios da região do Araguaia, atividade que lhe aproximou das agências indigenistas. Desta aproximação resultaram alguns de seus trabalhos desenvolvidos para aquelas agências. Para o CNPI Aureli executou desenhos sobre os Karajá, para constarem no livro de Othon Xavier de Brito Machado, integrante da Expedição Geográfica à Mesopotâmia Araguaia-Xingu, organizada em 1945 e para o SPI auxiliou Nilo Veloso em 1947, no documentário sobre Rondon, denominado *Mimoso*. Sobre o assunto ver: **MENDOZA**, Carlos Alberto C. *Nos olhos do outro*. 2005.

<sup>221</sup> Carta de Eduardo Pellegrini, presidente da Associação Paulista de Imprensa, ao General Rondon datada de 26 de março de 1945. MF. 339, FG. 975. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

Serviço vinha desenvolvendo por meio da Seção de Estudos, transformando os registros cinematográficos e fotográficos em documentos científicos. O texto intitulado “Os postos indígenas do SPI” pode ser visto como um passo neste sentido, visto que nele Serpa procurou justificar a importância de se registrar as atividades tanto administrativas quanto cotidianas que ocorriam Nos núcleos Indígenas organizados pelo SPI, conforme lemos no trecho a seguir:

*Esse contato sob o ângulo de visão científica, deve ser examinado especialmente, porque é nele, justamente, que se desenvolverão todas as fases desse processo complexo, e extremamente árduo, que constitui um dos mais interessantes capítulos da moderna Sociologia Antropológica. É no Posto Indígena que se iniciam os problemas das concorrências, das competições, dos conflitos, das acomodações, e, por fim, se inicia a preparação para a assimilação para a miscigenação e para interculturação, com todas as suas imprevisíveis resultantes. Toda essa terminologia deve ser entendida como fazendo parte do vocabulário técnico moderno das pesquisas de Antropologia-Socio-Cultural.<sup>222</sup>*

Evocando termos utilizados na época, dando importância às atividades que eram desenvolvidas nos Postos Indígenas, Serpa no decorrer do texto vai transformando os registros imagéticos, e apontamentos organizados pela Seção de Estudos, em trabalhos de cunho científico, deixando claro para o leitor, que a organização de seus conteúdos estava em andamento. Esta iniciativa de Serpa reforçava o discurso do Serviço no que tangia ao desenvolvimento de pesquisas científicas, cujo início deu-se em 1941 com a criação do “Serviço Etnográfico”. Daquele ano, até 1945, os discursos proferidos pelos agentes do SPI visavam dar legitimidade ao acervo imagético como elementos científicos. Mas a insistência do SPI em registrar suas atividades administrativas e a falta de entendimento sobre o que era “conteúdo etnográfico” pelos técnicos que formavam a Equipe, impedia que o material fosse incluído dentro daquela modalidade. Registrar instalações físicas, lavouras e pecuária, por meio de fotos e filmes, esvaziava o conteúdo daquelas imagens, principalmente, aos olhos de indivíduos e instituições que se encontravam envolvidos com a questão indígena e com a disciplina antropológica.

---

<sup>222</sup> Os postos indígenas do SPI. MF. 380, FG. 919. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.



Mesmo utilizando para registro o trabalho “de campo”, modalidade valorizada naquele período, considerada o meio mais eficaz para a produção de conteúdos etnográficos, os resultados das pesquisas desenvolvidos pela Equipe ainda não tinham sido traduzidos em monografias. Não bastava “ir a campo”, desacompanhado de uma metodologia e conhecimento teórico sobre minorias étnicas, ferramentas essenciais para o entendimento do sistema sociocultural daquelas populações. No entendimento de Serpa, mesmo que a Equipe não dominasse a metodologia antropológica e não possuísse conhecimento teórico sobre a mesma, o trabalho que desenvolviam, em certa medida, exibia com fidelidade as preocupações que rondavam os estudos etnográficos daquele período, ou seja, as relações de contato.

Castro Faria<sup>223</sup> informou que a criação, em 1939, da Faculdade Nacional de Filosofia, no Distrito federal, foi acompanhada da reorganização de todas as suas disciplinas. Medida que gerou a sua reprodução por todos os estabelecimentos de ensino superior de Ciências Sociais distribuídos no território nacional, onde um padrão único de ensino foi estabelecido a partir de 1940. A organização implantada pelo Estado para aqueles cursos adotou como base de conhecimento principal a Geografia e a História, ficando as disciplinas de Antropologia, Sociologia e Etnografia em plano secundário. Castro Faria argumentou que esta medida esteve relacionada à hegemonia que a Geografia havia alcançado durante o Estado Novo, desfrutando de prestígio acadêmico, como forma privilegiada de conhecimento, visto que era usada como elemento de dominação. Levando em consideração a argumentação de Castro Faria é possível deduzir a associação entre Geografia e Antropologia. Estando a prática antropológica ancorada no espaço, locais onde as manifestações socioculturais se davam, com o mapeamento do terreno promovido pela Geografia, os grupos e comunidades por ela localizados acabavam se tornando “sujeitos de estudo” da antropologia. Esta prerrogativa lançada pelo curso de Ciências Sociais foi para Castro Faria, o motivo da ênfase dada aos estudos de comunidade, em voga na década de 1940.

---

<sup>223</sup> CASTRO FARIA, Luis de. *A Antropologia no Brasil*, p. 8.

Entre as comunidades que foram objeto de observação estavam as indígenas. À medida que as Instituições universitárias organizavam seus cursos, dando início a uma série de pesquisas, e tendo como base metodológica a “pesquisa de campo”, a atenção dos novos cientistas sociais voltou-se para as populações indígenas. Afinal eram muitas, distribuídas por todo o território nacional, e seu conhecimento, grosso modo, até aquele momento era fruto de descrições organizadas por “exploradores” estrangeiros ou “sertanistas” como Rondon, cuja metodologia de coleta de informação já estava superada. Esta situação, associada ao discurso vigente na época, que dava como certo o desaparecimento das populações indígenas, como resultado de doenças endógenas ou por sua assimilação à sociedade nacional, acabou reforçando a escolha daquelas populações com “sujeito de estudo”.

Diante de tal prerrogativa, e do grande número de povos cujo registro do seu conjunto cultural ainda não havia sido feito, tornou-se imprescindível inventariar o maior número possível de culturas indígenas. Como decorrência imediata da associação entre “índio” e “extinção”, os estudos sobre aculturação, contatos interétnicos ou desaculturação, foram os que mais passaram a despertar interesse. Schaden, em 1969, argumentou que: “até 1949 não dispunha a Etnologia Brasileira de nenhuma obra que encarece uma cultura tribal em seu conjunto do ponto de vista das reações ao contacto com a civilização, ou melhor, com as subculturas rurais do interior do país”.<sup>224</sup> O SPI e o CNPI estavam cientes daquela tendência e Serpa procurou capitalizar o primeiro por meio dos trabalhos que vinham sendo desenvolvidos pela Seção de Estudos, principalmente das fotos e filmes, os transformando em material científico. Mas a chegada de 1946, interromperia parcialmente o curso das atividades exploratórias realizadas pela Equipe. Contudo os discursos de Serpa sobre os produtos já recolhidos continuariam visando promovê-los àquela condição.

---

<sup>224</sup> SCHADEN, Egon. *Aculturação indígena*, p. 15.

## 5. Enfim uma nova fase

### 5.1. A queda do Estado Novo e seus reflexos na Seção de Estudos

Com a queda do Estado Novo em outubro de 1945 o Brasil retornou à vida democrática. No início de 1946, um conjunto de deputados e senadores foi eleito para formar a Assembleia Constituinte, visando à nova Constituição que substituiria a de 1937. No decorrer dos debates travados no senado, o então senador Teixeira de Vasconcelos<sup>225</sup>, representante do Estado de Alagoas, apresentou um projeto de lei que reconduzia a Igreja como mais um núcleo a auxiliar o Estado nos trabalhos de educação dos índios.

A possibilidade de inclusão na Constituição Federal de um artigo que viesse dividir a responsabilidade pela educação das populações indígenas com a Igreja, para as agências indigenistas representava um retrocesso na condução daquela questão, que com a criação do SPI, teria sido interrompida. Significava também a divisão do orçamento destinado àquelas ações, entre o Estado e a Igreja. Ambos inconvenientes para o SPI, que já vinha trabalhando com um orçamento baixo para desenvolver sua política assistencialista. A proposta representava uma maior redução de suas verbas e a perda do controle sobre as populações indígenas.

Este foi o primeiro reflexo sentido pelas agências após o fim do Estado Novo, que as obrigou a se movimentarem a fim de interromper aquele processo, que em parte foi “aliviado” em junho daquele ano, pela pacificação dos índios Xavante. Fato que afastou temporariamente as preocupações dos agentes do SPI das atividades dos congressistas, e lhes deu um novo fôlego, visto que tal ocorrência a colocou na ordem do dia tanto pela imprensa nacional quanto

---

<sup>225</sup> Cícero Teixeira de Vasconcelos era padre ordenado em 1915 e devido aos seus conhecimentos de filosofia, teologia e direito canônico, atuou como professor e assim deu início a sua ascensão na hierarquia da Igreja Católica. Foi capelão em diversas igrejas até ser nomeado cônego de Santa Rita, AL (1945). Durante o Estado Novo, foi membro do Conselho Administrativo do Estado de Alagoas (1942-1945), quando foi eleito como senador para a Assembléia Constituinte pelo Partido Social Democrata (PSD). Se mantendo na vida pública, como senador, até 1955.

internacional. E a Seção de Estudos foi o local para onde todos, interessados em maiores detalhes sobre o assunto, se encaminharam.

*Mais que nunca o SPI, em 1946 esteve constantemente na ordem do dia da imprensa, vencendo mesmo competições de aspectos mais sensacionais para o noticiário do país, pois que, de fato, foi um ano repleto de acontecimentos políticos e sociais de relevância para a política indigenista deste Serviço, máxima devido a pacificação dos Índios Chavantes.<sup>226</sup>*

A pacificação dos índios Xavante além de colocar na mídia, de modo positivo, as atividades que vinham sendo desenvolvidas pelo SPI, também acabou avolumando os trabalhos da Seção de Estudos, principalmente de sua equipe etnográfica que ficou responsável pela revelação e reprodução fotográfica das imagens registradas durante o processo de pacificação; então encaminhadas por Francisco Furtado Soares de Meireles, responsável por aquelas ações. Como local onde as imagens e a difusão das notícias sobre aquele “evento” eram distribuídas, para a Seção de Estudos se voltou, além de um número significativo de agentes publicitários, um considerável número de profissionais ligados à temática indígena. Até então os trabalhos desenvolvidos pelo SPI não lhes havia causado interesse.

*Entre professores, cientistas, técnicos e intelectuais, destacando-se figuras de renome universal, professores e historiadores de alto conceito cultural no Brasil, e figuras do magistério universitário e secundário do Rio de Janeiro, além de artistas, jornalistas, representantes oficiais de vários países da Europa, interessados em enviar notícias e documentos foto-cinematográficos dos índios brasileiros. O Departamento de Publicidade do Ministério da Agricultura muito se interessou pelo problema Chavante, solicitando insistentemente todos os dados que dessem satisfação à curiosidade pública, dada a avidez com que se esgotavam as edições dos jornais que estampavam o assunto. A SE procurou satisfazer integralmente a esses reclamos, ensinando tudo que lhe pareceu suficiente digno de instruir, ilustrar e encaminhar a publicidade para as interpretações correntes dos problemas indigenistas brasileiros ainda tão mal compreendidos e tão deturpados.<sup>227</sup>*

As colocações de Serpa além informar sobre a variada classe de profissionais que se deslocaram para a Seção de Estudos, também iluminaram outras questões que esclarecem a situação na qual se encontrava o SPI no plano

<sup>226</sup> Relatório Anual da Seção de Estudos, de 1946. MF. 335, FG. 963. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>227</sup> Relatório Anual da Seção de Estudos, de 1946. MF. 335, FG. 963. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

político e dos seus contatos sociais. No plano político mais amplo, suas palavras deixam entrever que a prestação de serviço que o SPI vinha promovendo não atendia às expectativas do Estado, situação que provocou um dos constituintes a levantar a hipótese de inclusão de uma lei que colocasse a Igreja como mais uma agência responsável pela condução da educação indígena; ideia que com a pacificação dos Xavante ficou arrefecida. No plano político interno, que envolvia as relações entre o SPI e o Ministério da Agricultura, os comentários de Serpa deixam claro, pela observação que fez sobre o interesse do Departamento de Publicidade daquele Ministério, que até aquele momento pouco ou quase nada que dizia respeito ao SPI foi digno de atenção por parte daquele Departamento, que, grosso modo, traduzia os interesses do Ministério; o que leva a crer que dentro de sua estrutura administrativa o SPI dispunha de pouco prestígio. No plano interno da agência, a pacificação dos Xavante possibilitou a sua inserção, de modo positivo na mídia. Até então as notícias que circulavam a seu respeito ressaltavam sua ineficiência na condução da política indigenista, opinião que traduzia, em parte, os sentimentos de agentes envolvidos com a questão indígena.<sup>228</sup> Já no plano social, o fato possibilitou ao SPI estabelecer ligações com agentes e agências até então distanciadas de seu relacionamento.

Outra consequência que o novo governo trouxe para Seção de Estudos foi a interrupção das suas atividades expedicionárias. No final de 1945, Vargas havia dado autorização para que a Equipe Etnográfica promovesse uma nova viagem. Mas com o golpe militar e a sua destituição, o cenário político foi reconfigurado. Manoel Neto Carneiro Junior assumiu a pasta da agricultura, e, entre as medidas que tomou, reduziu a verba orçamentária do SPI e cancelou a autorização já dada por Vargas para a viagem da Equipe.

Com objetivo de contornar pelo menos aquele problema e manter a equipe em campo, os agentes do SPI procuraram uma solução e a encontraram junto à Fundação Brasil Central. Instituição criada em 1943 com objetivo de promover o

---

<sup>228</sup> A pacificação dos índios Xavante trouxe desconforto para um grupo de etnólogos da época porque marcava de modo claro a apropriação das terras ocupadas por aqueles índios pelo Estado. Entre aqueles estava Hebert Baldus que se manifestou publicamente sobre o assunto. Ver: **PASSADOR**, Luiz Henrique. *Hebert Baldus e a antropologia no Brasil*, 2002.

povoamento e mapeamento do norte e centro oeste do Brasil, cujos trabalhos vinham desde então sendo articulados com o apoio do SPI. Diante do impedimento para que uma nova viagem fosse realizada pela Equipe Etnográfica, o diretor do SPI procurou ampliar os acordos com aquela Fundação, incluindo na equipe responsável pelo mapeamento dos terrenos para a Fundação um dos técnicos da Seção de Estudos. Medida que tanto possibilitava dar continuidade às pesquisas etnográficas quanto manter ativo os trabalhos da SE. Sobre o assunto Serpa fez o seguinte comentário:

*para os trabalhos de sertão houve mudança de plano em virtude de não poder ir ao Xingu a Equipe Cinefotoetnográfica, não obstante a confecção do plano de trabalho, a aprovação da Diretoria e a autorização inicial de S. Excia. o Sr. Ministro que, posteriormente, por determinação da Presidência da República, mandou reconsiderar aquele despacho.*<sup>229</sup>

Como integrante da equipe da Fundação Brasil Central foi designado o cinegrafista Nilo Velloso, como responsável técnico da Equipe Etnográfica, e com três visitas feitas aquela região era o que reunia as melhores condições para realizar as pesquisas propostas pela Seção de Estudos. Velloso partiu em agosto de 1946 em direção ao rio Tanguro, afluente da margem direita do rio Colisevu, para alcançar os índios Kalapalo. Além da incumbência de produzir fotos e filmes cujas cópias foram encaminhadas à Fundação, ele também teve que organizar uma coleção etnográfica e promover o levantamento de uma lista do vocabulário daqueles índios, material que atendia aos interesses do CNPI.

Se por um lado a falta de verbas inviabilizou a viagem da equipe etnográfica, por outro dinamizou a organização interna da Seção de Estudos. Até aquele momento as atividades de classificação e reprodução do acervo fotográfico e fílmico eram realizadas durante os intervalos das viagens. A suspensão daquela atividade obrigou aos integrantes da Equipe a se voltarem para aquele tipo de trabalho. O relatório anual da Equipe para o ano de 1946<sup>230</sup> registrou os seguintes trabalhos executados: fotografia de 1.158 objetos etnográficos, de um total de

<sup>229</sup>Atividade de intercâmbio da SE em 1946. MF. SPI 2A, FG. 1789. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>230</sup>Relatório das Atividades do Estúdio da Seção de Estudos do SPI. MF. 335, FG. 980 – 983. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

1.400 peças que já compunham o acervo etnográfico da SE. Providenciaram a revelação de antigos negativos e fizeram cópias de fotos que acompanhavam os relatórios. Promoveram a elaboração de slides para serem projetados em instituições de ensino e iniciaram os trabalhos de revelação e arquivamento do material oriundo da viagem ao Xingu, de 1945. Aproveitaram ainda para executaram as ampliações fotográficas e a elaboração de slide para distribuição e divulgação. Deram continuidade ao trabalho de registro e numeração das peças etnográficas, criando o “fichário etnográfico” que passou a contar com 520 fichas, separadas por etnia e assunto.

A permanência da Equipe na capital federal e os trabalhos que realizou sobre os acervos os aproximou mais daqueles materiais, o que viabilizou o diagnóstico com relação ao seu estado de conservação. Estava ficando claro que em curto prazo os negativos, filmes e objetos etnográficos desapareceriam se providências urgentes não fossem tomadas para preservá-los. Os dois primeiros devido à sensibilidade dos seus suportes, o último devido à ameaça dos cupins que haviam atacado as prateleiras onde as peças se encontravam expostas. Para melhoria das condições físicas dos laboratórios Serpa providenciou uma reforma naqueles ambientes, que contou com a substituição de armários e estantes danificadas, e significou um rearranjo dos objetos que vinham sendo expostos naquele local. No entanto a documentação não informou quais e como foram rearranjados os objetos etnográficos, mas tal medida impediu que parte do material exposto e estocado viesse a ser perdido.

Paralelamente às reformas dos laboratórios e das salas de exposição e do acervo etnográfico, a Seção de Estudos deu início, em março, aos preparativos para as comemorações do Dia do Índio, inseridas em sua grade de trabalho como “atividade de rotina”. Em 1946 organizou o evento mantendo o protocolo dos anos anteriores. A exposição etnográfica teve lugar no Ministério da Educação e Saúde, mas a documentação não trouxe maiores menções a seu respeito, de novo apenas o lançamento da pedra fundamental da Casa do Índio como parte do evento, buscando resolver a antiga pendência que até aquele momento mantinha-se sem solução.

A ideia de construção da Casa do Índio não esteve relacionada com as atividades que a Seção de Estudos vinha desenvolvendo, nem visava ampliar sua área de atuação. Mas sua implantação resultaria na sua redefinição, pois o projeto acolhia a criação do Museu Indígena, primeira iniciativa tomada até então pelas agências para a criação de uma instituição museológica. O projeto da Casa do Índio também serviu como base para a idealização do futuro do Museu da agência, pois ela acolheu um museu cujo modelo foi efetivado na inauguração do Museu do Índio em 1953.

A Casa do Índio era uma construção para abrigar as agências indigenistas e começou a ser idealizada em 1941 quando Rondon negociou com o então membro do Conselho e diretor do Serviço Florestal e do Jardim Botânico, João Augusto Falcão de Almeida e Silva a transferência de uma parte do terreno pertencente ao Jardim Botânico para o CNPI. A intenção era construir naquele espaço um edifício para abrigar os índios em trânsito. Rondon informou que a escolha do local partiu do então diretor do DASP, Simões Lopes, que via utilidade em reunir em um só lugar as agências indigenistas. Em princípio aquela transferência não encontrava obstáculos, além do terreno se encontrar desocupado, ambos, CNPI e Jardim Botânico, fazia parte do Ministério da Agricultura, o que reduziria a burocracia do processo de transferência de titularidade do terreno em questão.

Nos relatórios anuais do CNPI é possível realizar um levantamento sobre o início daquela ideia. Segundo aqueles documentos, Rondon vislumbrou a construção da Casa do Índio desde a criação do SPI em 1910. Naqueles primeiros anos de funcionamento da Agência ele já havia buscado construir, na capital, um local para hospedar os índios em trânsito que buscavam auxílio do órgão para a solução de seus problemas, principalmente aqueles relacionados com disputas de terras. Comentou ainda que quando foi diretor do Serviço, chegou a mandar elaborar um “desenho arquivado de um projeto para ‘Alojamento de Índio’”.<sup>231</sup> Em sua visão aquele antigo problema continuava sem solução, pois, ao receber índios em trânsito, o SPI era obrigado a encaminhá-los aos albergues para mendigos.

---

<sup>231</sup> Relatório Anual do CNPI, de 1944. MF. 1C-CNPI, FG. 2108. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.



Em quatro de dezembro de 1944 Rondon encaminhou um ofício para o então Ministro da Agricultura, Dr. Apolônio Salles, solicitando a transferência daquela faixa de terra do Jardim Botânico para a esfera do CNPI para que ali fosse construída a “Casa do Índio”. Neste documento Rondon omitiria que um dos objetivos da Casa era o de solucionar o problema de hospedagem de índios em trânsito. Argumentaria a favor da transferência e posterior construção, e das vantagens pragmáticas do projeto.

*Como se vê, as grandes distâncias existentes entre as instalações acima enumeradas dificultam o contato permanente que deve haver – a bem da eficiência do serviço – entre chefe e servidores. No entanto, não é apenas essa circunstância que aconselha a centralização de todas as seções e serviços superintendidos pelo Conselho. Além disso, as instalações mencionadas foram mantidas com caráter provisório por ocasião da criação do Conselho, razão pela qual atualmente são insuficientes para atender as necessidades efetivas. Como exemplo inequívoco disto, podem ser enumerados as seguintes: 1) A sala onde está instalada a biblioteca do CNPI já não dispõe de espaço para mais estantes, sendo que mesmo fora dela é necessário colocar livros. É conveniente notar que no momento, este Conselho possui duas bibliotecas, isto é, além da já escrita, conta com outra constituída pela coleção pertencente ao acervo da antiga Comissão Rondon (Serviço de conclusão da Carta de Mato Grosso). Outro exemplo é constituído pelo fato de numa das salas da secretaria, ter sido necessário guardar, durante certo tempo, por absoluta falta de espaço, vários pneus, câmaras de ar, caixas e latas de combustível, vassoura, etc. Este conjunto de circunstância apreciado que foi oportunamente, levou a chefia deste Conselho a estudar a possibilidade de ser construído um edifício especial para a localização de todas as instalações do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, edifício este que seria denominado Casa do Índio.<sup>232</sup>*

Rondon relacionou também, a favor da construção do edifício, as vantagens “científicas”, visto que ele concentraria todos os núcleos que compunham aquelas agências, entre elas a “Biblioteca e o Museu Indígena, onde os cientistas e os especialistas poderão encontrar elementos seguros de pesquisas e estudos de etnografia, etnologia e antropologia, tudo concernente aos nossos *anerabas-brasilíndios*”.<sup>233</sup>

Em 1945, Ângelo Gurgel, então engenheiro do Ministério da Agricultura, apresentou a Rondon a planta baixa do edifício que contava com três pavimentos,

<sup>232</sup> Relatório Anual do CNPI, 1944, p. 119. Documento original. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>233</sup> Idem. FG. 2228. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

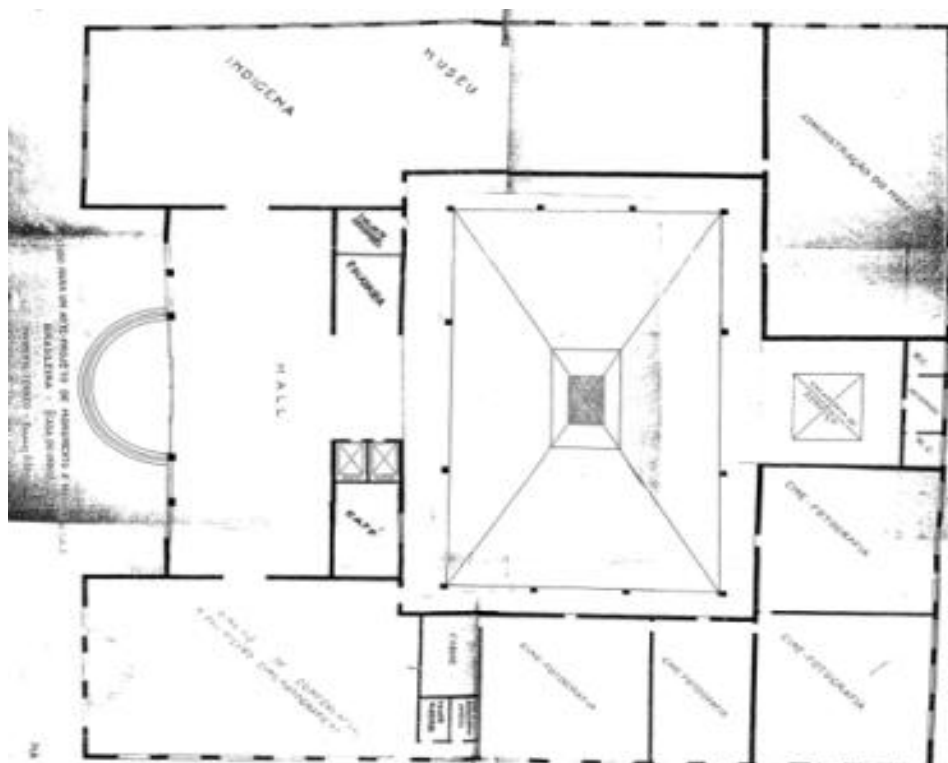
cuja distribuição seguia a hierarquia institucional. No térreo ficavam localizados o museu indígena, sua administração e seus núcleos de apoio, tais como: sala de projeção e laboratório fotográfico, auditório, toaletes e um café. No segundo pavimento, o SPI e suas respectivas seções e, no último, o CNPI e os serviços de Carta de Mato Grosso.

De posse do projeto, o DASP foi acionado para calcular o custo da construção, repassado então para o Ministério da Agricultura com objetivo de ser incluído no orçamento da União do ano subsequente. Com o fim do Estado Novo o processo de construção da Casa do Índio foi interrompido. A situação política estabilizada, em 1946, levou Rondon a insistir na questão, encaminhando um novo ofício para o ministro da agricultura, solicitando a assinatura do documento que efetivasse a transferência de titularidade do terreno.

Antes que tal ofício fosse respondido, Rondon organizou uma cerimônia para o lançamento da pedra fundamental da construção da Casa do Índio, a fim de pressionar o Ministério a assinar o documento e assim garantir uma solução positiva para as agências. Para que o lançamento ganhasse mais vulto, foi incluído dentro das comemorações do Dia do Índio, marcando o seu encerramento. Na ocasião esteve presente, e assinou a Ata de lançamento, o Ministro da Educação e Saúde, Souza Campos, além dos representantes dos ministros da agricultura e da justiça, o diretor do Serviço Florestal, Pimentel Gomes, o ex-presidente do DASP, Luis Simões Lopes, amigos e convidados dos diretores de ambas as agências. A documentação apontou que dentro das comemorações do Dia do Índio este teria sido o evento que teve maior repercussão na imprensa local, gerando um volume significativo de publicidade para ambas as agências.

Diante de tamanha repercussão era de se esperar que a partir da “pressão” que vinham fazendo as agências, junto ao Ministério da Agricultura, uma solução para aquela questão, em curto prazo, ocorreria. Contudo o objetivo não seria tão fácil de ser atingido. A demora na assinatura da transferência do terreno e o corte promovido pelo Ministério da Agricultura às agências não foram os únicos obstáculos. Durante o período em que o processo passou em tramitação, ou parado pelo excesso de burocracia, a faixa de terra destinada à construção da

Casa do Índio começou a ser ocupada pelo Jardim Botânico. Vários prédios foram construídos, diminuindo tanto as chances das agências em relação aos seus objetivos, quanto o tamanho do terreno disponível para aquela construção.



234

O projeto de construção da “Casa do Índio”, como a primeira iniciativa conjunta das agências na criação de uma instituição museológica, mesmo que não tenha tido o desdobramento esperado, definiu a organização do futuro museu que não ficaria restrito ao ambiente da exposição. Ele seria composto de sala de projeção e de um laboratório fotográfico como núcleo de apoio, um complexo de atividades cujo modelo ainda não havia similar entre as instituições museológicas de então. Além de apresentar um modelo original de organização, contava ainda

<sup>234</sup> Foto 47 - Reprodução fotográfica da planta baixa do primeiro pavimento da “Casa do Índio”, apresentando o espaço destinado ao “Museu Indígena”, retirada do Relatório Anual do CNPI de 1953. MF. 2B, S/FG, anexo 14. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

com um espaço social traduzido pelo “café”, evidenciando uma proposta ousada para os padrões da época, que transformaria a futura instituição museológica em um centro de cultura e lazer. Modelo organizacional efetivado em 1953 com a abertura do Museu do Índio.

## 5.2. Uma Seção Científica

Findo o primeiro ano do novo governo, e contornado alguns problemas referentes ao funcionamento e às atividades da Seção de Estudos, o ano de 1947 chegou trazendo para o SPI mudanças significativas. A primeira foi à nomeação de um novo nome para a sua diretoria, medida que para Seção de Estudos representou um “divisor de águas”, visto que viabilizou o ingresso de dois agentes especializados em etnologia indígenas para atuarem no seu interior, foram eles: Darcy Ribeiro e o linguista Max Boudin. Mas aquelas contratações estavam relacionadas ao processo de mudanças que vinha ocorrendo, a nível interno, desde 1944 marcadas inicialmente pela contratação de Serpa e pela redefinição e ampliação das atividades da Seção estabelecida por José Maria de Paula, então diretor do SPI. E, em nível nacional, pela saída de Vargas em 1945 e o início do governo de Dutra.

Serpa, como chefe da Seção de Estudos, vinha insistindo pela contratação de cientistas sociais. Profissionais, segundo ele, indispensáveis para a produção do conhecimento sociocultural dos povos indígenas, e base fundamental para a elaboração de políticas públicas eficazes voltadas para aquelas populações. Nos documentos administrativos produzidos por Serpa, se destacam suas constantes queixas sobre a carência de profissionais especializados para atuarem na Seção de Estudos.

*Não obstante cumpro o grato dever de vos informar que a S.E., se ainda não teve os favores de uma lotação adequada e indispensável pode, no entanto, cumprir as determinações regimentais tão somente dados ao espírito de dedicação e trabalho de todos os seus poucos auxiliares.*<sup>235</sup>

---

<sup>235</sup> Relatório anual da Seção de Estudos - SE de 1946. MF. 335, FG. 956. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

Os apelos de Serpa pela contratação de profissionais especializados estavam relacionados, em certa medida, a um movimento tanto continental quanto nacional, dos quais o SPI não se encontrava alheio. Para o primeiro, a criação do Instituto Indigenista Interamericano serve como referência e, para o segundo, pelo crescimento e difusão das pesquisas antropológicas que vinham sendo desenvolvidas pelas comunidades científicas, principalmente aquelas estabelecidas nos centros universitários implantados na década anterior. Temos aí alguns elementos para entender a tomada de posição de Serpa a favor do ingresso na Seção de Estudos de novos funcionários, principalmente de agentes que pudessem desenvolver atividades de pesquisas científicas voltadas para o entendimento da realidade indígena, produto que colocaria o SPI em posição de igualdade com os institutos de pesquisa. Até porque, em seu entendimento, era o SPI a única agência estatal em contato direto com aquelas populações, e nesta posição era natural que promovesse pesquisas sobre as comunidades que atendia.

*Obter de técnicos e especialistas, devidamente credenciados, as realizações de pesquisas de suas especialidades no âmbito da Antropologia Cultural, junto as tribos controladas pelo SPI ou de outras que a isso não se oponham.*<sup>236</sup>

A carência de estudos etnográficos realizados pelo SPI não impedia apenas a elaboração de programas assistencialistas mais eficientes para a aceleração do processo de integração dos índios aos meios de produção rural, mas também retardava a política de intercâmbio entre o SPI e as instituições de pesquisas. E a troca de publicações era o meio pelo quais as relações entre instituições científicas eram estabelecidas, viabilizando a inserção tanto da instituição produtora da pesquisa, quanto do pesquisador, na comunidade científica, tornando-os referência dentro do campo antropológico.

*Como complemento das atividades de propaganda do SPI enviou esta SE, a todos que lhe solicitaram, as publicações de que dispunha, perfazendo um número bem razoável, dada as condições precárias em*

---

<sup>236</sup> Relatório anual da Seção de Estudos – SE de 1946. MF. 335, FG. 967. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

*que se encontra na esfera de produção, impressão e distribuição de impressos de todos os gêneros, referentes ao SPI, em virtude de não possuir ainda organizado este serviço por falta de pessoal, verba e locais apropriados.<sup>237</sup>*

No entanto, o ano de 1947 não ficaria marcado na memória oficial do Serviço apenas pelo ingresso no corpo funcional da Seção de Estudos de agentes especializados em etnologia indígena. A memória retida nos documentos oficiais informou que uma série de mudanças administrativas ocorreu na Instituição.

Em janeiro de 1947, Daniel Sarapião de Carvalho assumiu o Ministério da Agricultura. O início de sua gestão foi marcado por uma renovação nos quadros de direção do Ministério que atingiu o SPI. Paula, então diretor do Serviço desde 1944, foi exonerado e em seu lugar assumiu Modesto Donatini Dias da Cruz – funcionário de carreira do Ministério da Agricultura com curtas passagens pelo SPI como substituto de Paula na direção do Serviço. A documentação indicou que, ao contrário de Paula, Donatini não possuía vínculos afetivos com o SPI, nem com a Comissão Rondon, característica dos antigos diretores do Serviço, o que nos leva a inferir que ele também não os tinha com Rondon, personagem que até aquele momento monopolizava as ações do SPI.

Esta mudança na direção do Serviço foi significativa. As mudanças já se anunciavam quando, em 1944, foi posta em xeque a capacidade de Rondon em manter à frente do Serviço um nome referendado por ele, pronunciada durante a saída de Vasconcelos e a entrada de Paula. Rondon não conseguiu indicar um dos seus antigos colaboradores para assumir a direção do Serviço, que foi entregue a um burocrata do Ministério, marcando o início da desocupação das posições estratégicas do Serviço com agentes envolvidos ideologicamente com Rondon. Este episódio, somado a outros, tais como: a não inclusão na estrutura do Conselho das duas seções por ele solicitada, as perdas sucessivas de verba para o Conselho e a não transferência do terreno para a construção da Casa do Índio, deixam claro sua gradativa perda de prestígio político junto ao Ministério da Agricultura. E, não sendo Donatini um nome ligado à estrutura do SPI, as relações

---

<sup>237</sup>Relatório anual da Seção de Estudos – SE de 1946. MF. 335, FG. 960. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

com o CNPI deixariam de apresentar um caráter personalista para assumir um caráter mais tecnocrático.



238

A posse de Donatini no Conselho ocorreu de forma inusitada. Até aquele momento o CNPI, presidido por Rondon, vinha mantendo o protocolo, dando posse aos novos membros do Conselho sempre em sessão solene, na qual Rondon proferia um discurso pontuando o grau de envolvimento do recém-empossado com a questão indígena. No caso do diretor do SPI era evidenciando seu passado sertanista como funcionário da Comissão Rondon ou como funcionário do Serviço. Entretanto, a posse de Donatini diferiu do modelo original. Ocorrida em 24 de janeiro de 1947, durante a 2ª. Sessão do Conselho foi marcada pelo discurso de despedida de Paula proferido por Rondon e de outros, proferidos por outros

---

<sup>238</sup> Foto 48 - Modesto Donatini Dias da Cruz, 1948. Foto de Domingos Lamônica. Serviço de Registro Audiovisual do Museu do Índio.

membros do Conselho. Não houve uma apresentação formal de Donatini por parte de Rondon aos outros integrantes do Conselho, como também não houve uma sessão solene, previamente organizada, para lhe empossar naquele órgão. Ao contrário, Donatini foi recebido no novo ambiente onde as qualidades do antigo diretor foram exaltadas.

A situação na qual foi exposto nos permite deduzir que aquele momento foi dedicado para sinalizar Donatini de duas questões: que ele deveria conduzir as ações do SPI, respeitando o modelo já consagrado pelos antigos diretores; e ainda chamar-lhe a atenção para os vínculos entre SPI e Conselho, que se baseavam em laços afetivos, construídos durante décadas. Portanto, a hierarquia entre as agências deveria respeitar este “envolvimento”, onde Rondon era o personagem de maior relevância.

*Quero que nos recordemos daquela sessão memorável em que o nosso colega ilustre Conselheiro – Dr. José Maria – apresentava o relatório de seus trabalhos a respeito dos Chavante e em que ele, quase afônico, tanto nos empolgou que nem deparamos com o estado físico do nosso colega. **Tinha este quadro na retina, quando se esboçou a perspectiva de sua substituição no cargo de diretor do SPI. Foi assim que eu vi, dum momento para o outro, corvejarem em torno do cargo e eu vi periclitando a grande obra do SPI. Lembro-me ainda do estado nervoso do nosso presidente, quando se falava na substituição de José Maria de Paula. Mas tivemos grande sorte. Para nossa felicidade apareceu Modesto Donatini. Não tive dúvida de que a obra de V. Exa não estava nem si quer abalada. Sr. José Maria, podeis ir tranqüilo e satisfeito, porque a vossa obra será continuada, mantida, estudada e estudada com o mesmo carinho que José Maria de Paula sempre lhe dispensou** (grifo do autor).<sup>239</sup>*

Aquela sessão não ficou marcada apenas pela “inovação” no modelo de posse do novo Conselheiro, também ficou marcada pela conduta de Donatini, que aproveitou a ocasião para sugerir ao Conselho a criação de uma pauta de discussão dos problemas indígenas, até então inexistente ou organizada à medida que os problemas chegavam à presidência do Conselho ou da diretoria do SPI. Em sua visão era atribuição do Conselho sugerir temas e colocá-los em discussão, juntamente com os casos mais relevantes encaminhados pelo SPI. Como sugestão

<sup>239</sup> Relatório Anual do CNPI de 1947. MF. 279, FG. 1271. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.



de pauta, já como membro do Conselho, colocou a necessidade de se proceder ao recenseamento indígena. Defendeu a sua ideia argumentando que, a partir dos dados levantados com o censo, era possível se proceder a uma melhor distribuição de verbas para as várias Inspetorias e Postos Indígenas, visto que até aquele momento as verbas concedidas àqueles núcleos não levavam em conta o número de índios por eles assistidos e o grau de desenvolvimento dos Postos. Donatini ainda apela para o aproveitamento daqueles dados, tanto em nível prático como técnico e científico.

De fato, se os argumentos de Donatini expressassem suas verdadeiras intenções, a promoção do censo indígena traria resultados que tanto atenderiam às ordens práticas, pela melhor distribuição de verbas, quanto à área científica, pois se formalizaria em dados concretos o contingente indígena distribuído no território nacional. Mas a necessidade de efetivar o censo indígena visava na realidade saber o quantitativo indígena disponível para o trabalho, e a atividade econômica que aquele contingente praticava. Tais informações possibilitariam a criação de medidas para promover o aumento na verba do “patrimônio indígena”, ou seja, rendas obtidas por meio do trabalho indígena, geridas pelo SPI e alocadas, conforme a necessidade, em outros postos cujos resultados financeiros não supriam a demanda do posto. A intenção de aumentar o volume desta verba estava relacionada à necessidade do SPI de continuar funcionando cada vez mais independente de verbas públicas. Medida que vinha sendo colocada em prática, de modo indireto, pelos constantes cortes no orçamento da agência que, mesmo apontando como motivo de seus poucos resultados aquelas medidas, no entanto não impedia seu funcionamento, já que a renda do “patrimônio indígena” cobria parte de seus gastos.

Donatini colocou a sua sugestão em um documento distribuído aos membros do Conselho, mas sua proposta não logrou êxito; não foi sequer colocada em discussão durante as reuniões subsequentes. Diante de tal indiferença, Donatini tomou nova medida. Encaminhou um novo documento ao presidente e membros do Conselho. Além de fazer alusão ao anterior, acrescentou um novo tema, que, segundo ele, estava imbricado ao primeiro: educação indígena.

*Quero que me permitam dizer que esta segunda tese se encadeia, mediata e imediatamente, a primeira, porque versam ambas assuntos intrinsecamente presos a população indígena.<sup>240</sup>*

No entendimento de Donatini, a partir do momento que se soubesse o número de índios assistidos pelo SPI, suas idades e interesses, dados que seriam fornecidos pelo censo, era possível projetar escolas em número suficiente e destinar a elas verbas adequadas a seu funcionamento. A ideia era atender nestes espaços a públicos variados, como o infantil, juvenil e adulto, de ambos os sexos. Para cada categoria haveria um tipo de educação diferenciada, com utilização de material didático próprio e humano especializado. Neste mesmo documento Donatini informou que Serpa, como chefe da Seção de Estudos, estava dando início a um levantamento do problema educacional indígena. Contou com a ajuda de uma pedagoga graduada pela Universidade do Brasil, buscando relacionar os melhores métodos de ensino para aplicá-los nas comunidades indígenas.

A nova proposta de Donatini visava atingir seu primeiro objetivo, já que a forma como o defendeu não sensibilizou os membros do Conselho. Diante de tal “silêncio”, procurou articular aquela proposta com outra que versava sobre a política educativa, acreditando que aquele tema encontraria ressonância entre os membros do Conselho para que aderissem ao seu projeto. Contudo, o novo tema apresentado por Donatini abriu a oportunidade para que o CNPI recuperasse uma proposta semelhante a entregue ao Conselho por um de seus conselheiros.

Em 1944 o conselheiro Boaventura da Cunha encaminhou um projeto educacional intitulado “Educação para os silvícolas”, para ser apreciado pelos integrantes do Conselho. Sua proposta educacional representava uma tentativa de modificação do modelo de ensino até então adotado pelo SPI nas comunidades indígenas. O projeto exibia elementos pedagógicos oriundos dos métodos Montessoriano e da corrente do pragmatismo-instrumentalista americano defendido por John Dewey, mas o que mais chamava a atenção era a incorporação do escotismo do inglês Baden Powell. Cunha defendia a implantação deste modelo de

---

<sup>240</sup> Relatório Anual do CNPI de 1947. MF. 279, FG. 1284. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

ensino “inovador”, denominado por ele de “Nova Escola”, pela possibilidade de aprendizado, tanto de crianças quanto de adultos, e de assimilarem o conteúdo das matérias por meio de um sistema de jogos e de atividades integradas ao meio social indígena. Mas até 1947 o projeto da “Nova Escola” ainda não havia sido incluído na “pauta” das discussões organizadas pelo CNPI. A partir da apresentação da proposta de Donatini sobre o mesmo tema, a proposta de Boaventura foi recuperada.

Rondon na 4ª. Sessão do Conselho, ocorrida em 13 de fevereiro, determinou que o assunto a ser discutido fosse a proposta de Boaventura, pois ela era anterior a proposta apresentada por Donatini. Aproveitou a ocasião para nomear a comissão responsável pelo seu estudo e elaboração do parecer técnico. Rondon, como presidente do Conselho, designou para cumprimento daquelas atividades Gal. Horta Barbosa, vice-presidente do Conselho, Gal. Boanerges Lopes de Souza, como relator, e Donatini, como consultor técnico. A hierarquia da Comissão já apontava para o seu desfecho final. Com a presidência da Comissão e o cargo de relator da proposta assumido por dois Generais e amigos pessoais de Rondon, era certo que a proposta seria aprovada. Na posição de consultor técnico, restava a Donatini apenas verificar a existência de verba no SPI para implantação do projeto.

A recuperação da proposta de Boaventura por parte do Conselho não foi o único fato, nem o mais grave, a iluminar as primeiras indisposições entre o SPI e o CNPI. Ao assumir a direção do SPI, Donatini promoveu, já nos primeiros meses de seu mandato, a substituições dos antigos chefes de Inspetoria, dos Postos indígenas e das Seções, por novos nomes. A documentação apontou que foram substituídos os chefes de todas as inspetorias que compunham o SPI.<sup>241</sup> Carlos Olímpio Paes substituiu o antigo chefe da Seção de Orientação e Assistência

---

<sup>241</sup> Assumiu a chefia da IR-1 Manoel da Rocha Vianna; da IR-2 Sebastião Moacir de Xerez; da IR-3 José Teodoro Mendes; da IR-4 Raimundo Dantas Carneiro; da IR-5 Carlos Olímpio Paes; da IR-6 Benjamim Duarte Monteiro; da IR-7 Paulino de Almeida; da IR-8 Nelson Perez Teixeira e para a IR- 9 recém instalada, foi nomeado José Maria Malcher, antigo chefe da IR 2. Ver: MF. 374; FGs. 25; 26; 29; 30; 31; 32; 526; 261 e 762.

(SOA)<sup>242</sup>, e naquela posição se tornou o pivô dos primeiros desentendimentos entre ambas as agências.

Paes, como chefe da SOA, tinha como incumbência realizar auditorias nas Inspetorias e encaminhar relatórios de suas inspeções à direção do Serviço. No início daquele ano, Paes viajou para a IR 5, cuja chefia estava, desde a década de 1920, entregue ao oficial da reserva, Gal. Nicolau Bueno Horta Barbosa, antigo correligionário de Rondon e irmão do Gal. Julio Caetano Horta Barbosa, vice-diretor do Conselho. Na ocasião da viagem, Paes foi acusado pelo Gal. Nicolau Barbosa de ter mandado jogar no lixo uma foto de Rondon, assim como teria lhe desrespeitado diante de seus funcionários. Este incidente foi denunciado ao Conselho pelo próprio Gal. Nicolau Horta Barbosa. Diante da denúncia o secretário do Conselho, Gal Boanerges de Souza, solicitou a Donatini que não só prestasse maiores esclarecimentos sobre o caso, como também exonerasse o servidor responsável pelo episódio, já que Gal. Nicolau Horta Barbosa além de ser um antigo servidor SPI era oficial da reserva, e naquele episódio a hierarquia militar havia sido quebrada.

Na 10ª Sessão do Conselho, de 22 de maio, Donatini prestou alguns esclarecimentos sobre o episódio, mas deixou claro que aquele assunto dizia respeito a sua administração, fugindo da esfera de atuação do CNPI. Diante desta colocação o secretário do Conselho contesta a posição assumida por Danatini, conforme mostra o trecho:

*Quanto a declaração do Diretor do SPI de ser o caso de sua exclusiva competência, interpretação que não é só da atual, mas de diretorias anteriores – discordo, pois que efetivamente a lei não é taxativa, mas a lei também diz que o Conselho deve cooperar com o SPI. Cabe a ele os estudos de todas as questões relativas a assistência e proteção dos índios. É portanto natural que o Conselho tenha conhecimento dos fatos da ordem do que está sendo apreciada.*<sup>243</sup>

---

<sup>242</sup> O Regimento Interno do SPI de 1945, que substitui o de 1942, transformou a Seção de Orientação e Fiscalização (SOF), então a cargo de Cel. Antonio Estigarribia até 1944, em Seção de Orientação e Assistência (SOA), chefiada após a saída de Estigarribia por Oswaldo Kneese. Em 1947 Kneese será substituído por Carlos Olimpio Paes.

<sup>243</sup> Relatório anual do CNPI, Ata da 10ª Sessão. MF. 279, FG. 1319. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

Este fato acabou gerando uma série de consequências. Primeiro o Conselho encaminhou um ofício ao Ministro da Agricultura solicitando a retratação, por parte da diretoria do SPI, ao Gal. Caetano Horta Barbosa. Como resultado imediato daquela solicitação, Donatini abriu um processo administrativo contra Gal. Júlio Horta Barbosa; a fim de apurar algumas irregularidades que haviam sido levantadas pelo chefe da SOA. Para que não houvesse interferência do Gal. no andamento do processo, Donatini o afastou temporariamente do seu antigo posto e nomeou, interinamente, Paes, pivô de toda a história.

*Levo também ao conhecimento de V. Ex<sup>a</sup> que, visando modificar os métodos adotados pela 5<sup>a</sup> Inspeção Regional, relativamente aos seus trabalhos técnico-administrativos, resolvi designar, para a Chefia daquela IR, um servidor que nela adotará a orientação que esta Diretoria está seguindo, visivelmente diversa da das administrações passadas do SPI e que, pouco a pouco, se uniformizará em todas as dependências deste órgão.<sup>244</sup>*

A situação levou o Gal. Nicolau Horta Barbosa a pedir, ao Ministro da Agricultura, exoneração do cargo de vice-presidente do Conselho. Neste episódio, Rondon procurou evitar o confronto direto com Donatini, se colocando em posição de neutralidade, e defendendo sua postura pelo fato de ter sido uma de suas fotografias o motivo dos desentendimentos. Mas pelo teor das atas do Relatório Anual do CNPI, percebe-se que Rondon, com anuência dos membros do Conselho, evitou pronunciar-se sobre o caso, optando por um afastamento estratégico, ciente que o momento político não era favorável a uma disputa com o SPI. A partir de então, os desentendimentos e desencontros entre o SPI e o Conselho se acirriaram.

Aquele episódio ocorreu no mês de março e seu desdobramento se estendeu por todo ano. Mas durante o mês de abril, dedicado às comemorações do Dia do Índio, as cisões entre o SPI e o CNPI ficariam mais evidentes. Como nos anos anteriores, o Dia do Índio foi transformado em Semana do Índio, e sua comemoração seguiu o mesmo protocolo dos anos anteriores. Como nos anos anteriores, houve apresentação de filmes, palestras e a montagem de uma

---

<sup>244</sup> Ofício de Donatini para o Gal., Rondon a respeito das apurações dos fatos ocorridos na IR5 datado de 9 de junho de 1947. MF. 374, FG. 269. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

exposição etnográfica. Contudo, naquele ano a exposição teve lugar em algumas salas do Museu Nacional, marcando não só as comemorações do Dia do Índio, mas também a reabertura daquela Instituição que se encontrava fechada desde 1941.

A postura assumida por Donatini naquela ocasião deixou claro que seus interesses eram outros. Como diretor do SPI não participou das comemorações do Dia do Índio promovidas na capital da República, e aceitou um convite feito por Hebert Baldus, então professor da Escola Livre de Sociologia e Política e chefe da Seção de Etnologia do Museu Paulista, para participar da primeira comemoração do Dia do Índio fora da capital federal. A iniciativa de Baldus, além de marcar a primeira comemoração daquela data pelo Museu Paulista, também buscava marcar a nova fase pela qual estava passando a Seção de Etnografia, agora sob o seu comando.

O convite de Baldus feito a Donatini naquele momento era providencial, Além de ser uma oportunidade de se retirar de “cena”, por um motivo nobre – seguir para São Paulo arrefeceria os ânimos entre as agências – abria também a possibilidade de travar relações sociais com o círculo antropológico de São Paulo. A ausência de Donatini nas comemorações daquela dada na capital federal oferece algumas leituras: marca a quebra de um protocolo instituído pelo CNPI desde a primeira comemoração do Dia do Índio, em 1943, onde as presenças do diretor do SPI e do presidente do CNPI eram obrigatórias para as ações políticas e culturais; reforça a ideia da pouca estima de Donatini ao grupo formador do Conselho, em certa medida também o afasta do Museu Nacional, co-patrocinador das comemorações do Dia do Índio daquele ano; além de demonstrar o alto interesse de Donatini, como diretor do SPI, em estabelecer contato com instituições científicas fora da capital federal e que, grosso modo, não eram “influenciadas” pelos representantes do Conselho.

Sobre as comemorações do Dia do Índio no Museu Paulista, Donatini informou que naquela ocasião foram inauguradas cinco salas do Museu Paulista, com a presença do representante do governador do Estado e de outras autoridades locais. Informou ainda que, por iniciativa da Escola Livre de Sociologia

e Política (ELSP) e do diretor do Museu Paulista, Sérgio Buarque de Holanda, teve a oportunidade de proferir algumas palavras e projetar, no auditório da Instituição, os filmes “Umutina”, “Guido Meireles” e do “sensacional encontro dos índios Xavante”,<sup>245</sup>; acervo pertencente ao SPI. Ou seja, Donatini não incluiu da seção de filmes os realizados pela extinta Comissões Rondon como até então era comum nas atividades do Serviço. Aproveitou a ocasião para oferecer a cooperação do SPI ao Museu Paulista, e informou que recebeu do diretor da Instituição, em recíproca, a afirmação que o Museu Paulista estaria pronto para colaborar com o Serviço.



<sup>245</sup> Relatório Anual do CNPI de 1947. MF. 279, FG. 1311. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>246</sup> Fotos 49, 50, 51 e 52 - Inauguração da exposição etnográfica no Museu Paulista para a comemoração do Dia do Índio de 1947. Serviço de Registro Audiovisual do Museu do Índio. Imagem 1 da direita para esquerda, Sérgio Buarque de Holanda; Modesto Donatini e Hebert Baldus; imagem 2 - Modesto Donatini; imagem 3 - aspecto de uma das vitrines com material etnográfico; imagem 4 - aspecto da abertura oficial da exposição.

Vale destacar que a relação de Baldus com o SPI teve início em 1946, meses antes da contratação de Donatini, e em um período anterior a sua contratação no Museu Paulista. Seu nome constou da relação de pessoas que visitaram a Seção de Estudos naquele ano. Sua presença naquele núcleo esteve relacionada a objetivos profissionais e pessoais. Entre os profissionais, estava o desejo de obter informações sobre a pacificação dos Xavante e conseguir autorização para a pesquisa que pretendia empreender entre os índios Kaingang. Em relação às motivações pessoais estava a amizade com Schultz, ex integrante da Equipe Etnográfica, com quem travou conhecimento em 1945; ponte para que ele desse início a seus contatos com o círculo antropológico do Distrito Federal.

Castro Faria<sup>247</sup> informou que Baldus manifestou interesse em se aproximar das agências de pesquisa em Ciências Sociais, estabelecidas na capital federal, já na década de 1930 quando encaminhou em 18 de setembro de 1936 uma carta a então diretora do Museu Nacional, Heloisa Alberto Torres, expressando sua vontade de trabalhar no Rio de Janeiro. Segundo o mesmo autor, na ocasião Baldus forneceu seus dados pessoais e profissionais informando que possuía formação em antropologia geral e americanista, como também relacionou as expedições etnográficas que participou e os trabalhos que havia publicado. Mas a demonstração de seu grau de envolvimento com a antropologia não foi o suficiente para sensibilizar Heloisa Alberto Torres a ponto de incluí-lo em seus projetos.

A oportunidade para a prática de seus conhecimentos antropológicos surgiu em 1939 quando foi contratado pela ELSP, como professor de etnologia brasileira. Segundo Passador<sup>248</sup>, naquele ambiente Baldus teve a oportunidade de consolidar sua carreira acadêmica, formando uma geração de etnólogos locais, orientados para desenvolverem uma antropologia aplicada, voltada para criação de políticas oficiais. Entretanto, mesmo alcançando tal posição, não foi possível sua inserção no círculo antropológico da capital federal. Com o ingresso no Museu Paulista, em 1946, a “aproximação” começou a se concretizar, visto que “estar” no Museu

---

<sup>247</sup> CASTRO FARIA, Luís de. *A antropologia no Brasil*, p.2.

<sup>248</sup> PASSADOR, Luis Henrique. *Hebert Baldus e a antropologia no Brasil*, p. 73.



Paulista significou, profissionalmente, a oportunidade de circulação dentro e fora do Brasil, devido aos encontros e congressos dos quais pôde participar; ampliando sua área de atuação e influência na comunidade antropológica nacional e estrangeira.

Como etnólogo, Baldus tecia algumas críticas ao modelo de operacionalidade do SPI, e como professor foi formador de opinião. Na primeira posição Baldus condenava o modelo de “contato” e seu desdobramento. Em sua opinião, as medidas tomadas pelo SPI, após aquela operação, modificavam radicalmente as estrutura social e econômica das comunidades indígenas, com reflexos negativos para as suas atividades culturais e religiosas. Em seu entendimento, o “contato” em si fazia parte de uma realidade inescapável, mas ele deveria ser mediado por agentes especializados no conhecimento daquelas comunidades. Posição assumida por ele já em seu discurso de posse como professor da ELSP, em 1939, quando colocou que um dos objetivos da etnologia indígena moderna era “suavizar o choque causado pelo encontro de grupos humanos tão diferentes”.<sup>249</sup> O SPI não utilizava agentes especializados em etnologia indígena como “ferramenta” de suas ações de aproximação e contato, gerando ações que desrespeitavam a organização social e econômica tradicionais, e resultava em mudanças profundas na estrutura de funcionamento dos povos indígenas. Já na segunda posição, como professor, Baldus formou “técnicos” voltados tanto para promover pesquisas etnográficas, que verificassem as mudanças provocadas pelas ações pós “contato”, quanto para atuarem na promoção de políticas voltadas para a manutenção das estruturas tradicionais dos povos indígenas. Em ambas as posições interessava a Baldus se aproximar do Serviço.

O interesse de Baldus não era unilateral, os agentes do SPI também vinham expressando a vontade de ampliar a rede social e se aproximar de outras comunidades antropológicas, que não fosse aquela representada pelo Museu Nacional. Interesse que foi marcado pelo convite feito à Marina de Vasconcelos, na qualidade de representante da Associação Brasileira de Antropologia e Etnologia,

---

<sup>249</sup> **BALDUS**, Hebert. *A necessidade do trabalho indigenista no Brasil*, p. 140.

para que ela participasse das comemorações do Dia do Índio de 1945, e pela iniciativa do SPI de mostrar, naquela mesma data na imprensa paulista, fatos que revelam que o Serviço vinha buscando novas alianças políticas e novos contatos sociais. A presença de Baldus na Seção de Estudos valeria como ponte para atingir aqueles objetivos, ao mesmo tempo, viabilizaria a promoção de pesquisas etnográficas por agentes credenciados naquele assunto; outro objetivo que o Serviço vinha tentando atingir traduzido nas tentativas frustradas direcionadas a Curt Nimuendajú e Charles Wagley, respectivamente, em 1943 e 1944. Embora a posição de Baldus não fosse compatível com as atividades desenvolvidas pela agência, ela representava para Donatini, além da oportunidade de se afastar do círculo antropológico da capital federal, na qual o Conselho era um dos representantes, visto que dois de seus conselheiros, Heloisa Alberto Torres e Roquete Pinto, representavam o Museu Nacional; também abria a oportunidade de conseguir respaldo político para alguns de seus projetos, ou seja, substituir o modelo de operacionalidade do SPI contando com o apoio das instituições que Baldus representava.

Após a presença de Donatini no Museu Paulista, um novo episódio marcou as relações entre ambas às instituições. Em 17 de maio Donatini encaminhou um ofício ao Ministro da Agricultura informando sobre o novo programa de pesquisa elaborado pela Seção de Estudos. O objetivo do programa era proceder a uma pesquisa científica tanto para inventariar o patrimônio cultural dos índios assistidos pelo SPI, quanto para avaliar o modelo administrativo que vinha sendo adotado pela agência. O objetivo de Donatini era ao mesmo tempo atender a uma demanda da comunidade antropológica, que vinha cobrando do SPI mudanças em sua operacionalidade, como mudar o perfil administrativo da agência até então muito calcado na ideologia que Rondon havia imprimido.

Com aqueles objetivos em mente, com base na legislação vigente e diante da verba destinada ao Serviço, Donatini pediu ao Ministério da Agricultura a contratação de três especialistas para executarem aqueles trabalhos, que deveriam ser realizados durante um período de sete meses, encerrando-se em 31 de dezembro de 1947. Os nomes indicados foram: Max H. Boudin, que ficaria

responsável pela pesquisa linguística; Darcy Ribeiro, para realizar pesquisa de contatos interétnicos e Othon Xavier de Brito Machado, para a pesquisa referente à ecologia indígena.<sup>250</sup>

O plano de trabalho e o pedido de contratação foram aprovados pelo ministro, mas devido ser Brito Machado oficial médico da reserva, sua liberação para exercer uma atividade remunerada necessitava de uma autorização especial que dependia de autorização do Ministro da Guerra. O fato de Brito Machado não ter integrado a equipe, indica que a autorização não foi concedida ficando a equipe de especialistas restrita a Max Boudin e a Darcy Ribeiro.

Dos três candidatos relacionados no ofício de Donatini, temos referência quanto a indicação de Brito Machado e Darcy Ribeiro. A indicação do primeiro partiu de Serpa, e se deu devido a participação de Machado, na qualidade de chefe do Serviço de História Natural na expedição da “Equipe Geográfica à Mesopotâmia Araguaí-Xingu”, organizada em 1945, em parceria com o CNPI. Os registros etnográficos efetuados por Brito Machado, naquela ocasião, foram elogiados por Serpa que o citou em seu relatório anual, como também redundaram em uma monografia sobre os índios Karajá publicada pelo CNPI em 1947.<sup>251</sup> O seu desempenho naquela atividade e o material colidido o habilitava a ocupar o posto de pesquisador da ecologia indígena. Já a contratação de Darcy Ribeiro deveu-se ao acordo informal estabelecido entre Baldus, como representante do ELSP e do Museu Paulista, e o diretor do SPI.<sup>252</sup>

A súmula do relatório anual da Seção de Estudos de 1947 informou que as contratações promovidas pelo SPI abriram uma nova fase de suas atividades científicas, exposto por Serpa nos termos:

*Com esses antropologistas iniciou a Seção de Estudos uma verdadeira fase nova para os assuntos técnicos indigenistas brasileiros, sob a sua responsabilidade direta, e cuja repercussão indiscutivelmente levará o SPI, a execução de trabalhos técnicos calcados nos mais modernos métodos e processos aconselháveis, e já em prática em outros países da América. A primeira e imediata consequência dessa nova fase foi o início do planejamento das pesquisas técnicas de campo, que esses etnólogos se prontificaram a realizar sob o patrocínio da SE, que não*

<sup>250</sup> Ofício número 551 datado de maio de 1947. MF. 379, FG. 200. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>251</sup> BRITO MACHADO, Othon Xavier. *Os carajás (inan-sou-uéra)*, 1947.

<sup>252</sup> Ofício número 551 datado de maio de 1947. MF. 379, FG. 200. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

*recusou nenhum esforço no sentido de dar ao Serviço de Proteção aos Índios a oportunidade de recuperar a sua posição impar no indigenismo americano, e oferecer ao consenso científico universal a promessa de solução coerente de seus problemas, através do progressivo crescente da ciência social em que se especializa como órgão oficial que é do governo brasileiro.*<sup>253</sup>

As contratações, em certa medida, vieram atender às necessidades que Serpa vinha pregando desde 1944, insistindo pela contratação de “especialistas” para atuarem na Seção de Estudos. O hiato entre suas primeiras pregações e a efetivação de seus objetivos, o auxiliou a sistematizar sua retórica e difundi-la nos seus relatórios anuais e parciais. Com a entrada de Donatini na direção do Serviço, e suas ações voltadas para promover mudanças na estrutura administrativa, o ingresso de novos servidores, principalmente de especialistas, ganha sentido. Os novos agentes passaram a ser vistos pela direção do órgão como ferramentas que tanto viabilizariam as pesquisas etnográficas quanto, a partir delas, auxiliaria o Serviço a mudar sua operacionalidade. Objetivo que foi claramente exposto no conteúdo do ofício encaminhado por Donatini ao Ministério da Agricultura solicitando a contratação daqueles técnicos:

*Visam as pesquisas de campo propostas no presente plano, não só os problemas de especulação científica como, também, os de natureza prático-administrativa, pois serão realizadas junto as tribos controladas por este Serviço, em seus postos indígenas, no sentido da avaliação dos resultados obtidos pelos processos até agora postos em prática e, ao mesmo tempo, examinar as possibilidades de substituição daqueles cujo rendimento tem sido precário.*<sup>254</sup>

Para Donatini, o ingresso de novos agentes além de viabilizar as pesquisas científicas preconizadas por Serpa, também tornava possível algo muito específico: elas forneceriam as bases da estrutura mental e organizacional das sociedades indígenas. E, de posse delas, era possível organizar ações que viessem a acelerar pedagogicamente o processo de integração dos índios. Ou dito de outro modo, o

<sup>253</sup> Sumula – resumo do relatório de 1947. MF. 335, FG. 844. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>254</sup> Ofício número 551. MF. 379, FG. 200. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

que a direção do SPI buscava não era registrar por meio de pesquisas etnográficas a cultura indígena a fim de melhor preservá-la, mas melhor conhecê-la para poder agir sobre ela de modo a acelerar a integração dos índios à sociedade nacional.

Sobre o episódio de contratação que envolveu Darcy Ribeiro, ele próprio disse em *Confissões*<sup>255</sup> que foi contratado para trabalhar no CNPI após uma carta de recomendação encaminhada por Baldus a Rondon, lida pelo Cel. Amilcar Botelho de Magalhães, então secretário do Conselho, diante de Rondon. Deste encontro saiu contratado. A carta na qual Darcy Ribeiro se referiu não foi localizada entre a documentação arquivada no Museu do Índio, nem em seu arquivo pessoal depositado na Fundação que leva o seu nome. Fato que Darcy Ribeiro foi contratado por Donatini para atuar no SPI, inicialmente por um período de sete meses, tendo como tarefa específica produzir um estudo sobre o grupo que visitaria para suprir o SPI com informações que acelerassem o processo de integração dos índios assistidos pelo Serviço.

### 5.3. As pesquisas científicas da Seção de Estudos

Os primeiros quatro meses de trabalho de Boudin e Darcy Ribeiro foram dedicados a escolha dos grupos indígenas que iriam pesquisar. Em *Confissões*, Darcy Ribeiro registrou que a escolha de um grupo indígena como sujeito de pesquisa representa a “instância mais tensa da vida de um etnólogo”,<sup>256</sup> visto que o pesquisador, ao escolher o povo que irá pesquisar, “dedicará um longo tempo preparando-se para ir a seu encontro. Depois, um tempo crucial de convívio com eles por meses. Por fim, muitos anos, talvez a vida inteira, elaborando como saber antropológico do que aprendeu deles”.<sup>257</sup>

O primeiro grupo indígena pesquisado por Darcy Ribeiro foi o dos índios Kadiwéu. Mas contrariando sua própria memória retida em *Confissões*, onde

---

<sup>255</sup> RIBEIRO, Darcy. *Confissões*, p.149.

<sup>256</sup> Idem. p. 167.

<sup>257</sup> Ibidem.

colocou que a escolha de um sujeito de trabalho representa um momento de grande tensão para o pesquisador, ao que tudo indica a escolha dos índios Kadiwéu não passou por aquele processo. Darcy Ribeiro, na mesma obra, informou que durante seu período de formação como etnólogo, na Escola Livre de Sociologia e Política, já havia manifestado interesse por aqueles índios. Ainda seguindo suas memórias ficamos sabendo que seu antigo professor e “padrinho”, Hebert Baldus, acenou positivamente com a sua intenção.

Em “Pesquisas Etnológicas no Brasil”, também assinada por Darcy Ribeiro em 1951, ele afirmou que a escolha dos índios Kadiwéu partiu de Serpa: “Foi também em 1947 que ingressamos no SPI, iniciando, por sugestão do Dr. Herbert Serpa, o estudo dos índios Kadiwéu”.<sup>258</sup> Levando em consideração a data deste último artigo, podemos aferir que suas lembranças sobre aquela ocasião estavam mais vivas em sua memória que as retidas em *Confissões*, de 1997, ou seja, quarenta e seis anos após sua contratação.



259

---

<sup>258</sup> Pesquisas etnológicas no Brasil: Atividades Científicas da Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios. MF. 380, FG. 960 – 986. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>259</sup> Foto 53 - Darcy Ribeiro entre os índios Kadiwéu, Serviço de Registro Audiovisual do Museu do Índio.

Não há certeza se Baldus influenciou ou não a escolha de Darcy Ribeiro sobre o primeiro povo indígena a ser por ele pesquisado, mas ele foi, sem dúvidas, o orientador no desempenho da pesquisa. Darcy Ribeiro, em janeiro de 1949, escreveu a Baldus comentando sobre a pesquisa que estava organizando sobre os índios Urubu:

*Como no caso dos Kadiwéu o Sr. terá de nos orientar, é um projeto ambicioso e só poderá ser realizado com segurança e inteiro aproveitamento científico, se for muito bem orientado desde o início, e para isso dependemos do Sr.*<sup>260</sup>

No roteiro da primeira pesquisa de Darcy Ribeiro estava também incluída uma rápida visita aos índios Terena e Kaiwá.<sup>261</sup> Os três povos indígenas já haviam sido visitados pela Equipe Etnográfica, mas, levando-se em consideração que as pesquisas anteriores foram classificadas como insatisfatórias, o retorno era de interesse do Serviço, que pretendia fazer uma avaliação das atividades econômicas promovidas pelo SPI naqueles núcleos, e das quais não havia registro textual, pois a Equipe restringiu-se ao registro imagético.

Mattos<sup>262</sup> informou que a visita de Darcy Ribeiro aos índios vizinhos aos Kadiwéu tinha como finalidade lhe propiciar treinamento e lhe oferecer alguma base comparativa sobre a diferença entre os povos. Mas os índios do sul, assim como os do nordeste, eram aqueles que apresentavam um alto grau de envolvimento com a sociedade nacional. No entendimento dos agentes do SPI, aqueles índios eram, portanto, os mais aptos a aceitarem as novas diretrizes que a agência procurava implantar: intensificar o ritmo das atividades econômicas e, como consequência, acelerar o processo de integração. Objetivos que ficam claros nas palavras de Serpa:

*O SPI ensaia, agora, os primeiros passos no sentido dessa reforma. Tudo indica que deverá procurar concentrar cada vez mais suas atividades junto daqueles grupos indígenas já amadurecidos por um*

<sup>260</sup> Carta de Darcy Ribeiro para Hebert Baldus datada de 1º de agosto de 1949. Correspondência geral, sub-série correspondente Hebert Baldus. Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR).

<sup>261</sup> Darcy Ribeiro visitou os índios Ofaié em sua segunda viagem aos índios do sul do Brasil.

<sup>262</sup> **MATTOS**, André Luis Lopes Borges. *Darcy Ribeiro*, p. 87.

*contato maior, por um nível mais alto de aculturação, a fim de proceder sua adaptação a novas condições de vida.*<sup>263</sup>

O mesmo objetivo orientou a ida de Max Boudin para o nordeste do Brasil na promoção de pesquisas linguísticas entre os índios Funi-ô e Kariri, ou seja, aqueles grupos foram escolhidos devido ao seu alto grau de aculturação que os colocava em condições de aceitarem, com menos resistência, um incremento econômico por parte do SPI. Um objetivo tão pragmático exigia que outros contornos fossem colocados a fim de suavizá-lo, para tanto, o próprio contexto da época serviu como pano de fundo.

Andion Arruti<sup>264</sup> informou que no final da década de 1930, e durante a década de 1940, houve um interesse dos intelectuais em produzir descrições a partir da observação local e direta dos “remanescentes” de populações indígenas extintas. Buscavam, principalmente, curiosidades folclóricas que acreditavam estarem em avançado processo de desaparecimento, e seu recolhimento poderia auxiliar no entendimento da composição do folclore nordestino e, de modo mais amplo, como elemento integrante da cultura nacional. Dentro destas inspirações encontrava-se a preocupação com o mapeamento linguístico.<sup>265</sup>

O mesmo autor informou ainda que a implantação do primeiro Posto Indígena no nordeste ocorreu em 1924, com a fundação do Posto General Dantas Barreto, medida tomada pelo SPI graças a intervenção do religioso Alfredo Pinto Damaso que tanto insistiu pela implantação daquela unidade quanto conseguiu assegurar um quinhão de terra para outros grupos indígenas locais. A partir desta data, incrementando-se nas décadas de 1930 e 1940, houve a fundação de novos Postos, ainda com auxílio do mesmo religioso, mas também com o de Carlos

<sup>263</sup> Notas críticas sobre a atuação do Serviço de Proteção junto aos índios no sul de Mato Grosso. MF. 381, FG. 1838. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>264</sup> **ANDION ARRUTI**, José Maurício. *Morte e vida do nordeste indígena*, p.7.

<sup>265</sup> Complementando a informação de Andion Arruti a respeito do interesse sobre o folclore brasileiro e temas regionais, que envolvesse a contribuição da cultura indígena, é importante colocar que o SPI fazia parte da Comissão Nacional de Folclore, organizada pelo Instituto Brasileiro de Estudos, Ciência e Cultura (IBECC), participando, inclusive, das reuniões preparatórias para a formação daquele Conselho, e promovendo exposições etnográficas para divulgação do assunto. Como representante do Serviço, foi nomeado Hebert Serpa, chefe da SE. Estes dados reforçam a colocação de Andion Arruti sobre a inclusão da cultura indígena no movimento folclórico. Sobre o assunto ver: MF. 374, FG. 685; MF. 335, FG. 824 e 851. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.



Estevão de Oliveira, então diretor do Museu Goeldi. O interesse e o envolvimento de Oliveira neste processo, e com os índios do nordeste, esteve primeiro relacionado a sua origem: Carlos Estevão de Oliveira era nordestino e durante as férias retornava à terra natal, aproveitando a ocasião para promover pequenas observações etnográficas. Além disto, uma pesquisa realizada pelo Deputado Mário Mello junto aos índios Kariri e Fulni-ô lhe despertou interesse, a ponto de levá-lo a publicar, a partir das observações de Mello, uma análise sobre a família linguística daqueles índios. Neste artigo, Carlos Estevão de Oliveira promoveu uma comparação entre os vocábulos reunidos por Mello, com os recolhidos, entre os mesmos grupos, pelo padre Luiz Vincenzo Mamiani e Von Martius. O resultado dessas observações foi publicado em 1931 na *Revista Paulista*,<sup>266</sup> onde Oliveira deu início a discussão sobre as possíveis afiliações linguísticas daqueles povos:

*De tudo que fica dito, entretanto, só um ponto está isento de toda e qualquer dúvida. É a necessidade de um escrupuloso trabalho de investigação a cerca dos interessantíssimos “Funió”, visando principalmente, a sua lingüística, a sua cultura material, moral e intellectual.*<sup>267</sup>

Em outro artigo publicado por Oliveira,<sup>268</sup> no Boletim do Museu Nacional, ficamos sabendo que, entre os anos de 1935 a 1937, ele promoveu novas pesquisas etnográficas e arqueológicas nos sertões nordestinos de Pernambuco, Bahia e Alagoas, tendo visitado além dos índios Fulni-ô os índios Pankararú, respectivamente, de Brejo-dos-Padres e de Águas Belas. Naquela publicação, declarou que os índios apresentavam um vasto campo de estudos a ser explorado, e que devido às condições em que viviam, necessitavam de rápida proteção. Argumentou ainda que:

<sup>266</sup> OLIVEIRA, Carlos Estevão. 1931. “Uma lenda tapuya dos apinagé do Alto Tocantins”. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, t. XVII.

<sup>267</sup> OLIVEIRA, Carlos Estevão. *Os “Carnijó” de Águas Bellas*, p. 527.

<sup>268</sup> OLIVEIRA, Carlos Estevão. *O ossuário da ‘gruta do padre’ em Itaparica e algumas notícias sobre remanescentes indígenas do Nordeste. 1938-1941.*

*A que família lingüísticas pertenciam os povos reunidos no “Brejo”, é assunto que não foi ainda explorado. Os vocabulários por mim levantados demonstram a existência de, pelo menos, três dialetos.*<sup>269</sup>

Ou seja, até 1941 ainda não estava definido a que tronco lingüístico pertencia os índios Funi-ô, Kariri e Pankararú. Em 1948, sete anos depois do artigo de Oliveira, Arion Dall’ Igna Rodrigues<sup>270</sup> publicou na *Revista Paulista* um texto sobre os índios Kariri. Ele afirmava que a língua dos índios Kariri já era bastante conhecida, dispensando estudos ao contrário de sua cultura material e imaterial, totalmente desconhecidas. As fontes utilizadas por Dall’Igna como base para sua afirmação foram duas listas vocabulares: uma recolhida pelo Padre Luiz Vicenzo Mamiani, organizada em 1699, e a outra por Frei Bernardo de Monte, datada de 1709, sendo que a primeira foi a mesma utilizada por Oliveira. Pela bibliografia utilizada por Rodrigues, podemos aferir que até 1948 ainda não havia estudos recentes que viesse a classificar a família lingüística daqueles povos.

Andion Arruti<sup>271</sup> também informou que a partir do reconhecimento das terras Funi-ô, outros povos indígenas do nordeste passaram a reivindicar a propriedade das terras que ocupavam, obrigando ao SPI promover novas demarcações ou comprar fazendas para fixá-los. Diante do quadro apresentado, podemos levantar a hipótese de que a escolha dos índios Kariri e Funi-ô, como sujeito de estudos para os agentes da Seção de Estudos, esteve também relacionada à necessidade do SPI em definir a qual tronco lingüístico pertenciam aqueles índios. Interesse que atenderia à comunidade científica e auxiliaria a agência em seus processos demarcatórios, pois uma vez comprovado que aquelas comunidades apresentavam elementos étnicos que as diferenciavam do conjunto populacional, onde a língua funcionava como elemento irrefutável, o SPI estaria munido para tecer suas argumentações nos processos que estavam em andamento.

---

<sup>269</sup> OLIVEIRA, Carlos Estevão. *O ossuário da ‘gruta do padre’ em Itaparica e algumas notícias sobre remanescentes indígenas do Nordeste*, p. 157.

<sup>270</sup> RODRIGUES, Arion Dall’ Igna. *Notas sobre o sistema de parentesco dos índios Kariri*, 1948.

<sup>271</sup> ANDION ARRUTI, José Maurício. *Morte e vida do nordeste indígena*, pp. 22 -3.

Sobre as pesquisas realizadas por Max Boudin e Darcy Ribeiro, as informações contidas no resumo do relatório da Seção de Estudos de 1947<sup>272</sup> mostram que aqueles agentes realizaram suas pesquisas nos três últimos meses do ano de 1947. Além de estarem relacionadas a suas áreas de conhecimento, a pesquisa teve por resultado um documentário fotográfico dos aspectos etnográficos dos povos visitados e uma coleção de objetos.<sup>273</sup> Ainda segundo o mesmo documento, os relatórios por eles apresentados vieram acompanhados de críticas sobre a atuação do SPI e de sugestões para solução dos problemas encontrados.

Fora de suas áreas de conhecimento, eles promoveram o recolhimento de amostras sanguíneas para *tast-teste* a pedido do Instituto Oswaldo Cruz. Provavelmente para atender às pesquisas do médico Ernani Martins que vinha organizando estudos daquela natureza contando com o apoio do SPI. Também promoveram o recenseamento dos povos visitados, como era o objetivo de Donatini. O mesmo documento informou ainda que o material por eles recolhido aumentou o conteúdo do material científico que o SPI vinha organizando em seus arquivos, como também auxiliou o SPI em sua empreitada de transformação daqueles índios em agricultores rurais.

*Sendo de profunda complexidade a compreensão dos estudos interculturais nas zonas neo-brasileiras, em função de criar harmonia política entre indígenas, mestiços e nacionais civilizados, antevemos para o próximo futuro uma real possibilidade de execução dos trabalhos indigenistas do SPI, dentro de uma realidade nacional, evitando-se o enquistamento de grupos indígenas cuja missibilidade nunca se fará suficientemente rápida e*

---

<sup>272</sup> Resumo do relatório da Seção de Estudos de 1947, MF. 335, FG. 844. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>273</sup> Devido a falta de informação não foi possível levantar o número de objetos encaminhados a SE por Max Boudin e Darcy Ribeiro. Primeiro porque inexistem, nos documentos textuais concentrados no Serviço de Arquivo do Museu do Índio, as listagens dos objetos por eles recolhidos; segundo o Livro de Tombo, aberto somente em 1949, não relaciona os coletores dos objetos. Podemos simplesmente fazer um levantamento dos objetos pertencentes aos grupos visitados tanto pela Equipe quanto pelos especialistas, como também pelas chefias da Seção de Orientação e Assistência e os remetidos pelas Inspetorias Regionais a pedido da Direção do Serviço durante o período que estamos tratando sem, no entanto, afirmarmos que se tratam dos objetos recolhidos por aqueles agentes. O livro de Tombo registrou, para o ano de 1949, os seguintes objetos: 149 objetos Kaingang; 25 objetos Carnijó; 19 objetos Umutina; 13 objetos Bororo; 12 objetos Potiguara; 10 objetos Pakidai; 7 objetos “índios do Xingu”; 7 objetos Pareci; 6 objetos Mehinako; 6 objetos Funi-ô; 5 objetos Xavante; 4 objetos Kadiwéu; 3 objetos Terena; 3 objetos Baniwa; 3 objetos Kuikuro; 2 objetos Tikuna; 2 objetos Trumay; 1 objeto Karajá; 1 objeto Guarani; 1 objeto Tukano; 1 objeto Waurá; 1 objeto Desana; 1 objeto Kamayurá; 1 objeto Kanela e 1 objeto Palikur.

*econômica, sem levar em conta os enormes problemas que representam os conflitos culturais.*<sup>274</sup>

Ou seja, tão ou mais importante que as informações científicas e os objetos etnográficos para comporem os arquivos textual e etnográfico do órgão, eram as informações que viessem a ser utilizadas como “ferramenta” contra aqueles povos, utilizadas para o processo de sua integração, via incremento econômico, a fim de acelerar o processo de transição daquelas comunidades em sertanejas. As pesquisas promovidas pelos “especialistas” tinham, acima de tudo, o objetivo de instrumentalizar o SPI naquela empreitada. As informações recolhidas por eles, e posteriormente sistematizadas, ofereciam soluções a uma variada gama de problemas ainda não resolvidos pelo Serviço. Ao final de todo o processo os ganhos para o SPI seriam: a paz social pela eliminação dos conflitos entre índios e não-índios; a redução dos custos envolvidos naquele programa e a criação de excedente de mão-de-obra. Segundo Lima,<sup>275</sup> o período entre o final da década de 1940 e início da de 1950 ficou marcado, no campo indigenista, pelo incremento do trabalho indígena nos Postos, visando o crescimento da renda indígena com o uso do patrimônio dos índios, constituído de semi-moventes, ferramentas, máquinas, terra, cujo controle, já em mãos dos diligentes do SPI, se procuraria ampliar.

Independente dos recolhimentos de objetos etnográficos, efetivados pelos especialistas, o acervo daquele tipo de material continuava crescendo, em conformidade com o modelo que já vinha sendo adotado nos períodos anteriores; ou seja, coleções remetidas pelas chefias das Inspetorias Regionais a pedido da direção do Serviço. Naquele ano foram remetidos para a Seção de Estudos conjuntos de objetos oriundos das Inspetorias IR-1, IR-8 e IR-9,<sup>276</sup> que atendiam aos índios localizados nos estados do Amazonas, Goiás e Pará.

---

<sup>274</sup> Resumo do relatório da Seção de Estudos de 1947, MF. 335, FG. 847. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>275</sup> LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz*, p. 246.

<sup>276</sup> Pedidos contidos nos ofícios números, 481; 987 e 1254. MF. 374, respectivamente nos FGs. 154, 410 e 563. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

*Solicito determineis providencia no sentido de que a Agencia Pestana de Transporte Ltda, retire três (3) caixas contendo material indígena, remetido a esta Diretoria pela 1º Inspeção Regional, sediada em Manaus, Estado do Amazonas, embarcadas no vapor "Duque de Caxias" a 5 de março passado.*<sup>277</sup>

A Seção de Estudos encerrou o ano de 1947 com duas pesquisas etnográficas efetivadas por técnicos especializados o que significou o fim da Equipe Etnográfica. A partir daquelas contratações, seus componentes passaram a condição de “pessoal de apoio”, encarregados de gerenciar os laboratórios fotográficos e cinematográficos, quando não, seguiam junto com os etnólogos como técnicos naquelas especialidades.

Os resultados daquelas pesquisas foram publicados nos anos posteriores. As de Max Boudin saiu em 1950, na *Revista Cultura*<sup>278</sup>, publicação do Ministério da Educação e Saúde e na *Revista Verbum*,<sup>279</sup> da Universidade Católica do Rio de Janeiro. A de Darcy Ribeiro saiu na *Revista do Museu Paulista*,<sup>280</sup> em 1948, edição especializada em etnologia indígena, da qual Baldus era o responsável. Para Darcy Ribeiro o espaço aberto por Baldus naquela *Revista* significava sua inserção como membro da comunidade antropológica e seu fortalecimento interno. Para o SPI, as publicações, tanto de Boudin quanto de Ribeiro, significavam o “sombreamento” do estigma de agência incapaz de resolver o problema indígena e de promotora da desorganização social de grupos étnicos. Em curto, e médio prazo, a tal perfil seria sobreposto o de agência integracionista, cuja base de trabalho era organizada a partir de modelos científicos, desenvolvidos e difundidos por seus agentes por meio de pesquisas, reconhecidas pelos veículos próprios. Em outras palavras, era a tentativa do SPI de obter reconhecimento por suas ações junto à comunidade científica. Essa assertiva encontra ressonância nas palavras ditas por Baldus em 1948, quando expressou sua opinião sobre o Serviço:

<sup>277</sup> Ofício nº 481, de 30 de abril de 1947. MF. 374, FG. 127. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>278</sup> **MAX**, Boudin. *Aspectos da vida tribal dos índios fulni-ô*, 1950.

<sup>279</sup> **MAX**, Boudin. *Singularidades da língua ia-té*, 1950.

<sup>280</sup> **RIBEIRO**, Darcy. *Sistema familiar Kadiwéu*, 1948.

*Todos os esforços do Serviço de Proteção aos Índios **estavam dirigidos, até agora**, unilateral e exclusivamente para aproximar da nossa cultura as tribos do Brasil, pacificando as hostis e acaboclando as outras. Tentava-se aplicar a chamada “administração direta”, da qual portugueses e franceses se servem nas suas possessões africanas, procurando substituir a cultura indígena pelas nossas instituições (...). A “administração indireta”, usada em colônias inglesas, conserva a cultura indígena o mais possível, tornando-a como ponto de partida de um desenvolvimento orientado para evitar choques que poderiam desorganizá-las. A orientação é dada por etnólogos (grifos do autor).<sup>281</sup>*

As pesquisas desenvolvidas pelos etnólogos da Seção de Estudos, e sua difusão, não ficaram restritas aos objetivos do Serviço. Elas também serviram para que Serpa reforçasse seu discurso em defesa da contratação de novos técnicos, e o auxiliou a colocar a Seção de Estudos em igualdade de condição com as instituições científicas, conforme mostra o seguinte trecho:

*é indispensável a SE a compreensão da Diretoria no que diz respeito ao aumento do seu quadro técnico e progressiva liberdade de ação funcional a fim de que possa manter relações oficiais e cooperação científica isentas da rotineira limitação burocrática, visto que a SE, por sua natureza mesma, tem de servir normativamente ao SPI e, cientificamente, a Cultura Nacional Brasileira, visto como sua ação técnica não se poderá restringir ao âmbito administrativo de um Serviço Público, ultrapassando-o porque realiza estudos e trabalhos técnicos de repercussão universal, trabalhos e estudos esses equivalentes ao de nível universitário, quanto a cultura, e, aos das expedições científicas do mais alto nível, sendo que se particulariza excepcionalmente com única instituição de pesquisa anuais programadas em antropologia no Brasil.<sup>282</sup>*

Para Serpa a contratação de novos funcionários significava a expansão das atividades da Seção de Estudos que, até aquele momento, estava quase exclusivamente voltada para as pesquisas etnográficas e para a montagem de exposições etnográficas durante as comemorações do “Dia do Índio”. No seu

<sup>281</sup> **BALDUS**, Hebert. *Tribos da bacia do Araguaia e o serviço de proteção aos índios*, p. 162.

<sup>282</sup> Atividade da Seção de Estudos em 1948. MF. 335, FG. 853. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

entendimento era necessário dar início a outras que se encontravam relacionadas no seu estatuto jurídico, mas, antes que sua proposta fosse acolhida pela direção do Serviço, novas pesquisas etnográficas foram organizadas.

Em 1948 Max Boudin permaneceu no Rio de Janeiro, e Darcy Ribeiro retornou aos núcleos indígenas por ele já visitados para complementar seus primeiros registros, obtidos nos últimos meses de 1947. Nesta nova etapa foi incluída uma visita aos índios Ofayé. Antes de embarcar para a empreitada, em quatro de fevereiro, Darcy Ribeiro escreveu para Baldus<sup>283</sup> informando que não acreditava que sua contratação definitiva ocorresse antes de março daquele ano. Aquela informação deixa entrever que ambos estavam preocupados com a possibilidade do SPI não renovar o contrato dos pesquisadores. Para Baldus a permanência de Darcy Ribeiro no SPI era estratégica, porque significava a manutenção da influência da etnologia paulista sobre o SPI, ou seja, representava a hegemonia da etnologia paulista sobre a praticada na capital federal na condução da política indigenista oficial. E, ainda, abria uma oportunidade de futuros financiamentos por parte da agência para pesquisas, tanto suas quanto de agentes relacionados a seu círculo social, como também viabilizava o pronto atendimento de seus pedidos de autorização de entrada nas áreas controladas pelo SPI.

Contudo, a permanência de Darcy Ribeiro no SPI enfraquecia a influência do Museu Nacional sobre o Serviço, já que aquela instituição além de não ter nenhum de seus técnicos atuando no órgão, ou sendo financiado por ele, estava, naquele momento, com seu canal de interlocução com o Serviço interrompido, devido às poucas afinidades ideológicas entre o diretor do SPI e grupo formador do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, local onde o Museu Nacional se fazia representar. Aquelas preocupações foram dissipadas em maio, já que Donatini renovou os contratos de trabalho de Max Boudin e Darcy Ribeiro, a fim que eles pudessem sistematizar as pesquisas que tinham realizado no ano anterior.

Os resultados daquelas pesquisas circularam nos anos posteriores. Darcy Ribeiro publicou dois trabalhos sobre os Kadiwéu e um sobre os Ofeié. Os

---

<sup>283</sup> Carta de Darcy Ribeiro a Hebert Baldus datada de 04 de fevereiro de 1948. Correspondência geral; sub-série correspondente Hebert Baldus, acervo Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR).

trabalhos sobre os Kadiwéu tiveram os respectivos títulos: “Arte dos índios Kadiweú” e “Religião e Mitologia Kadiwéu”, ambos de 1950. O trabalho sobre os Ofaié,<sup>284</sup> circulou no ano seguinte na *Revista do Museu Paulista*. Destas publicações uma merece destaque, trata-se de “Religião e Mitologia Kadiwéu”, artigo que antes de ser publicado pelo Ministério da Agricultura foi premiado em São Paulo pelo concurso “Fábio Prado”. Esta premiação, que contou com uma grande ajuda de Baldus<sup>285</sup>, o que possibilitou que o nome e o trabalho de Ribeiro fosse reconhecido no interior da comunidade antropológica, como também marcou as primeiras preocupações de Darcy Ribeiro com a arte indígena.

Em 1949 a Seção de Estudos deu início a um novo projeto de pesquisa etnográfica e linguística. O povo escolhido foi os índios Kaapor, localizados no Estado do Maranhão. A escolha foi defendida por Darcy Ribeiro como tendo sido motivado, primeiro, pela experiência acumulada tanto dele quando por Max Boudin nas pesquisas anteriores, o que os deixavam aptos a se lançarem a um projeto de maior envergadura; segundo, tratava-se de um dos maiores povos de língua tupi com pouco contato com a população envolvente, situação provocada pela sua localização geográfica e pelo poucos anos da ocorrência de sua pacificação, realizada por Curt Nimuendajú, em 1928. A documentação não apontou outros motivos que estiveram na base daquela escolha, mas dois outros fatos bem que poderiam ter influenciado, no entanto, não se acham registrados.

O primeiro era o conhecimento que José da Gama Malcher, então chefe da Seção de Orientação e Assistência, tinha sobre aquela região e dos grupos indígenas que nela habitavam com exceção dos índios Kaapor, o que poderia ter influenciado o SPI pela sua escolha. Além disto, o Museu Nacional já havia feito

---

<sup>284</sup> **RIBEIRO**, Darcy. *Notícias sobre os Ofaié-Chavante*, 1951.

<sup>285</sup> A composição da mesa julgadora do prêmio “Fábio Prado” era de responsabilidade de Sérgio Buarque de Holanda, então diretor do Museu Paulista e chefe de Hebert Baldus, que naquele ano foi indicado por Holanda para dela fazer parte junto com Osmar Pimentel e Alice Canabrava da mesa julgadora. Após o anúncio do nome de Darcy Ribeiro como vencedor, um leitor do *Jornal das Letras – RJ* encaminhou um questionamento sobre a lisura do prêmio fazendo referências às relações entre os integrantes da mesa julgadora e o premiado. Saiu em defesa dos integrantes da Mesa, Sérgio Buarque de Holanda, que encaminhou para aquele jornal um artigo contra o questionamento levantado. As correspondências trocadas entre Baldus e Darcy Ribeiro sobre este assunto encontram-se no arquivo pessoal de Darcy Ribeiro, organizado na fundação que leva o seu nome. Sobre o assunto ver também: **MATTOS**, André Luis Borges de. *Darcy Ribeiro*, pp. 95-9.



uma pesquisa entre os índios Tenetehara,<sup>286</sup> grupo vizinho aos Kaapor, cujo material, em parte, já vinha sendo divulgado; deixando claro o grau de “assimilação” daqueles índios na economia local.

José da Gama Malcher, antes de ser convidado por Danatini para assumir a chefia da Seção de Orientação e Assistência em três de setembro de 1947, foi chefe da 2ª Inspeção Regional localizada na cidade de Belém, estado do Pará, após ter sido aprovado em concurso público promovido pelo DASP em 1940. Aquela inspeção estava desde a década de 1920 promovendo os trabalhos assistencialistas dos povos indígenas localizados no estado do Maranhão, situação que se manteve até a década de 1970. Malcher como chefe da IR-2 viajou em 1941 para São Luís a fim de providenciar a reinstalação da 3ª Inspeção Regional responsável pelos índios daquele estado que se encontrava desativa. Ainda no mesmo ano fez outra viagem aquele estado para conhecer os postos indígenas e constatou que muitos estavam desativados, em total abandono, e outros, como Gonçalves Dias, então o primeiro posto instalado pelo SPI, estava funcionando precariamente. O conjunto de medidas que tomou e o itinerário que percorreu foram informadas em seu relatório encaminhado ao então diretor do SPI, Cel. Vasconcellos.<sup>287</sup> Neste documento observamos que Malcher não se deteve aos índios Kaapor, focando sua atenção sobre os Tenetehara, Krikati, Gavião e Timbira. Ou seja, Malcher, como ex-chefe da Inspeção Regional 2, responsável pela assistência dos índios do Maranhão e naquele momento como chefe da Seção de Orientação e Assistência, tinha pouco conhecimento sobre os índios Kaapor. Situação que nos leva a crer que parte do projeto de pesquisa sobre aqueles índios também esteve relacionada à necessidade do Serviço em obter maiores informações sobre aquela etnia, e elaborar medidas que a colocasse apta às ações integralistas da Agência. O que responde em parte as declarações de Darcy Ribeiro sobre o pouco conhecimento que se tinha sobre os índios Kaapor.

Outro fator que teve de ser corroborado para a escolha dos índios Kaapor, pelos técnicos da Seção de Estudos, era o conhecimento que se tinha sobre seus

---

<sup>286</sup> O povo Tenetehara é também conhecido com Guajajara. Boletim do Museu do Índio nº 8. 1998.

<sup>287</sup> Relatório de José Maria da Gama Malcher. MF. 391, FG. 4 á 15; 39 á 44. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

vizinhos, os Tenetehara. Por parte de Malcher, que já havia visitado toda a área que estes índios ocupavam, foram promovidas algumas medidas nos postos indígenas que lhe davam auxílio, entre elas, o funcionamento de uma escola que se encontrava desativa. E ainda o Museu Nacional, que havia realizado uma pesquisa entre aqueles índios em 1941. Naquele ano os Tenetehara foram alvo de uma investigação realizada pelo antropólogo americano Charles Wagley, como parte do acordo informal entre aquela Instituição e a Universidade de Columbia. Acompanhou Wagley, entre aqueles índios, o então estudantes de etnologia do Museu Nacional: Eduardo Galvão, Nelson Teixeira e Rubens Meanda.

Os trabalhos de pesquisa do grupo se estenderam até março de 1942. Em fevereiro de 1945, Eduardo Galvão retornou ao grupo por um período de quatro meses, e complementou os dados levantados na primeira estadia. Conjunto de informações publicadas em inglês, em 1949, e em português, em 1961. A conclusão que Charles Wagley e Eduardo Galvão chegaram foi a de que os Tenetehara estavam em franco processo de aculturação e assimilação, vivendo um intenso relacionamento com a sociedade regional em expansão e com a tendência para abandonar muitos dos seus costumes originais.<sup>288</sup> Informação que os colocava como alvo das novas medidas administrativas do SPI.

Diante do quadro exposto, era estratégico para o SPI promover uma pesquisa entre os Kaapor, visto que sobre o seu vizinho, os Tenetehara, já era possível promover um mapeamento da situação na qual se encontravam; restando para tanto realizar um mapeamento da situação dos Kaapor. Estes fatores não constam na documentação como o motivo que levou a Seção de Estudos a promover uma pesquisa naquela região, mas, provavelmente, eles contribuíram para a escolha dos índios Kaapor como sujeito de pesquisa. Ou seja, além dos motivos expostos por Darcy Ribeiro para a realização daquela pesquisa, esta, assim como as outras, foi orientada para identificar o grau de assimilação dos índios Kaapor, a fim de criar medidas mais adequadas que viessem a intensificar os trabalhos para a sua integração, que tiveram início na gestão de Malcher<sup>289</sup> com

---

<sup>288</sup> WAGLEY, Charles; GALVÃO, Eduardo. *Os índios Tenetehara*, p. 10.

<sup>289</sup> O relatório de Darcy Ribeiro encaminhado à direção do SPI em nenhum momento cita a pesquisa que o Museu Nacional fez entre os índios Tenetehara (Tembé), no início da década de 1940, citando apenas

outros povos da região. Era necessário identificar o “melhor” método de ação para “adaptar” aqueles índios a um meio de produção mercantil, cujo rendimento viesse a desonerar o caixa do SPI. E de certa maneira Darcy Ribeiro o fez, quando indicou em seu relatório o melhor mecanismo para se extrair do grupo serviços que viessem ao encontro daquele objetivo:

*A solução hoje é concentrar num local adequado aqueles que o desejem, orientados por autoridades que lhes mereçam respeito, e iniciar uma empresa de produção coletiva, venda e distribuição de produtos, proporcionalmente a contribuição de cada índio. Será trabalho difícil que só atrairá aos índios depois de demonstrar resultados positivos. As terras do Gurupi se prestam otimamente a produção da cana de açúcar, arroz, feijão e mandioca, para cujo desdobramento o posto tem máquinas; pode ser tentada também a plantação da pimenta do reino e outras culturas mais adiantadas e rendosas como o café e o cacau para elas existem um amplo mercado.<sup>290</sup>*

No entanto, antes que aquele programa fosse iniciado, Max Boudin retornou ao nordeste brasileiro em meados de 1949, para visitar os índios Fulni-ô, a fim de finalizar suas pesquisas. Esta viagem ocorreu durante o intervalo imposto pela demora na liberação da verba da Seção de Estudos para o início das pesquisas entre os índios Kaapor. Se por um lado aquele problema administrativo viabilizou o retorno de Max Boudin para o nordeste, por outro, alterou significativamente o projeto inicial das pesquisas aos índios Kaapor, que foi organizado contando com três viagens àquela região. A primeira estava programada para ocorrer na primeira quinzena de julho de 1949 e se estenderia até o final daquele ano, e as seguintes aconteceriam nos anos subsequentes, ou seja, 1950 e 1951. Como a primeira etapa ficou em parte inviabilizada, Darcy Ribeiro e Max Boudin reorganizaram o projeto inicial. A solução encontrada foi prolongar a primeira viagem de 1949 e

---

pesquisas mais antigas. O relatório também não cita as medidas adotadas pelo SPI durante a gestão Malcher, detendo-se a informar os trabalhos realizados pelo serventuário que o substituiu, no entanto, informou que encontrou uma série de equipamentos agrícolas abandonados, adquiridos pelo SPI durante a década de 1940, e que nunca haviam sido utilizados. **RIBEIRO, D.** *Relatório do antropólogo Darcy Ribeiro 1949/1950*, 1997.

<sup>290</sup> **RIBEIRO, D.** *Relatório do antropólogo Darcy Ribeiro 1949/1950*, pp. 34-5, 1997.

estende-la até o fim do primeiro trimestre de 1950, o que significava realizar em uma só viagem duas etapas da pesquisa.

Em novembro de 1949 Darcy Ribeiro e Max Boudin, acompanhados do fotógrafo e cinematografista Heinz Forthmann, partiram em direção ao Maranhão para o encontro com os índios Kaapor, via rio Gurupi. Aquela pesquisa era bem diferente das anteriores. Primeiro, porque foi projetada para cobrir o ciclo anual de atividades daquele grupo, ou seja, cada visita teria uma duração de aproximadamente quatro meses, sendo que a cada viagem os meses não se sobreporiam. Segundo, o projeto contava com o acesso às aldeias por vias distintas que partiriam tanto do estado do Maranhão quanto do Pará, iniciativa que viabilizava cobrir todo o território habitado por aqueles índios. E, ainda, porque a pesquisa envolvia os dois especialistas, que pela primeira vez seguiriam juntos a fim de observarem o mesmo povo. A soma destes fatores colocava a pesquisa sobre os índios Kaapor com características diferentes das pesquisas anteriores. Pela primeira vez as pesquisas etnográficas da Seção de Estudos não se concentravam em povos indígenas com um elevado grau de contato com a população envolvente, e uma aparente “assimilação” de padrões econômicos e sociais exógenos. O projeto buscava um estudo completo daquele povo: língua, estrutura social, econômica, religiosa e política. Contava ainda com um documentário fotográfico e cinematográfico. Segundo Darcy Ribeiro, o projeto de pesquisa dos índios Kaapor representava o “mais ambicioso programa de estudos etnológicos já tentados no Brasil”.<sup>291</sup>

---

<sup>291</sup> **RIBEIRO**, Darcy. *Pesquisas etnológicas no Brasil*. MF. 380, FG. 973. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.



292

O grupo deixou a região em abril de 1950, chegando ao Rio de Janeiro no mês seguinte, munido de um farto material linguístico, fotográfico e etnográfico. O primeiro, reunido por Max Boudin, que não se restringiu aos índios Kaapor, estendendo-o a outros dois povos da região: os Tembé e Tenetehara. Material recolhido durante sua temporada no Posto Indígena Pedro Dantas que abrigava indivíduos daquelas etnias. O material fotográfico foi captado por Fortamann e o etnográfico por Darcy Ribeiro que contava com uma coleção etnográfica, pequena, segundo ele, visto que os índios Kaapor estavam vitimados por uma epidemia de sarampo, que os levou a abandonar suas aldeias para se refugiarem nas matas, estado físico e ambiente social que inviabilizou a produção plena da pesquisa.<sup>293</sup>

Em agosto de 1951 ocorreu a segunda viagem. O grupo alcançou os índios Kaapor via rio Pindaré, localizado na divisa do estado do Maranhão e Pará. Esta nova viagem, com um intervalo de um ano e alguns meses da primeira, ocorreu em um período de menor incidência de chuvas e encontrou os índios Kaapor em melhor estado de saúde; o que resultou em um volume maior de objetos etnográficos e na promoção de um filme sobre grupo. Os resultados destas

<sup>292</sup> Foto 54 - Reprodução fotográfica de Max Boudin, Darcy Ribeiro e Heinz Foerthamann durante pesquisa aos índios Kaapor, retirada do livro *Diários Índios*, de Darcy Ribeiro, p. 48.

<sup>293</sup> Sobre as duas viagens em que Darcy Ribeiro empreendeu nas aldeias Kaapor e a coleção etnográfica que organizou ver: **COUTO**, Ione Helena Pereira. *Darcy e os Urubus*, 2005.

pesquisas foram publicados nos anos seguintes, por Darcy Ribeiro e por Max Boudin. O primeiro publicou em 1955, nos anais do Congresso Internacional de Americanistas, o artigo “Os Índios Urubus: ciclo anual das atividades de subsistência de uma tribo na floresta tropical”, e, em 1957, “Arte plumária dos índios Kaapor”. O segundo publicou, em 1950, “Apontamento para um estudo da língua Krê-Yê”.

#### **5.4. Os financiamentos da Seção de Estudos**

Paralelamente à primeira pesquisa de Darcy Ribeiro e Max Boudin aos índios do sul do centro oeste e nordeste brasileiro, a política de “boa vizinhança” entre Baldus e a direção do SPI continuava. Em meados de 1947, Baldus foi convidado por Donatini para, em sua companhia, como representante do Museu Paulista e da Escola Livre de Sociologia e Política, participar de uma inspeção aos postos indígenas localizados na bacia do rio Araguaia, região habitada pelos índios Karajá, Tapirapé e Javaé.

O convite feito a Baldus estava relacionado às intenções do SPI em estreitar os laços com a “antropologia” paulista, e assim afastar-se da “antropologia” praticada no Rio de Janeiro, representada pelo Museu Nacional.<sup>294</sup> No entendimento de Donatini, a ideologia do Museu Nacional estava associada às de Rondon, com a qual a direção do Serviço vinha se incompatibilizando. Outro fator que levou ao convite, foi o conhecimento que Baldus tinha dos índios daquela região, principalmente dos índios Tapirapé, com os quais vinha, desde 1935, colhendo material para pesquisa.

---

<sup>294</sup> Assim com Baldus, Charles Wagley também era um pesquisador dos índios Tapirapé, que constituíram tema de sua primeira pesquisa no Brasil, iniciada em 1939, ano que selou o convênio entre o Museu Nacional e a Universidade de Columbia. O conteúdo de suas observações vinha sendo publicado pelo Museu Nacional desde 1943, mas, mesmo assim, seu nome não foi cogitado para participar daquela viagem, o que reforça a suspeita de que Donatini procurava alguém, detentor de conhecimento sobre um determinado povo, cujo nome não estivesse vinculado ao Museu Nacional.

Para Baldus aquele convite representava a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos sobre os Tapirapé e assim finalizar suas pesquisas sobre aquela comunidade. Desse modo, poderia conhecer um pouco mais os índios Karajá e Javaé, como, também, era a oportunidade de interferir na política indigenista oficial, já que o propósito da viagem foi o de oferecer ao SPI sugestões para uma mudança nos padrões administrativos da agência, situação que também resultaria no fortalecimento de seus laços com aquela instituição.

Para a Seção de Estudos a viagem de Baldus representou o primeiro “financiamento” dado pela agência a um agente externo ao Serviço. Com o apoio financeiro do SPI, Baldus teve seu deslocamento, acomodação e alimentação garantidas por um período de três meses. Como produto desta viagem o SPI recebeu um relatório do pesquisador contendo suas observações; publicado em 1948, na *Revista do Museu Paulista*.

Um ano mais tarde, em maio de 1948, após o término da excursão, Darcy Ribeiro, em correspondência com Baldus, informou que tanto suas pesquisas quanto aquelas que fossem por ele indicadas estavam garantida por verbas da Seção de Estudos. Ou seja, estava garantido os recursos financeiros destinados a pesquisas organizadas por agentes externos ao Serviço, que foi incluído no orçamento da Seção de Estudos como parte de seu plano de trabalho.

*Sobre a possibilidade de contribuição financeira do SPI para a realização de trabalho de campo do Museu, tenho boas notícias: o terreno esta bem preparado e qualquer proposta que o Sr. mandes neste sentido será aprovada pelo Serpa e pelo Donatini. Entretanto, acho conveniente mandar o quanto antes o plano de trabalho, se vier enquanto eu estiver aqui saberei fazê-lo correr depressa pelos célebres “canais” e como lhe disse, o SPI poderá financiar este ano: 1) despesa de viagem do técnico; 2) despesa de embalagem e transporte de coleção etnográfica; 3) salário de quatro trabalhadores a razão de 20 cruzeiros por dia, durante quatro meses e; 4) verba para aquisição de brindes para os índios. O SPI poderá provavelmente financiar também pesquisa do Schaden ou de outro*

*etnólogo, caso o Sr. queira apadrinhá-lo em nome do Museu ou da Escola e nos mandar o plano.*<sup>295</sup>

Até 1948 não estava relacionada, no plano de trabalho da Seção de Estudos, verbas destinadas a pesquisas etnográficas que não fossem realizadas por seus técnicos. Pesquisas realizadas por agentes externos contavam apenas com o apoio administrativo do SPI, traduzido em hospedagem para os pesquisadores e, em alguns casos, no transporte entre os postos e a Inspetoria, feito em veículos de propriedade do Serviço. O ingresso e a permanência de Darcy Ribeiro na Seção de Estudos, associado às pesquisas que vinha promovendo e à rede social com a qual se encontrava envolvido, acabou viabilizando a criação de medidas voltadas para a concessão de recursos financeiros a agentes externos; que passaram a ser previamente programadas e incluídas no orçamento da Seção.

Ainda como resultado da permanência de Darcy Ribeiro nos quadros da Seção de Estudos, as autorizações para entrada em área indígena controladas pelo SPI e as concessões para financiamento, foram orientadas, principalmente, para Baldus. Ele e aqueles envolvidos no seu círculo social foram os maiores beneficiários. Para se ter uma ideia, Harald Schultz, então assistente de Baldus, teve todos os pedidos de autorização concedidos, tanto para pesquisas etnográficas, envolvendo o recolhimento de coleções, quanto o apoio pela infraestrutura do Serviço. A partir de 1949 a Seção de Estudos passou a contar com recursos próprios para pesquisas externas oferecendo, além do apoio administrativo dos postos indígenas; o transporte do pesquisador até a área onde efetuará sua pesquisa; verbas para pagamento de informante, de auxiliares de “campo” como remeiros e cozinheiros e para a compra de “brindes” para os índios.

O primeiro beneficiado com aquela medida foi o então professor da Escola Livre de Sociologia e Política, Kalervo Oberg, e seu aluno, Fernando Altenfelde Silva, que a partir dos recursos financeiros disponibilizados pela Seção de Estudos

---

<sup>295</sup> Carta de Darcy Ribeiro para Hebert Baldus datada de 24 de maio de 1948. Série correspondência geral, sub-série correspondente Herbert Baldus. Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR).



deram início às suas pesquisas junto aos índios do Xingu.<sup>296</sup> No entanto o financiamento não garantiu à Seção de Estudo o recebimento, além da publicação da própria pesquisa, outro material que, em parte, cobrisse o custo daquela operação, tais como uma coleção fotográfica ou etnográfica. Nestes primeiros anos de concessão de financiamento, o que se ressaltou foi o papel desempenhado por Darcy Ribeiro dentro da Seção de Estudo para aquela iniciativa que correspondeu a colocação que Miceli<sup>297</sup> fez quando se referiu ao modelo de financiamento dado às pesquisas em Ciências Sociais. Para ele, os cientistas sociais, no período de 1930 a 1940, receberam financiamento para as suas pesquisas em proporção ajustada à dimensão da área; obtidas por meio de alianças entre as lideranças intelectuais dos diversos setores da produção científica e os burocratas do governo. Segundo o autor, este relacionamento revelou:

*uma das modalidades de inserção dos cientistas sociais numa nova etapa de divisão do trabalho político e cultural, fazendo com que essa área acadêmica de formação fosse se tornando um espaço diferenciado de suprimento de quadros técnicos e de mão-de-obra altamente qualificada para postos executivos de alto nível dentro e fora das agências de fomento da atividade científica e tecnológica.*<sup>298</sup>

A posição assumida por Darcy Ribeiro ilustra com clareza tal colocação. Atuando no interior do SPI, Darcy Ribeiro acabou viabilizando financiamentos a agentes externos à agência, que passaram a organizar suas pesquisas e difundilas em revistas especializadas também organizadas por eles. Nesta posição tornaram-se formadores de opinião. À medida que suas pesquisas eram organizadas e publicadas, outras agências interessadas nos seus temas ofereciam novos financiamentos. Devidamente qualificados, técnica e publicamente,

<sup>296</sup> ALTENDELDE SILVA, Fernando. *O estado de "Uanki" entre os Bakairi*, 1950. Ver também sobre as viagens que o autor promoveu na região do Xingu em 1947 e 1948 em: ALTENDELDE SILVA, Fernando. *O mundo mágico dos Bacairis*, 1993.

<sup>297</sup> MICELI, Sérgio. *O cenário institucional das Ciências Sociais no Brasil*, 1995.

<sup>298</sup> Idem, p. 11.

acabavam por interferir na condução das políticas públicas; assim, ocupavam, simbolicamente, um espaço na arena social.

A aliança estabelecida entre Darcy Ribeiro, como representante de uma agência oficial, e Baldus funcionava como uma via de mão dupla. Para Baldus representava, além da influência da etnologia paulista sobre a agência indigenista oficial, a possibilidade de financiamento de suas pesquisas e daquelas relacionadas ao seu círculo social. Para Darcy Ribeiro significava a garantia de orientação técnica na programação e desenvolvimento de suas pesquisas etnográficas e espaço para a publicação de seus trabalhos, já que Baldus era o editor da *Revista do Museu Paulista* – publicação especializada em etnologia indígena cuja inserção de artigos representava para seus autores reconhecimento no interior do círculo antropológico. Para Darcy Ribeiro, além do reconhecimento dado por seus artigos naquele espaço literário, as publicações o fortaleciam institucionalmente, possibilitando sua intervenção, sempre em maior escala, na condução da política indigenista oficial.

Em 1949 a Seção de Estudos ampliou seu financiamento, que foi destinado a Egon Schaden, amigo de Baldus e professor substituto de Emílio Willems na disciplina de etnologia indígena da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São de Paulo. Segundo Schaden, suas pesquisas etnológicas começaram em 1943, mas devido a falta de recursos não foi possível realizar nenhuma viagem à área indígena. Os financiamentos para aquela atividade começaram em 1946, quando recebeu da Faculdade de Filosofia verba para realizar uma investigação de campo junto aos índios Guarani. No ano seguinte, por meio de um financiamento dado a Baldus pela Escola Livre de Sociologia e Política, em cujo projeto ele foi incluído, pôde reencontrar os índios Guarani e travar conhecimento com os Kaingang e Terena, que viviam na mesma área. Esta pesquisa, mesmo não tendo sido por ele mencionada, contou com o apoio do SPI, representado pela Seção de Estudos que viabilizou sua acomodação e transporte entre os postos.

Aquele financiamento direcionado a Schaden pela Seção de Estudos, em 1949, representava, tanto para ele quanto para a Seção de Estudos, o primeiro a cobrir todas as despesas de pesquisa. Para ele, foi o primeiro financiamento

recebido de instituição não acadêmica e lhe garantiu recursos suficientes para permanecer em “campo” por um período maior que os das viagens anteriores. A verba disponibilizada pela Seção de Estudos incluía os valores das passagens para o deslocamento do financiado, da cidade onde residia até a Inspetoria de destino, e desta para os postos indígenas; cobria também o pagamento de auxiliares de campo e de informante e a compra de “brinde” para os índios. Em contra partida o financiado tinha que encaminhar para a Seção de Estudos, além de um plano de trabalho que apontasse os objetivos da pesquisa, sua importância científica, os ganhos administrativos para a agência e os meios de sua publicidade, tendo em vista a organização de uma coleção etnográfica e fotográfica e de um relatório de viagem.

Em junho de 1949 Schaden partiu em direção aos principais núcleos ervateiros dos índios Guarani Kaiwá, localizados no sul de Mato Grosso. Em agosto daquele ano, em correspondência com Darcy Ribeiro, deu notícias sobre o seu trabalho informando que havia organizado uma coleção etnográfica para o “Museu do SPI”:

*Fiz uma coleção etnográfica, em que estão representados quase todos os produtos característicos da cultura material dos grupos visitados. Tratarei de estudar pormenorizadamente as várias peças e farei um catálogo que acompanhará a coleção quando esta for enviada ao Museu do SPI. (...) a documentação fotográfica também é boa.<sup>299</sup>*

A coleção organizada por Schaden contou com 142 objetos divididos nas categorias de cestaria, plumária, tecido, instrumentos musicais, implementos de madeira e adornos de materiais ecléticos, que foram prontamente registrados. No entanto, o mesmo não ocorreu com a coleção fotográfica, motivo de queixa anos mais tarde, expresso em seu comentário:

---

<sup>299</sup> Carta de Egon Schaden para Darcy Ribeiro datada de 04 de agosto de 1949. Série indigenismo, sub-série SPI – Egon Schaden. Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR).

*A Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios me forneceu dinheiro para uma viagem ao sul do Mato Grosso com a incumbência de trazer uma coleção de objetos Kayowá para o museu. Entreguei a coleção, cuidadosamente fichada, junto com os negativos fotográficos e as gravações de música indígena, que tinha feito com muito sacrifício. Não se inventara ainda gravador com pilhas e eu tivera de levar comigo um monstruoso gerador de energia elétrica movido a motor de gasolina. Consta-me, aliás, que as gravações já não se encontram no museu. Quanto aos negativos, não foram localizados quando, certa vez, pedi algumas ampliações para uma publicação.<sup>300</sup>*

As pesquisas realizadas por Schaden, iniciadas em 1949 e finalizadas em 1950, em parte só foram possíveis devido à interferência de Darcy Ribeiro que procurou controlar as verbas da Seção de Estudos destinadas a financiamentos externos. Mesmo quando Darcy se encontrava longe da Seção, como ocorreu em 1949 quando esteve promovendo pesquisa junto aos índios Kaapor, encaminhava, principalmente a Serpa, cartas recomendando a inclusão nos planos de trabalho da Seção de recurso para a continuação das pesquisas que Schaden vinha desenvolvendo.

*A SE deverá, a nosso ver, dar oportunidade ao Sr. Egon Schaden de continuar seus estudos de cultura material, organização social e vida religiosa dos índios Kaiwá do Sul de Mato Grosso, iniciada ano passado. Em virtude dos seus compromissos como professor da Faculdade de Filosofia, ele só poderá realizar trabalhos de campo no segundo semestre. Já tendo feito o “survey” sobre a possibilidade de pesquisa etnológica naquela área, deverá iniciar o estudo do grupo, para o qual será necessária uma permanência de, ao menos, três meses (...). Creio que ele poderá realizar este programa com 25 contos por se tratar de núcleo pequeno e de região de fácil acesso. A SE não interessa financiar-lhe pesquisa por um período menor de três meses.<sup>301</sup>*

<sup>300</sup> SCHADEN, Egon. *Os primeiros tempos da antropologia em São Paulo*, p. 255.

<sup>301</sup> Carta de Darcy Ribeiro para Hebert Serpa datada de 21 de novembro de 1949. Série indigenismo, sub-série SPI. Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR).

O teor desta correspondência deixa entrever que para Darcy Ribeiro era importante que os financiamentos oferecidos pela Seção de Estudos continuassem destinados aos seus interlocutores. Como também fica nítida sua ascendência sobre o grupo que atuava na Seção de Estudos, principalmente sobre Serpa; posição que o favorecia no encaminhamento das questões relativas aos trabalhos que a Seção vinha desenvolvendo.

### **5.5. O novo ambiente da Seção de Estudos: o prédio da Mata Machado**

Paralelamente às atividades de pesquisa que vinham sendo realizada desde 1947, a Seção de Estudos começou a enfrentar seus primeiros problemas com relação às instalações de seus núcleos de apoio, ou seja, os laboratórios e as salas de exposição etnográficas localizados no Instituto Benjamim Constant. Em abril de 1947 o então diretor do Serviço, Donatini, enviou um ofício ao Ministro da Agricultura informando que o diretor do Instituto Benjamim Constant (IBC), João Alfredo Lopes, havia lhe encaminhado um pedido solicitando a desocupação das salas em que o Serviço abrigava os núcleos de apoio da Seção de Estudos. O pedido estava relacionado à necessidade do IBC em ampliar sua Seção de Medicina e Prevenção de Cegueira a fim de transformá-la no Serviço de Medicina e Prevenção de Cegueira.

A utilização daqueles ambientes começou em 1891, pela Comissão de Linhas Telegráficas, que a partir de 1907 ficou conhecida como Comissão Rondon, quando o Instituto foi transferido para a Praia Vermelha. A situação esteve relacionada a dois motivos: a falta de prédios para instalação de serviços públicos e ao fato de que os órgãos eram parte do mesmo Ministério, o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, cujo Ministro naquele período era Benjamim Constant.

*Instalado o Instituto em seu novo edifício, a sua administração tem procurado vencer todas as dificuldades que naturalmente deveria*

*encontrar, já por causa dos trabalhos de construção que continuam a se fazer, já por falta de acomodação necessária para os diversas repartições que estão funcionando por enquanto em compartimentos provisórios.*<sup>302</sup>

Com a desativação da Comissão em 1915, aqueles espaços foram mantidos para darem suporte ao que sobrou de suas atividades. Em 1927 eles se tornaram um dos núcleos do Serviço Especial de Fronteira, que assumiu o espólio da Comissão. Como este foi transferido para o CNPI, em 1942, aqueles ambientes vieram “anexados” ao processo e foram, naquele mesmo ano, cedidos extra-oficialmente para o SPI instalar a sua Equipe Etnográfica. Esta situação só veio a mudar em 1948, quando os laboratórios deixaram o Instituto e foram transferidos para a Rua Mata Machado, no Maracanã, passando definitivamente para o controle do SPI.

*Todo o pessoal que fazia parte do Serviço Foto-cinematográfico, instalado no porão do Instituto Benjamin Constant, na praia vermelha, passou a ficar, para todos os fins, subordinado ao SPI,(Seção de Estudos), sob cuja guarda ficou todos os materiais pertencentes a este Conselho, bem como vários filmes, negativos e positivos.*<sup>303</sup>

O histórico do Instituto<sup>304</sup> informou que a construção da segunda etapa do edifício, prevista em seu projeto inicial, teve início somente em 1937 tendo sido finalizada em 1944, interregno de tempo que interrompeu suas atividades de ensino, sem, no entanto, interferir nas atividades das outras instituições instaladas naquele ambiente. No ano que antecedeu a sua reinauguração, ou seja, 1943, João Alfredo Lopes, então seu diretor, encaminhou um ofício ao Ministro da Agricultura solicitando a desocupação daquelas salas pelo SPI.

<sup>302</sup> Relatório do diretor do Instituto Benjamin Constante ao Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. Série Educação IE5-64, 1891 – CODES, pp. 22-3. Arquivo Nacional.

<sup>303</sup> Relatório Anual do CNPI de 1947, 2º folha da introdução, MF. 279, FG. 1192. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>304</sup> Instituto Benjamin Constant. *150 anos do Instituto Benjamin Constant*, 2007.

*Sr Ministro.*

*Devido este colégio padrão para crianças cegas e amblíopes inaugurar os cursos em sua nova fase no próximo ano e tendo esta Diretoria urgente necessidade de restaurar e instalar a sua Seção Médica e de Pesquisa na parte ocupada a título precário, pelo Serviço de Proteção aos Índios desse Ministério, solicito a V. Ex. providência para a mudança do referido Serviço do edifício do IBC.<sup>305</sup>*

Seu apelo não surtiu efeito. Em junho de 1944 um novo ofício<sup>306</sup> foi por ele encaminhado, mas dirigido a Rondon, reiterando a necessidade de desocupação das salas conforme acordo estabelecido entre aquela Instituição, o Ministério da Agricultura e o DASP. No entanto o acordo não foi cumprido e as salas continuaram ocupadas pela Equipe. O relatório do IBC, de 1946, encaminhado à Comissão de Inquérito informou que a ocupação de algumas salas do Instituto – pelo Conservatório Nacional de Canto Orfeônico e pelo Serviço Nacional de Proteção aos Índios – impedia que o órgão ampliasse o número de alunos, internos e externos. Situação que se mantinha, mesmo depois de reiterados pedidos encaminhados aos dirigentes daqueles órgãos e às autoridades competentes.

*Apesar dos meus reiterados ofícios aos Srs. Ministro da Agricultura e Educação, encarecendo a necessidade de desocuparem as instalações do IBC, aquelas duas repartições, até hoje não conseguiram o desejado intento.<sup>307</sup>*

Buscando encontrar uma solução para aquele problema, o SPI saiu em busca de um novo local para instalar “seus” laboratórios e sua Equipe. De início recorreu ao Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas (SNPA), ligado à Universidade Rural, e que se encontrava instalado no prédio onde funcionava o gabinete do Ministro da Agricultura, ou seja, na Avenida Pasteur nº 404. Em 1947 o SNPA estava em processo de mudança para o Km 47 da estrada Rio-São Paulo, onde se encontrava instalada a Universidade Rural. O objetivo do SPI era transferir

<sup>305</sup> Série Educação, fundo 93, IE5-104, 1943. Arquivo Nacional.

<sup>306</sup> Idem. IE5-99, 1944. Arquivo Nacional.

<sup>307</sup> Ibidem. IE5-116, p. 13, 1946. Arquivo Nacional.

seus laboratórios para os espaços liberados pelo SNPA. No entanto, o processo de transferência, iniciado no mês de abril, em novembro ainda não havia sido concluído. Circulou por uma série de seções e departamentos cujos despachos não foram favoráveis ao SPI. Isto, de certo modo, deixa entrever que o órgão, representado por Donatini, não tinha influência política suficiente para reverter o conteúdo dos despachos contrários a sua solicitação. Diante da necessidade de desocupação das salas do Benjamin Constant, e sem local para onde transferi-las, foi aceita a proposta oferecida pelo diretor do IBC para instalação provisória dos laboratórios nos porões daquele prédio.<sup>308</sup> O novo ambiente, além de provisório, apresentava uma infraestrutura pior do que o anterior, obrigando o Serviço a continuar buscando um novo local.

No início de 1949 o Ministério da Agricultura destinou para uso do SPI o primeiro andar do prédio localizado na Rua Mata Machado, no Maracanã, que além de abrigar os laboratórios, serviu como sede da Seção de Estudos. Aquela medida resolveria dois problemas que a Seção vinha enfrentando, um intrínseco ao outro: encontrar um espaço com melhor infraestrutura para instalar seus laboratórios; e reunir em um só local suas subseções, ou seja, a biblioteca, o acervo etnográfico, os arquivos textuais e imagéticos, visando uma maior integração entre eles.

Sobre o imóvel da Rua Mata Machado o relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), de 1923,<sup>309</sup> informou que o mesmo fazia parte de um conjunto de sete pavilhões pertencentes ao Ministério, localizado na Rua Mata Machado, onde funcionavam Postos Veterinários. Estes Postos faziam parte do Serviço de Indústria Pastoral, criado em 1914, em substituição ao Serviço de Veterinária instituído na estrutura do Ministério já no ano de sua criação, ou seja, 1909. Referendando estas informações Ferraz e Biase<sup>310</sup> informaram que o casarão possuía vários medalhões, em estuque, aplicados na fachada trazendo as inscrições SV, monograma que o ligam ao extinto Serviço Veterinário. Os mesmos autores também informam que a instalação de um serviço daquela natureza na

---

<sup>308</sup> Relatório Anual do CNPI de 1948. Introdução, 2ª folha, documento original. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>309</sup> Relatório anual do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio de 1923, p. 274. Base CRL.

<sup>310</sup> **FERRAZ**, Eucanaã; **BIASE**, Maria Tereza. *Histórico*, 1997.



região atendia a uma determinação governamental. O MAIC tinha como função auxiliar a criação nacional e a importação de cavalos puro sangue por intermédio da sociedade de corridas hípicas da Capital da República, e a Derby Club, primeira sociedade naquela natureza na Capital Federal, estava instalada naquela região. Sendo assim, explicam os autores, era pertinente a construção de imóveis que viessem servir à confluência de interesses que estavam em jogo.

Quanto aos responsáveis por sua construção e a data em que ela ocorreu, não foram localizados na documentação disponível. O mais provável é que tenha sido projetado pelos engenheiros que atuavam no escritório do MAIC. A construção dos imóveis públicos era de responsabilidade de cada ministério, por isso, cada um deles tinha um departamento responsável pelos seus projetos e conservação. Esta situação só foi alterada em 1927, quando as propriedades nacionais passaram para a esfera da Diretoria do Patrimônio Nacional, pertencente ao então Ministério da Fazenda.<sup>311</sup>

Quanto ao ambiente em torno do local onde o imóvel se encontrava, no momento da instalação da Seção de Estudo, a documentação apontou que a região era desprovida de qualquer comércio e rede de transporte. Em 1960, ou seja, mais de uma década após a transferência da Seção de Estudos para aquele local, Nilo Velloso, então chefe da Seção de Estudos, fez o seguinte comentário sobre a localização do Museu do Índio no Maracanã: “Sr. Diretor, os visitantes deste Museu do SPI são pessoas interessadas pelo problema indígena uma vez que pela localização é difícil o acesso a este Museu”.<sup>312</sup> No período em que se deu a transferência da Seção de Estudos, o atual Estádio Mário Filho estava sendo construído no terreno onde antes havia o hipódromo Derby Club e o terreno localizado atrás do prédio era utilizado para as manobras dos tanques de guerra do Exército. Somadas estas características relativas ao entorno do prédio, a região também abrigava uma das maiores favelas da Capital da República, a do Esqueleto, construída em torno de um prédio abandonado, e sua remoção só ocorreu na década de 1960, para dar lugar à Universidade do Estado do Rio de

---

<sup>311</sup> Sobre o assunto ver: Relatório Anual do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio de 1927.

<sup>312</sup> Ofício SPI/4526/59, de 9 de fevereiro de 1960. MF. 339, FG. 1330. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

Janeiro (UERJ). Portanto, no ano em que ocorreu a transferência, a região não apresentava boas condições de serviço e transporte para abrigar a Seção de Estudos.



313

---

<sup>313</sup> Foto 55 Construção do Estádio Mario Filho, no Maracanã, tendo ao fundo o prédio da rua Mata Machado. R763-20. Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro.



314

Além das adversidades da região, o espaço interno do prédio também apresentava dificuldades. Foi destinada à Seção de Estudos a ocupação do primeiro pavimento, visto que o térreo, segundo Ney Land<sup>315</sup>, era ocupado pelo Serviço de Óleo e Gorduras do Ministério da Agricultura.

Mesmo que o local onde o prédio se encontrava construído não apresentasse as melhores características, sua cessão para a instalação da Seção de Estudos acabou aliviando parte dos problemas que ela vinha enfrentando, pois viabilizou a reunião, junto à chefia da Seção, dos seus demais núcleos de apoio. Problema que até então impedia o melhor aproveitamento dos seus arquivos, principalmente, o imagético e o textual que passariam, junto com a biblioteca, a serem acessados conjuntamente; facilitando a consulta dos mesmos pelos agentes internos e externos da Seção de Estudos.

<sup>314</sup> Foto 56 - Terreno que servia para manobra dos tanques de guerra do exército. 1942. R763-22. Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro.

<sup>315</sup> Depoimento de Ney Land, funcionário do Museu do Índio, ao Jornal O GLOBO, em 8 de janeiro de 1991. DR/i/f 1969.03.29. Fundação Darcy Ribeiro.

Para a efetivação da transferência da Seção de Estudos, foi necessário que o espaço passasse por uma reforma tanto para melhoria de seu aspecto interno, quanto para adaptar o novo espaço às funções que exerceria. Ou seja, acomodar técnicos e instalar o laboratório fotográfico e cinematográfico. Sobre os trabalhos de adaptação da Seção de Estudos Serpa informou:

*Com a mudança da sede e dos laboratórios complementares da SE, para a Rua Mata Machado, foram desarticulados os trabalhos técnicos de fotografia, cinematografia, almoxarifado, arquivos e biblioteca, que transferidos para a nova sede tiveram de ser reinstalados. Essas trabalhosas reinstalações realizadas pelos próprios serventuários e técnicos da SE dão provas sobejas de dedicação aos trabalhos que carecem de registro especial nesta sumula.<sup>316</sup>*

Informações sobre o mesmo assunto foram fornecidas pelo relatório anual do CNPI de 1949. Há registro de que as obras promovidas pelo SPI, no espaço destinado a abrigar a Seção de Estudos, foram estendidas a todo o prédio do Ministério:

*(...) a Seção de Estudos do SPI depois que se instalou no Maracanã, à Rua Mata Machado, passou por grandes reformas que também se estenderam ao próprio nacional do Ministério da Agricultura, cedido para sede daquela Seção, da Biblioteca e de outras dependências do Serviço. Tais reformas visavam ampliar e melhorar a aparelhagem relativa à fotografia e à cinematografia, assim como organizar convenientemente os mostruários de artefatos indígenas e de todo material concernentes aos estudos de etnografia e etnologia. Embora ainda em período de organização, já se pode apreciar que, sob segura orientação técnica, estará em breve nas condições de cumprir as obrigações regulamentares que lhe são atribuídas.<sup>317</sup>*

O encerramento das reformas foi marcado por um evento que contou com a presença dos membros do Conselho, e de Rondon, como primeiro diretor do SPI. Na ocasião da inauguração da nova sede da Seção de Estudos, ele se manifestou:

<sup>316</sup> Sumula dos trabalhos realizados pela Seção de Estudos no período de 18/10/1948 á 19/10/1949. MG. 335, FG. 859. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>317</sup> Relatório Anual do CNPI, 1949. MF. 1C-CNPI, FG. 3914. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

*Atendendo a este gentil convite, tive ocasião de visitar essas novas instalações e verificar a ampliação, ali estão sendo tomados o mostruário de artefactos indígenas e as instalações de fotografia e cinematografia, inclusive mesmo instalações destinadas a executar trabalhos em technicolor.*<sup>318</sup>

Pelos comentários ficamos sabendo que houve um esforço por parte do SPI em adaptar os ambientes destinados à Seção de Estudos, como também do investimento para a compra de novos equipamentos fotográficos e cinematográficos visando à obtenção de fotografias e películas coloridas e de mobiliário destinado às amostras etnográficas. Os fatos relatados demonstram que a operação formada pelo novo ambiente, a reunião do acervo, contratação de técnicos especializados e mobiliários, resultou no delineamento da organização do futuro museu, de modo mais incisivo que em épocas anteriores. Como também demonstrou que ao futuro museu já estavam associados os serviços que lhes dariam suporte técnico, tais como biblioteca, arquivo textual e imagético e salas de projeção, ou seja, respeitando o projeto da “Casa do Índio”.

## **5.6. A Seção de Estudos e a organização do acervo etnográfico**

Resolvidos os problemas relacionados à adaptação do espaço físico da Seção de Estudos e a reunião de seus acervos textual, fotográfico e etnográfico, restava resolver os problemas de sistematização daquele conjunto documental. A biblioteca já contava com técnico especializado e, em certa medida, o arquivo textual e imagético vinha sendo organizado por agentes administrativos, sobretudo o imagético, que estava sendo instituído pelo fotógrafo Nilo Velloso e pelo cinematografista Heinz Forthmann; restando apenas o etnográfico, cujos servidores que promoviam a sua documentação desconheciam os melhores métodos para a sua sistematização e aproveitamento. Em 1949 a Seção de Estudos promoveu a contratação de dois museólogos, buscando melhorar a sistematização daquele acervo que vinha se avolumando e, assim, iniciar a organização do museu etnográfico. A contratação dos museólogos foi um desdobramento das relações

---

<sup>318</sup> Relatório anual do CNPI, 1949. MF. 1C-CNPI, FG. 3609. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

entre a Seção de Estudos e o Museu Histórico Nacional, iniciada em 1948 quando aquele ambiente institucional serviu para abrigar a exposição etnográfica para as comemorações do Dia do Índio.

*Na vida interna da SE, cumpre registrar com nota auspiciosa a admissão dos técnicos próprios a instalação do Museu Indigenista do SPI. Assim é que por intermédio de indicação do ilustre Diretor do museu Histórico do Rio de Janeiro, foi proposta e admitida a técnica museologista Srta. Dulce da Silva Rebello e logo em seguida o zelador do museu, também diplomado pelo curso de Museologista do referido Museu Histórico, Sr. Geraldo Pitaguary.<sup>319</sup>*

Dulce Rebello e Geraldo Pitaguary foram contratados em junho de 1949 por um período de seis meses, e deram início às atividades de identificação, separação e higienização do acervo etnográfico. Para Serpa aquelas contratações, além de auxiliar a Seção na organização do acervo etnográfico, significavam o início de algumas atividades da Seção relacionadas no Regimento Interno do Serviço, até então inviabilizadas devido à carência de material humano.

---

<sup>319</sup> Sumula dos trabalhos realizados pela Seção de Estudos no período de 18/10/1948 a 19/10/1949. MF. Arquivo do Museu do Índio.



320



321

Em junho, Rebello encaminhou seu primeiro relatório informando sobre os trabalhos que vinha realizando junto ao material etnográfico.<sup>322</sup> Informou que, a partir daquelas observações, encaminhou à chefia da Seção de Estudos uma sugestão para promover uma visita a instituições museológicas, com o objetivo de verificar como elas procediam para a catalogação dos seus acervos, visando a adotar o mesmo padrão para o pertencente à Seção. Sua sugestão ficou restrita ao Museu Histórico Nacional e ao Museu Nacional, ambas instituições renomadas e cujos acervos, em princípio, se encontravam documentados.

Do livro de registro do Museu Histórico Nacional, Rabello copiou seus itens informacionais. O mesmo procedimento não foi possível no Museu Nacional, pois a museóloga não teve acesso àquele tipo de documento. Segundo o mesmo relatório,<sup>323</sup> Rebello foi recebida pela então diretora da instituição, Heloisa Alberto

<sup>320</sup> Foto 57 - Dulce Rebello. Arquivo da Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>321</sup> Foto 58 - Geraldo Pitaguary. Arquivo da Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>322</sup> Relatório de Dulce Rebello de junho de 1949. MF. 380, FG 946 a 951. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>323</sup> Idem.

Torres, que lhe prestou todas as informações sobre o tipo de registro que o museu praticava sem, no entanto, autorizar o seu acesso aos documentos.

Após estas visitas os museólogos adotaram como modelo de catalogação do acervo etnográfico da Seção de Estudos, o utilizado no Museu Histórico Nacional. Esta atitude provavelmente esteve relacionada tanto à familiaridade que eles tinham com aquela instituição, já que o curso que os formou era ministrado em suas dependências, quanto à atitude de Heloisa Alberto Torres em não permitir o acesso ao livro de registro do acervo etnográfico do Museu Nacional. Assim sendo, o processamento das informações do acervo etnográfico da Seção de Estudos foi um registro sumário das peças em livro padronizado, modelo 1542, impresso pela Imprensa Nacional complementado com fichas, também padronizadas, que continham maiores informações sobre cada objeto.

O mesmo documento que informou sobre o modelo de registro adotado para o material etnográfico da Seção de Estudos, também esclareceu em que estado se encontrava a sua documentação, sem, no entanto, quantificar o número de objetos que a Seção possuía. Rebello informou que 40% do material etnográfico se encontravam etiquetados e listados pelo antigo responsável; 20% estavam etiquetados e relacionados, mas não apresentavam informações quanto a sua procedência, e os 40% restantes não possuíam etiquetas, nem estavam relacionados. E muitos dos objetos que se encontravam etiquetados e relacionados apresentavam números repetidos. Pela situação exposta conclui-se que cerca de 60% do material etnográfico não estava documentado. A situação na qual se encontrava a documentação do acervo, em parte, justifica a dificuldade que a Seção de Estudos tinha para explorar, cientificamente, aquele material, tanto nas exposições etnográficas, quanto em sua abertura para pesquisa, pois a grande maioria dos objetos não tinha sequer as etnias identificadas.

Como medida para amenizar a situação, os museólogos promoveram uma recatalogação de todos os itens por eles encontrados, que contou com uma nova numeração para cada peça, relacionada no Livro de Tombo,<sup>324</sup> aberto em 16 de

---

<sup>324</sup> O Livro de Tombo é aquele que promove a ordenação das peças que fazem parte de um acervo. A palavra Tombo vem do latim *Tomex*, que significa inventário, arrolamento, registro.



dezembro de 1949. Pela orientação que receberam no Museu Histórico Nacional, as possíveis correções das informações inscritas no Livro seriam feitas posteriormente, nas fichas individuais de cada peça, a partir de pesquisas efetuadas pela equipe. Como inexistem maiores informações sobre os procedimentos adotados pelos museólogos para a abertura do Livro, e como as fichas individuais não foram localizadas, o primeiro registro sistematizado do acervo etnográfico da Seção de Estudos foi o Livro de Registro aberto naquele ano, organizado por Geraldo Pitaguary:

*Uma vez registrado o objeto, é o mesmo separado para estudo. Ao estudá-lo, o técnico verifica, se são verdadeiras ou não, as informações constantes da guia de encaminhamento do objeto ou do expediente que o acompanha quando de sua doação. Estudado o objeto, e devidamente identificado, faz-se uma ficha para o mesmo. Nesta os elementos que estão discriminados no catálogo geral ou livro de registro, acrescidos de alguns outros, como bibliografia e número do catálogo, ainda no verso da ficha, e no reverso, descrição, histórico e comentário da peça<sup>325</sup>.*

Nascimento<sup>326</sup> fala sobre o apagamento de memória das coleções que deram entrada no Museu Nacional no século XIX. Segundo a autora, a situação foi efetivada pela retirada nos registros dos objetos dos nomes de alguns de seus coletores e doadores. Para ela, aquela atitude esteve relacionada tanto à necessidade do Museu Nacional em reforçar a coleção institucional, quanto apagar a memória de alguns agentes cujos nomes não estavam sintonizados com os projetos republicanos. Mas esta característica não ficou restrita àquele século. Muitas coleções que deram entrada no Museu Nacional, e em outras instituições, durante as décadas de 1930 a 1950, apresentam as mesmas características. Não devido a um tratamento proposital por parte daquelas instituições, buscando apagar a memória de seus coletores e colecionadores, mas devido ao volume de material que nelas deram entrada sem que, contudo, estivessem preparadas para promoverem a sua documentação. Ao se folhear os livros de registro destas

<sup>325</sup>Relatório de Junho de 1949. MF. 380, S/FG. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>326</sup>NASCIMENTO, Fátima Regina. *A formação da coleção de indústria humana no Museu Nacional, no século XIX*, pp. 21, 67-9.

instituições, leia-se Museu Nacional, Museu Goeldi e Museu Paulista, verifica-se um grande volume de objetos que não possui informações sobre seus coletores, doadores e sobre sua procedência. Entre estas instituições incluo a Seção de Estudos, visto ter sido ela a organizadora do acervo que serviu de base para a exposição etnográfica que abriu o Museu do Índio em 1953; cuja documentação do acervo também apresentava os mesmos problemas. Grupione,<sup>327</sup> em artigo recente, referenda esta afirmação:

*Em quase todos os museus (etnográficos) encontramos conjuntos significativos de peças sem identificação sequer do coletor e da data de coleta e muitas vezes também do grupo étnico que as produziu. Uma parte considerável das coleções existentes em museus brasileiros constitui, na verdade, conjuntos de peças, coletadas de forma aleatória, fragmentadas e desacompanhadas de uma documentação básica, necessária para seu estudos.*<sup>328</sup>

Folheando os artigos sobre as pesquisas etnográficas desenvolvidas entre as décadas de 1930 a 1970 é fácil verificar que um grande número de objetos foi coletado como complementos de pesquisas e encaminhados, na sua grande maioria, para os museus etnográficos. Os escritos que versam sobre estas coleções, poucos ainda, também nos fornecem um panorama do volume de objetos recolhidos naquele período. Este volume acentuado de objetos tem sua base explicativa no contexto político e cultural daquele período.

Dentro do contexto político, o colecionismo de acervos etnográficos esteve relacionado ao afã patrimonialista envolvido na política nacionalista de Vargas, que por meio de Atos e Decretos criou cursos, conselhos e serviços voltados para o reconhecimento e manutenção dos bens móveis e imóveis nacionais. Neste contexto a preocupação com os objetos etnográficos, ou seja, seu reconhecimento, ficou mais explícito tanto no Curso de Museus quanto no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas<sup>329</sup>. No primeiro, pela inclusão em sua grade

<sup>327</sup> GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *Os museus etonográficos, os povos indígenas e a antropologia*, 2008.

<sup>328</sup> Idem. p, 26.

<sup>329</sup> O curso de Museu foi instituído no âmbito do Museu Histórico Nacional em 1932 e o Conselho de Fiscalização de Expedições Artísticas e Científicas no Brasil foi criado em 1933. Sobre o primeiro ver: SÁ, Ivan Coleho de; SIQUEIRA, Graciele Karine. *Curso de Museus – MHN, 1932-1978*. 2007. Sobre o segundo ver: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *Coleções e Expedições vigiadas*. 1998.

curricular das disciplinas de Antropologia e Arqueologia, apontando para uma preocupação com o reconhecimento e a preservação de objetos daquela natureza.<sup>330</sup> No segundo, tanto pelo seu objetivo,<sup>331</sup> quanto pela origem dos seus membros, oriundos do Museu Nacional, da Escola Nacional de Belas Artes e do Instituto Geológico e Mineralógico. Instituições cuja tipologia da matéria-prima com a qual tratavam identificava quais eram as categorias que estavam envolvidas na constituição de “patrimônios” culturais nacionais, como também reforça a ideia que os bens naturais – flora, fauna, objetos etnográficos e arqueológicos e materiais mineralógicos – estavam relacionados entre os objetos históricos e artísticos, como constitutivos do “patrimônio nacional”.

Deixando o campo político, e nos restringido ao plano cultural, especificamente aquele formado pelos intelectuais que militavam na área de antropologia, o colecionismo de material etnográfico esteve relacionado a dois fatores fundamentais. Primeiro, a suspeita de que as comunidades indígenas estavam em vias de desaparecer em decorrência da atuação devastadora das frentes de expansão econômicas que se intensificaram nas décadas de 1930 a 1950. E, segundo, porque mesmo que aquele período tenha ficado marcado pelo deslizamento do ensino de etnologia e etnografia dos museus de história natural para as recém-criadas faculdades de ciências sociais, espaços vazios de coleções e plenos de teorias, o paradigma que vinha servindo como base para os estudos antropológicos era o “culturalista” cujo seu precursor, Franz Boas, defendia a formação de coleções “holísticas” como instrumento para o entendimento do todo cultural. Assim, o recolhimento de material etnográfico não cessou, porque além de representar o retorno de parte dos gastos efetuados nas pesquisas de campo, era

---

<sup>330</sup> A Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO é a detentora da documentação sobre o curso de museus. Entre a documentação estão as fichas de inscrição e o histórico escolar dos alunos que freqüentaram o curso já no ano de sua institucionalização, ou seja, 1932 onde podemos observar a oferta da disciplina de antropologia e arqueologia, ministrada pelo Prof. João Angyone Costa a partir de 1937. Esta documentação se encontra disponível para consulta.

<sup>331</sup> A Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) é a detentora da documentação sobre o curso de museus. Entre a documentação estão as fichas de inscrição e o histórico escolar dos alunos que frequentaram o curso já no ano de sua institucionalização, ou seja, 1932, onde podemos observar a oferta da disciplina de Antropologia e Arqueologia, ministrada pelo Prof. João Angyone Costa a partir de 1937. Esta documentação se encontra disponível para consulta.

um dos meios para o entendimento do funcionamento das comunidades étnicas distintamente diferentes da formação nacional.

Portanto, para os agentes envolvidos com as ciências sociais, os objetos eram “produtos culturais”, pois ofereciam informações necessárias para a construção de referências capazes de resgatar o *locus* de sociedades particulares, auxiliando na compreensão do seu todo social. E para aqueles envolvidos com a questão da formação do patrimônio nacional, os objetos eram “heranças culturais”, representativos da nação. Em ambos os casos, eram encaminhados aos museus, ou para determinados departamentos universitários.<sup>332</sup> Sendo que os museus eram as instituições que mais se encontravam aptas a recebê-los, e aquelas cuja base de criação envolveu os elementos relacionados aos segmentos constitutivos da nação, ou seja: o histórico, o artístico e o natural. Mesmo que inexista uma pesquisa que aponte o volume de material etnográfico encaminhado aos museus no período em que estamos tratando, ou seja, as décadas de 1930 a 1950, é possível realizar um levantamento sumário desse volume através de algumas publicações da época, recolhidas por agentes preocupados em preservar aquele tipo de acervo.<sup>333</sup>

No período assinalado, o Museu Nacional promoveu inúmeras pesquisas que resultaram em coleções.<sup>334</sup> Quando estas coleções não eram fruto de pesquisa, eram produtos de compras e doações, principalmente provenientes das ações do Conselho de Fiscalização.<sup>335</sup> O Museu Paulista também viu suas coleções etnográficas serem ampliadas. A contratação de Herbert Baldus, em 1946, viabilizou o seu incremento. Baldus promoveu coletas, compras, doações e permutas de objetos etnográficos. Ações que elevaram, significativamente, o

---

<sup>332</sup> Estou me referindo ao Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, criado em 1935 com o propósito de promover a integração entre o ensino e a pesquisa, viabilizando que seus alunos aprendessem sobre cultura material dos grupos associada aos projetos de pesquisa dos professores. Sobre o assunto ver: **ABREU**, Adilson Avansi de. *Quantos anos faz o Brasil?*, p. 133.

<sup>333</sup> Sobre o assunto ver: **DAMY**, Antonio Sérgio; **HARTMANN**, Thekla. *As coleções etnográficas do Museu Paulista*, 1986. **DORTA**, Sonia Ferraro. *Coleções etnográficas*, 1992. **ABREU**, Edilson Avansi de. *Quantos anos faz o Brasil*, 2000.

<sup>334</sup> O Boletim do Museu Nacional, *Nova Série*, possui diversos artigos onde os pesquisadores utilizaram as coleções etnográficas que coletaram como base para seus artigos, como exemplo: **LIMA**, Pedro E. *Os índios Waurá*, 1950.

<sup>335</sup> **GRUPIONI**, Luis Donisete B. *Coleções e expedições vigiadas*, 1998. Toda a obra, em especial as pp. 64-7.

número de objetos daquela natureza, segundo as pesquisas de Damy e Hartmann<sup>336</sup>. As coletas eram “produto” das pesquisas de Baldus e de seu assistente, Harald Schultz. As doações, “pagamento” pelos financiamentos concedidos tanto pelo Museu quanto pela Escola Livre de Sociologia e Política, onde Baldus era professor. O mesmo pode ser verificado no Museu Goeldi, onde Carlos Estevão, então seu diretor, também investiria no aumento da coleção institucional, financiando pesquisas e comprando coleções, principalmente de Curt Nimuendajú. Mas todos, sem exceção, conviveram com o mesmo problema: a documentação.

Sobre a documentação do acervo etnográfico do Museu Paulista até a década de 1940, Brefe<sup>337</sup> informou que embora o Museu possuísse um acervo etnográfico significativo, organizado já nos primeiros anos de sua existência, durante a gestão de Affonso Taunay, sua manutenção e documentação ficou prejudicada em virtude do seu projeto político que esteve voltado para o fortalecimento do acervo histórico. As coleções etnográficas, segundo a autora, ficaram sem espaço para guarda e exibição, e sua documentação comprometida devido à falta de funcionários qualificados para seu trato, o que inviabilizava seu melhor aproveitamento. Este quadro só veio a mudar após 1946, com a contratação de Baldus, que além de promover seu aumento, também realizou sua documentação. No segundo volume da *Revista do Museu Paulista*, Baldus informou a situação na qual encontrou o acervo etnográfico, como também sobre as coletas que praticou, as compras que realizou, as doações que recebeu e as permutas que providenciou. E, ainda, as medidas que tomou em relação a sua documentação e conservação:

*Quando, em 20 de outubro de 1946, fui contratado pelo Governo do Estado de São Paulo, para exercer as funções de Técnico de Etnografia do Museu Paulista, as coleções etnográficas e arqueológicas deste estabelecimento se encontravam no estado mais lamentável, como alias, já foi exposto a V. S. pelo Sr. João Alberto Jose Robbe em relatório datado de 4 de dezembro de 1946. Grande parte das peças estava completamente deteriorada, seja*

<sup>336</sup> DAMY, Antônio Sérgio; HARTMANN, Thekla. *As coleções etnográficas do Museu Paulista*, 1986.

<sup>337</sup> BREFE, Ana Cláudia Fonseca. *O Museu Paulista*, p. 289.

*pela ação perniciosa dos insetos, seja por outros fatores. Muitos rótulos tinham caído, outros estavam colocados erradamente ou se tinham tornado ilegíveis pela influência do sol. Numerosas classificações eram produtos de pura fantasia, ao passo que outras diziam somente “Índios do Brasil” ou, quando muito, “Índios do Norte”. Tudo isso era de molde a penalizar os que conhecem as imensas dificuldades com que semelhante material costuma ser reunido e que percebem ser a perda irreparável.*<sup>338</sup>

Abreu<sup>339</sup> informou que só Harald Schultz recolheu para o Museu Paulista aproximadamente cinco mil objetos oriundos de diversas sociedades indígenas, coletados entre os anos de 1940 e 1960. Quanto ao estado físico daqueles objetos, e a sua documentação, devemos a Baldus as maiores informações.

Sobre o Museu Nacional inexistente bibliografia disponível que informe sobre o volume, a documentação e o estado de conservação de suas coleções. No entanto, é possível, a partir de seus Boletins, proceder um levantamento sumário do número de objetos recolhidos pelos seus técnicos em sua pesquisas etnográficas, onde verificamos que um significativo número de peças etnográficas foi agremiada àquela instituição. Quanto a sua documentação, o modelo administrativo adotado pelo Museu Nacional talvez seja o maior responsável pelas poucas informações que temos sobre cada objeto, e pelas lacunas documentais que seus livros de registros apresentam. Ao que tudo indica o registro das coleções do Museu Nacional, desde o período de sua criação até a década de 1970, foi realizado pelos seus pesquisadores, como revelou Nascimento.<sup>340</sup> Assim como as pesquisas, a tarefa pela documentação dos objetos recolhidos fazia parte dos trabalhos do pesquisador, era parte de seu treinamento, como também a montagem de exposições que envolvessem os materiais por eles recolhidos. Este modelo de registro das coleções adotado pelo Museu Nacional, mesmo sendo executado por técnicos especializados, acabava comprometendo a documentação, já que era uma atividade desenvolvida por muitos e de modo intermitente. O tipo de

---

<sup>338</sup> **BALDUS**, Hebert. *Revista do Museu Paulista*, Nova Série, v. II, p. 305.

<sup>339</sup> **ABREU**, Adison Avansi de. *Quantos anos faz o Brasil?*, p. 127.

<sup>340</sup> **NASCIMENTO**, Fátima Regina. *A formação da coleção de indústria humana no Museu Nacional, no século XIX*, pp. 18-20.

pesquisa que eles realizavam exigia viagens constantes, interrompendo, deste modo, as atividades de registro das coleções.

Duas passagens relatadas por Castro Faria são ilustrativas desse modelo. A primeira se referiu às atividades desenvolvidas por Heloisa Alberto Torres quando ingressou no Museu Nacional, e a segunda se encontra em um fragmento de uma correspondência encaminhada por Eduardo Galvão, solicitando seu desligamento do quadro funcional do Museu Nacional, e que Castro Faria reproduziu. Ambas são elucidativas porque esclarecem o modelo de exercício profissional que os pesquisadores do Museu Nacional praticavam. Vejamos trechos das passagens:

Ao mesmo tempo trabalha em levantamento de fontes bibliográficas, organiza as coleções de arqueologia e etnologia, restaura peças, identifica materiais com base em documentos do arquivo histórico geral do Museu (...). Em 1926 viaja para o litoral de São Paulo, a fim de verificar através de atividade intensa – de manuseio, da catalogação, de restauração – todas as grandes coleções arqueológicas e etnográficas do Museu Nacional.<sup>341</sup>

*Minha folha de serviço, no que se refere a pesquisa de campo, quer nos trabalhos rotineiros da Divisão, ou ainda, na montagem de exposições de Antropologia, atesta o esforço com que me dediquei as tarefas exigidas pelos diversos cargos ....*<sup>342</sup>

Ou seja, cabia aos técnicos do Museu Nacional, além das pesquisas etnográficas, as atividades de rotina, que consistiam no processamento dos dados recolhidos durante a pesquisa e no registro de coleções e montagem de exposições. Castro Faria mesmo que não tenha deixado registrado em seus artigos as atividades de rotina que desenvolvia no Museu Nacional, sua formação em biblioteconomia e Museologia<sup>343</sup> o tornava apto no registro e na montagem de exposições. Familiaridade que ficou marcada nos termos que empregou e no grau de análise que promoveu da exposição etnográfica montada pelo Museu Nacional

<sup>341</sup> CASTRO FARIA, Luís. Anuário antropológico 77, p. 330-331.

<sup>342</sup> \_\_\_\_\_. Anuário antropológico 76, p. 350.

<sup>343</sup> SÁ, Ivan Coelho de; SIQUEIRA, Graciele Karine. *Curso de Museus- MHN, 1932- 1978*, 2007, pp. 35-6.

em 1947, no texto “As exposições de antropologia e arqueologia do Museu Nacional”.<sup>344</sup>

O número variado de técnicos que processava a documentação etnográfica do Museu Nacional, somado ao volume de objetos que dava entrada em seu departamento de Etnologia, e à falta de listagens de algumas de suas coleções, principalmente aquelas oriundas dos confiscos promovidos pelo Conselho de Fiscalização, acabou resultando em falhas e atrasos na documentação dos acervos. Lacunas que hoje podem ser observadas, principalmente, no que tange à procedência dos objetos. Mesmo que a sistematização dos dados fosse executada por agentes especializados, esta atividade exigia um trabalho sistemático e contínuo em que as interrupções representavam atraso no registro e erros no conjunto das informações.

As observações de Dulce Rebello sobre as condições em que se encontrava a documentação do acervo etnográfico da Seção de Estudo, somadas ao quadro aqui apresentado, nos levam à conclusão que a sistematização das informações daquele tipo de acervo, no período de 1930 a 1950, era deficitária. E os motivos envolvidos com aquela situação eram os mesmos, ou seja, falta de agentes qualificados para exercer aquela atividade de modo contínuo e sistemático, caso observado no Museu Paulista e na Seção de Estudo. Mesmo quando a instituição possuía agentes especializados, caso do Museu Nacional, a documentação do acervo era feita de modo intermitente, o que também gerava problemas. Uma declaração de Eduardo Galvão, em carta para Darcy Ribeiro, de 1955, já como funcionário do Museu Goeldi e atuando no Departamento de Etnologia, é revelador de como nos bastidores dos grandes museus as condições das coleções pouco diferiam das condições em que se encontrava a documentação da coleção etnográfica da Seção de Estudos, em 1949.

*Não senhor, o museu é do papai. Tem tradição, tem armários maiores que as salas, o que facilita muito a arrumação porque você bota a sala dentro do armário, tem uma coleção africana (...), tem uma cabecinha dos Jivaros metida no armário dos Tikuna (...), tem*

---

<sup>344</sup> CASTRO FARIA, Luís. *As exposições de antropologia e arqueologia do Museu Nacional*, 1949.



*caixas e mais caixas de coleções, mas não tem um livro de registro.*<sup>345</sup>

Diante do quadro exposto é possível supor que a atitude de Heloisa Alberto Torres de não permitir que os técnicos da Seção de Estudos, em 1949, consultassem o livro de registro daquela Instituição estivesse relacionada a este problema. Ou seja, em 1949, o Museu Nacional ainda não tinha concluído a documentação dos objetos que haviam dado entrada em seus departamentos, tanto naquele ano, quanto nos anos anteriores, estando esta atividade em processo, e ocorrendo de maneira não sistemática.

Para a Seção de Estudos, o ingresso de Rabello e Pitaguary marcou uma nova fase no processamento da documentação etnográfica que a partir de suas contratações institucionalizou o acervo etnográfico, e criou o primeiro mecanismo que permitiu acessar suas informações e manter um controle sobre cada um dos objetos. De modo mais amplo, aquela medida significou a integração daqueles elementos no sistema de patrimônio cultural, tornando a Seção de Estudos mediadora entre seus produtores e a nação.

No início, os museólogos, na tentativa de amenizar a falta de informações sobre um grande número de peças, procuraram registrar novamente os objetos que já se encontravam listados e registrar aqueles que ainda não possuíam qualquer registro, ou seja, 60% de todo o acervo. Como não temos dados sobre o número de peças que a Seção possuía até 1949, não é possível levantar o quantitativo das peças que foram registradas. Para começar o trabalho, realizou-se um registro sumário de cada uma das peças, e foram então preenchidos cinco dos dez itens contidos no impresso padrão. Os registros ocorreram de modo sequencial, cujo último número foi 8999, em 1967, ano que correspondeu à aposentadoria de Geraldo Pitaguary. A partir daquela data, assumiu como responsável pelo registro dos objetos a museóloga Marília Duarte Nunes, que substituiu o registro sequencial pela numeração tripartida.<sup>346</sup>

---

<sup>345</sup> Carta de Eduardo Galvão para Darcy Ribeiro, de 20 de agosto de 1955. Série: correspondência geral, sub-série: correspondente Eduardo Galvão. Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR).

<sup>346</sup> A numeração tripartida foi adotada pela museóloga Marília Duarte Nunes que veio a substituir Geraldo Pitaguary ao se aposentar, e caracteriza-se por ser composta de três partes com diferentes significados. A

A dificuldade de se levantar o número de objetos recolhidos pela Seção de Estudos até 1949, a partir do livro de registro, está relacionada a uma série de questões intrínsecas umas às outras. Não há no arquivo institucional as listagens dos primeiros objetos recolhidos pela Seção de Estudos a partir de 1943; salvo algumas exceções contidas em alguns relatórios ou documentos avulsos<sup>347</sup>. Em decorrência disto, o Livro de registro, aberto pelos primeiros museólogos contratados, tornou-se a única documentação existente sobre o acervo inicial, no entanto, partem do ano de sua abertura, ou seja, 1949. A tomada de decisão dos museólogos em registrar os objetos a partir daquele ano pode estar relacionada a uma falta de informação sobre as coleções etnográficas nos arquivos da Seção de Estudos já naquele período; ou ser decorrência de uma decisão institucional, visto que as coleções que não apresentam informações sobre seu “coleccionador” são exatamente aquelas que foram recolhidas por agentes não especializados em etnologia indígena. Ou seja, pelos agentes que atuavam no SPI, como Estigarribia, chefe da Seção de Orientação e Assistência, ou recolhidas pela Equipe Etnográfica, formada por Harald Schultz, Nilo Velloso e Heinz Forthmann, ou ainda aquelas encaminhadas pelas Inspetorias Regionais.

É, portanto, inviável quantificar os objetos recolhidos pela Seção de Estudos entre 1943 e 1949, e também associar o conjunto de peças às pesquisas executadas pela Equipe Etnográfica, que resultaram em coleções etnográficas significativas, tais como: Terena, Kaiwá, Kadiwéu, Bororo, Umutina. E dos povos dos formadores do rio Xingu, como Bakairi, Mehinako, Waurá, Kuikuro Trumai, organizadas entre 1943 e 1946. Conjunto documental que se insere no espaço temporal do desenvolvimento da disciplina antropológica no Brasil e das transformações econômicas e culturais pelas quais aqueles povos estavam passando. Sem contar aquelas recolhidas entre povos que vinham sendo atraídos ao convívio com a sociedade nacional, como a Kuikuro e Xavante.

---

primeira refere-se ao ano de entrada do objeto na instituição; a segunda refere-se ao número do objeto dentro da coleção e a terceira, ao colecionador ou à coleção.

<sup>347</sup> Relatório Anual do SPI de 1942. MF. 387, S/FG, p. 19; Documentos avulsos de 1945. MF. 339, FG. 757, 758, 759, 760, 761, 762, 1086. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

A hipótese de que houve uma ação deliberada, por parte dos agentes que atuavam na Seção de Estudos, de não identificar os nomes dos agentes responsáveis pela coleta das primeiras coleções etnográfica, não deve ser descartada, por dois motivos: as primeiras coleções identificadas são as de Darcy Ribeiro e Max Boudin, mesmo que seu registro tenha como base o ano de 1949; no período em que houve o registro das coleções, Nilo Velloso, assim como Harald Schultz, eram agentes que facilmente poderiam ser acessados para dar informações a respeito dos objetos que recolheram. O primeiro era funcionário da Seção de Estudos, assim sendo, poderia identificar o material por ele coletado entre os índios do Xingu, e Harald Schultz, mesmo não atuando na Seção de Estudos, mantinha contato permanente com o Serviço, devido a sua necessidade de obtenção de autorização para pesquisas etnográficas que vinha desenvolvendo para o Museu Paulista, podendo ter identificado as peças que coletou entre os índios Terena, Kaiwá, Kadiwéu e Umutina. Ou seja, a não identificação no Livro de Registro da Seção de Estudos dos responsáveis pela captação do seu acervo inicial não se justifica.

Diante do quadro apresentado é possível levantar a hipótese de que para os agentes que atuavam na Seção de Estudos não era conveniente identificar aquelas coleções cujos autores não estivessem, reconhecidamente, inseridos na comunidade antropológica. Buscava-se com essa medida uma valorização das coleções que apresentassem aquela característica, deixando, contudo, de sinalizar os coletores cujos nomes não eram reconhecidos como aptos a praticarem aquele tipo de atividade. A observação preliminar dos registros contidos no Livro aberto naquela ocasião também reforça aquela suspeita, pois indicava a falta de integração entre as equipes técnicas que atuavam na Seção de Estudos. Isto está estampado no registro das coleções de Max Boudin e de Darcy Ribeiro, as primeiras identificadas, mas que, no entanto, as peças que a compõem foram catalogadas de modo não sequencial, apresentando intervalos entre elas, preenchidos com peças cujos doadores não estão identificados. E, ao lado de alguns objetos daquelas coleções, encontramos pontos de interrogação, sinal

gráfico que indica dúvidas quanto ao seu coletor, ou seja, dúvidas passíveis de serem retiradas, já que ambos os pesquisadores atuaram na Seção.

Ainda sobre a catalogação do material etnográfico é necessário levantar alguns pontos para o esclarecimento da questão. Como colocado, havia uma listagem inicial dos objetos do acervo etnográfico que serviu de base para a criação do Livro de Registro, aberto em 1949. Este documento, no entanto, não se encontra relacionado entre o acervo microfilmado da Instituição, mas o arquivo textual possui uma listagem de objetos etnográficos, sem data, cujos números aparecem ao lado do novo número que os objetos receberam no Livro aberto em 1949. Esta Listagem, mesmo não apresentando dados, permite visualizar a ordem inicial da coleção da Seção de Estudos. A partir deste documento é possível levantar algumas hipóteses sobre os coletores, ou as unidades de envio das coleções iniciais da Seção de Estudos.

Outra informação importante sobre o registro da coleção é que o primeiro Livro de Registro foi encerrado sem que no entanto se saiba em que ano isto ocorreu, e tampouco quando foi substituído pelo novo, que promoveu mudanças substanciais na organização das coleções. Isto é, as peças ganharam novos números, e a ordem anterior foi alterada, sendo que a única informação registrada sobre tal fato foi fornecida por Marília Duarte Nunes, então responsável pelo núcleo de Museologia, que ao encerrar a adoção da numeração sequencial, informou:

a partir do ano de 1967, o Museu do Índio passou a adotar nova forma de numeração de sua coleção etnográfica, mais condizente com o processo da ciência museológica, isto é, a numeração tripartida. Por esta razão encerrou-se, aqui, o presente livro. Marília Duarte Nunes, museóloga.<sup>348</sup>

O abandono do documento que continha o registro inicial das coleções da Seção de Estudo, resultou em uma maior desinformação sobre o acervo. A antiga numeração foi abandonada, não só na escrita do documento, mas fisicamente nas peças, que tiveram os antigos números retirados e substituídos por novos. Além disto, por esta iniciativa alterou-se a ordem inicial do acervo, provocando a

---

<sup>348</sup> Livro de Registro. Serviço de Museologia.

sensação de que a nova ordem estabelecida correspondia à sequência de entrada dos objetos na Instituição. Soma-se a este fato, a não transferência para o novo documento de todas as informações que constavam no registro antigo, e que muito ajudavam a elucidar dúvidas a respeito de alguns objetos e coleções. A impressão preliminar, ao se “olhar” o novo registro, é que houve uma intenção de agrupar os objetos por etnia, sem que, no entanto, documentassem o porquê de tal fato. Ou seja, o novo documento sugere que a primeira coleção organizada pela Seção de Estudos foi a dos índios Kaingang, quando o antigo registro informou que foi a dos índios Bororo, seguida por outras etnias que, coincidentemente, acompanham tanto as áreas visitadas pela Equipe Etnográfica, quanto as áreas onde o SPI promoveu inspeções, ou estava atuando na “pacificação” de alguns grupos indígenas.

De posse destes dados podemos partir para o levantamento de certas hipóteses sobre os coletores de algumas coleções, ou da unidade de seu encaminhamento, a partir do cruzamento de dados entre estes vários documentos,<sup>349</sup> auxiliados por referências bibliografias que informam sobre as pesquisas e os acontecimentos daquele período, e fornecem pistas sobre alguns daqueles objetos. A listagem inicial na qual me referi, que serviu de base para a abertura do primeiro Livro de registro, não apresenta uma ordem por etnia, no entanto, as maiores coleções são as dos povos Canela; Kaingang; Umutina, Bororo, Xavante e Kadiwéu.<sup>350</sup> Em menor número, vêm as coleções dos povos Mehinako, Carnijó, Waurá, Urubu, Kuikuro, Kamayurá e Terena.<sup>351</sup> Excluindo as peças dos índios Canela, Urubu e Carnijó, anteriores a 1947, cujos agentes da Seção de Estudos não promoverem pesquisas, o conjunto restante são de povos com os quais a Equipe Etnográfica entrou em contato.

Entre os maiores conjuntos de peças supracitadas estão as dos índios Umutina e Bororo, povos indígenas visitados tanto por agentes do SPI quanto pela

<sup>349</sup> Relatório Anual do SPI de 1942. MF. 387, S/FG, p. 19; Documentos avulsos de 1945. MF. 339, FG. 757, 758, 759, 760, 761, 762, 1086 e documentos originais tais como: primeiro Livro de Registro e listagens de objetos etnográficos reunidos no Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>350</sup> São 261 peças Canela; 187 peças Kaingang; 172 peças Umutina; 77 peças Bororo ; 56 peças Xavante; 47 peças Kadiwéu

<sup>351</sup> São 36 peças Mehinako; 35 peças Carnijó ou Funi-ô; 30 peças Waurá; 29 peças Urubu; 26 peças Kaikuro, 26 peças Kamayurá e 23 peças Terena.

Equipe, a partir de 1942. No entanto, estas informações não constam no primeiro livro de registro. Naquele ano, Estigarribia, chefe da Seção de Orientação e Assistência, esteve vistoriando o Posto Fraternidade Indígena, ambiente onde se concentravam os índios Umutina e Pareci, tendo recebido daqueles índios um conjunto de objetos cuja listagem se encontra em seu relatório de viagem,<sup>352</sup> organizada a partir de seus nomes étnicos; e Harald Schultz também promoveu uma visita àqueles povos, em 1943, tendo permanecido no mesmo Posto, onde procedeu ao recolhimento de uma série de objetos dos índios Umutina. Mesmo que Schultz não tenha deixado registrado em seu relatório de viagem o recolhimento de peças do povo Pareci, é provável que tenha procedido, em menor escala, o recolhimento de alguns objetos daquela etnia, pois tanto os Umutina, quanto os Pareci residiam naquele ambiente. No ano seguinte ao daquela viagem, Harald Schultz retornou ao mesmo Posto a fim de completar suas observações. Nessa nova incursão, visitou também uma das duas últimas aldeias Umutina, cujos integrantes vinham resistindo ao contato sistemático com o Posto. Naquele ambiente promoveu novos recolhimentos cujos registros não são tão precisos quanto os de sua primeira viagem, devido ao acidente que sofreu e que o obrigou a retornar antes do prazo estabelecido. Deixou para trás os objetos que recolheu que foram enviados à sede do Serviço, tempos depois, pelo seu assistente de viagem, o inspetor Otto Ernesto Mohn. Ou seja, a coleção dos índios Umutina e Pareci foram organizadas para a Seção de Estudos por Estigarribia e, principalmente, por Harald Schultz, entre os anos de 1942 a 1944, sendo que o último informou que recolheu para o SPI todo o conjunto material dos índios Umutina.

Quanto à coleção dos índios Bororo, suas referências documentais estão atribuídas a Estigarribia, Nilo Velloso e dois índios Bororo, Bento Burebal e Jerônimo Liotadau. Sobre o primeiro, a viagem que empreendeu em 1942 não ficou restrita à visita ao Posto Fraternidade Indígena, Estigarribia a estendeu aos Postos Simões Lopes e Piabaça,<sup>353</sup> também localizados naquela região. Neste ambiente

---

<sup>352</sup> Relatório Anual da Seção de Estudos de 1942. MF. 387, S/FG, p. 54. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>353</sup> Este nome se encontra pouco legível no documento. Relatório do SPI de 1942. MF. 387, S/FG, p.19. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

recebeu dos índios Bororo um conjunto de peças cuja listagem também se encontra em seu relatório de viagem.<sup>354</sup> Nilo Velloso esteve entre aqueles índios em 1943, tendo deixado registrados os recolhimentos etnográficos que efetuou naquela ocasião.<sup>355</sup> Tanto a listagem de Estigarribia quanto a de Velloso se encontram incompletas, e foram organizadas a partir do nome do objeto em língua Bororo, o que dificulta sua identificação no primeiro Livro de registro. Os técnicos que o organizaram não acataram aquelas informações, deixando de transferi-la para o supracitado documento, optando por utilizarem referências taxonômicas comuns dadas aquele tipo de material. Somou-se àquela coleção inicial, organizada por Estigarribia e Nilo Velloso, um conjunto de objetos dos índios Bororo, Bento Burebal e Jerônimo Liotadau, que foram “trocados” por armas adquiridas pelo SPI em 1944, sem que o documento que forneceu estes dados tenha quantificado o número de objetos que participou daquela “transação” e suas categorias materiais.<sup>356</sup> De posse destes elementos temos uma coleção dos índios Bororo formada por agentes distintos e organizada entre os anos de 1942 a 1944.

O terceiro grupo de peças cujo volume é significativo na Listagem é dos índios Xavante. Esta coleção foi provavelmente encaminhada para a Seção de Estudos no final de 1946, ou início de 1947, por Francisco Meirelles então responsável pelos primeiros contatos “pacíficos” com aqueles índios, ocorridos em 1946<sup>357</sup>. A hipótese sobre o organizador desta coleção e sua data de recolhimento está baseada em dois fatos. Primeiro, a relação das peças Xavante que se encontra na supracitada Listagem ocupa as últimas páginas do documento, ou seja, se levarmos em consideração que ela foi organizada pela ordem de entrada dos objetos na Seção de Estudos, antes de 1949, aqueles registros correspondem aos últimos realizados antes da abertura do Livro. Segundo, o artigo de Amílcar Botelho de Magalhães publicado na Revista América Indígena de 1947 versou sobre a pacificação dos índios Xavante. Nele, Magalhães informou que durante os

---

<sup>354</sup> Relatório Anual da Seção de Estudos de 1942. MF. 387, S/FG. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>355</sup> Aparelhos Bororos existentes na Seção de Estudos. MF. 339, FG. 757-758. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>356</sup> Correspondência datada de 23-11-1946. MF. 254, FG. 18. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>357</sup> **FREIRE**, Carlos Augusto. *Vida de sertanista*, p. 96; **MAGALHÃES**, Amílcar Botelho. *A pacificação dos índios Xavante*, p. 333.

trabalhos de atração os índios Xavante vinham trocando objetos de seu uso pessoal pelos “brindes” deixados em seu território pelos agentes do SPI, e em 1946, ano que marcou o contato oficial com aqueles índios, foi deixado por eles, em troca dos brindes recebidos, suas armas, flechas e bordunas<sup>358</sup>, e é esta a categoria de objetos que se encontra relacionada na referida Listagem. Soma-se a isto, o fato de Serpa, desde 1945, vir pedindo sistematicamente remessa de material etnográfico da 8ª Inspeção Regional, da qual Meireles era responsável, alegando a carência daquele gênero de documento nas dependências do SPI<sup>359</sup>.

Quanto às peças Kadiwéu, que deram entrada na Seção de Estudos antes de 1949, estão relacionadas as viagens empreendidas tanto pela Equipe Etnográfica em 1943 quanto por Darcy Ribeiro em 1947. O relatório da viagem da Equipe Etnográfica organizado por Schultz não apresenta a relação de peças que foram recolhidas naquela ocasião, o documento restringiu-se apenas a informar sobre aquela prática. Em 1947 somou-se àquele conjunto de objetos outros tantos recolhidos por Darcy Ribeiro quando empreendeu sua primeira viagem etnográfica, cujo foco foi os Kadiwéu. As peças que recolheu estão assinaladas no Livro, no entanto, a data de seu recolhimento corresponde ao ano de 1949, ou seja, da abertura daquela documentação.

Com relação às peças Kaingang, última das etnias, cujo volume de objetos registrados no Livro é significativo, a hipótese é a de que esta coleção também tenha sido organizada por Harald Schultz, em 1946. Dois fatos justificam tal hipótese. Em 1946, Schultz se encontrava de licença médica e seguiu para São Paulo onde travou contato com Hebert Baldus. Deste encontro saiu convidado por Baldus para lhe acompanhar em uma pesquisa aos índios Kaingang, localizados em São Paulo e no Paraná, subvencionada pela Escola Livre de Sociologia e Política. Baldus também o convidou para que ele assistisse, como ouvinte, às suas aulas de etnologia indígena naquela Faculdade.<sup>360</sup> A viagem ocorreu em maio e junho de 1946, quando Baldus recolheu, entre os índios Kaingang, material mitológico e, auxiliado por Schultz, aplicou o método psicológico denominado

---

<sup>358</sup> **MAGALHÃES**, Amílcar Botelho. A pacificação dos índios Xavante, pp. 335-6.

<sup>359</sup> SE nº 8 - Circular, 3 de setembro de 1945. MF. 335, FG. 762. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>360</sup> **BALDUS**, Hebert. Harald Schutz: 1906-1966. pp. 1-19.



*Rorschach*<sup>361</sup> entre aqueles índios<sup>362</sup>. Outro fato é a informação contida no relatório anual da Seção de Estudos de 1946,<sup>363</sup> segundo a qual Schultz estaria, desde março daquele ano, em atividade de “campo” na Inspeção Regional 7; ou seja, na unidade administrativa do SPI que atendia aos índios do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, região na qual se localizavam os índios Kaingang. Um terceiro fato que reforça a hipótese de que a coleção Kaingang fora organizada por Schultz se encontra no memorial dedicado a ele, organizado por Baldus em 1965-66, que informou que Schultz, como seu assistente de pesquisa, esteve com ele atuando entre os Kaingang de Avaí.<sup>364</sup> Contudo, não há no artigo referência sobre o recolhimento de objetos dos Kaingang para o Museu Paulista, prática comum de Baldus durante suas pesquisas etnográficas. Como não foram localizados no acervo textual do Museu do Índio documentos que viessem a informar sobre possíveis remessas de material etnográfico para a Seção de Estudos daqueles índios, antes de 1949, é provável que a coleção Kaingang, que deu entrada na Seção de Estudos antes daquele ano, tenha sido coletada por Schultz como funcionário da Seção de Estudos, atuando no sul do país e em treinamento por Baldus cuja orientação etnográfica compreendia o recolhimento de objetos de cultura material. A soma destas evidências levam a Harald Schultz como organizador daquela coleção para o SPI.

Quanto às peças dos índios do Xingu, estas foram recolhidas tanto por Estigarribia quanto por Nilo Velloso, e deram entrada na Seção de Estudos entre os anos de 1942 a 1946. Estigarribia esteve no posto indígena Simões Lopes em 1942, local onde viviam os índios Bakairi tendo recebido daqueles índios um conjunto de objetos que foram por ele relacionados em seu relatório de viagem,<sup>365</sup> e, assim com as listagens anteriores por ele organizadas, os objetos foram identificados por sua designação étnica.

Quanto às coleções formadas por Nilo Velloso, estas foram obtidas durante as três visitas que ele realizou àquela região entre os anos de 1944 a 1946.

---

<sup>361</sup> SOUSA, Cícero Christiano de. O método de Rorschach aplicado a um grupo de índios Kaingang. p. 311.

<sup>362</sup> PASSADOR, Luis Henrique. Hebert Baldus e a antropologia no Brasil. p. 106.

<sup>363</sup> Relatório Anual da Seção de Estudos de 1946. MF. 335, FG. 980. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>364</sup> BALDUS, Hebert. Harald Schultz: 1906-66. pp. 1-19.

<sup>365</sup> Relatório anual do SPI de 1942. MF. 378, planilha 119, S/FG, p. 26.

Em 1944 recolheu peças entre os índios Kamayura, Waurá, Mehinako e Kuikuro<sup>366</sup>; em 1945, entre os índios Bakairi, Kuikuro, Yualapiti e Trumai e, em 1946 não há informações sobre as peças que recolheu, mas os grupos visitados foram os mesmo das viagens anteriores.

De posse destes dados temos um panorama sumário dos organizadores das primeiras coleções etnográficas da Seção de Estudos e do período em que tais objetos foram recolhidos. A partir da abertura do Livro de Registro em 1949 até 1953, quando o Museu do Índio foi inaugurado, outras tantas coleções deram entrada na Seção de Estudos cujos coletores ou unidade de encaminhamento foram sumariamente registrados naquele documento sendo que as datas assinaladas em sua grande maioria não correspondem ao período em os recolhimentos se deram. Nesta situação está a coleção do povo Canela, cujo volume de objetos corresponde a mais de dois mil itens recolhidos por Roberto Tâmara<sup>367</sup> entre os anos de 1948-49, mas cujo registro informou terem sido recolhidas em 1950, ano que correspondeu a sua compra pela Seção de Estudos sem que, no entanto, tais dados fossem transferidos para o Livro de Registro.

## **6. Um museu em construção e ideias em ação**

### **6.1. As primeiras iniciativas da Seção de Estudos para a organização de uma instituição museológica**

Em 21 de setembro de 1949, Serpa comunicou à museóloga da Seção de Estudos a disponibilidade de verba para aquisição de mobiliário próprio para a exibição do acervo<sup>368</sup>. Entre as recomendações feitas, duas merecem destaque: a primeira, que sugeriu uma visita a instituições museológica para verificar o modelo

---

<sup>366</sup> Relação das peças Kuikuro recolhidas por Nilo Velloso. MF. 335, FG. 1208-1209. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>367</sup> Não foi localizado tanto no acervo textual do Museu do Índio quanto em qualquer bibliografia informações sobre Roberto Tâmara. O número de objetos que compunha a coleção que organizou e sua oferta ao SPI se encontra no MF. 334, FG. 804. Serviço de Arquivo do Museu do Índio

<sup>368</sup> Papeleta de serviço nº 16-SE de 1949. MF. 339, FG. 1108. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

de mobiliário por elas utilizado, e a segunda, para que a técnica organizasse um relatório destas visitas e o arquivasse para que, no futuro, servisse de material para a reconstituição da história do Museu.

O relatório organizado pela museóloga, em atendimento àquela solicitação, informou que dos modelos de mobiliário expositivo que viu nos catálogos internacionais e nas instituições que visitou, leia-se Museu Nacional e Museu Histórico Nacional, pouco se diferenciavam um dos outros visto que aquelas instituições organizaram suas exposições seguindo o modelo de exibição dos museus europeus, e seus equipamentos expositivos eram cópias dos utilizados naqueles ambientes; o mesmo ocorrendo em relação à apresentação dos objetos em seu interior. Das vitrines que viu, a que mais lhe chamou a atenção foram às utilizadas pelo Museu Nacional,<sup>369</sup> que segundo ela se tratava de um mobiliário simples, de linhas retas cujo fechamento evitava a entrada de poeira em seu interior, características importantes ao tipo de função para qual eram destinados.

Entre as respostas dadas por Pitaguary ao questionário encaminhado pelo centro regional da UNESCO para o Museu do Índio, ele colocou no item referente aos antecedentes do Museu do Índio, que seu acervo era exibido em armários e mesas distribuídos em algumas salas da Seção de Estudos “desde então, começou-se a propaganda e o nome de “museu do índio” começou a aparecer”<sup>370</sup>. Ou seja, suas palavras, associadas ao encaminhamento dado por Rebello sobre o mobiliário que melhor se adequava à exibição do acervo, nos leva a supor que o mesmo foi adquirido pela Seção.

---

<sup>369</sup> Creio ser oportuno informar que o Museu Nacional após sete anos fechado ao público reabriu em 1947 com novas vitrines e um novo conceito museográfico que foi, segundo Castro Faria, baseado nas novas tendências ditadas pelo Museu do Homem de Paris. **CASTRO FÁRIA**, Luís de. *As exposições de antropologia e arqueologia do Museu Nacional*, p.13.

<sup>370</sup> Idem. 1º folha do documento, 2º item.



371

Em 1951 houve uma nova mudança no cenário político devido ao retorno de Getúlio Vargas como chefe da nação. Sua volta resultou em uma nova reconfiguração nos cargos de comando da estrutura administrativa do Estado, da qual o SPI não escapou. Donatini, então diretor do Serviço desde 1947, foi afastado, assumiu seu lugar José Maria da Gama Malcher, funcionário de carreira do SPI desde 1940 e então chefe da Seção de Orientação e Assistência (SOA) desde 1947. A entrada de Malcher na direção do Serviço, primeiro, restabeleceu a aliança entre o SPI e o CNPI que se encontrava “estremecida” devido a postura assumida por Donatini; segundo, ele deu início a reformas tanto na sede da diretoria quanto da Seção de Estudos, que recebeu novos mobiliários, e assegurou a melhoria na prestação de serviço. A sede da diretoria foi “repaginada” recebendo novos mobiliários para a exibição dos objetos indígenas localizados nos seu corredor. Já a sede da Seção de Estudos teve seus espaços físicos reorganizados para dar lugar a um ambiente destinado à consulta dos livros da biblioteca, a uma

---

<sup>371</sup> Foto nº 59 – Grupo de estudantes de filosofia colombianos e visita a Seção de Estudos do SPI em 1951. Imagem contida no Relatório Anual do CNPI de 1951, MF. 1C-CNPI, FG. 4050. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

discoteca, um estúdio sonoro e a um pequeno auditório, medidas que exigiram a melhoria da catalogação dos acervos bibliográfico, sonoro e imagético.<sup>372</sup>



373

---

<sup>372</sup> Relatório Anual da Seção de Estudos de 1952. MF. 387, FG. 2017-2018. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

<sup>373</sup> Foto nº 60 - Corredor da diretoria do SPI em 1950 retirada do Relatório Anual do SPI de 1953, p. 34. Documento original. Serviço de Biblioteca do Museu do Índio.



374

Outra medida tomada por Malcher foi conseguir mudar o status funcional de Darcy Ribeiro e Max Boudin que deixaram a condição de “assalariados” para se tornarem “contratados”, mudança que possibilitou a nomeação do primeiro como chefe da Seção de Estudos, em 1952:

*A atual gestão procurou desde logo amparar com melhor salário os dois cientistas, propondo-os como extranumerário contratados, o que foi feito em 1952, podendo assim entregar a Darcy Ribeiro a chefia da S.E.<sup>375</sup>*

E mesmo não estando diretamente vinculado à Seção de Estudos, Malcher também promoveu, em 1952, a contratação do antropólogo Eduardo Galvão, então já PhD pela Universidade de Columbia, para assumir a chefia da SOA, a qual ele era anteriormente o responsável.

O conjunto daquelas medidas, além de ter melhorado as instalações físicas do SPI como um todo, também aumentou o número de etnólogos atuando no Serviço. A contratação de Galvão estreitou a relação social entre ele e Darcy, até

<sup>374</sup> Foto nº 61 - Corredor da diretoria do SPI em 1951 retirada do Relatório Anual do SPI de 1953, p. 34. Documento original. Serviço de Biblioteca do Museu do Índio.

<sup>375</sup> Relatório Anual do SPI de 1953. Documento original, p. 32. Serviço de Biblioteca do Museu do Índio.

então não assinalada na literatura antropológica, e sua presença no SPI, atuando ao lado de Darcy Ribeiro, somada a uma série de outros fatos, que serão em seguida assinalados, é relevante para a compreensão da tomada de decisão de Darcy Ribeiro na efetivação do projeto de criação do Museu do Índio.

## **6.2. Darcy Ribeiro, os objetos etnográficos e os museus.**

Chagas chamou a atenção para o fato de Darcy Ribeiro não ter deixado registrado entre seus escritos qualquer menção à visita a Museus, ou qualquer opinião sobre estes ambientes antes da criação do Museu do Índio. Para Chagas, o interesse de Darcy Ribeiro era pelo presente, “conhecer o passado era apenas uma forma de alimentar ainda mais o desejo de mudança do presente”<sup>376</sup>. Entretanto, após seu ingresso no SPI, ele se viu envolvido com a coleta de objetos destinados a se tornarem “musealizados”, como também se viu, na qualidade de servidor da Seção de Estudos, descrevendo as coleções que organizou. Ainda naquela posição pode acompanhar o movimento da Seção para exibição daqueles elementos, como também passou a ter contato mais sistemático com pessoas cuja trajetória de ascensão profissional se devia ou estava relacionada a suas associações com instituições museológicas, Ele pôde então observar que aqueles ambientes abriam oportunidade para a criação e desenvolvimento de projetos, devido a sua aparente neutralidade ideológica por se apresentarem como positivos, científicos e objetivos.

A situação na qual se encontrava envolvido, inicialmente, acabou gerando interesse pelo “mundo” dos objetos, o que pode ser comprovado tanto pelo tema dos artigos que publicou, quanto pela quantidade de artigos de jornais que passou a acumular sobre a exibição de material etnográfico. Este material, atualmente, se encontra depositado em seu arquivo pessoal, gerenciado pela fundação que leva seu nome. Ou seja, após se assumir como etnógrafo, Darcy Ribeiro passou a prestar mais atenção aos objetos etnográficos e ao uso que deles faziam os agentes sociais e, suas observações, provavelmente o levaram a perceber que

---

<sup>376</sup> CHAGAS, Mário de Souza. *Imaginação museal*, p. 202.

havia uma demanda por parte de determinados seguimentos sociais por aquele tipo de material, expressa de diversas maneiras: pelas notícias que circulavam a seu respeito; pela quantidade de solicitações de material daquela natureza que chegavam à Seção de Estudos, pelo número de pessoas que buscavam na Seção de Estudos informações sobre eles e, principalmente, pelo contato que passou a ter com a comunidade antropológica que via naqueles objetos o meio para a compreensão do modo de funcionamento das sociedades com as quais ele também havia passado a interagir.

Entre os vários recortes de jornais existentes no seu arquivo pessoal, destaco dois. O primeiro datado de 1947<sup>377</sup> e assinado por Osório Cezar e o segundo de Yvonne Jean, de 1949<sup>378</sup>, colunistas de arte que emitiram suas opiniões sobre aqueles elementos. A seleção destes recortes se deveu tanto a suas datas quanto aos seus conteúdos. O de 1947 confirma a atenção que Darcy Ribeiro passou a dar às notícias que envolviam os objetos etnográficos a partir de sua contratação no SPI, pois antes de seu envolvimento com a temática indígena não há em seu arquivo qualquer documento que aborde aquele tema; quanto ao seu conteúdo, porque exprime a opinião que um crítico de arte tinha sobre os padrões decorativos impressos nos objetos etnográficos. Cezar comparou àqueles elementos as manifestações “das crianças e os doentes mentais”<sup>379</sup>, que por incapacidade os usam para dar forma aos seus pensamentos. Como crítico de arte Cezar expressava, grosso modo, a opinião majoritária da classe artística quanto ao grafismo impresso em parte do material etnográfico, e como formador de opinião colocava aqueles elementos em pé de igualdade com as produções de seguimentos sociais não aptos a produzirem “arte”. Se por um lado este artigo sinalizava a concepção que tinha a respeito da produção material dos povos indígenas, por outro, seu arquivamento por parte de Darcy Ribeiro além de revelar seu interesse pelo modo como a produção indígena era vista e apreciada também nos revela seu interesse pelo universo artístico.

---

<sup>377</sup> Este recorte não apresenta o nome do veículo que o publicou.

<sup>378</sup> Artigo sobre o 3º Salão de Cerâmica. Série Indigenismo, sub-Série Recortes de 1949. Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR).

<sup>379</sup> Artigo Artes Plásticas. Série Indigenismo, sub-Série Recortes de 1947. Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR).



O segundo artigo, de 1949, de Yvonne Jean, é significativo porque além de reforçar o interesse de Darcy Ribeiro pelas notícias que circulavam sobre material etnográfico, principalmente aqueles expressos pelos críticos de arte, também abordava a participação da Seção de Estudos no 3º Salão de Cerâmica que aconteceu no Museu Nacional de Belas Artes em dezembro daquele ano. Independente dos motivos que levaram Darcy Ribeiro a preservar aquela reportagem, atualmente, ela nos fornece um conjunto de informações que sinalizam várias questões.

Primeiro porque revela que o 3º Salão contou com peças de porcelana elaboradas com base nos modelos franceses, ingleses, italianos e chineses, analisadas pela colunista como fruto do desconhecimento dos artistas sobre os temas nacionais, comentário que se antagoniza com o de Cezar, feito três anos antes, e que sinalizava que o ambiente cultural havia passado por mudanças e os temas exógenos à cultura nacional estavam em processo de “esgotamento” e, ainda, que existia por parte da sociedade uma demanda pelo conhecimento de temas relacionados à realidade brasileira.

Segundo, Jean argumentou que os motivos que levavam as pessoas a desconhecerem a arte dos nossos índios, assim como as da cultura popular, estavam relacionados tanto à dificuldade de obtenção de objetos etnográficos, quanto à carência de espaço para sua exibição, que acabavam obrigando seus interessados a se deslocarem para região distante a fim de obtê-los ou conhecê-los. Seus comentários a este respeito, em certa medida, levantavam a suspeita que as lições de etnologia dadas pelo Museu Nacional, até então única instituição na capital federal a exibir permanentemente elementos daquela natureza, tinham pouco apelo para o conjunto da população resultando em seu “afastamento” do tipo de exibição que praticava, ao mesmo tempo em que sinalizava que a sociedade sentia falta de um espaço reservado para a exibição daqueles itens, não só como produto da cultura nacional ou como objetos científicos, mas também como elemento artístico devido, ao seu forte poder estético.

Do conjunto de objetos expostos no Salão, foram as peças indígenas – Kadiwéu e Karajá – as únicas cuja imagem foi estampada na reportagem de Jean.

Ou seja, aquela reportagem deu ênfase aos objetos indígenas dentro de um evento de arte, abrindo uma brecha até então não explorada pelos agentes que lidavam com aquele tipo de material, potencial do qual Darcy Ribeiro não estava alheio.

Em relação à experiência de Darcy Ribeiro com agentes relacionados a instituições museológicas, temos como o primeiro do rol seu mestre intelectual, Hebert Baldus. Darcy Ribeiro vinha acompanhando as oportunidades abertas a Baldus após seu ingresso no Museu Paulista, visto que após assumir a chefia do Departamento de Etnologia daquela instituição, em 1947, sua carreira de etnólogo deslançou.<sup>380</sup> Naquele ambiente institucional, Baldus pôde difundir seus conhecimentos etnológicos e sua ideologia para aquela área, pela publicação de seus artigos na revista na qual o Museu mantinha – aliás, publicação que até seu ingresso na instituição estava interrompida e que ele já no primeiro ano de administração recuperou –, também por meio de congressos nacionais e internacionais dos quais participou e, mesmo que não haja uma pesquisa específica sobre o modelo de exibição dos objetos etnográficos do Museu Paulista na década de 1940 a 1960, período de sua maior atuação naquele ambiente, ele além de ter implementado a coleta de material etnográfico, aumentou o número de salas para a sua exibição, o que significou aumentar seu meio de difusão. O segundo nome da lista era o de Eduardo Galvão, que atuou ao lado de Darcy Ribeiro no SPI, cujo conhecimento profissional foi construído no Museu Nacional, instituição que foi cimento e tijolo para difusão de seu trabalho e responsável pelo seu título de PhD, o primeiro dado a um etnólogo brasileiro. O terceiro nome da lista era de Alfred Métraux com quem Darcy Ribeiro havia travado conhecimento no início de 1951<sup>381</sup>, e cuja trajetória profissional estava associada à criação do Museu do Homem em Paris, quando na década de 1930 participou, junto com outros etnólogos de seu tempo e principalmente Rivet, do projeto de criação daquela instituição.<sup>382</sup> Ou seja, estava claro para Darcy Ribeiro que havia um nicho ainda não explorado para exibição de material etnográfico, leia-se o artístico, e a

---

<sup>380</sup> Sobre o assunto ver: **PASSADOR**, Luis Henrique. Hebert Baldus e a antropologia no Brasil, cap. III.

<sup>381</sup> Carta de Darcy Ribeiro para Hebert Baldus datada de 27 março de 1952. Série Correspondência geral, Sub-Série correspondentes Hebert Baldus. Fundação Darcy Ribeiro – FUNDAR.

<sup>382</sup> **CLIFFORD**, James. A experiência etnográfica. p. 160.

importância de uma instituição museológica para promoção de contatos e para o desenvolvimento de projetos tanto institucionais como pessoais.

O conjunto de situações supracitadas, somado a um ambiente institucional que vinha incentivando a melhoria das instalações físicas e de prestação de serviço, era um incentivo para colocar em prática a instrução regulamentar interna da Seção de Estudos, que previa a instalação de uma instituição museológica em sua sede. Agregou-se a esta conjuntura o fato de tanto a biblioteca quanto os laboratórios da Seção de Estudos estarem prontos para darem suporte documental e material à futura instituição, e a reunião de todos resultaria na formação de um complexo de prestação de serviço até então sem similar na capital da República. A nova instituição museológica “nasceria” provida de uma biblioteca, sala de projeção e arquivos: sonoro, fotográfico e filmico, ou seja, um “centro” de cultura e lazer onde seu usuário, além de ter à disposição uma exposição, podia assistir a filmes e ouvir músicas, todos relacionados ao mesmo tema.

Outro acontecimento que auxiliou Darcy Ribeiro no desenvolvimento de seu projeto de implantação de uma instituição museológica, e principalmente no que se referia a sua concepção museográfica, foi a presença do museólogo da Seção de Estudos Geraldo Pitaguary atuando no Museu do Homem e no Museu de Arte e Tradições Populares de Paris durante todo o ano que antecedeu à abertura do Museu do Índio, período marcado pelos primeiros passos de Darcy Ribeiro naquela direção. No final de 1950, Pitaguary recebeu do governo Francês uma bolsa de estudos para estagiar no Museu do Homem e no Museu de Arte e Tradições Populares, tendo partido do Rio de Janeiro em janeiro de 1952 e permanecendo na Europa até julho de 1953. Durante aquele período, além de ter atuado em todos os departamentos daquelas instituições, promoveu, ao final de seu estágio, visitas aos principais museus europeus instalados nas capitais dos países daquele continente. Se por um lado, Pitaguary se ausentou da Seção de Estudos no justo momento em que Darcy Ribeiro assumiu a sua chefia, por outro, a correspondência que ambos trocaram durante aquele período contribuiu para a preparação do projeto museográfico do novo núcleo da Seção de Estudos, que veio a receber o nome de Museu do Índio.

### 6.3. A museografia de Darcy Ribeiro

Das medidas que vinham sendo tomadas no ano que antecedeu a inauguração do Museu do Índio, ficou registrado no relatório anual da Seção de Estudos, preparado por Darcy Ribeiro, que ele pretendia implantar, definitivamente, o dispositivo regulamentar do Regimento Interno do Serviço que previa a manutenção de um museu em sua sede, para tanto estava promovendo a adaptação de duas salas do prédio da rua Mata Machado, que foi entregue aos cuidados do arquiteto Aldary Toledo, visto que até aquele momento a Seção de Estudos contava apenas com “simples depósito onde o material etnográfico colhido em dez anos de atividade da SE era meramente conservado”<sup>383</sup>.

Aquela tarefa, do conjunto de atribuições da Seção, era a única que ainda não se encontrava devidamente organizada. Ao contrário, funcionava de modo precário em algumas salas da Seção de Estudos. Mas o que Darcy Ribeiro deixou de dizer foi que aquele simples “depósito” era provido de armários e mesas, onde os objetos etnográficos eram expostos, contava com uma sala para guarda do material excedente, com técnicos especializados para a manipulação dos objetos e sua documentação, e vinha prestando serviço aos interessados. No entanto, não possuía um nome, uma feição própria que lhe desse uma identidade, como também não tinha uma data de “nascimento”, requisitos que caracterizavam as instituições daquela natureza. Era necessário criar aquelas condições e informá-las à “sociedade”, com dados sobre seu nome, objetivo, endereço e filiação, investimento que a direção de Malcher estava disposta a oferecer, visto que ele já vinha investindo na melhoria da imagem e da prestação de serviço do SPI.

Para que se possa entender o tipo de “ambiente” ou de “museu” que Darcy Ribeiro pretendia criar, acredito ser necessário retroceder ao início de sua carreira como etnólogo. Quando Darcy Ribeiro assumiu a chefia da Seção de Estudos em 1952 ele já contava com cinco anos de atividade no Serviço, durante os quais teve a oportunidade de conhecer parte da “realidade” indígena devido às pesquisas que

---

<sup>383</sup> Relatório Anual da Seção de Estudos de 1952. MF. 387, fg. 2016. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

promoveu. Aquelas atividade lhe expuseram um país estranho às suas vivências pessoais, promovendo um “choque” de realidade até então não vivenciado, mas apenas sentido, em decorrência de seu envolvimento com o partido comunista, sentimento que segundo ele o tornou “herdeiro do drama humano”<sup>384</sup>.

Sua contratação se deveu ao processo de reestruturação pelo qual o SPI havia passado poucos anos antes, e que resultou na criação da Seção como núcleo destinado a oferecer à agência metodologia científica na condução de sua política indigenista, argumento que, aliás, foi referendado pelo próprio Darcy Ribeiro<sup>385</sup>. De 1942, data de criação da Seção de Estudos, passando pelo ano de contratação de Darcy Ribeiro e Max Boudin, em 1947, até 1951 a tão propalada “metodologia” ainda não havia sido implantada, o SPI continuava operando com base nos mesmos métodos que orientaram a sua criação, vale lembrar, ações voltadas para assimilação dos índios à sociedade nacional e sua transformação em trabalhadores rurais, sem levar em conta os complexos fatores socioculturais envolvidos neste objetivo e cujo conhecimento era fundamental para a sua consecução. Os cinco anos, quase ininterruptos, de experiência acumulada em trabalho de campo foram suficientes para que Darcy Ribeiro constatasse que de “novo” nada vinha ocorrendo com SPI. Por mais que ele acreditasse que com seu trabalho e com o de outros antropólogos a realidade do SPI viesse a mudar, os fatos que vivenciava apontavam para outra direção. Esta percepção estava assinalada nas correspondências que trocava com Baldus, no conteúdo de seus relatórios encaminhados à direção do SPI, informando da situação precária na qual vivia as populações indígenas, tônica que se manteve na escrita de seu *Diários Índios*, transcrição de suas observações de campo entre os índios Kaapor, entre 1949 e 1951. Sintomas da sua tomada de consciência. Como lemos no trecho:

*É muito interessante observar que a ideologia explícita do SPI tantas vezes expressa por seus diretores, vem distanciando cada vez mais da realidade. Nos primeiros anos de atividade, fizeram-se todos os esforços neste sentido, tragicamente até, juntando nos mesmo postos índios e neo-brasileiros, o que é sem dúvida, o*

<sup>384</sup> RIBEIRO, Darcy. Mestiço é que é bom! p. 95.

<sup>385</sup> Atividade científica da Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios. MF. 380, FG. 961. Serviço de Arquivo do Museu do Índio.

*método mais eficiente de assimilar compulsoriamente um grupo, ou destruí-lo, pois as duas coisas se equivalem. Mas todo o fracasso daquela tentativas não teve nunca o efeito de modificar a ideologia porque ela é antes uma expressão da ideologia racial brasileira que o pensamento de Rondon e seus discípulos, fruto de suas experiências no trato com os índios. O efeito disto é que continua falando nela nos discursos enquanto lá no mato a coisa anda de improviso, geralmente como o oposto da teoria.*<sup>386</sup>

Quando Métraux lhe encomendou a pesquisa sobre política indigenista no Brasil, a necessidade de pensar sobre o assunto talvez tenha sido o “passaporte” derradeiro para sua tomada de posição.<sup>387</sup> Após o convite que recebeu daquele “ilustre” antropólogo, Darcy Ribeiro escreveu para Baldus lhe informando sobre o assunto:

*Métraux me encomendou um trabalho sobre a política indigenista do Brasil para a UNESCO e o caso dos Kaingang é um exemplo desta capacidade notável que o SPI desenvolve desde seus primeiros anos para aproximar-se de grupos hostis e desarmar-lhes o ânimo guerreiro e, também, da incapacidade, igualmente notável, de assistir aos índios que pacifica, impedindo sua extinção. Quando se pede apenas heroísmo, dedicação, persistência, manha, temos a mão cheia, mas que fazer do índio pacificado? Apaixonado por nossas bugigangas, que morrer aos montes, abatidos por nossa peste e depois que inicia esta morte lenta e mais terrível que é o esmagamento compulsório em nossa sociedade, como mão-de-obra e como consumidor. Esta é uma face do problema de mil faces. Preciso de sua ajuda para destrinchá-lo. Estou inclinado a aceitar a encomenda, embora o peso da responsabilidade que assumo. Saiba. Um balanço crítico sincero dos quarenta anos de atividade do SPI é tarefa difícil, mas é também dolorosamente necessária. Se tomando consciência dos nossos erros e acertos poderemos assegurar uma vida melhor aos índios.*<sup>388</sup>

Baldus não só era seu interlocutor e orientador, mas acima de tudo era sua referencia ideológica, e a tônica de Baldus apresentava um perfil humanista associado a ações políticas<sup>389</sup>. Baldus acreditava que o contato entre índios e

<sup>386</sup> Carta de Darcy Ribeiro para Baldus, de 28 de maio de 1952. Série Indigenismo, sub-série Correspondência, correspondente Hebert Baldus. Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR).

<sup>387</sup> O relatório sobre esta pesquisa foi enviado à UNESCO em 1953 e posteriormente parte deste estudo serviu de base para o livro “A política indigenista brasileira”. RIBEIRO, Darcy. 1962.

<sup>388</sup> Carta de Darcy Ribeiro para Baldus, de 27 de março de 1952. Série: Indigenismo, sub-série: Correspondência, correspondente Hebert Baldus. Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR).

<sup>389</sup> Sobre o assunto ver: PASSADOR, Luis Henrique. Hebert Baldus e a antropologia no Brasil. p. 91-2.

sociedade deveria ocorrer por meio da intervenção do Estado, mediados pelo conhecimento da teoria científica, sendo que após sua efetivação o Estado deveria oferecer os meios para a sobrevivência daquelas populações, sem lhe impor a adesão compulsória ao conjunto nacional, como vinha ocorrendo. Quanto ao primeiro aspecto, Baldus e Darcy Ribeiro compartilhavam da mesma visão, ou seja, eram a favor da ação humanística do Estado em defender a sobrevivência daquelas populações mediando o contato entre eles e a população e demarcando suas terras, diretrizes que orientavam as ações do SPI, mas divergiam do encaminhamento dado após a efetivação do contato, pois acreditavam que a adesão daquelas comunidades à sociedade nacional não deveria ser compulsória, mas uma opção que cabia a cada sociedade. Darcy Ribeiro chegou a escrever para Baldus informando com certo “otimismo” sobre sua observação a respeito de pequenos movimentos “contra-aculturativos” que se iam desenvolvendo entre certas comunidades indígenas. Argumentou que não acreditava que se expandissem, pois além da pressão sócio-educativa, exercida pelo SPI, havia a própria dependência que os índios passaram a ter de nossas tecnologias para o seu desenvolvimento. Entretanto, contemporizava, dizendo que talvez fosse um meio dos índios se salvarem.<sup>390</sup>

*As esperanças de melhores dias estão em que o problema indígena se torne cada vez mais gritante e a consciência dele comece a surgir. **É preciso, à força, de campanhas da imprensa, do Parlamento, de sociedades como a SAI** agitar isto para mostrar a esta gente que o SPI tem uma função precisa além de dar empregos a filhotes de políticos e levar umas minguadas bugigangas a alguns índios (grifo do autor).*<sup>391</sup>

Somados, estes fatores certamente contribuíram para sua decisão de se tornar um etnólogo comprometido com seu sujeito de estudo e adotar como meio de defesa daquelas comunidades o espaço institucional que se apresentava,

<sup>390</sup> Carta de Darcy Ribeiro para Baldus, de 24 de fevereiro de 1950. Série Indigenismo, sub-série Correspondência, correspondente Hebert Baldus. Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR).

<sup>391</sup> Carta de Darcy Ribeiro para Baldus, de 01 de agosto de 1949. Série Indigenismo, sub-série Correspondência, correspondente Hebert Baldus. Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR).

naquele momento, mais viável a promover o início de seu projeto político em defesa das populações indígenas. Ao contrário de outras instituições museológicas que tratavam do mesmo tema, cujo ranço e o peso de suas histórias impediam mudanças radicais de trajetória, o núcleo a ser criado na Seção de Estudos não contava com tais características, não tinha uma identidade estabelecida e nem uma história sedimentada, tudo estava para ser criado. Agregou-se a isto o fato do SPI não ter experiência naquela área, o que em certa medida inibia ações de restrições ao seu projeto museológico. Tudo conspirava ao seu favor facilitando, deste modo, instituir um museu com o seu projeto ideológico. Somou-se ainda aos fatos a disposição da direção da agência em implantar o núcleo, o forte movimento modernista na arquitetura e nas artes, a conjuntura internacional pela união entre as raças ou a sua tolerância<sup>392</sup> e, claro, sua estética pessoal.

A ideia que orientou Darcy Ribeiro na concepção do Museu do Índio ou o sua “imaginação museal”<sup>393</sup> como foi descrita por Mário Chagas, esteve associada à reunião destas variáveis, que o levou a criar um espaço, a um só tempo, científico e moderno, exibindo e exaltando a produção cultural dos povos indígenas com base nos seus produtos materiais, buscando diminuir a distancia cultural que existia entre eles e “nós”. Definida a questão principal que norteou a concepção museográfica do futuro Museu do Índio, Darcy Ribeiro deu início ao seu projeto.

Vitrines e estantes estavam sendo desenhadas por Thomas Santa Rosa<sup>394</sup>, mas segundo Darcy Ribeiro mesmo que “excelentes”, não atendiam às finalidades a que se propunham<sup>395</sup>. A correspondência que enviou a Pitaguary com este dado também informou que ele aguardava a visita de “um etnólogo alemão, duble de museologista, que trabalhava no Museu Goeldi”<sup>396</sup>, para tentar resolver aquele problema. A fim de auxiliar no andamento da atividade, Pitaguary forneceu a Darcy Ribeiro o tipo de mobiliário que o Museu do Homem utilizava em suas exposições e o modo como os objetos eram exibidos em seu interior. Tratava-se de vitrines

---

<sup>392</sup> ABEU, Regina. *Tal antropologia qual museu?* p. 125-31.

<sup>393</sup> CHAGAS, Mário de Souza. *Imaginação museal*, 2003.

<sup>394</sup> Não foi possível saber, na documentação consultada, quem foi Thomas Santa Rosa, provavelmente desenhista da Seção de Estudos.

<sup>395</sup> Carta de Darcy Ribeiro para Geraldo Pitaguary, de 6 de agosto de 1952. Série Indigenismo, sub-série SPI, correspondente Geraldo Pitaguary. Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR).

<sup>396</sup> Idem.



amplas, com estrutura de metal e vidro que eram usadas de modos diferenciados: umas destinadas a servirem como “vitrine-síntese”, que exibiam uma variedade de objetos para aqueles que não tinham tempo de percorrer todo o circuito proposto pela instituição; outras eram destinadas a exibir o material recentemente recebido. Informou ainda que o Museu do Homem havia abolido as exposições permanentes tendo optado pelas temporárias a fim de fazer circular o acervo que detinha.

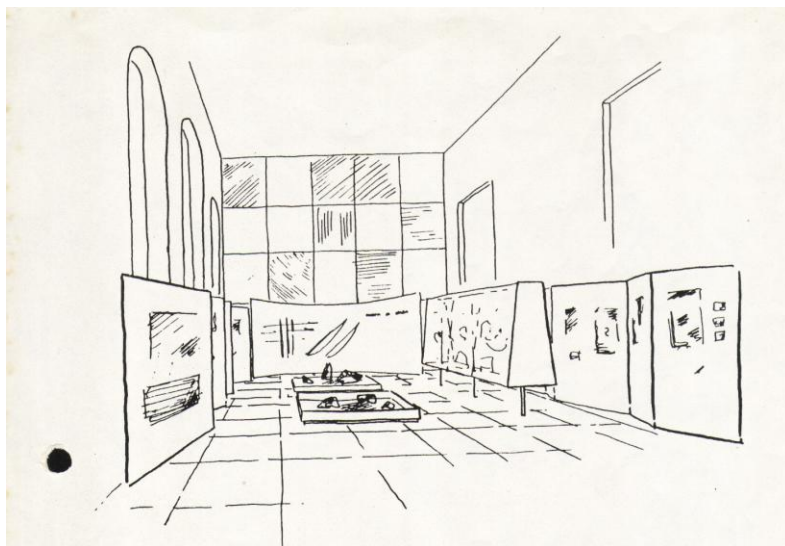
Quanto à disposição dos objetos, Pitaguary informou que os pequenos eram expostos sobre prateleiras, os maiores eram pendurados na altura dos olhos e os raros sempre envidraçados<sup>397</sup>. Em agosto de 1952 Darcy Ribeiro informou a Pitaguary, que Aldary Toledo, “um dos nossos melhores arquitetos modernos”<sup>398</sup> vinha desenhando as instalações do Museu. Toledo trabalhava para o escritório técnico da Cidade Universitária, atrelado à Universidade do Brasil, como arquiteto assistente do projeto do Instituto de Puericultura. O escritório encontrava-se sob a direção do engenheiro Luiz Hidelbrando de Barros Horta Barbosa<sup>399</sup>, parente próximo dos militares Júlio Horta Barbosa e Nicolau Horta Barbosa, amigos pessoais de Rondon que haviam atuado no SPI e CNPI, o primeiro como chefe da Inspeção Regional 5 do SPI e o segundo como vice-presidente do Conselho, ambos afastados de seus antigos postos durante a gestão de Donatini. A presença de Toledo no projeto de criação do Museu do Índio não deixava de representar, em um plano mais amplo, o restabelecimento das relações entre o SPI e CNPI, abalada durante a antiga gestão, já que sua indicação partiu da rede social de Rondon.

---

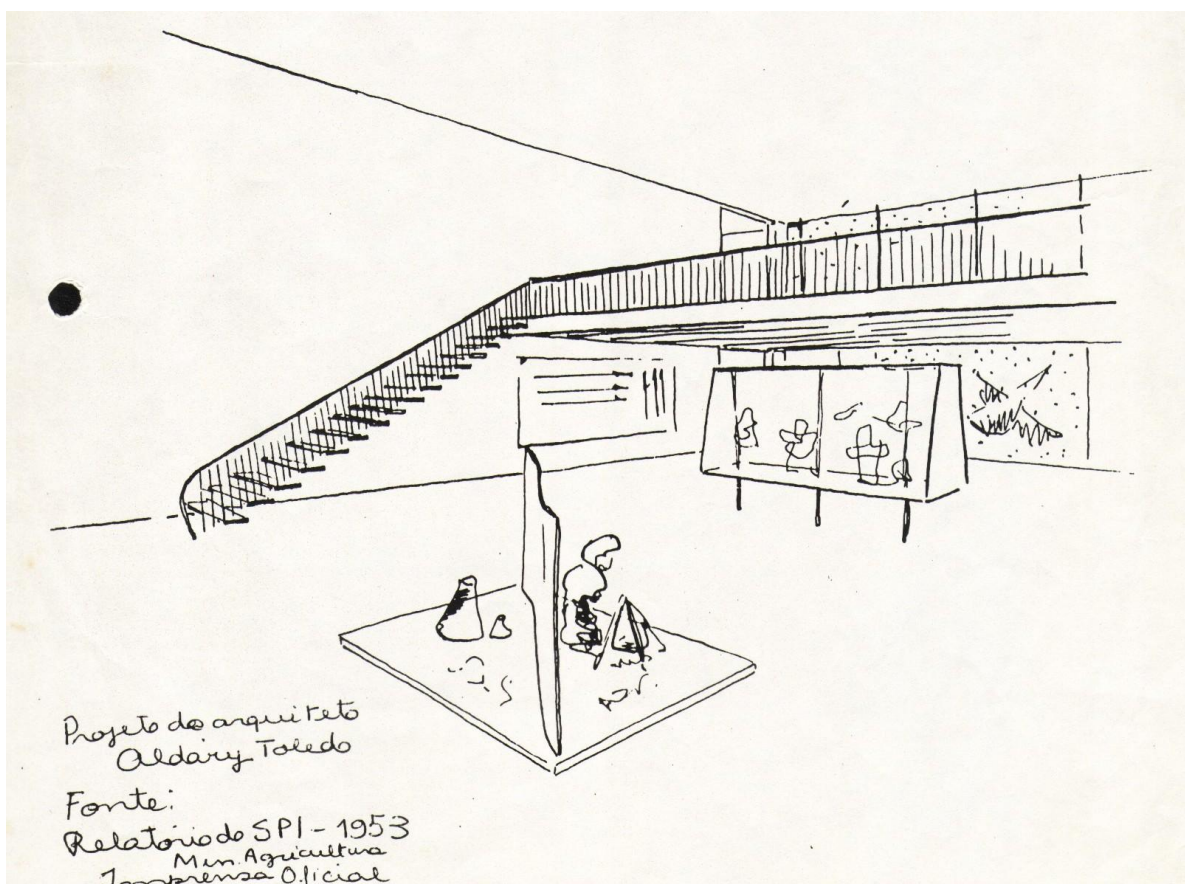
<sup>397</sup> Carta de Geraldo Pitaguary para Darcy Ribeiro, de 22 de janeiro de 1952. Série: Indigenismo, sub-série SPI, correspondente Geraldo Pitaguary. Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR).

<sup>398</sup> Carta de Darcy Ribeiro para Geraldo Pitaguary de 06 de agosto de 1952. Série: Indigenismo, Sub-Série SPI, correspondente Geraldo Pitaguary. Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR).

<sup>399</sup> Brasil revista bimestral de arquitetura contemporânea, n° 4, 1954, p.2.



400



401

<sup>400</sup> Foto 62. Esquema da proposta museográfica para o Museu do Índio de autoria do arquiteto Aldary Toledo. Relatório Anual do SPI de 1953. Serviço de Biblioteca do Museu do Índio.

<sup>401</sup> Foto 63 - Esquema da proposta museográfica para o Museu do Índio de autoria do arquiteto Aldary Toledo. Relatório Anual do SPI de 1953. Serviço de Biblioteca do Museu do Índio.

Toledo, em seis meses, preparou a cenografia do Museu do Índio para os dois salões utilizando os elementos arquitetônicos que estavam em voga pelos arquitetos modernistas, ou seja, linhas simples e claras com uso de persianas para controlar a luminosidade dos ambientes. Não é sabido se o próprio prédio apresentava um mezanino no segundo andar, mas a escada que lhe dava acesso foi substituída por outra que acompanhava o estilo do projeto. As vitrines, os expositores externos, o modelo de exibição e o tempo de duração de cada exposição foi orientado pelas “informações” passadas remotamente por Pitaguary seguindo os modelos e as normas adotadas pelo Museu do Homem.



402

Já o conceito foi dado a partir da ideologia proposta por Darcy Ribeiro. Das peças selecionadas para compor a primeira exibição, foram escolhidos os objetos dos índios do Xingu, Kadiwéu, Terena, Bororo e Karajá, então recolhidas por Pitaguary em 1950, em sua primeira viagem etnográfica. Em uma segunda-feira, aos dezenove dias do mês de abril de 1953, as portas do Museu do Índio foram abertas ao público durante uma cerimônia que contou com a presença dos membros do Conselho, dos funcionários do SPI e de Hebert Baldus, que, ao lado

---

<sup>402</sup> Foto 64 - Exposição etnográfica do Museu do Homem, Paris, 1938, que integra “Le goût des autres”.  
L’ESTOILE Benoit, p. 231.

do idealizador do projeto, Darcy Ribeiro, na posição de etnólogo e, porque não, co-orientador do projeto ideológico, proferiu um discurso, não registrado.



403



404

<sup>403</sup> Foto 65 - Exposição etnográfica do Museu do Índio em 1953. Serviço de Áudio-Visual do Museu do Índio.

<sup>404</sup> Foto 66 - Exposição etnográfica do Museu do Índio em 1953. Revista Cultura 4.



405



406

<sup>405</sup> Foto 67 - Exposição do Museu do Índio em 1953. Arquivo da Fundação Darcy Ribeiro.

<sup>406</sup> Foto 68 - Idem.

A criação do Museu do Índio não significou o aumento de núcleos atrelados à Seção de Estudos, mas o seu “sombreamento”, tanto por ter reunido em sua órbita todos os núcleos que até então lhe davam sustentação, quanto por ter feito do seu responsável, Darcy Ribeiro, chefe da nova unidade, situação criada em decorrência do seu estatuto jurídico. Ao mesmo tempo, a criação do Museu do Índio representou, em um plano interno mais amplo, a ruptura “simbólica” de Darcy Ribeiro com a ideologia do SPI, pela valorização que passou a dar à cultura dos povos indígenas que se antagonizava com o discurso da agência, já que em quarenta anos de atividade pouco ou nada buscou difundir sobre tais valores.

Em 1961 o SPI foi transferido para a nova capital federal, permanecendo no Rio de Janeiro a Seção de Estudos e com ela o Museu do Índio, reforçando a simbiose entre as duas unidades. SPI. Em 1963 a Seção de Estudos foi transferida para Brasília e o Museu do Índio passou a integrar a Seção de Documentação e Divulgação do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, transferido para o prédio da rua Mata Machado onde o museu funcionava.

O fim da Seção de Estudos se deu em 1967 pela extinção do SPI e do CNPI, e pela criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que mesmo tendo absorvido o Museu do Índio o manteve no Rio de Janeiro.

## Notas Finais

Quando me propus a recuperar a trajetória das atividades desenvolvidas pela Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios de 1942 a 1953, período que correspondeu da sua criação até a inauguração do Museu do Índio, utilizando como fonte o acervo etnográfico ali organizado durante aquele interregno estava ciente que a tarefa não seria simples. Tal constatação esteve associada ao fato da Seção de Estudos não ter tido como objetivo o registro da memória e a constituição do patrimônio dos povos indígenas, como também não foi um núcleo consagrado na produção de memória e proteção de patrimônios culturais como os museus, os arquivos e as bibliotecas e seus acervos. Seu principal objetivo era promover e sistematizar o conhecimento do *modus operandi* das populações indígenas sob abrangência do SPI, características que traziam algumas limitações. Entretanto, pude perceber, no contato com a documentação arquivística que havia, entre as ações da Seção de Estudos, o anseio de implantar um núcleo museológico em suas dependências. Esta era uma boa razão para focalizar uma reflexão sobre a construção da memória e do patrimônio no contexto do SPI.

Reforçou a vontade de recuperar a memória da SE, especialmente, o contexto econômico e cultural do país, visto que a criação da Seção de Estudos se inscreve no período conhecido como Estado Novo caracterizado, na esfera cultural, por uma ideologia nacionalista que envolvia a criação de um sentimento de pertencimento à ideia de nação, onde o índio era parte integrante. Na esfera econômica, a idéia-força do Estado Novo esteve voltada para interiorização, promovida pelo projeto de incursão ao Centro-Oeste, que implicou no desbravamento e povoamento daquela região, local onde vários povos indígenas se encontravam instalados.

A conjugação destas características valia o esforço de recuperar a memória das ações da Seção de Estudo no âmbito do SPI, principalmente aquelas voltadas para a criação de um núcleo de memória, que veio a receber, em 1953, o nome de Museu do Índio.

Em 1977 o Museu do Índio foi transferido do seu prédio original para se instalar em um casarão na Rua das Palmeiras, 55, Botafogo, Rio de Janeiro, mas seu espaço original ficou na memória, devido ter sido aquele o primeiro ambiente, outrora, destinado a abrigar um espaço museológico, exclusivamente, dedicado à apresentação das culturas dos povos indígenas do Brasil, fato que lhe permitiu tanto entrar para a história da cidade do Rio de Janeiro quanto para a memória dos povos indígenas.

Prova cabal da potência que aquele ambiente teve se apoia no fato de ter sido invadido, em 2006, por índios de diversas etnias que o batizaram de “Aldeia Maracanã”, resultado da memória que aquele local deixou. Maurice Halbwachs (1950) informa que a memória se apoia em locais e imagens espaciais, colocação reforçada por Pierre Nora (1993), quando esclarece que são lugares de memória aqueles que carregarem uma simbologia dos acontecimentos passados vividos por uma minoria que dele não participou.

Mas se o antigo prédio do Museu do Índio se manteve na memória tanto da cidade quanto dos índios, se deveu ao fato da SE ter reunido, em seus vinte anos de existência, um vasto patrimônio, que inclui o Museu do Índio, custodiador, na atualidade, de 839 mil documentos arquivísticos, 53.204 mil fotos, 19.734 itens bibliográficos e 19.094 itens etnográficos, herança da SE, onde apenas uma pequena parte foi acessada para contar essa história.

Com tanto acervo disponível outras vontades de memória poderão surgir iluminando outras memórias, como aquela que me animou a contar esta história.



## Bibliografia

ABREU, Regina. **O diálogo entre intelectuais franceses e brasileiros e a fundação de museus etnográficos no Brasil**: uma contribuição aos estudos sobre circulação internacional e formação de escolas de pensamento no campo da memória social, dos museus e do patrimônio cultural. Rio de Janeiro: [s.n.], 2007. Não publicado.

ABREU, Regina. **A fabricação do Imortal**: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro, Rocco: Lapa, 1996.

ALTENFELDER SILVA, Fernando. O estado de “Uanki” entre os Bakairi. **Sociologia XII**, São Paulo, 1950.

ALTENFELDER SILVA, Fernando. O mundo mágico dos Bacairis. In.: COELHO, Vera Penteado (org.). **Karl Von den Steinen**: um século de antropologia no Xingu. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

APPADURAI, Arjun. Introducción: Las mercancías y La política de valor. In.: APPADURAI, Arjun (org.). **La vida Social de Las Cosas**. México: Grijalbo, 1991. pp. 17-87.

AZEVEDO, Fernando. Antropologia e sociologia no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando (org.). **As Ciências no Brasil**. Vol. 2. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

AZEVEDO, Fernando. Introdução. In.: AZEVEDO, Fernando (org.). **As Ciências no Brasil**. Vol. 1. São Paulo, Edições Melhoramento, s.d.

BALDUS, Hebert. A necessidade do trabalho indigenista no Brasil. In.: **Revista do Arquivo Municipal**, vol. LVII, São Paulo, 1939.

BALDUS, Hebert. Relatório da Seção de Etnologia. In.: **Revista do Museu Paulista; Nova Série**, vol. II, São Paulo, 1948.

BESSA FREIRE, José Ribamar. **Rio Babel**: a história das línguas na Amazônia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

BOAS, Franz. **A formação da antropologia americana, 1883-1911**: antologia. STOCKING, George W (org.). Introdução. Tradução de Rosaura Maria Cirne Lima Eichenberg. Rio de Janeiro: Contraponto; UFRJ, 2004.

BONENY, Helena. Patrimônio da memória nacional. In.: **Ideólogos do patrimônio cultural**. Secretaria da Cultura do Paraná; Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, IBPC, Departamento de Promoções, 1991.

BORGES, André Luis Lopes Borges. **Darcy Ribeiro: uma trajetória.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2007.

BOUDIN, Max H. **Singularidades da Língua ÍA-TÉ.** Revista Verbum, Tomo VII, fasc. 1. Rio de Janeiro, Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1950.

BOUDIN, Max H. **Aspectos da vida tribal dos índios Fulni-ô.** Cultura nº 3. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1950.

BOUDIN, Max H. **Dicionário de Tupi Moderno: dialeto tembé-tenêthar do alto Rio Gurupi.** São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. **O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional 1917-1945.** São Paulo: Editora UNESP: Museu Paulista, 2005.

CANDIDO, Antônio. A revolução de trinta e a cultura. In.: **Novos Estudos CEBRAP.** 2(4), 1984. p. 27- 32.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In.: DULCE, Pandolfi (org.). **Repensando o Estado Novo.** Rio do Janeiro: Ed. FGV. 1999.

CARONE, Edgard. **O Estado Novo (1937-45).** São Paulo: Difel. 1997.

CORRÊIA, Marisa. A antropologia no Brasil (1960-1980). In.: **História das Ciências Sociais no Brasil.**

CASTRO FARIA, Luiz de. A Antropologia no Brasil: depoimento sem compromisso de um militante em recesso. In.: **Anuário Antropológico,** nº 82. Fortaleza, Edições UFC, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

CASTRO FARIA, Luiz de. **A Antropologia no Brasil: espetáculo e excelência.** Rio de Janeiro, UFRJ; Tempo Brasileiro, 1993.

CHAGAS, Mário Souza de. **Imaginação museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freire e Darcy Ribeiro.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Rio de Janeiro, UFRJ, 2003.

CHAGAS, Mário Souza de. **Museu do Índio: Um museu etnográfico singular e um problema universal.** In.: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BELTRÃO, Jane (org.). **Antropologia e Patrimônio Cultural.** Blumenau: Nova Letra, 2007.

CHAGAS, Mário; SANTOS, Miryan. A vida social e política dos objetos de um museu. In.: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 34, pp. 195-220, 2002.

COELHO, Edmundo Campos. **Em Busca de Identidade. O Exército e a Política na Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

CORRÊA, Mariza. A antropologia no Brasil (1960-1980). In.: MICELI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vol. 2. São Paulo: Editora Sumaré; FAPESP, 1995.

CORRÊA, Mariza. **Antropólogas e Antropologia**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

COSTA PINTO, L.A; CARNEIRO, Edison. **As Ciências Sociais no Brasil**. Série Estudos e Ensaios. Rio de Janeiro: Companhia Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; CAPES, 1954.

CNPI. **Índios do Brasil**. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Proteção aos Índios, v. 3, 1953.

CUNHA, Boaventura Ribeiro da. **Educação para os silvícolas**. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Proteção aos Índios, 1940.

DINIZ, Eli. O Estado Novo: Estrutura de Poder. Relações de Classe. In.: B. Fausto (org.), **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III (3). São Paulo: Difel, 1983. pp. 77-120.

FANÇOZO, Mariana de Campos. **Um outro olhar: a etnologia alemã na obra de Sérgio Buarque de Holanda**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2004.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. 2º Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. **Tutela e resistência indígena: etnografia e história das relações entre os Terena e o estado brasileiro**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro: Museu Nacional, Rio de Janeiro. 2007.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC-IPHAN, 2005.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas o Capitalismo em Construção 1906 - 1945**. São Paulo: Editora Brasiliense , 1989.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **Indigenismo e antropologia**: o Conselho Nacional de Proteção aos Índios na gestão Rondon (1939 – 1955). Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro: Museu Nacional, Rio de Janeiro. 1990.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. Vida de sertanista: a trajetória de Francisco Meirelles. **Tellus**, ano 8, n. 14, abr. 2008

GARFIEL, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado Novo na Era Vargas. **Revista Brasileira de História**. Vol. 20, n. 20. São Paulo. 2000.

GAGLIARDI, José Mauro. **O indígena e a República**. São Paulo: Editora Hucitec; Editora da Universidade de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. 1989.

GONÇALVES, Marco Antonio (org.). **Diários de Campo de Eduardo Galvão**: Tenetehaa, Kaiiá e Índios do Xingu. Rio de Janeiro; UFRJ; FUNAI; Museu do Índio, 1996.

GRUPIONE, Luis Donisete Benzi. **Coleções e expedições vigiadas**: os etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1998.

GRUPIONE, Luis Donisete Benzi. Os museus etnográficos, os povos indígenas e a antropologia: reflexões sobre a trajetória de um campo de relações. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. Suplemento 7, São Paulo, 2008.

GONÇALVES. José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônio. Rio de Janeiro: Coleção, Museu, Memória e Cidadania. 2007.

GORDON, Cesar. **Folhas pálidas**: a incorporação Xikrin (Mebêngôkre) do dinheiro e das mercadorias. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ: Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2003.

HALBWASCH, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schattter. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha**: uma biografia. Rio do Janeiro: Objetiva, 1994.

HOBSBAWM, Eric. **Inventando as tradições**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1984.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTAN. **150 do Instituto Benjamin Constant**. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Monitos Mercantil, 2007.

KOPYTOFF, Igor. La biografía cultural de las cosas: La mercantilización como processo. In.: APPADURAI, Arjun (org.). **La vida Social de Las Cosas**. México: Grijalbo, 1991, pp. 89-122.

LAFETÁ, João Luiz. **1930: a crítica e o modernismo**. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

LASMAR, Denise Portugal. **Estoque de Informação**: o acervo imagético da Comissão Rondon no Museu do Índio com fonte de informação. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal do Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia do MCT, Rio de Janeiro, 2002.

LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In.: BARATIN, Marc; JACOB, Chirstian (org.). **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. Tradução de Marcela Mortara. Rio de Janeiro: Univ. Fed. Rio de Janeiro, 2000.

LEITE, Yonne e FRANCHETTO, Bruna. 500 anos de língua indígena do Brasil. In.: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade; SILVA, Rosa Virgínia e. (org.). **Quinhentos anos de história lingüística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Os museus de história natural e a construção do indigenismo**: notas para uma sociologia das relações entre campo intelectual e campo político no Brasil. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS, publicação n° 13, 1986.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz**: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

L'ESTOILE, Benoît. **Le goût de autres de l'exposition coloniale aux arts premiers**. Paris, Flammarion, 2007.

LIMONGI, Fernando. Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo. In.: MICELI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vol. 1. São Paulo, Editora Sumaré, 2001.

LOURENÇO, Maria Cecília França. **Museus acolhem moderno**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

MAGALHÃES, Amilcar Botelho. A pacificação dos índios Xavante. **Revista América Indígena**, México, v. VII, n. 4, 1947.

MAGALHÃES, Amilcar Botelho. Índios do Brasil. **Revista América Indígena**, México, v. VII, n. 1, 1947.

MARCIEL, Laura Antunes. **A nação por um fio**: caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”. Tese (Doutorado em Antropologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997.

MENDES, Marcos de Souza. **Heinz Forthmann**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade de Brasília, Brasília, 1993.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **Ruralismo, agricultura, poder e Estado na primeira República**. Tese (doutorado em Ciências Humanas). Universidade de São Paulo; Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FLCH, 1990.

MENEZES, Cláudia. A produção de filmes etnográficos do SPI: entrevista com Heinz Foerthmann. In.: **Museu do Índio: 30 anos, 1953-1983**. Museu do Índio, Rio de Janeiro, 1983. Edição comemorativa.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil**. 1920-1945. São Paulo: Difel, 1979.

MICELI, Sérgio. O cenário institucional das Ciências Sociais no Brasil. In.: MICELI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vol. 2. São Paulo, Editora Sumaré: FAPESP, 1995.

MICELI, Sérgio. Por uma sociologia das Ciências Sociais. In.: MICELI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vol. 1. São Paulo, Editora Sumaré, 2001.

NASCIMENTO, Fátima Regina. **A formação da coleção de indústria humana no museu nacional, século XIX**. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro: Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2009.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História**, São Paulo, n. 10, p. 7 – 28, dez. 1993. (Projeto História).

OLIVEIRA, Lúcia Lippe. As ciências Sociais no Rio de Janeiro. In.: MICELI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vol. 2. São Paulo, Editora Sumaré: FAPESP, 1995.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Os diários e suas margens**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

OTLET, Paul. Introdução ao trabalho do Congresso Mundial da Documentação. Paris, 1937. Documento eletrônico: [www.conecaria.com; biti; othet; index.htm#1](http://www.conecaria.com;biti;othet;index.htm#1).

PASSADOR, Luis Henrique. **Herbert Baldus e a antropologia no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Estadual de Campinas; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2002.

PAULA, Ruth Wallace de Garcia; GOMES, Jussara Viera. O Museu do Índio: 1953 – 1983. In.: **MUSEU DO ÍNDIO: 30 anos, 1953 – 1983**. Rio de Janeiro, 1983. (Edição comemorativa).

PEIRANO, Marisa G. S. A Antropologia esquecida de Florestan Fernandes: os Tupinambá. **Anuário Antropológico-82**. Fortaleza. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1984.

PENHA, Eli Alves. **A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo**. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 1993.

PONTES, Heloisa. Retratos do Brasil: editores, editoras e “coleções Brasileira” nas décadas de 30, 40 e 50. In.: MICELI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vol. 1. São Paulo: Editora Sumaré, 2001.

RIBEIRO, Adélia Maria Miglievich. **Heloisa Alberto Torres e Marina São Paulo de Vasconcellos**: Entrelaçamento de círculos e formação das ciências sociais na cidade do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS, Rio de Janeiro, 2000.

RIBEIRO, Darcy. Sistema familiar Kadiwéu. **Revista do Museu Paulista, Nova Série**, São Paulo, v. 2, 1948.

RIBEIRO, Darcy. Atividade científica da Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios. **Revista de Sociologia**, São Paulo, v.13, n.4, pp. 363-83, 1951.

RIBEIRO, Darcy. Le Musée de l'Indian. **Revista Museum**. Paris, n. 9. pp. 3-10, 1955.

RIBEIRO, Darcy. **A política indigenista brasileira**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1962.

RIBEIRO, Darcy. Relatórios do antropólogo Darcy Ribeiro 1949/1950. **Boletim do Museu do Índio**, Rio de Janeiro, documentação nº 6, 1997.

RIBEIRO, Darcy. **Confissões**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RODRIGUES, Arion Dall' Agna. Notas sobre o sistema de parentesco dos Kariri. **Revista do Museu Paulista, Nova Série**, São Paulo, v.2, 1948.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Inventário analítico permanente do Museu do Índio**: documentos textuais: 1950-1994. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 1997.

RUBINO, Silvana. Clubes de pesquisadores: a sociedade de etnografia e Folclore e a sociedade de sociologia. In.: MICELI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vol. 2. São Paulo, Editora Sumaré: FAPESP, 1995.

SÁ, Ivan Coelho (org.). **Geraldo Pitaguary**: A lembrança de Ouro Preto continua sempre comigo: memórias de um aluno da primeira excursão do Curso de Museus – MHN em 1945. Rio de Janeiro; Univ. Fed. do Est. do Rio de Janeiro, Escola de Museologia, 2006.

SALES, Apolônio. **O Ministério da Agricultura no Governo Vargas (1930-1944)**. Serviço de Documentação. Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro. 1945.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Paradigma e história: a ordem social burguesa na imaginação social brasileira. In.: **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SHADEN, Egon. **Aculturação indígena**: ensaio sobre fatores e tendências da mudança cultural de tribos índias em contacto com o mundo dos brancos. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1969.

SCHADEN, Egon. Os primeiros tempos da antropologia em São Paulo. In.: **Anuário Antropológico n 82**. Fortaleza: Edições UFC. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

SCHULTZ, Harald. **Vinte e três índios resistem à civilização**. São Paulo: Melhoramento, 1953.

SCHWARTZMAN, Simon. **A formação da comunidade científica no Brasil**. São Paulo: Editora Nacional; Rio de Janeiro: FINEP, 1979.

SCHWARTZMAN, Simon. **Estado Novo, um auto-retrato**. Brasília, PDOC/FGV, Editora Universidade de Brasília, 1983.

STOCKING, George W. **Afterword**: a view from the center, Ethos, 1-2, vol. 47, 1982.

STRATHERN, Marilyn. Acontecimentos históricos e a interpretação de imagens. In: **Catálogo artefatos melanésios, reflexões pós-modernistas**. Lisboa, Museu de Etnologia, IICT. 1988.



SKIDMORE, Thomas E. **Uma história do Brasil**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

**VARGAS**, Getúlio. **A Nova Política do Brasil**. Rio de Janeiro, 1938.

VELHO, Gilberto. Antropologia e patrimônio cultural. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 20. pp. 37-9, 1984.

WAHRLICH, Beatriz M de Souza. **Reforma administrativa na era de Vargas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

WEINER, Annette B. **Inalienable possessions: The Paradox of Keeping-While-Giving**. University of California Presse, Los Angeles, 1992.

WELPER, Elena Monteiro. **Curt Unckel Nimuendajú: um capítulo alemão na tradição etnográfica brasileira**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro: Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2002.